

GUILHERME HENRIQUE LIMA BARATI

**“MAL-ESTAR” E LAÇO SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES
EMPRESARIAIS: UM ESTUDO DE CASO**

Mestrado em Psicologia Social

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GUILHERME HENRIQUE LIMA BARATI

**“MAL-ESTAR” E LAÇO SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES
EMPRESARIAIS: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social, sob orientação do Prof. Dr. Raul Albino Pacheco Filho do Núcleo de Psicanálise e Sociedade.

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2007**

Guilherme Henrique Lima Barati. **“Mal-estar” e laço social nas organizações empresariais:** um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Psicanálise e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Banca Examinadora:

Defendida e aprovada em ___/___/2007.

No decorrer do caminho, esse trabalho foi sendo cada vez mais dedicado ao meu pai.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, pelo acompanhamento constante, próximo e imprescindível na realização e conclusão desse trabalho. Agradeço também por aparecer na elaboração de cada uma dessas linhas na forma surpreendente de um “nome”.

Ao pesquisado, pela confiança e, principalmente, pelo trabalho intenso e profundo consigo mesmo nas entrevistas.

À Cíntia, dos EUA, pela aposta firme, serena, simples e decisiva no sucesso dessa caminhada.

À Patrícia, pela sua admirável determinação e inteligência. Na prática me encorajou a dar o primeiro passo sem postergações desnecessárias...

À Cíntia, de São Paulo, por aquela manhã de junho e por sempre me deixar em dívida com tamanha crença na minha capacidade...

Ao Vinicius, pela participação fundamental na escrita de cada uma dessas linhas e pelas nossas longas e solidárias conversas.

Ao Fernando Megale, pela participação de suma importância nessa formação, pelas questões que deixou abertas em torno de um “mal-estar”...

Ao Raul, pela excelência na formulação das questões, por sua notável capacidade de reflexão e contribuição e por acompanhar atentamente os momentos de “ver, compreender e concluir”...

À Ana Laura, por testemunhar cuidadosamente cada passo dessa passagem entre o trabalha-dor e o pesquisa-dor.

Ao Marcelo e à Silvana, pelo apoio (inesperado e significativo) no momento difícil.

Ao CAPES e CNPQ, por fornecerem a possibilidade de dedicação integral para produção de uma reflexão, por me proporcionarem um momento de realização e conquista...

À Ana Lúcia, pela presença solidária em junho.

Ao Fábio, que tanto me ajudou sem saber.

Ao Ciampa, por presenciar e compartilhar um ano de metamorfoses, revisão de identidade e busca de um mundo com mais vida.

Ao Heloani, pela atitude de profundo respeito e valorização ao meu primeiro trabalho como pesquisador.

Ao Celso, por manifestar tão cedo, e de forma concreta, a confiança nesse percurso com a abertura de um espaço para divulgação.

À Margarete, pelo exemplo de superação.

À Gorete, pela beleza de sua força, de seu entusiasmo, de sua paixão por uma causa...

À Carla, ao Flávio e à Mari, pelo vinho, pela consideração ao trabalho e, sobretudo, pela manifestação de apoio após a qualificação.

Ao Marcelo, por mesclar bom humor e sensibilidade naquele mês de maio.

Ao Elton, pela presença constante no cotidiano, pelo seu interesse de pesquisador.

À Tatiana, por incluir a possibilidade do bem-estar e do desejo nesse percurso de forma tão interessante e por tornar as considerações finais inconclusivas.

À Fernanda e à família Crespo, pelo apoio recebido nas nossas longas conversas e pelo natal e ano novo que passamos juntos.

À Juciene, pela proximidade constante no momento mais crítico, pela firmeza e carinho.

À Marisa, pela presença especial naquele mês de agosto e pelo auxílio com respeito, proximidade e leveza.

À Ildê por me acompanhar naquelas longas noites de estudo...

Ao Toninho, pelo exemplo de dedicação e entusiasmo e pelo café no Ganache.

À Sônia, pela revisão cuidadosa do material.

Ao Jonathan Wiles, pelo auxílio cuidadoso no momento da conclusão e pela atenção.

“Não ser devorado é o objetivo secreto de toda uma vida.”

Clarice Lispector

RESUMO

O objeto dessa investigação é a história dos laços estabelecidos por um sujeito nas organizações empresariais, tendo como contexto o “mal-estar” que atravessa a sociedade capitalista na contemporaneidade. Para abordar o tema, foram consideradas as especificidades epistêmicas, metodológicas e éticas da psicanálise. Buscou-se articular o posicionamento singular do sujeito e as questões sociais em geral que envolvem o capital, a organização do trabalho e o “mal-estar” na cultura. A exposição é dedicada inicialmente à concepção psicanalítica de como se estabelece a relação entre o sujeito e a sociedade. Tem-se como referência algumas obras sociais de Freud e os “quatro discursos” de Lacan. O “mal-estar” e a interdição ao gozo aparecerão como decorrência dos laços sociais. Na seqüência, busca-se, através da interlocução com vários autores, transitar entre as concepções psicanalíticas do “mal-estar”, do gozo e do mais-de-gozar e as concepções do capitalismo oferecidas pelas ciências sociais. Para refletir sobre a questão do trabalho na sociedade contemporânea, aborda-se a submissão do sujeito aos imperativos do capitalismo pela ideologia através de diferentes instâncias e instituições. Por outro lado, consideram-se também as contradições e rupturas em relação a esses imperativos. A reordenação das subjetividades do trabalhador corporifica-se no cotidiano pelas formas de organização do trabalho. O trabalho, na contemporaneidade, mostra-se cada vez mais marcado pelo avanço tecnológico, complexo e instável. Condições de trabalho cada vez mais precárias são encontradas em países de terceiro mundo. Esse arcabouço teórico é utilizado para acompanhar o percurso de um trabalhador na forma de um estudo de caso.

Palavras-chave: Psicologia Social - Psicanálise - “Mal-estar” - Trabalho - Empresa Capitalismo

ABSTRACT

This investigation examines the social relationships or bonds formed by subjects inside corporate institutions, within the context of “discontentment”, which a capitalistic society experiences contemporaneously. To approach this theme, psychoanalytic delineations such as epistemic, methodologic, and ethical were considered. It was sought to articulate the subject’s singular positioning and social questions in general related to capital, work organization, and “discontentment” in culture. The exposition is dedicated initially to the psychoanalytical conception of how to establish the relationship between subject and society. The conceptual framework is drawn from both Freud’s social works and “Lacan’s Four Discourses”. The “discontentment” and the injunction of enjoyment (*jouissance*) will be shown as a consequence of social bonds. Sequentially, psychoanalytical concepts of “discontentment”, enjoyment (*jouissance*), and supplementary enjoyment and the suppositions offered by capitalism’s social sciences, are sought. Initially, the question of work in contemporary society, and the submission of the subject to capitalistic imperatives through the ideology in different cases and

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES PESSOAIS.....	1
CAPÍTULO 1: OBJETOS DO TRABALHO, DEFINIÇÃO DO SUJEITO PESQUISADO E RELEVÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO.....	
1.1 Uma proposta para o objeto.....	11
1.2 A definição do sujeito.....	12
1.3 A relevância.....	13
1.4 O percurso.....	14
CAPÍTULO 2: A ESCOLHA DA ABORDAGEM TEÓRICA DESSA DISSERTAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES EPISTÊMICAS, METODOLÓGICAS E ÉTICAS.....	
2.1 A originalidade epistêmica da psicanálise.....	16
2.2 O método.....	20
2.3 A validade da interpretação e a objetividade de sua produção – a questão da verdade na pesquisa psicanalítica.....	26
2.4 Psicanálise voltada às questões sociais.....	30
2.5 A articulação de disciplinas com objetos diferentes.....	37
2.6 A justificativa da escolha da abordagem psicanalítica – a possibilidade de uma perspectiva epistemológica ou de um posicionamento ético.....	39
CAPÍTULO 3: FUNDAMENTOS PSICANALÍTICOS – O LAÇO SOCIAL, O “MAL-ESTAR” E O GOZO.....	
3.1 O laço social.....	47
3.1.1 Fundamentos da lingüística e da antropologia estrutural para a	

passagem da abordagem mítica à estrutural do laço social em psicanálise.....	47
3.1.2 O laço social: do esquema da comunicação intersubjetiva ao discurso.....	53
3.1.3 O discurso como uma ordem de relações entre posições e elementos.....	57
3.2 O mal-estar e o gozo.....	61
3.2.1 O indomável.....	61
3.2.2 O gozo e o ideal.....	69
3.2.3 A relação entre saber e gozo.....	75
3.3 As quatro – mais uma – formas de relação entre o sujeito e o gozo.....	78
3.3.1 O avesso da psicanálise: o discurso do mestre.....	78
3.3.2 O discurso da histérica: o sintoma em ação.....	83
3.3.3 O discurso do analista.....	85
3.3.4 O discurso universitário.....	86
3.3.5 O discurso do capitalista.....	90
 CAPÍTULO 4: INTERLOCUÇÕES – O CAPITAL, O TRABALHO E O	
TRABALHADOR.....	92
4.1 O mais-de-gozar, a mais-valia e a virtude econômica.....	94
4.2 A submissão.....	109
4.3 O capitalismo na contemporaneidade e a organização do trabalho e do trabalhador.....	116
4.3.1 Da luta pela subsistência à sobrevivência ampliada; da ética protestante à busca da autopreservação nas organizações.....	116
4.3.2 Novas configurações do trabalho e da classe trabalhadora.....	119
4.3.3 O trabalho nos países do terceiro mundo.....	122

4.3.4 As formas de organização do trabalhador.....	123
4.4 A transformação.....	133
CAPÍTULO 5: DE TRABALHADOR A PESQUISA-DOR-DE-SI.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA ALÉM DO “MAL-ESTAR”.....	188
REFERÊNCIAS.....	195

CONSIDERAÇÕES PESSOAIS

“Quando não sei onde guardei um papel importante e a procura se revela inútil, pergunto-me: se eu fosse eu e tivesse um papel importante para guardar, que lugar escolheria? Às vezes dá certo. Mas muitas vezes fico tão pressionada pela frase se eu fosse eu, que a procura do papel se torna secundária, e começo a pensar. Diria melhor: a sentir.

E não me sinto bem. Experimente: se você fosse você, como seria e o que faria? Logo de início se sente um constrangimento: a mentira que nos acomodamos acabou de ser levemente locomovida do lugar onde se acomodara...”

Clarice Lispector

- **O “mal-estar” na escrita. Não quero falar mais disso.**

Assim começo minha dissertação. Falar da vida no interior das organizações empresariais parece, num primeiro momento, algo sem graça. Ainda mais diante das discussões do núcleo de pesquisa em Psicanálise e Sociedade da PUC-SP em que aparecem temas como orientação sexual, tortura política, adolescência, psicose, migração, que nos mostram as infinitas possibilidades de saber sobre o humano. Conversando com uma colega de outro núcleo sobre pesquisa em empresas, ela me disse que tinha discutido com sua orientadora a possibilidade de mudar o tema da sua dissertação, passando de educação corporativa para violência nos grandes centros. Depois desistiu da alteração e resolveu insistir no mesmo tema. Ela, assim como eu, ao sair do contexto empresarial, falou de uma sensação de distanciamento, como se houvesse mais valor em buscar outras coisas na vida aqui fora.

Não sei se cheguei a esse ponto, mas pude reconhecer algo de meu nessa idéia de “não vamos falar mais sobre o assunto, pode se tornar enfadonho...” É realmente difícil falar de uma vida administrada, prevista, controlada, regularizada, submetida, normalizada, anônima, rotineira em que alguns lutam desesperadamente para acreditar que isso tem sentido e que o que fazem é em prol do próprio desenvolvimento ou de uma causa nobre. Mesmo porque, nas organizações empresariais, aparece o lado crente. E, paradoxalmente, há também o lado ateu.

E, mais ao lado ainda, intermináveis e sofisticadas discussões sobre a base de todos os

- **“Ser si mesmo”**

Num desses trabalhos de mapeamento de perfil psicológico de grupos que eu conduzia surgiu uma surpresa. Antes devo uma explicação. Trata-se de uma atividade que visa o autoconhecimento através da discussão do resultado de um teste psicológico, não reconhecido pelas universidades, mas reconhecido por algumas empresas. Nesses encontros falamos de um perfil psicológico, com seus pontos fortes e fracos, e formulamos um plano de desenvolvimento pessoal para que os funcionários possam ajustar-se melhor uns com os outros. Durante a apresentação do perfil do grupo, eu e uma colega, na função de coordenadores da reunião, questionamos: vocês realmente acreditam que têm esse perfil? Esse perfil representa o que a empresa deseja ou o que vocês realmente são? Disso surgiu uma discussão interessante sobre o papel massificante da cultura organizacional ao integrar, sintetizar e abolir as diferenças individuais. Naquele trabalho, que num súbito momento tomou a direção contrária à que se desejava, apareceram algumas diferenças. Eles disseram que muitas vezes eram o que a organização queria que fossem, não se utilizando dos seus dotes pessoais e naturais. Mas o que é ser natural? É possível ser si mesmo? O que é ser si mesmo? É possível dizer o que a empresa queria que eles fossem? A partir de quais elementos, eles reconhecem que devem ser desta ou daquela maneira? Quem são eles afinal? Onde estão os seus desejos? Há espaço para a singularidade?

Numa outra ocasião, eu realizava uma entrevista devolutiva individual do teste psicológico com os mesmos objetivos da reunião acima. A pessoa era criticada por seu “gênio difícil”. Outra situação inesperada. Perguntei a ela: você quer pagar o preço de falar o que pensa? “Sim”. Você quer mudar? Precisa mudar? “Não”. Ela não precisava mudar porque tinha “cartas escondidas na manga”. O indivíduo pode conseguir certa dose de independência na empresa, invertendo o jogo, ou seja, fazendo-se mais necessário à empresa do que a empresa a ele. Mas isso é para poucos. Embora estivesse sempre estudando o seu desligamento, esse indivíduo sempre acabava se mantendo no cargo por ser uma pessoa importante para a Companhia, com grande influência política em instituições estatais.

Outra vez, numa entrevista de desligamento, conversava com uma funcionária que havia sido demitida por dificuldades de relacionamento. Ela me disse que pecara por ser

sincera demais, por falar o que realmente pensava. “Não dançara conforme a música”. Sonhava com uma outra carreira em que não precisasse se controlar tanto como precisava se controlar dentro daquela empresa. E, ali no momento do rompimento, ela falou de seus sonhos. Foi um encontro difícil, pois ela havia sido demitida. Não se tratava de saída espontânea. Ela precisou pagar com a sua demissão o preço de ser ela mesma.

O que fazer para ingressar, permanecer e crescer na organização? Tudo o que o funcionário falar e fizer pode ser usado contra ele. Assim, deve evitar posicionamentos inadequados, encontrando o equilíbrio entre o sintético e o prolixo, o agressivo e o passivo, o concentrado e o disperso, o detalhista e o generalista, o indeciso e o impulsivo, o humilde e o ambicioso, o conformista e o questionador, o discreto e o exibicionista, o profissional e o pessoal. Deve, portanto ter equilíbrio e saber utilizar as características adequadas a cada situação. Mas, o excesso de situações e ponderações torna esse equilíbrio inviável, impossível mesmo. Afinal o indivíduo não é nem uma coisa nem outra. A essas alturas, o funcionário já deve tanto que a sua dívida se tornou impagável. E com qual moeda deve pagar? A discussão sobre o resultado do perfil psicológico com o RH pode ajudar um pouco. Mas talvez o sinal mais importante seja dado pelo reconhecimento da pessoa certa, aquela que realmente manda e influencia. *Feedbacks* positivos, aumentos de salário, mudanças de cargo podem ser um bom sinal. Mas isso não é tão comum e, quando acontece, exige atenção, porque a mudança de situação exigirá novas adaptações.

Nas duas vezes em que passei pelo processo de mapeamento de perfil psicológico, obtive resultados contraditórios. Num perfil eu fui tido como objetivo, factual, detalhista, impessoal, reservado. No outro, como sentimental, criativo, teórico e expansivo. Uma longa reflexão me mostrou que o resultado foi manipulado conforme o que eu achava que o outro queria de mim.

Experimentei de certa forma essa confusão, que às vezes resultava num trabalho de autoconvencimento para justificar as ações. Às vezes, desenvolvia uma argumentação detalhada, que resultava numa crença fervorosa. Outras vezes, simplesmente fazia o que deveria ser feito, porque dessa forma seria melhor para a Companhia, partindo da idéia de que as coisas são assim mesmo no mundo dos negócios, eximindo-me de maiores responsabilidades e reflexões. Afinal, eu era membro de uma Sociedade Anônima. Outras vezes, ainda, me pegava falando ou fazendo entusiasmadamente aquilo que julgava que os

outros queriam. Havia ocasiões em que acreditava no que estava fazendo e ocasiões em que não acreditava. Sabia apenas que precisava sobreviver. Quem era eu? Vários, ou quem sabe, um trabalha-dor. E de qual dor se trata? Talvez daquela de não saber mais quem era eu.

- **“Vamos tirar o crachá?”**

A frase acima era usada quando se tentava falar sobre desejos incompatíveis com os interesses da empresa. Para quem quer ficar mais tempo lá dentro é recomendável tomar cuidado e escolher o momento, a pessoa e o lugar apropriados para isso. Não se deve falar o que se pensa para tudo e para todos. Trata-se de um espaço controlado.

Essa sensação de falar de um espaço controlado repercute no ato da escrita dessas considerações pessoais. Vem imediatamente à minha cabeça: será que devo mesmo escrever isso? Quem vai ler? Devo omitir, suavizar, deformar as informações? De tanto ter de esconder, haveria algo de meu que tenha se tornado um segredo até para mim? E esse tipo de cuidado comumente acontecia na empresa.

Mas todos, inclusive os grandes responsáveis pelos controles, como a Área de Recursos Humanos, precisam de um espaço de transgressão. O local em que eu atendia os funcionários era chamado de “Confessionário” por alguns de meus colegas. O termo chama a atenção pela conotação religiosa. Não sabia se isso era elogio ou xingamento. Só posso afirmar que naquele lugar os funcionários falavam de seus pecados, das suas descrenças, das suas infidelidades. Os colegas conheciam e permitiam a sua existência. Esse local dava à área de Recursos Humanos uma aparência um pouco mais humana. Ao mesmo tempo em que era um espaço de transgressão, paradoxalmente significava maior controle.

- **Organização empresarial como espaço de confronto**

Minha dificuldade inicial em falar do tema se explica, em parte. Atrás do anonimato aparecem conflitos infundáveis. Por trás das argumentações racionais, esboça-se uma lógica particular, egoísta em que uns buscam domínio sobre os outros, valendo-se das racionalizações. Uns mandam, outros obedecem e outros, ainda, fingem que obedecem.

Diferentes momentos possibilitam viver essas diferentes posições, embora alguns possam preferir agarrar-se a uma delas.

Ao mesmo tempo em que buscam submeter uns aos outros, estão todos submetidos a algo maior: a linguagem econômica. Os números não mentem jamais? Em certo sentido, há algo de irredutível nisso. Se a empresa desconsiderar importantes elementos industriais, comerciais e financeiros, poderá falir e todos serão demitidos. Então há algo comum pelo qual todos devem lutar independentemente de seus desejos pessoais. A disputa interna se resolve quando se transfere para fora, para o campo da negociação com fornecedores, concorrentes e clientes. Mas sempre é preciso lutar, seja dentro ou fora da empresa.

No seu interior vive-se constantemente a contradição entre o ideal de trabalho em equipe, muitas vezes perseguido por seus membros, e a vida profissional marcada por competição, luta pelo poder e busca de privilégios. Assim se sucedem as alianças que surgem simultaneamente aos conflitos, em suas várias instâncias: entre colegas, departamentos, unidades industriais e empresas. As alianças aparecem quando se buscam aliados na batalha por algo, o que gera várias facções. A constante fragmentação, seja nessas unidades menores ou nas maiores, mostra a instabilidade e a problemática da sua coesão. Mas fica a questão: por que os conflitos se mostram tão marcantes?

Por pior que seja o “mal-estar” causado pela fragmentação, ela acaba por evidenciar forças que fogem ao controle da racionalidade administrativa. Coloca em dúvida a sua eficácia com relação ao silenciamento das individualidades, que podem eclodir a qualquer momento. Mas como se manifestam essas forças?

Numa das empresas em que trabalhei, pude vivenciar dois momentos distintos. O primeiro, profundamente técnico, e o segundo podemos chamar de mais humano ou quem sabe mais estratégico. Gostaria de chamar a atenção para o fato de que essa empresa mudou o foco do desenvolvimento de suas competências, que antes se concentrava nos aspectos da habilidade, denominados “fazer” e nos conhecimentos denominados “saber”, passando a se concentrar nas atitudes, a que chamou de “querer”. Desperta a atenção esse verbo: querer. O que eles querem com isso? O que a organização quer com o “querer” de seus funcionários? A empresa como um conjunto social pode querer algo? Quem ela representa? Talvez quem queira sejam os acionistas, afinal eles compõem a sociedade anônima e compram seus papéis

a fim de ter retorno financeiro sobre o seu investimento. Talvez gerar mais dinheiro para os acionistas fosse o motivo para a determinação de se desenvolver “o querer” produzir em seus funcionários. Mas para que isso chegasse aos funcionários, que ficam nas bases, a linguagem do dinheiro precisava ser convertida numa linguagem de realização pessoal ou talvez se mantivesse no campo do dinheiro mesmo, já que eles também recebem uma participação nos lucros e resultados. O fato é que eles certamente levarão uma fatia menor do que os seus principais acionistas. Então, com relação aos funcionários, qual seria o seu “querer”?

Um dos objetivos de uma empresa em que trabalhei era alavancar os negócios melhorando a negociação, a comunicação, o trabalho em equipe, a liderança, a resolução de conflitos e a criatividade. Essas palavras que comumente se falam para transformar o humano num recurso apropriado aos fins organizacionais. Notava-se que a falta de cuidados com a sua forma de se relacionar estava prejudicando os resultados com a perda de clientes importantes. Assim seguiram-se dois anos com inúmeros trabalhos de “*Team Building*” voltados para uma importante área da empresa. Como o próprio nome diz, a idéia era construir times de funcionários, já que a união faz a força, e concentrar os esforços, evitando dispêndio de energia com conflitos internos.

Nos “*Team Buildings*” as pessoas se reuniam, muitas vezes nos fins de semana, para tratar do relacionamento com os colegas, desfazer animosidades e ver como poderiam trabalhar juntas tendo em vista os objetivos do seu departamento e da empresa de forma geral. Os encontros grupais eram alternados com entrevistas individuais. O processo inteiro durava em média seis a oito meses. Podia abordar um mesmo departamento ou a relação entre departamentos interdependentes.

A causa comum e a disciplina das emoções, principalmente da agressividade, eram exaltadas nesses encontros em que se desenhava um ideal que aliava relacionamento e desempenho.

Fato interessante aconteceu após dois anos de trabalho em diversas áreas. As opiniões a respeito desse trabalho eram muito heterogêneas. Alguns afirmavam com desdém que estavam lá para trabalhar e não para se relacionar. Outros relatavam melhorias e, contrariando os primeiros, defendiam a necessidade constante de novos “*Team Buildings*”, a fim de conter as iminentes ameaças de conflito, que tão logo o trabalho terminou, voltaram a aparecer. As

Diretorias tinham opiniões muito divergentes sobre o assunto e no meu último ano nessa empresa, os “*Team Buildings*” ficaram mais escassos.

Um sinal mais claro veio no direcionamento dos recursos financeiros do ano seguinte, em que eu não estaria mais lá. Ao elaborar o orçamento de Treinamento e desenvolvimento, recebi orientação para cortar qualquer atividade relacionada com relacionamentos interpessoais. A empresa evitaria ações dispersas, que tratassem de particularidades, voltando-se para um único e uniformizado programa de desenvolvimento gerencial, além dos programas de Qualidade, redução de custos e cursos altamente especializados destinados ao aprimoramento tecnológico e indispensáveis ao negócio.

Para mim, enquanto executor de algum desses processos, ficou a sensação de que tratávamos de algo incontrolável, provisório e de que as manifestações ou os conflitos brotariam novamente tão logo concluíssemos o trabalho. Consolava-me pensar que o trabalho em Recursos Humanos é inevitavelmente lento e que os avanços em geral são discretos.

A organização empresarial aparece para mim como um espaço rico para absorver, a exemplo da resistência ao ajustamento dos relacionamentos, um sentimento irremediável de rivalidade em relação aos colegas, aos líderes e à companhia. Por outro lado, esse espaço talvez fosse fundamental para que o funcionário não se entregasse totalmente aos fins empresariais. Fiquemos com essa questão: o que a empresa e o trabalhador fazem com o seu querer, quais desejos se mostram mais eficazes nos ajustes da engrenagem organizacional e quais devem ser combatidos.

- **Qual é o meu valor?**

A importância dos números numa empresa é indiscutível e me leva a pensar em uma linguagem que auxilie as pessoas a se localizarem. Quantos funcionários? Quantas unidades em quantos países? Quanto produz? Quanto fatura? Quantos produtos, clientes, concorrentes? Quanto cresceu economicamente? O planejamento das ações dos funcionários deve sempre ser norteado por indicadores supostamente objetivos que expurguem o máximo possível das imprecisões e incoerências.

A quantificação vai além dos produtos e processos, atinge também os funcionários. Até as competências de relacionamentos interpessoais são traduzidas para a linguagem dos números na avaliação a que os funcionários são submetidos anualmente. Quem sou eu? Eu sou o número que me representa. Sou o quanto ganho, o número de funcionários subordinados a mim, o número de anos de casa, o número de aumentos de salário por mérito e a minha pontuação na avaliação de competências.

- **As mutações na cultura organizacional**

As mudanças por que passou a organização em que trabalhei e, conseqüentemente, as alterações nas diretrizes de seus Recursos Humanos levantam um problema no sentido de entendê-la de forma estática. Quem é então essa organização empresarial? Como podemos apreendê-la ao longo de suas inúmeras mudanças? Podemos pensá-la como uma estrutura ou como um discurso sobredeterminado por questões psicológicas, sociais e econômicas? Enquanto conjunto social ela teria um processo diferente dos sujeitos que a compõem se tomados isoladamente? Há como isolá-los? São muitas as questões.

- **Interpretação: o papel perdido**

As palavras de Clarice Lispector, mencionadas no início dessas considerações pessoais, foram usadas numa daquelas reuniões, de mapeamento de perfil psicológico grupal. Como disse anteriormente, perguntamos aos participantes da reunião se realmente acreditavam que eram apenas aquilo que o perfil psicológico indicava.

No interior de uma empresa, essas palavras exercem impacto, pois nos lembram da existência de algo importante que fora guardado num lugar desconhecido. Parece retirar-nos do automatismo diário da busca do perfil ideal. Assim, poderíamos nos perguntar, onde está o papel do trabalhador? Qual é o seu lugar? Talvez com esse pretexto, possamos saber um pouco mais sobre as mentiras (e conseqüentemente sobre as verdades) em que o trabalhador se acomoda. Mas o que é a verdade e o que é a mentira?

Como Freud afirmou em “*O mal-estar na civilização*” (1930[1929]), os grupos humanos são muito diferentes das colônias de abelhas e de térmitas. O ser humano é um ser marcado pela cultura, capaz de se perguntar e ir além de uma programação instintiva. Assim são os membros de uma cultura organizacional que, por mais submetidos aos seus ideais, são capazes de, em dado momento, questionar a própria existência. Capazes de amar e de odiar, de se alienar e de se separar, de ser um outro e de ser si mesmo. Que a verdade então se produza no trajeto de suas oposições, na submissão e na rebeldia e para além delas.

- **Como se situar num campo heterogêneo?**

Não pretendo transformar a minha dissertação em um trabalho autobiográfico ou romance ficcional com passagens sobre a vida nas corporações. Se tiver de passar por isso, sei que terei de ir além, por se tratar de uma atividade acadêmica e sujeito às suas regras. Acredito que chegou o momento de limitar as minhas associações iniciais relacionadas às considerações pessoais.

Por falar em ficção, gostaria de falar da experiência de ter escrito mais livremente até o momento. Isso me fez lembrar Clarice Lispector quando introduz a sua obra “Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres”. Ela diz que o livro lhe pediu uma liberdade que ela teve medo de dar. E na seqüência, conclui a introdução assim: “eu sou mais forte que eu”.

Penso que essa exposição inicial sobre a minha experiência foi necessária para expressar a idéia de que o trabalhador tem mais a dizer do que o simples discurso administrado. As suas possibilidades de posicionamento são extremamente heterogêneas, ficando a questão de como é possível apreender características comuns. Busco nessa pesquisa saber mais sobre o percurso de um sujeito que, enquanto trabalha-dor, sofre uma série de desligamentos e questionamentos...

CAPÍTULO 1: OBJETOS DO TRABALHO, DEFINIÇÃO DO SUJEITO PESQUISADO E RELEVÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO.

1.1 Uma proposta para o objeto

No projeto de pesquisa inicial o objetivo era caracterizar o “mal-estar” do sujeito contemporâneo nas Organizações Empresariais a partir da descrição dos sofrimentos por ele experimentados e da análise das fontes que os originam. Essas fontes incluiriam a relação do sujeito com os colegas de trabalho, com os superiores hierárquicos, com a cultura organizacional e com as condições de trabalho no capitalismo contemporâneo.

Com o passar do tempo, principalmente quando surgiram as especificidades epistêmicas da psicanálise descritas no próximo capítulo, o enfoque da investigação mudou. Ao invés de buscar nexos causais, numa relação motivacional, a pesquisa adentrou o universo psicanalítico com a idéia de sobredeterminação, de experiência vivida na transferência e de interpretação, utilizando para isso os sintomas dos trabalhadores.

Estaria esse objeto adequado? Surge então uma nova questão. A resposta foi encontrada nos comentários de Carignato (1999) sobre como se deu a delimitação do seu objeto de pesquisa no desenvolvimento de um estudo psicanalítico sobre migrações. Para ela, pensar em sintomas leva à busca de fenômenos, o que não estaria apropriado à psicanálise. Então a definição do seu objeto se deu na tentativa de abstrair das histórias e dos discursos dos imigrantes, a partir do fenômeno da repetição, as significações ocultas e disfarçadas em formas objetivas, sociais e econômicas. E pela interpretação, ela buscou construir outras histórias, as histórias dos desejos inconscientes.

“Poderíamos sim afirmar que se trata da reinterpretação das histórias individuais e coletivas, tendo por base os princípios freudianos e as contribuições lacanianas, com o objetivo de pensar o indivíduo e a sociedade ou, mais precisamente, o sujeito e a sua história. Nesse caso podemos dizer que são esses os objetos deste estudo: o sujeito e suas histórias.” (Carignato, 1999, p. 79)

A partir dessas colocações, estabeleceram-se como objeto desta investigação, conforme mencionado nas páginas iniciais, o desejo e a história do sujeito enquanto “trabalhador”. Uma maior delimitação só será possível com o surgimento de novos “acontecimentos”, fornecidos, de um lado, pelo pesquisado-pesquisador-de-si na entrevista, e de outro, pelo

pesquisador-analista em contínua interlocução com diversos outros agentes durante a construção de seu texto.

1.2 A definição do sujeito

Para construir um saber sobre as organizações e os trabalhadores, o pesquisador optou por fazer o estudo de um caso. Antes das considerações sobre a metodologia, é oportuno adiantar que, para a psicanálise, o importante não é o número de sujeitos a serem pesquisados, conforme afirma Pacheco Filho:

“... o próprio aperfeiçoamento teórico e metodológico mostrou cada vez mais claramente que a eficácia e a produtividade da pesquisa psicanalítica dependiam muito mais do nível de profundidade, tempo de duração e detalhamento do estudo de cada analisando, em contínua interação com a reflexão teórica, do que do número de indivíduos analisados: a análise exaustiva de poucos casos revelou-se inequivocadamente mais profícua do que pesquisas superficiais de grande número de indivíduos.” (Pacheco Filho, 1999, p. 14)

Por outro lado, devemos considerar o próprio desejo do pesquisador ao optar por esse tema e a utilização de informações oriundas de várias fontes, inclusive das suas próprias experiências, lembranças e pesquisas bibliográficas. A objetividade virá das trocas e discussões com o orientador, a quem se reputa um saber próprio da psicanálise que permitiu ao pesquisador construir uma ficção entendida como explicação inacabada da experiência, a partir das lacunas do seu desconhecimento. A produção da verdade na dissertação se dará pela busca do saber, “do saber-se”, e pelas surpresas encontradas ao longo do percurso.

O sujeito da pesquisa foi escolhido de acordo com alguns critérios. Deveria ser uma pessoa que tivesse passado grande parte de sua vida no interior de uma empresa e que acima de tudo pudesse associar o mais livremente possível com relação à sua experiência. Assim, a pesquisa se voltou para um sujeito que o pesquisador conheceu no momento em que se desligava de uma empresa. Na época o pesquisador desenvolveu com ele um trabalho de planejamento de sua vida fora da empresa, como elaboração de *curriculum*, definição de plano profissional, definição de fontes de emprego, simulação de entrevista de seleção e, inesperadamente, muita conversa sobre as suas angústias, frustrações, fantasias, lembranças e desejos.

A organização para a qual trabalhou durante grande parte de sua vida e da qual estava se desligando tem características específicas, como processo de alta tecnologia, capital intensivo e rentável, condições de trabalho diferenciadas, bem como um pacote de benefícios acima da média do mercado.

A partir do segundo encontro com esse trabalhador, o escopo da pesquisa foi ampliado. O percurso não se restringiu às organizações empresariais, embora grande parte da pesquisa de campo seja dedicada às relações estabelecidas no seu interior. Após o desligamento, o sujeito assume diferentes funções.

1.3 A relevância

A relevância deste tema reside no fato de que as organizações empresariais nunca tiveram tanto destaque como na atualidade. Considerando as características de contemporaneidade, fortemente influenciada pelo avanço do modelo capitalista, as organizações empresariais tornaram-se um dos principais meios de assegurar a sobrevivência física e até psicológica do sujeito contemporâneo.

Para Freitas (2002), as relações de dependência entre o trabalhador e as organizações empresariais se acentuaram sobremaneira na sociedade atual, que passou a valorizar o sujeito pelo seu poder aquisitivo, distanciando-o cada vez mais de valores tradicionais, como família e religião. A integração social agora é marcada por hedonismo e consumismo.

O tempo dedicado ao trabalho é a prova de que as organizações empresariais se tornaram uma das principais razões da vida da maioria das pessoas. A qualidade das relações que se tecem nesse longo período de dedicação não só influencia de forma significativa o psiquismo do trabalhador, como é influenciada por ele.

Vale a pena, então, refletir sobre as relações que têm sido estabelecidas. Não é rara a

pensam em mudar de emprego. É um problema imediato para milhares de pessoas – e uma bomba-relógio para as empresas”. (Mano, 2003, p. 67)

O tratamento desse “mal-estar” no interior das organizações empresariais tem sido feito por meio de longos trabalhos de desenvolvimento de equipes e programas de qualidade de vida, contratando-se consultorias especializadas, que trazem propostas pouco efetivas para o dia-a-dia. É comum o comentário de que a mudança é fugaz e de que geralmente se retoma o posicionamento habitual quando se volta para o cotidiano. O ideal de “trabalho em equipe” ou de “realização no trabalho” torna-se um discurso vazio.

Os profissionais de Recursos Humanos sofrem uma profunda contradição. Vivenciam e estabelecem contato com sofrimentos e conflitos como observadores externos, na medida em que lhes cabem a análise e a reflexão do que diz respeito às relações estabelecidas no interior das organizações, mas também experimentam esses mesmos conflitos na medida em que igualmente integram este quadro. E se formos mais além, eles mesmos são responsáveis por garantir o andamento da engrenagem promovendo a constante adaptação dos seus funcionários, custe o que custar.

Considerando o exposto acima, conclui-se pela importância do aprofundamento na compreensão das relações estabelecidas entre o ser humano e o trabalho. Além disso, é inegável a necessidade de se questionar se a relação com o trabalho é meramente reprodutiva, automatizada e geradora de “mal-estar” ou se ela busca o resgate de um sujeito capaz de refletir, rever posicionamentos e estabelecer relações mais satisfatórias e transformadoras.

Assim, é preciso que os centros de Pesquisa em Psicanálise e Psicologia Social dirijam seu olhar para as organizações empresariais, pois dessa forma, estarão contribuindo para a solução de questões de suma importância para o homem da atualidade.

1.4 O percurso

A bibliografia básica a ser utilizada servirá, no capítulo “Fundamentos psicanalíticos – O laço social, o ‘mal-estar’ e o gozo”, para esclarecer a concepção estrutural de laço social, o “mal-estar” e o gozo pela perspectiva da psicanálise lacaniana. A referência teórica central

será a contribuição de algumas das obras sociais de Freud e os quatro discursos do seminário XVII de Lacan (1969-1970, edição de 1992). Para desenvolver as suas idéias, serão trazidas as contribuições de vários psicanalistas que comentam e pesquisam suas obras.

Uma das nuances do “mal-estar” a ser trabalhada será o aspecto indomável do ser

CAPÍTULO 2: A ESCOLHA DA ABORDAGEM TEÓRICA DESSA DISSERTAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES EPISTÊMICAS, METODOLÓGICAS E ÉTICAS.

Para levar a pesquisa adiante, principalmente no momento de síntese da pesquisa bibliográfica, foi imprescindível refletir sobre a especificidade da leitura e da escrita a partir da ética da psicanálise. Isso implica em responder as seguintes questões: Por que a psicanálise é muitas vezes criticada do ponto de vista epistemológico? Como ela se situa em relação às outras áreas do conhecimento e em que se diferencia? Qual é o seu objeto (se há ou não dicotomia entre sujeito e objeto, realidade interior e exterior)? Qual é o seu método para produzir conhecimento? Como ela trabalha a relação entre causa e efeito? Estaria eu trabalhando com a visão epistemológica positivista e chamando isso equivocadamente de psicanálise? O que é verdade para a psicanálise? Como se dá a escolha de uma abordagem? Há diferenças entre a pesquisa da psicanálise clínica e a da psicanálise aplicada à sociedade? Quais as cautelas necessárias na interlocução entre indivíduo e sociedade através da psicanálise? Há uma outra questão ainda mais pessoal: por que a escrita e a leitura de um texto psicanalítico são tão árduas, com interrupções, inibições, angústias, sonhos, lembranças e acontecimentos inesperados?

2.1 A originalidade epistêmica da psicanálise

Entre os textos pesquisados para dar direção a essa pesquisa destacou-se “Fundamentos para uma crítica da epistemologia da psicanálise” (1999).

A especificidade do conhecimento psicanalítico traz grandes dificuldades para a epistemologia. Em seu artigo, Palombini (1999) indica qual seria o estatuto epistêmico da psicanálise e como ela se diferencia das ciências empíricas tradicionais. Optou-se por inserir na dissertação as críticas que a psicanálise sofre por parte das áreas citadas pela autora, mesmo sabendo que não é objetivo deste trabalho produzir um tratado sobre epistemologia. As críticas dos cientistas comportamentais, de Habermas, Popper e Kuhn à psicanálise podem ser de grande valia no sentido de localizá-la ao estabelecer as diferenças. A sua exposição tem a finalidade de fornecer ao leitor as razões da opção epistêmica e metodológica.

A filosofia não responde de forma unívoca e satisfatória à questão da epistemologia da psicanálise. De forma esquemática, pode-se pensar em três enunciados que a situam do ponto de vista epistemológico pelas críticas que lhe são feitas. O primeiro deles se baseia na idéia de que a psicanálise é uma ciência comportamental. Os positivistas atribuem à psicanálise o mérito de explicar comportamentos até então inexplicados e de apontar uma relação entre os sintomas e a realidade externa. Propõem, no entanto, uma correção nos seus rumos, tornando mais claro o vínculo entre os conceitos e os predicados observáveis. Acreditam que Freud enfatizou em demasia as analogias, deixando de lado a observação.

O segundo enunciado considera a psicanálise um conto de fadas científico. Esse pensamento é representado por grande parte dos positivistas lógicos, entre os quais se destacam Nagel e Poppers. Para Nagel, a psicanálise é incapaz de uma validação empírica; seus conceitos, metáforas e analogias são tão vagos que qualquer fato se ajusta a eles, de forma que ela carece de regras claras para relacionar fato e teoria. Popper segue caminho parecido. Em sua análise, inverte os critérios positivistas, afirmando que a experiência não serve para confirmar uma teoria mas, sim, para refutá-la. Uma teoria científica deve estabelecer os resultados de observação que podem inviabilizá-la. “Somente quando se estabelecem critérios de refutação, uma observação empreendida como teste pode servir de apoio a uma teoria.” (Palombini, 1999, p. 56) Para ele, a psicanálise parece apta a absorver qualquer resultado contraditório em relação às suas hipóteses, utilizando-se, por exemplo, da explicação de que os argumentos contrários a ela seriam sinais de resistência inconsciente. Sendo assim, não há possibilidade de refutação e, por isso, não há como considerá-la uma ciência.

De certa maneira, Thomas Khun faz parte desse grupo, embora apresente uma outra forma de ver a ciência enfatizando mais os aspectos sócio-históricos do que os lógicos na produção do conhecimento. Assim, rejeita a idéia de verificabilidade e falseabilidade e propõe a teoria do paradigma. Os exemplos advindos da prática científica se transformam em tradição. Suas regras e práticas são o que ele chama de ciência normal. Quando o fracasso na solução de enigmas ou quebra-cabeças se torna marcante e compromete o paradigma estabelecido ocorre uma outra crise, gerando a necessidade do estabelecimento de um novo paradigma. As ciências humanas estariam em um momento pré-paradigmático em que se debatem inúmeras escolas, com diferentes propostas para a mesma gama de fenômenos. Entretanto, Khun nega à psicanálise o acesso ao conjunto, porque ela não seria uma ciência,

mas apenas uma técnica que apesar de seus fundamentos racionais não consegue impedir fracassos.

O terceiro enunciado trata a psicanálise como uma hermenêutica. Segundo Habermas, Freud mesclou uma hermenêutica com uma metodologia proveniente das ciências da natureza. A partir dos textos do analisante, marcados pelo desconhecimento e pela ilusão, o analista é capaz de interpretar o que está oculto, reinserindo-o no mundo da linguagem. Assim, ao carregar a psicanálise para o campo da linguagem ordinária, Habermas transforma-a num exercício de auto-reflexão, retirando a radicalidade do conceito do inconsciente.

Entre as diferentes visões epistêmicas citadas, é comum o descrédito da invenção freudiana do inconsciente. Segundo Palombini (1999), isso representaria uma dificuldade para as teorias do conhecimento dar conta das especificidades epistêmicas da psicanálise: a noção de transferência no estabelecimento da experiência, o dispositivo da ficção no engendramento dos conceitos e a idéia da explicação interpretativa. A partir dessas colocações, os enunciados críticos sobre epistemologia psicanalítica colocados anteriormente não se sustentam:

“A observação comportamental dissolve-se na consideração da relação de transferência que envolve analista e analisante; a depreciação em conto de fadas anula-se pelo uso metódico e metodológico da ficção como modo de conhecimento de um objeto psíquico que escapa à experiência imediata; a designação da hermenêutica perde o valor quando a interpretação é entendida como mediação necessária para alcance da explicação.” (Palombini, 1999, p. 69)

Para Althusser (2000), ao contrário dos métodos positivistas que postulam a possibilidade de se descrever os fenômenos na própria linguagem de sua observação com a utilização de definições operacionais, a produção do conhecimento psicanalítico apresenta sua especificidade por começar onde termina o empirismo. Para se compreender o empirismo, vale recorrer à introdução de Evangelista à sua obra: “Empirismo é identificar o objeto-real com o objeto-de-conhecimento. É dizer que o objeto-de-conhecimento, que a essência está no objeto-real, de uma maneira ou de outra. Empirismo é conceber o processo de conhecimento como uma modalidade de extração da verdade a partir do real.” (Althusser, 2000, p. 35)

Assim, a produção científica para a psicanálise, embora esteja relacionada com os objetos reais, não trata diretamente deles, mas deles se apropria para produzir o

conhecimento. Freud não abstraiu o conceito de inconsciente pelo “modo de ser neurótico ou psicótico”, mas foi capaz de ultrapassar o fenômeno, buscando o que se ocultava.

A psicanálise produziu inúmeras modificações na sua trajetória a partir da relação entre as dimensões teóricas, práticas e técnicas que lhe possibilitou uma construção conceitual rigorosa de seu objeto de conhecimento: o inconsciente.

“Qual é o objeto da psicanálise? - é aquilo de que a técnica analítica se deve ocupar na prática da cura, ou seja, não a própria cura, não essa situação pretensamente dual em que a primeira fenomenologia ou moral vinda encontra satisfação de sua necessidade – mas os ‘efeitos’, prolongados no adulto sobrevivente, da extraordinária aventura que, desde o nascimento até a liquidação do Édipo, transforma um animalzinho engendrado por um homem e uma mulher numa criancinha humana.” (Althusser, 2000, p. 61)

Disto fala a psicanálise: o surgimento do ser humano, seu embate com a cultura e as marcas que traz consigo resultantes desse processo de constituição que pode ser entendido pelo complexo de Édipo. De um lado está o seu aspecto invariável enquanto estrutura dramática imposta pela cultura aos candidatos a se tornarem humanos. De outro lado, paradoxalmente, está o seu aspecto variável conferido pela trajetória singular do sujeito por essa estrutura e os seus efeitos, que constituem o objeto da prática psicanalítica: “... eles (os seres humanos) são as testemunhas, para sempre amnésicas, e muito freqüentemente as vítimas dessa vitória, trazendo do mais surdo, ou seja, no mais gritante de si mesmas as feridas, as enfermidades e o cansaço desse combate pela vida ou morte humanas.” (Althusser, 2000, p. 61)

A radicalidade da descoberta freudiana se evidencia na proposição de uma ordem completamente distinta da biologia, que considera o adestramento do ser humano, deixando de lado suas marcas de amor e ódio; da antropologia, que pensa a sociedade e a cultura em dado momento sem considerar o período anterior; da sociologia e da filosofia por responderem às questões a respeito de deus, razão e consciência numa perspectiva cultural e histórica que esconde sua origem; e finalmente da psicologia que identifica a gênese do indivíduo nos próprios controles da cultura.

Houve inúmeras tentativas de revisão e anexação da psicanálise a essas disciplinas. Coube a Lacan retornar a Freud e preservar uma originalidade que “... força cada um a se interrogar, não somente sobre a sua disciplina, mas sobre as razões para acreditar nela, ou

seja, para dela duvidar; pelo aparecimento de uma ciência que, por pouco que nela se creia, arrisca-se a demolir uma parte das fronteiras existentes, portanto, a remanejar o *status quo* de várias disciplinas.” (Althusser, 2000, p.58)

A linguagem de que se vale Lacan visa à proteção das estruturas e das corporações ameaçadas pela aparição da psicanálise. Os artifícios por ele usados e a estranheza que causam, mostram a sua necessidade de trazer ao exercício da transmissão psicanalítica a própria lógica da teoria, resguardada de seus desvios. Assim, a sua retórica leva a marca do inconsciente com trocadilhos e metáforas bem ou mal-sucedidos. Com isso, Lacan impede a “adaptação” do objeto freudiano a outras teorias, de forma que a consciência só pode ser entendida pelo seu estatuto de ilusão e de desconhecimento:

“Freud nos revela, por sua vez, que o sujeito real, o indivíduo em sua essência singular, não tem a figura de um ego, centrado no eu (*‘moi’*), na ‘consciência’ ou na ‘existência’ - quer esta seja a existência-para-si, do corpo próprio, ou do comportamento -, que o sujeito humano é descentrado, constituída por uma estrutura que também tem um ‘centro’ apenas no desconhecimento imaginário do ‘eu’, ou seja, nas formações ideológicas em que ele se ‘reconhece’.” (Althusser, 2000, p. 71)

2.2 O método

O método dessa pesquisa para produção de conhecimento será a transferência, a associação livre e a interpretação.

Segundo Palombini (1999), nos textos de Freud a transferência pode ser entendida como o que interrompe a memorização dos acontecimentos passados para revivê-los na situação analítica. Constitui uma resistência e ao mesmo tempo uma possibilidade de mostrar o que está oculto. A concepção Lacaniana de transferência inclui o analista e o analisante numa relação assimétrica. O analisante busca uma verdade que supõe que o analista conhece. O analista, por sua vez, volta-se para aquilo que decorre do inconsciente, que submete o analisando e que ele não sabia que sabia. E o seu desejo enquanto analista é assegurar o andamento do processo.

O importante é considerar a transferência como um postulado básico da teoria e também como a mola propulsora na construção da pesquisa. A trajetória de Freud é um exemplo de uma rica interlocução com colegas de diferentes formações, adversários e

adeptos, por meio de cartas, troca de confidências, encontros semanais. Fliess, por exemplo, tornou-se, em dado momento da construção de sua teoria, uma referência significativa para tratar das incertezas e angústias. Isso nos aponta para a busca desse Outro, para tratar de um desconhecimento. Somente em relação ao Outro o inconsciente se revela, somente pela ruptura da continuidade do discurso consciente.

A argumentação teórica da psicanálise e a sua inscrição no domínio da razão se dão por essa experiência transferencial:

“O campo da experiência psicanalítica distingue-se, assim, do terreno do experimento observacional, o qual se destina à verificação objetiva imediata e pressupõe uma relação de exterioridade entre o sujeito da experimentação e o objeto da experiência. Ocorre que o objeto da investigação analítica é mesmo o sujeito do inconsciente, sujeito de desejo. A relação transferencial é o que permite ao desejo de um dos sujeitos encontrar mediação pela presença do Outro. O que se passa numa análise, isto é, a livre associação do analisante e a escuta interpretativa do analista, não pode, portanto, ser julgado do ponto de vista da razão, por meio de critérios externos ao contexto da relação transferencial que condiciona ambos dizer do analisante e a interpretação do analista.” (Palombini, 1999, p. 63, grifo nosso)

O sujeito não foi escolhido segundo critérios como sexo, cor, idade, classe social. O critério principal foi a existência de um relacionamento anterior que possibilitava uma situação de transferência.

O encontro com ele ocorreu num momento traumático de desligamento da empresa, e a experiência da transferência se deu quando surpreendentemente surgiu um empenho em falar de si mesmo e de se posicionar em relação ao que acontecia na época. Foi isso que motivou a opção por esse sujeito.

Do lado do pesquisador, havia naquele momento o desejo de mudar de carreira e fazer algo além do que estava prescrito para um Analista de Recursos Humanos, ou seja, de passar a escutar os sujeitos como Psicanalista. Na análise da entrevista é possível que surjam mais informações sobre o encontro com esse sujeito.

Interessante destacar que inicialmente se tratava de uma entrevista para disciplina Pesquisa em Identidade do programa de mestrado da PUC/SP. De alguma forma, havia a possibilidade de utilizá-la parcialmente na dissertação, uma vez que se tratava de alguém relacionado ao contexto empresarial. Cinco meses depois, durante a transcrição da gravação

da entrevista, o grau de detalhamento e a riqueza dos acontecimentos da vida corporativa que poderiam ser lidos à luz da Psicanálise levaram ao desejo de estudá-la com mais profundidade.

A importância da associação livre se mostra no discurso do analista proposto por Lacan no seminário XVII (1969-1970, edição de 1992). Segundo o autor, a instauração do discurso do analista implica na colocação de um sujeito barrado no lugar do trabalho. Isso indica que o analista não tomou a palavra para si, possibilitando com seu silêncio, a abertura de um espaço de escuta para que o outro surgisse na condição de falante. Lacan faz um jogo de palavras com o termo dominante bastante interessante. O analista quando se coloca como objeto *a* no lugar dominante, de puro vazio, leva por sua vez a dar ao outro como sujeito o lugar de dominante.

“O analista que escuta pode registrar muitas coisas. Com o que um contemporâneo médio é capaz de enunciar, se não está acautelado, pode-se fazer o equivalente a uma pequena enciclopédia. Isto daria uma enormidade de claves, se estivesse registrado. Poder-se-ia mesmo depois de construir isso, mandar fazer uma pequena máquina eletrônica graças à qual o analista só tem que retirar o *ticket* para dar-lhes a resposta.” (Lacan, 1969-1970, edição de 1992, p. 33)

Do lado do outro, aqui ocupado pelo analisante, a produção dos significantes-mestres só se torna possível pelo abandono de qualquer referência prévia pela via da associação livre.

O analista, nessa perspectiva, convida o outro a uma aposta aparentemente absurda: a de que uma fala desprovida de critério possa ser válida, principalmente ao mostrar que ele “*é onde não pensa*”. Ao dizer qualquer coisa, o surgimento dos significantes ao acaso traz à tona aquele saber que até então não se tinha consciência de que existia, pois algo se produz paralelamente ao que foi dito, mostrando que é esse “saber que não se sabe” que de fato trabalha e traz toda a sorte de conseqüências. A concessão da liberdade para expressão dos significantes remonta à sua própria essência, que é de uma ordem provisória, complexamente articulada, e desconhecida. Isso de alguma forma pode nos remeter à idéia de sobre determinação do inconsciente em Freud, na medida em que as ações humanas são marcadas pela multiplicidade e pela impossibilidade de se encerrar numa única causa ou sentido.

A pesquisa com base na associação livre trouxe implicações de ordem prática. Primeiramente, não houve a apresentação de um roteiro com questões predefinidas nem interrupções durante o relato do pesquisado. Ele foi informado de que se tratava de uma

pesquisa que abordava o “mal-estar” do trabalhador com uma proposta de pergunta inicial: quem é você?

Ao longo do relato o sujeito teve liberdade para falar à vontade, sendo apenas

que corre paralelamente, a enunciação. Colocar-se como objeto tendo como verdade o saber é escutar o que está sendo falado de um Outro lugar e que, do contrário, simplesmente ficaria como está, sem retorno para o sujeito. Esse Outro lugar de onde se escuta permite fazer um recorte que, ao ser retirado do texto do analisante pelo analista, permite ao primeiro encontrar um outro sentido.

Pelo fato de se limitar à citação do que autor (analisante) proferiu, o analista tem como verdade apenas um saber incompleto fornecido por essa citação e que ele guarda para si sob a barra do recalque enquanto saber. O analista se vale dessa citação em ato através de seu discurso e o coloca de forma restrita a um semi-dizer, como um enigma, para que o outro como sujeito barrado produza seus significantes-mestres. Assim dá-se a definição da interpretação e a circunscrição do que se espera de um psicanalista-pesquisador.

“A interpretação – aqueles que a usam se dão conta – é com frequência estabelecida como um enigma. Enigma colhido, tanto quanto possível, na trama do discurso do psicanalisante, e que você, o intérprete, de modo algum pode completar por si mesmo, nem considerar, sem mentir, como confissão. Citação, por outro lado, às vezes tirada do mesmo texto, tal como foi enunciado. Que é aquele que pode ser considerado uma confissão, desde que o ajuntem a todo o contexto. Mas estão recorrendo, então, àquele que é seu autor.” (Lacan, 1969-1970, edição de 1992, p. 35)

Palombini (1999), com base nas idéias lacanianas, propõe reflexão sobre a interpretação enquanto explicação interpretativa dada pelo termo alemão *Deutung*. A explicação será baseada, então, na busca de estabelecer uma relação entre a experiência e um quadro de idéias provisório, pouco definido. O trabalho interpretativo configura-se como forma de mediação entre o material clínico e o conceito metapsicológico. A interpretação constitui um meio e não um fim para o surgimento de um saber novo e inesperado. Portanto, não se trata de usá-la com a finalidade de dar um sentido conclusivo, trazendo à tona o material que estava oculto, mas de provocar a produção de um outro sentido, inesperado. Nesse momento, de forma efêmera, surge o saber, produz-se a investigação. Pode-se afirmar que a psicanálise recusa a hermenêutica e permanece fiel à explicação.

A investigação psicanalítica não é uma explicação de motivos a partir do isolamento

de encadeamento dos significantes. A relação causal se dá pela lógica da linguagem nos seus aspectos metonímicos e metafóricos, conforme será colocado no capítulo “Fundamentos psicanalíticos – O laço social, o ‘mal-estar’ e o gozo” na seção “Fundamentos da lingüística e da antropologia estrutural para a passagem da abordagem mítica à estrutural do laço social em psicanálise”.

A forma com que Freud trata dos chistes e dos sonhos, mostra que eles não são para serem interpretados pois já constituem, eles próprios, uma forma de interpretação. Trata-se de uma mensagem vinda do inconsciente e que, por se encontrar num momento anterior à atribuição de sentido, permite que o sujeito seja surpreendido por um sentido que não estava na consciência. *Deutung* corresponde à significância de uma representação, dada pela força do recalque.

Assim, o sonho é substituído por um outro elemento que, a partir dele, tem valor para o sujeito por se tornar uma novidade, uma vez que antes da ocorrência da *Deutung* esse elemento estava intensamente afastado e impedido de se expressar e construir. Se, no primeiro momento, a obra freudiana buscava tornar manifesto o conteúdo latente, o chiste, como modelo de interpretação, apresenta um novo posicionamento de Freud, no qual não se busca dar um sentido, mas suspendê-lo, ao formar-se um enigma.

“De fato, o caráter polissêmico da linguagem, somado à sobredeterminação que caracteriza as formações do inconsciente, torna problemática a interpretação que cunha um dado sentido à produção discursiva do analisante. Lacan vai buscar na lingüística os elementos que possibilitam situar a interpretação analítica com relação ao conceito de significante enquanto elemento constitutivo da linguagem, primeiro e autônomo com respeito ao significado.” (Palombini, 1999, p. 64)

Com base nessas reflexões, não foram formuladas perguntas prévias para a pesquisa de campo. Qual foi, então, o caminho percorrido para saber sobre o “trabalha-dor”? Perguntas, comentários, lembranças e pausas que surgiram na medida em que a palavra do entrevistado era proferida. E como isso guiaria a leitura teórica do que foi escutado, tendo em vista as inúmeras possibilidades de articulação com os grandes temas psicanalíticos?

O que o sujeito disse na entrevista tomou um outro sentido, um outro recorte, pela “ligação” que foi estabelecida no dia seguinte. Naquele contato o sujeito disse que saiu da entrevista pensativo e que precisava dizer que por trás de tudo o que havia dito (sobre o

grande período que passou de sua vida na empresa) havia uma visão “católica” do mundo com um Deus-Pai que cuidava de seus filhos e lhes mostrava o caminho.

A interpretação dada às perguntas e aos comentários que foram surgindo, constituiu um meio, e não um fim, para o nascimento de um saber novo e inesperado. Novos contatos trariam novos sentidos.

2.3 A validade da interpretação e a objetividade de sua produção – a questão da verdade na pesquisa psicanalítica

A esta altura do trabalho, é preciso definir o conhecimento que será considerado válido nesta pesquisa. Segundo Carignato (1999), a validade do conhecimento em psicanálise não se dá pela comparação, verificação ou predição, mas pela possibilidade de se estabelecerem intervenções que possam produzir efeitos de sentido, sem perder de vista o questionamento por parte do analisando. A partir dessa abertura, pode-se dar um novo sentido ao discurso.

As histórias dos imigrantes, que constituem o objeto da pesquisa de Carignato, não são histórias objetivas, construídas por cientistas sociais. Trata-se de construções produzidas em discursos subjetivos por diversos autores somad7 soadine21.7()18.698(o)-1-12.5(a)-d5ies pr4urs pu-8(u-24

Freud (1937) em “Construções em Análise” considera injusta e depreciativa a crítica que se faz à psicanálise de que a interpretação do analista estaria certa independentemente da confirmação do analisando. Essa idéia seria expressa pelo princípio do “*Heads I win, tails you lose*”, traduzindo: “Cara, eu ganho, coroa você perde.” De fato, o “sim” ou o “não” do paciente não é suficiente para justificar o abandono das interpretações, há que se estabelecer uma forma de considerar uma interpretação válida.

Qual o material que o analista tem à sua disposição para tornar isso viável? Sonhos, associação livre, atos em transferência e demais formações do inconsciente.

Há dois lugares onde se deve proceder à procura dos anos esquecidos pelo paciente. Ao analisando cabe a tarefa de recordar. Ao analista cabe completar o que foi esquecido a partir dos traços que foram deixados.

“Mas assim como o arqueólogo ergue as paredes do prédio a partir dos alicerces que permaneceram de pé, determina o número e a posição das colunas pelas depressões no chão e reconstrói as decorações e as pinturas murais a partir dos restos encontrados nos escombros, assim também o analista procede quando extrai suas inferências a partir dos fragmentos de lembranças, das associações e do comportamento do sujeito da análise.” (Freud, 1937, edição de 1980, p. 293)

A reconstrução se dá por meio da suplementação e da combinação dos restos, o que a deixa suscetível a erros. O arqueólogo estaria na situação mais desfavorável, porque encontra objetos destruídos por fogo, saque ou violência mecânica, que restringem a sua possibilidade. Na análise, pelo contrário, nada foi destruído e tudo se encontra presente em algum lugar. Entretanto, o analista não consegue evitar a desvantagem da complexidade do objeto psíquico.

A construção em análise não deve ser entendida como um trabalho preliminar e seqüencial como, por exemplo, na construção civil em que o levantamento das paredes precede a decoração no interior. Trata-se, na verdade, de executar o trabalho de acordo com o que aparece, sendo que às vezes o “acabamento” pode surgir antes da “base”, ou mesmo ambas as fases podem ser abordadas de forma simultânea. Assim, “o analista completa um fragmento da construção e o comunica ao sujeito da análise, de maneira que possa agir sobre ele; constrói então outro fragmento a partir do novo material que sobre ele se derrama, lida com este da mesma maneira e prossegue desse modo alternado, até o fim.” (Freud, 1937,

edição de 1980, p. 295) Enquanto para o arqueólogo a construção é o objetivo final, para o analista ela se configura apenas como um trabalho preliminar.

Cabe aqui uma reflexão sobre a garantia de que a construção está correta e sobre os danos que podem causar nossos erros. Como foi mencionado anteriormente, nem o “sim” nem o “não” do paciente indicam se houve êxito. O mais importante é verificar se o paciente permaneceu intocado diante do que foi dito. Se o analisando nada desenvolve a partir da construção feita pelo analista pode-se concluir que ela foi equivocada e que uma nova oportunidade mostrará a mais adequada. Quanto às conseqüências das construções erradas, pode-se afirmar que elas não causam grandes prejuízos, apenas perda de tempo e, quando freqüentes, causam má impressão ao paciente. O problema surge quando o tratamento é conduzido na base da sugestão e o analista tenta persuadir o analisando a aceitar as coisas em que ele acredita.

O “sim” por parte do paciente é ambíguo e não possui nenhum valor a não ser que seja confirmado por meios indiretos, como a produção de novas lembranças. O “não” tem menos valor ainda. Muitas vezes baseia-se na tentativa de mostrar que a construção do analista não está completa. E por se tratar realmente apenas de um fragmento, esse “não” pode representar a tentativa de mostrar ao analista que, além do que foi dito, há uma parte que permanece oculta.

Portanto, as elocuições diretas fornecem poucas provas sobre o acerto do analista. Em ambos os casos, a confirmação valiosa se dá por uma resposta com algo análogo à construção. Muitas vezes essas confirmações indiretas a princípio se mostram incompreensíveis, levando algum tempo para adquirirem sentido com o surgimento de novas associações.

“Podemos resumir o assunto afirmando que não há justificativa para a censura de que negligenciamos ou subestimamos a importância da atitude assumida pelos que estão em análise para com nossas construções. Prestamos-lhes atenção e, com freqüência, dela derivamos informações valiosas. Mas essas reações do paciente raramente deixam de ser ambíguas, e não dão oportunidade para um julgamento final. Só o curso ulterior da análise nos capacita a decidir se nossas construções são corretas ou inúteis. Não pretendemos que a construção individual seja mais que uma conjectura que aguarda exame, confirmação ou rejeição. Não reivindicamos autoridade para ela, não exigimos uma concordância direta do paciente, não discutimos com ele, caso a princípio a negue. Em suma conduzimo-nos segundo modelo de conhecida figura de uma das farsas de Nestroy – o criado que tem nos lábios uma só resposta para qualquer questão ou objeção: ‘Tudo se tornará claro no decorrer dos futuros desenvolvimentos.’” (Freud, 1937, edição de 1980, p. 300)

Segundo Lacan (1969-1970, edição de 1992), o discurso do analista implica em colocar o saber no lugar da verdade. Isso mostra o avesso do discurso que se pretende absoluto e que, em outras palavras, indica que a verdade nunca pode ser dita a não ser pela metade. Da relação do saber com o objeto *a* advém a estrutura da interpretação.

O discurso do analista é marcado, então, pelo que Lacan (1969-1970, edição de 1992) chama de colaboração reconstrutiva junto ao analisante, que o permite se enveredar pelo que já viveu, aqui representado pela produção “fervilhante” de significantes-mestres, que em muito nos lembram as “construções em análise” freudianas. E o interessante é que se pode falar do que foi vivido, de forma legítima, uma vez que a configuração subjetiva se revela em algo objetivo e perfeitamente localizável: a ligação significante trazida pela interpretação.

“Ali, em determinado ponto de ligação, especialmente aquele, absolutamente primeiro, do S1 ao S2, é possível que se abra essa falha que se chama sujeito. Ali se operam efeitos de ligação, no caso significante. Quer essa vivência, chamada mais ou menos de pensamento, se produza ou não em algum lugar, produz-se ali algo que tem a ver com uma cadeia, exatamente como se fosse pensamento. Freud jamais disse coisa diferente quando falou do inconsciente. Tal objetividade não só induz, mas determina essa posição, que é a posição de sujeito, na qualidade de sede do que se chamam defesas.” (Lacan, 1969-1970, edição de 1992 p. 83)

Nessa perspectiva de objetividade há um aspecto de crucial importância para a prática psicanalítica, no sentido de uma visão ampliada, seja na esfera da pesquisa ou da clínica, através de diálogo com as questões de ordem econômica e social. O diálogo é possível, porque o discurso do analista não fica à deriva, perdido em abstrações. Ao contrário, ele tem como referência a materialidade do significante assim como, também pela via da materialidade, a sociologia marxista pode apreender as relações de produção.

“Lo que el psicoanálisis ha descubierto de común en todos los hombres, como campo para formalizar y teorizar acerca de una serie de problemas, es su condición de seres parlantes. Lo que el psicoanálisis descubre es que el lenguaje tiene efectos sobre aquellos que lo habitan, que el lenguaje no es una herramienta o un objeto a disposición de la voluntad de cada cual, sino que cada sujeto es determinado por el lenguaje, que el lenguaje es tan determinante sobre aquellos que hablan como las relaciones de producción pueden ser determinantes sobre aquellos que trabajan. Este habitar el lenguaje es a lo que Freud llamaba el inconsciente”. (Valderrama, 1998, p. 10)

E ainda:

“En síntesis, lo que el psicoanálisis descubre es que el significante actúa como una causa material sobre los sujetos. Y este es un punto que el marxismo en general no considera.” (Valderrama, 1998, p. 18)

2.4 Psicanálise voltada às questões sociais

Nas colocações iniciais de Freud em “Psicologia das massas e análise do ego” (1921), podemos encontrar a idéia de que a investigação dos caminhos que o homem toma para obter satisfação, na maioria das vezes, envolve a sua relação com o outro, de forma que a psicologia individual é uma psicologia social. Os aspectos sociais inevitavelmente fazem parte da vida mental, seja como modelo, auxiliar, objeto ou oponente. Apenas em casos de fenômenos muito raros, que Freud chama de narcisistas, a satisfação é retirada total ou parcialmente da relação com as outras pessoas.

Habermas (1976), em “Para a Reconstrução do Materialismo Histórico”, coloca que a transformação das forças produtivas depende das relações sociais. A reconstrução da teoria marxista implicaria exatamente em considerar que essas relações sociais sejam um efeito da linguagem.

A aquisição de um saber é condição para o avanço tecnológico nas organizações capitalistas cuja finalidade é a expansão do capital. E o saber sempre tem conseqüências sociais. Quando o saber não se encontra a serviço das questões humanas universais, como a conservação da vida e a possibilidade da busca da felicidade, a sua validade pode ser questionada.

O ser humano não se dirige a uma finalidade estabelecida socialmente, *a priori*, de forma automática. É um ser de cultura. Portanto, ele não busca apenas fabricar e aprimorar instrumentos que possibilitem o avanço da capacidade produtiva, mas estabelecer também uma convivência com outros seres humanos em que as renúncias e os conflitos são colocados em questão.

Assim, as questões superestruturais do âmbito da linguagem, representadas, por exemplo, pelo direito, pelas idéias morais e pelos processos de socialização, teriam a possibilidade de regular, ultrapassar ou quem sabe até transformar as finalidades estratégicas e instrumentais.

Nesse contexto, a psicanálise teria sua contribuição ao abrir um espaço para que o sujeito fale e reflita. Em *“La Psicología Social de Alexander Mitscherlich”* (1996), Habermas dá o exemplo de um psicanalista que *“nunca tuvo dificultades para entender los destinos de las pulsiones como procesos de socialización. Precisamente esa barrera conceptual entre psicología individual e psicología social no existió para él; y por eso pudo conectar en toda naturalidade el psicoanálisis con la teoría de la socialización y con la sociología de la familia.”* (Habermas, 1996, p. 190)

Para isso, o psicanalista nunca abriu mão do diálogo com seus pacientes como meio de possibilitar que eles fossem além da compulsão a repetição. Acreditava que a cura vinha da aceitação da condição de sofrimento que a condição humana comporta. As enfermidades seriam resultado da ocultação de um conflito que o processo analítico traria à tona, transformando essas enfermidades num sofrimento.

Segundo Habermas (1996), o valor do trabalho de Mitscherlich está no fato de que a principal fonte de pesquisa desse psicanalista vem dos dados clínicos levantados a partir da relação com o analisante levando em conta possibilidade de uma resposta singular e inesperada aos conflitos que o atormenta. Não incorre, assim, no equívoco de entender as instituições e as ideologias somente por analogia com processos neuróticos genéricos nem de explicar a dinâmica social a partir da compilação de biografias individuais desligadas do processo analítico.

“Las ciencias sociales hicieron uso de la metapsicología, pero desconectándola de su base clínica. Frente a estos planteamientos Alexander Mitscherlich tiene la ventaja de que, como médico, considerla la teoría psicoanalítica siempre en conexión con la terapia; y por eso tiene del psicoanálisis una comprensión metodológicamente distinta que aquellos psicólogos sociales psicoanalíticos que, sean médicos o no, se han limitado a ligar externamente a metapsicología con una teoría de la sociedad.” (Habermas, 1996, p. 193)

Diante da problemática metodológica que poderia levá-lo a uma confusão entre a compreensão de um caso particular e uma formação coletiva, Mitscherlich propõe ainda dividir a investigação em diferentes níveis. Um deles se volta para o mundo capitalista, marcado pela racionalidade dos princípios administrativos, pelos ideais de consumo de mercadorias e pelo alto grau de especialização. O outro nível da investigação articula essas

importantes questões sociais a partir da forma singular com que elas impactam cada membro da sociedade.

Em “*Acerca de la relación entre sociología y psicología*”, Adorno (1986) coloca a supremacia da sociologia e da economia sobre a psicologia na compreensão dos problemas sociais contemporâneos. No entanto, argumenta que a psicanálise tem a contribuir no momento em que as massas não perseguem interesses racionais, sendo “(...) *la única que investiga seriamente las condiciones subjetivas da irracionalidad objetiva (...)*” (Adorno, 1986, p. 36).

O aspecto de irracionalidade seria dado pelo fato de que o comportamento das massas não se volta para conservação da própria vida. Há que se considerar o paradoxo de como o ser humano se tornou capaz de colaborar para um projeto econômico que contraria seus próprios interesses. Assim, as regras de sobrevivência comprometem a própria sobrevivência, pois os sacrifícios impostos não são necessários nem compensadores.

A oposição entre indivíduo e sociedade é um pressuposto ideológico do pensamento liberal que trata equivocadamente a forma singular, e ao mesmo tempo coletiva, em que o ser humano se socializa com uma suposta determinação natural ou psicológica completamente independente das determinações sociais e históricas que de fato lhe influenciaram. Embora subjetividade seja aquilo que vai além da organização social, para se constituir ela depende dessa mesma organização social inexoravelmente.

A contribuição da psicanálise seria no sentido de identificar processos psíquicos que podem estar a serviço da dominação, localizados num dado modo de produção e num dado momento histórico:

“Como medio de conocimiento social, la psicología sólo se torna relevante frente a formas irracionales de comportamientos de individuos y, sobre todo, de grupos. Tal es el caso, por cierto, de los movimientos de masas contemporáneos, tanto como de los pasados. En la medida en que los intereses de pocos poderosos se imponen a los intereses racionales de los muchos, esto no sucede, sin más, contra los muchos, sine mereced a ellos. Para esto hay mecanismos psicológicos manipulables, precisamente porque las formas de comportamiento requeridas por la tendencia a la dominación en tal situaciones son irracionales.” (Adorno, 1986, p. 77/78)

Enriquez (1999) também afirma que a psicanálise tem muito a contribuir no âmbito das incoerências sociais, pelo fato de que ela trata de tudo o que escapa à razão, como amor, ódio e o desejo de criar e de destruir. Para lidar com esta irracionalidade irreduzível e intratável pode-se simplesmente desconsiderá-la ou, ao contrário, considerar o inconsciente como fonte de germinação de uma nova razão.

No primeiro caso, vale lembrar, que nada impede que o ignorado retorne de forma violenta pela via das negações e desmentidos. Por isso, Enriquez argumenta que a supressão dos estados de alma nos discursos torna-os ociosos. A racionalização projetiva viabiliza isso. Trata-se de uma forma de perversão da razão, caracterizando-se pelo desejo de certeza baseada em uma argumentação, que exclui a própria irracionalidade e projeta seu lado perturbador e inquietante no outro.

Os gregos, diferentemente de nós, atribuíam valor ao equívoco, ao tortuoso e ao ambíguo; sabiam que o mundo estava em mãos mais poderosas que as suas próprias. Ao invés de oporem-se, tiravam proveito disso. A própria linguagem que permite acesso à cultura e à possibilidade de comunicação pela figura da metáfora e metonímia tem a sua base irreduzível, incerta, imprecisa.

Haverá inevitável tendência do Homem à servidão, às relações de amor e ódio estabelecidas com a autoridade e a inevitável violência que isso gera. O reprimido volta de forma difusa e fora da esfera da consciência e visa à dissociação do *sócius*.

Para abordar uma problemática social o autor propõe ruptura da dicotomia indivíduo e sociedade:

“Gostaria de mostrar aqui que o mais íntimo do ser humano nos leva ao mais essencial do social, que os problemas mais fundamentais da sociedade se inscrevem no corpo e no psiquismo. O conjunto desses problemas e se condensa em fenômenos de poder e de vínculo social, que são para nós fenômenos primordiais, na medida em que nos colocam diretamente em relação as questões do amor (da fascinação, da sedução, da reciprocidade), do trabalho (criativo ou alienado), da morte (em seu trabalho do negativo ou em sua obra destrutiva), da imutabilidade e da mudança.” (Enriquez, 1999, p. 24, grifo nosso)

Plon (1999) em seu artigo, “A face oculta da análise leiga” leva as possibilidades da psicanálise para além da especificidade de seu campo teórico e terapêutico, e de sua relação

com as ciências afins. Considera que a psicanálise pode esclarecer, fertilizar e até conturbar os campos de conhecimento fora dela, ou seja, as ciências humanas e sociais.

Para tanto, o autor parte do texto “A questão da análise leiga” (1926) em que Freud reflete sobre a possibilidade da demarcação de campos de conhecimento e afirma que não seria correto distinguir nas publicações uma análise médica de uma aplicação da psicanálise. Ele aponta, então, para a necessidade de se re-enunciar a divisão entre teoria e prática da psicanálise.

A psicanálise aplicada às questões artísticas e sociais sofreu uma série de críticas que equivocadamente tornaram-se sua marca: as armadilhas da deriva interpretativa e da extensão abusiva do raciocínio analógico entre o individual e social. De fato, em alguns momentos isso ocorreu, como mostrou o historiador de judaísmo Yossef Yerushlmi sobre a posição de Freud em “Moisés e o Monoteísmo” (1939[1934-1938]) citado por Plon:

“Extensão ilícita da interpretação analítica aplicada a um material discursivo que não provém diretamente do inconsciente pois não resulta do emprego da regra fundamental que implica a produção de um material essencialmente constituído de associações livres, recurso insistente, até mesmo exclusivo, à figura da analogia e até da identidade entre dimensões heterogêneas, o individual e o coletivo, para fundamentar esta utilização extensiva da interpretação.” (Plon, 1999, p. 98)

Essas críticas, de alguma forma, devem ser levadas em consideração, uma vez que a psicanálise, ao se aventurar no terreno de outras áreas do conhecimento, pode correr o risco de não utilizar o próprio método que propõe, transformando-se em uma péssima psicologia. Além disso, ela pode correr o risco de se transformar no que o próprio Freud chamou de psicanálise selvagem, ou seja, aquela que utiliza a interpretação fora do enquadre e do momento que a determina.

Lacan foi um exemplo da tentativa de evitar essa extensão ilícita da interpretação. Em seu percurso travou um combate sem trégua contra o retorno ao psicológico e a subordinação ao significado. Ele dividiu (entretanto sem resolver a ambiguidade na divisão dos campos) em três as funções da psicanálise: transmissão, clínica e articulação com áreas afins.

No entanto, as origens de grande parte dessas críticas devem ser buscadas em outro lugar, que é a estrutura dualista do edifício teórico da psicanálise. O dualismo da psicanálise, presente no simbolismo do sonho, por exemplo, traz o caráter inovador do seu método de

interpretação, baseado nas associações livres que o sonhador relata. A partir do conteúdo manifesto do relato, abre-se a possibilidade de desenvolvimento de um raciocínio analógico específico que permite relações com um conteúdo latente. O raciocínio psicanalítico passa a sempre remeter à existência de um elemento e suas traduções.

Os positivistas consideram esse dualismo uma fragilidade epistemológica insuportável. Porém os seus ataques não consideram a especificidade da epistemologia psicanalítica, irredutível às ciências naturais e às ciências humanas.

“Portanto, é este nosso objetivo, livrar a psicanálise aplicada de seu opróbrio original, deixar de fazer dela a depositária exclusiva dos abusos de uma interpretação sistemática e das miragens do pensamento analógico cujas raízes estão em outro lugar, como acabamos de ver, significa dar-se autorização de desvendar, de preparar uma face relegada, oculta da própria psicanálise em um momento em que, de todos os lados, procura-se restringir seu alcance.” (Plon, 1999, p. 105, grifo nosso)

A pretensão científica das modernas ciências humanas, inclusive aquelas que não foram submetidas ao positivismo, implica em procedimentos que muitas vezes carece de uma preocupação com a finalidade, colocando-se ingênuamente como participantes do progresso.

No entanto, o progresso tecnológico e científico tem se contrastado com o surgimento de inúmeros conflitos que vão desde as esferas organizacionais até as guerras entre nações, com crescente potencial destrutivo. O que estas ciências não têm escutado? Há que se questionar se a partir destas lacunas, não teríamos uma oportunidade rica para a psicanálise dar sequência à questão colocada por Freud:

“Freud mostrou que o mal-estar que atinge a condição humana nada tem de ocasional e que longe de ser reabsorvido por meio do conhecimento e da tecnologia revela-se persistente, produto do enfrentamento sem fim das pulsões de vida e da pulsão de morte.” (Plon, 1999, p. 105)

A partir dessas considerações, cabe refletir que as aplicações da psicanálise não devem ser entendidas como colagem de uma teoria a um material, mas como uma possibilidade de isolar elementos subjetivos das práticas sociais. Pela especificidade epistêmica ela seria capaz de buscar a dimensão excluída das demais ciências, considerando-os como resíduos, ou seja o que Lacan se refere como o falho e a falta inerentes ao ser humano, que escapam às outras possibilidades de análise, por exemplo econômica ou sociológica .

Disso surge a possibilidade de desvelar a face oculta da psicanálise aplicada pela direção de suas pesquisas na localização das relações transferenciais, nas organizações pulsionais, as formas de evitação da castração a serviço da boa gestão nas empresas modernas, do saber psicológico imbatível que chamam por aí de Recursos Humanos. Eis alguns exemplos do que de novo pode ser tratado nesse campo a que poderemos chamar de psicanálise aplicada e que buscaremos tratar nesta dissertação.

Uma aspecto importante a ser considerado nesta pesquisa, a partir do recado dado pelo crítico de Freud, é como, num mestrado de psicologia social, não incorrer em um raciocínio analógico abusivo e em uma extensão ilícita da interpretação. E ao mesmo tempo, como afirmou Plon, valer-se da especificidade epistêmica da psicanálise para fazer escutar o que os métodos positivistas excluem.

O cuidado ao tratar das questões sociais poderá ser demonstrado através da utilização dos métodos psicanalíticos de interpretação, associação livre e transferência pelas entrevistas em contato direto com o sujeito pesquisado, sem incorrer numa psicanálise “selvagem”¹ de um material que não seria obtido nessas condições.

Em segundo lugar, será preciso diferenciar aspectos sociais gerais e aspectos singulares sem incorrer em uma falsa generalização desses últimos.

Souza (1991) chama de psicanálise em extensão quando o enfoque do analista-pesquisador se volta para o sintoma social. O sintoma social é formado por diversos sujeitos que ocupam lugares distintos na organização de uma fantasia. A fantasia tem inúmeras possibilidades de posicionamentos, e cada sujeito se encontra em uma “localização” diferente, compondo-a.

Esta diversidade de posicionamentos traz a possibilidade de a interpretação do sintoma ser feita por qualquer um dos membros da sociedade. Cabe ao analista, a tarefa de indicar quem a fez. Além disso, para que se instale um vínculo transferencial e a possibilidade de produzir um saber, deve-se estabelecer uma série interpretativa.

¹ Segundo Laplanche (1994), a definição de Freud sobre psicanálise selvagem consiste numa intervenção que pretende revelar de modo direto o conteúdo recalado sem considerar a singularidade do analisante e a situação de transferência. Freud mencionou esse termo em 1909 no artigo “Psicanálise silvestre”.

A despeito dessas particularidades, também no caso da Psicanálise em extensão, como nos lembra Souza (1991), o papel do analista consiste em abordar o sintoma através da palavra pela revelação dos processos inconscientes que o produzem. O sintoma é constituído pelo desejo e pela defesa. E o desejo, por sua vez, é sustentado por uma fantasia. Portanto, o analista terá a tarefa de reconstruir a fantasia que está por trás do sintoma.

O pesquisador-analista deverá estabelecer uma relação transferencial que permita ao indivíduo, enquanto membro de uma corporação, falar de seus sintomas do ponto de vista individual e também de como ele se articula para formar o sintoma social compartilhado.

2.5 A articulação de disciplinas com objetos diferentes

Numa dissertação, que tem como base a articulação entre a psicanálise e o sujeito que na sociedade se insere como trabalhador, vale questionar qual seria o elo de articulação entre conhecimentos de disciplinas que têm objetos distintos como o inconsciente na psicanálise e os processos sociais na sociologia.

Ao se perguntar se haveria afinidades teóricas entre o Marxismo e a Psicanálise, Althusser (2000) responde: sim e não. Sim, porque são dois conhecimentos que abalaram os valores culturais da burguesia ascendente e porque consideram a importância da práxis, que levaria ao chamado “intelectual orgânico”. Marx vivenciou em si mesmo o conflito de classes, assim como Freud aprendeu com as histéricas; ambos podem ser pensados como materialistas ao propor a existência da realidade fora do pensamento e da consciência; suas teorias têm caráter essencialmente conflituoso, além de terem um objeto verdadeiro e perigoso que leva a inúmeras tentativas de revisão e de anexação por parte de outras teorias, com o intuito de neutralizá-las. Por outro lado, a resposta seria não, já que seus objetos são completamente distintos.

Retomemos a característica conflituoso-cisionista dessas teorias articulando-as com o abalo provocado nos valores burgueses, a ponto de transformar em algo perigoso o conhecimento produzido por esses intelectuais orgânicos. Vale ressaltar que essas colocações promovem uma reflexão sobre a inadequação do conhecimento psicanalítico e do marxismo às tecnologias administrativas voltadas para a gestão de recursos humanos nas empresas. Mas

por que, então, o contexto empresarial não comportaria a presença de um psicanalista de orientação marxista? Para responder, voltemos a Althusser.

Antes de Freud, Marx funda uma ciência necessariamente conflituosa que implica em participação ativa de quem a constrói, tendo como adversário da sua verdade o sistema orgânico da ideologia burguesa, peça essencial da luta de classe burguesa. Na direção contrária, os racionalistas consideram que uma teoria assediada e constituída por movimentos de resistência, como lutas e contestações, opõe-se ao conceito de ciência tornando-se apenas um jogo de opiniões subjetivas e inaceitáveis. Desse lado, não há interesse em reconhecer o conflito, de tal forma que se propõe um ideal científico que mascara e submete os explorados, em sua luta de classes, ao sistema de ilusões indispensável à sua submissão.

Portanto, o pressuposto teórico positivista, que busca uma separação completa do pesquisador em relação ao seu objeto, pode proporcionar um posicionamento ainda mais parcial sem saber sê-lo. Assim, o discurso de neutralidade científica corre sério risco de se converter em posicionamento ideológico ao desconsiderar a dimensão social, histórica e econômica enraizada na luta de classes presente em sua própria produção científica.

“No fundo dessa idéia – ou seja, a de que simplesmente para ver e compreender o que ocorre em uma sociedade de classes é indispensável ocupar posições teóricas de classes proletárias – existe a simples constatação de que, *numa realidade necessariamente conflituosa*, como é uma sociedade desse tipo, *não se pode ver tudo a partir de todas as partes*, não se pode descobrir a essência dessa realidade conflituosa, a não ser sob a condição de ocuparem *determinadas posições no conflito e não outras*, uma vez que ocupar passivamente outras posições é deixar-se arrastar pela ilusão de classe que se chama ideologia dominante. Evidentemente, uma tal condição de se chocar contra toda a tradição positivista, a partir da qual a ideologia burguesa interpretou a prática das Ciências da Natureza, já que a condição positivista de objetividade é precisamente ocupar uma posição *nula, fora de conflito*, qualquer que seja este (uma vez passadas as épocas teológicas e metafísica).” (Althusser, 2000, p. 81)

A relação entre Marxismo e Psicanálise pode ser considerada pelo fato de que esta última, mesmo que num nível diferente, encontra-se marcada pela conflituosidade.

Surge a questão de qual seria o aspecto comum em Freud e Marx que levaria ambos a uma hostilidade por parte da burguesia. Primeiro, a psicanálise destrona a forma filosófica da ideologia burguesa embutida na idéia de que o homem tem a sua unidade assegurada pela consciência, presente na filosofia, na psicologia, na moral e na economia política clássica.

Nesta última, por exemplo, a ideologia do sujeito consciente de suas necessidades está fortemente presente na noção de *Homo Economicus*, tão criticada por Marx. A unidade prescrita por esse conjunto de conhecimentos visa enfatizar a consciência e a responsabilidade do homem por seus atos, obrigando-o à submissão, sem que seja necessário o uso da força.

“A consciência aparece, assim, como a função delegada ao indivíduo pela *natureza humana*, de *unificação* da diversidade de suas práticas, sejam estas de conhecimento, morais ou políticas. Traduzindo essa linguagem abstrata: *a consciência é obrigatória*, para que o indivíduo dela dotado realize, em si, a unidade à sua própria exigência ideológica e política de *unidade*, ou seja, para que *a conflitiva cisão da luta de classes seja vivida por seus agentes como uma forma superior e espiritual de unidade*. Insisto propositadamente nessa *unidade*, ou na identidade da consciência e da função da unidade, porque contra ela se dirigiu fortemente a crítica de Marx, quando este *desmantelou a unidade* ilusória da ideologia burguesa e o fantasma de unidade que ela provoca na *consciência*, como efeito que lhe é indispensável funcionar. Insisto propositadamente nessa *unidade*, por uma coincidência plena de sentido, é sobre ela que se concentrou a crítica freudiana da consciência.” (Althusser, 2000, p. 86)

A profunda influência do valor ideológico da unidade na formação prática e teórica torna compreensíveis as inúmeras resistências sofridas por Freud. Ele atacou o ponto mais sensível da ideologia burguesa sem, no entanto, ocupar-se de verdadeiramente compreendê-la e tratá-la, considerando que não era este o seu objeto. A Marx coube o caminho de se perguntar sobre o processo social, o papel determinante da luta de classes a partir do qual articula toda a sua teoria da infra-estrutura e superestrutura. Portanto, nada aborda do psiquismo. Por outro lado, Freud não aborda as relações sociais, mas os fenômenos particulares que afetam os indivíduos, embora todos eles sejam marcados por algo transindividual, fornecido pelo inconsciente. O aparelho psíquico nega a unicidade, uma vez que é composto por vários sistemas de dinâmica conflituosa.

A diferença distintiva entre Freud e Marx reside no fato de o primeiro apreender os efeitos do inconsciente *individualmente* e nessa esfera operar o tratamento. Não se trata aí de colocar de lado o desconhecimento para que a verdade seja descoberta, como quer a filosofia, pela idéia de consciência desconhecida. A consciência nunca terá, então, o poder de recuperar a sua verdade.

2.6 A justificativa da escolha da abordagem psicanalítica – a possibilidade de uma perspectiva epistemológica ou de um posicionamento ético

Dois autores forneceram subsídios para a reflexão sobre a consistência da escolha da abordagem psicanalítica para essa pesquisa. O primeiro deles, Pacheco Filho (2000), afirma que a psicanálise é inequivocamente uma ciência e é possível demonstrar isso valendo-se dos critérios do próprio autor que se opõe a essa possibilidade, Thomas Kuhn.

O aspecto mais saliente da produção freudiana relaciona-se ao que Kuhn chama de pesquisa extraordinária que, no caso da psicanálise, levou a uma revolução científica na investigação dos fatos psíquicos. A explicação para isso é que Freud não se limitou ao desenvolvimento das teorias existentes. Utilizou-se de experiências do paradigma antigo sem se ligar logicamente a elas, valendo-se para tanto, da intuição. No início de sua carreira, buscou prestígio no paradigma vigente com estratégias de sucessão. Posteriormente, com a sua curiosidade, ambição pessoal e científica, aproximou sua prática cada vez mais de uma estratégia de subversão, rompendo o medo do fracasso que acompanha o afastamento da ciência dominante.

O segundo autor, Figueiredo (1995), coloca a impossibilidade de se julgar as teorias psicológicas com base em uma epistemologia “forte” de tal forma que a questão da escolha da abordagem recaia sobre a questão ética.

Segundo Pacheco Filho (2000), no trabalho de Freud, é possível encontrar atividades de pesquisa que seriam características de uma ciência normal. A psicanálise é definida por seu fundador como um procedimento de investigação de processos mentais, um método de tratamento e também uma coleção de informações obtidas nessa trajetória.

Das definições de Kuhn sobre paradigma destacam-se os seguintes pontos: primeiro, a psicanálise tem entidades fundamentais, como as manifestações do inconsciente e da sexualidade infantil, em oposição aos fenômenos importantes para os outros paradigmas, como racionalidade, intencionalidade e consciência; segundo, as entidades psíquicas se relacionam de forma sobredeterminada através do relacionamento interativo e complexo entre numerosos processos, inviabilizando, assim, a atribuição da causa dos acontecimentos psíquicos a fatores específicos e singulares; terceiro, as entidades são traduzidas em problemas ao apresentar a necessidade de uma pesquisa que envolva o processo psíquico em seu aspecto tópico, dinâmico e econômico; e quarto, a psicanálise estabelece uma tradição de pesquisa com método e técnica específicos, quais sejam, transferência e interpretação, cujos

objetivos são o aprofundamento do conhecimento do fenômeno psíquico e a solução dos conflitos e sofrimentos humanos.

Uma reflexão essencial sobre as contribuições de um paradigma é a sua possibilidade de definir a direção das investigações. Na ausência de referência, todos os fatos são pertinentes e a coleta de dados beira ao acaso.

“A concepção de um método capaz de dar conta da complexidade do fenômeno humano e de, ao mesmo tempo, evitar a dispersão dos esforços de pesquisa nos labirintos do fluxo de acontecimentos psíquicos foi uma obra indispensável, para permitir o progresso das investigações nessa área (dos fenômenos psíquicos)” (Pacheco Filho, 2000, p. 252)

A psicanálise cumpre essa função, diferenciando-se do paradigma vigente baseado em pesquisas de laboratório, com controle de variáveis. Propõe uma definição específica de pesquisa que, inicialmente foi pautada pela catarse e que, ao longo do seu desenvolvimento, terminou por se centrar na transferência e na interpretação.

Outro aspecto a ser avaliado refere-se à possibilidade de se encontrar no círculo psicanalítico uma dedicação extenuante, precisa e esotérica à pesquisa. Os avanços e as modificações sofridas pela psicanálise no curso de seu desenvolvimento atestam a existência de elementos essenciais, que foram se desvelando ao longo de sua trajetória: “...a busca de significados para acontecimentos considerados erráticos, caóticos e indeterminados por outros paradigmas (os sonhos, os sintomas, os atos falhos, etc.), a intuição da importância da sexualidade para os acontecimentos psíquicos e hipótese da causalidade inconsciente podem contar-se entre os mais importantes.” (Pacheco Filho, 2000, p. 254) O caminho foi marcado por importantes revisões que se deram a partir da escuta clínica exaustiva e profunda, levando à mudança da ênfase nos acontecimentos da história de vida para a realidade psíquica, a fantasia e a transferência.

Após a colocação de que a psicanálise desenvolve pesquisas intensivas acerca dos seus objetos, resta-nos formular uma questão, não menos essencial, dirigida à solução de enigmas e quebra-cabeças no interior de suas atividades:

“Ou seja: **será que é possível encontrar-se, em Freud, investigações dirigidas para tentar confirmar a “promessa” de sucesso da Psicanálise, para a solução de problemas relativos à explicação dos fenômenos psíquicos?** E, são abrangidos, por ela, os três modos de concretização dessas “promessas”, discernidos por Kuhn nas investigações da ciência normal?” (Pacheco Filho, 2000, p. 256, grifo nosso)

Para o autor a resposta é inequivocamente positiva. Primeiramente porque a investigação psicanalítica se inicia com a observação e a teorização das históricas, abrangendo, posteriormente, o restante dos distúrbios psíquicos e os processos psíquicos da chamada psicologia normal, como sonhos, vida em vigília e devaneios; consciência e inconsciência, fantasia e realidade, fenômenos de grupo e relação do indivíduo com a sociedade, produção artística e científica; confiança na ciência e fé nas religiões, entre outros.

Para exemplificar como se dá a busca da solução de enigmas em psicanálise, Pacheco Filho (2000) recorre ao percurso de Freud na teorização da angústia, que começa por volta de 1894, passando por inúmeras revisões até a publicação de “Inibições, Sintomas e Ansiedade” (1926[1925]).

A Psicanálise também possui regras que delimitam as soluções consideradas aceitáveis. No decorrer do seu desenvolvimento, houve um abandono da sua parte reducionista e maior concentração no seu núcleo materialista. Isso porque ela inicia as suas atividades, enquanto uma “psicologia para neurologistas”, que visa entender os processos psíquicos através de estados quantitativamente determinados de partículas materiais.

As pesquisas levaram ao afastamento da possibilidade de reduzir os fenômenos psíquicos à neurofisiologia, embora permanecesse a idéia de um substrato material. Assim, a psique se basearia, de um lado, num órgão corporal e de outro, nos atos da consciência. A relação entre eles permanece desconhecida, pois a localização dos fenômenos psíquicos no corpo não permite necessariamente compreendê-los. Assim, ao longo da obra psicanalítica ocorre um deslocamento progressivo da neurofisiologia, com a formação de dois campos que podem se desenvolver de forma paralela e simultânea. “O ponto de vista de Freud evidencia mudança contínua, de uma visão mecanicista e reducionista, para uma concepção cada vez mais psicológica e molar.” (Pacheco Filho, 1999, p. 261)

O caráter cientificista foi garantido por princípios metodológicos que priorizam a explícita valorização da observação empírica dos dados por meio da clínica psicanalítica. No entanto a psicanálise não ficou restrita ao empirismo e desenvolveu um método próprio. Nos seus primórdios, em 1888, a investigação já se voltava, como no caso Emmy von N, para os

detalhes observados e relatados, numa amplitude que ia além das hipóteses iniciais do método

São inúmeras as abordagens para investigar os fenômenos sociais e, a fim de evitar um sincretismo que torne o trabalho incoerente e inconsistente, deve-se proceder a uma escolha. Surge então uma questão: se a escolha não parte das versões normativas, racionais e epistemológicas, como se pode levar adiante a sua reflexão? Como uma ética pode fundamentar a escolha de uma abordagem?

Antes de escolher uma abordagem, podemos dizer que já fomos escolhidos por ela. Os critérios “afetivos” ou relacionados a aspectos pessoais pesam mais do que um exercício racional. No entanto, isso não nos impede de refletir sobre nossas escolhas, de tentar entendê-las e justificá-las.

As diversas abordagens em psicologia vão se constituir como formas de possibilitar, configurar e construir a experiência humana a partir da linguagem. E a linguagem não é apenas um mero instrumento de representação, mas um meio universal da experiência.

As abordagens constituem uma ética, uma “morada”. Constituem formas diferenciadas de conceber a realidade e de produzir conhecimento a partir dela, são dispositivos da experiência; são olhares parciais sobre este homem marcado pela negatividade, pela ausência de um enfoque único e totalitário conforme atesta a existências das diversas possibilidades do seu campo.

Figueiredo (1995) alerta para as armadilhas tanto da posição dogmática como da eclética. A primeira desqualifica as demais abordagens para não ameaçar um dogma, salva o psicólogo de ter que lidar com um terreno tão diversificado. A segunda, ao lançar mão de tudo, sem rigor ou compromissos, exime-se da reflexão e desemboca no senso comum. Ambos solucionam a angústia e impossibilitam o desenvolvimento de uma ética.

A ética é dada por uma abertura a um momento que a filosofia Heideggeriana chamou de encontro, negação e transformação, ou seja, abrir caminho para a experiência atingir o sujeito, transformá-lo e fazê-lo outro.

Mas como fazer isso? Talvez pelo intercâmbio entre teoria, conceitos, técnicas e experiência. Talvez voltando à reflexão para o processo de produção de conhecimento nas condições práticas de pesquisa ou atividade profissional. Não sendo uma escolha puramente racional, cabe ampliar a capacidade de pensar a cerca do que se é, do que se acredita. Conforme o autor, é imprescindível que o psicólogo reflita que cada abordagem traz em si um

sistema de discurso e de ação voltado para a interpretação da existência humana e para a orientação da vida na sociedade. Portanto, a sua escolha tem conseqüências.

A referência teórica e metodológica deste trabalho será fornecida pela psicanálise. Esta escolha se deve a uma identificação com a forma com que se configura a experiência do autor deste projeto de pesquisa. Relaciona-se a um pressuposto, ao mesmo tempo, ético, teórico, metodológico e epistemológico, sem desmerecer a cientificidade e a capacidade de contribuição das demais abordagens, embora implique em uma escolha pessoal bem definida.

CAPÍTULO 3: FUNDAMENTOS PSICANALÍTICOS – O LAÇO SOCIAL, O “MAL-ESTAR” E O GOZO.

“E haverá outro modo de salvar-se senão o de criar as próprias realidades? Tenho força para isso como todo mundo – é ou não é verdade que terminamos por criar uma frágil e doída realidade que é a civilização? Essa civilização apenas guiada pelo sonho.”

Clarice Lispector

O objetivo desse capítulo é compreender como se estabelecem as relações entre o sujeito e a sociedade e, sobretudo como, a partir dessas relações, ocorrem o “mal-estar” e o gozo.

A exposição será dividida em três partes. Considerando a referência da abordagem lacaniana, a primeira parte iniciará com as contribuições da lingüística e da antropologia utilizadas por Lacan para fazer uma leitura estruturalista de Freud com relação às investigações cujo objeto é a sociedade. Em seguida, serão colocadas duas concepções de laço social que fizeram parte de momentos distintos do percurso de Lacan. A concepção inicial traz à tona a importância do imaginário e suas relações com o simbólico; a outra incluirá a dimensão do real e, por isso, é de especial interesse para essa pesquisa.

Na segunda parte será proposta uma relação entre o “mal-estar” presente na obra de Freud e o gozo na obra de Lacan a partir do paradoxo de que é possível produzir uma espécie de ganho, de um excedente, a partir das perdas do sujeito ao fazer o laço. É nesse ponto que se torna fecunda a interlocução entre a psicanálise e a sociologia no sentido de pensar os ideais sociais presentes no capitalismo e como o sujeito os utiliza para escapar da castração.

Para concluir, será explicada a maneira como o gozo se faz presente nos discursos.

3.1 O laço social

“Je est un autre”

Rimbaud

3.1.1 Fundamentos da lingüística e da antropologia estrutural para a passagem da abordagem mítica à estrutural do laço social em psicanálise

Como o conceito de discurso se situa em um momento avançado da obra lacaniana, vale a pena retomar aqui, ainda que de forma bastante sintética, os principais teóricos da lingüística e da antropologia estrutural e algumas de suas noções que subsidiaram a teorização de Lacan. Para isso, a referência será o percurso desenhado por Megale (2003) em sua tese.

A lingüística estrutural de Saussure (1975) é uma referência essencial para os conceitos de significante, fala, língua e linguagem presentes na concepção de laço social na perspectiva de Lacan. Nessa mesma linha, encontraremos os seus seguidores Jakobson (1978) e Benveniste (1966, edição de 1995).

Para Saussure (1975), a linguagem é um enorme arcabouço multiforme e heteróclito de possibilidades. Em outra esfera, a língua, objeto de investigação por excelência desse teórico, é um conjunto de regras organizadas de relações entre signos que determinam um sistema. Em outras palavras, trata-se de uma ordem de classificação com leis próprias que permite o exercício das faculdades da linguagem. Isso tudo se desdobra finalmente em outro conceito importante, a fala, que pode ser concebido através da idéia de como o sujeito executa particularmente o sistema convencionado, valendo-se de combinações de oposição e complemento para expressar o pensamento.

O signo é uma unidade lingüística composta por dois termos: conceito e imagem acústica. O segundo é de crucial importância para a obra lacaniana e se refere à impressão psíquica do som, que, por ser destacadamente psíquica, pode, inclusive, dispensar a necessidade da palavra falada.

Os signos são regidos por alguns princípios. O primeiro se refere à arbitrariedade, ou seja, à não-existência de uma relação natural entre significante e significado de forma que eles se fixam unicamente em virtude do código lingüístico. O segundo refere-se ao caráter linear do significante, que impõe a presença do tempo na fala, pois as regras organizam a disposição do signo com o objetivo de gerar uma significação através do seu encadeamento. É possível, portanto, apreendê-lo em uma linha, em uma dada extensão mensurável. O terceiro refere-se à conexão estabelecida entre o significante e o significado, constituindo um pacto que não pode ser mudado a qualquer momento. Finalmente, o quarto segue uma direção contrária ao princípio anterior, ou seja, com o passar do tempo pode haver um deslocamento entre significante e significado, que se torna consagrado entre os falantes, o que lhe atribui de certa forma um caráter mutável.

Para Benveniste (1966, edição de 1995), o maior mérito das contribuições de Saussure reside no fato de que as suas pesquisas recaíram sobre os fatores sincrônicos, ou fundamentos essenciais de qualquer estado de língua, diferenciando-os dos fatores diacrônicos ou históricos. Aí reside o motivo pelo qual ele é reconhecido como um representante do estruturalismo. Além disso, a concepção saussureana propõe a idéia de valor de um signo, na medida em que ele só pode ser considerado em relação a outro por uma relação de oposição e no interior de uma cadeia.

Contemporâneo de Lacan, a sua contribuição consistiu em fazer aprimoramentos na lingüística estrutural, caros à psicanálise. Se Saussure privilegia a língua como um sistema estrutural, Benveniste rompe parcialmente com aquilo que a estrutura tem de generalizante ao levantar a questão da linguagem falada assumida particularmente pela subjetividade. A submissão da palavra às finalidades individuais produz configurações cada vez mais novas e únicas.

Jakobson (1978) aprofundou os processos de arranjos dos signos de Saussure de duas formas: primeira, a ordenação dos signos por combinação ou contigüidade apreendida num eixo horizontal; segunda, a ordenação de signos por seleção ou substituição apreendida num eixo vertical.

O método de Saussure para trabalhar o campo da lingüística passa a influenciar outros campos das Ciências Humanas e mais especificamente a psicanálise. Assim, podemos pensar

que Freud de certa forma antecipou-se a esses teóricos cujas contribuições possibilitaram uma releitura do seu trabalho.

Nesse sentido, Lacan relaciona o mecanismo do processo primário freudiano, descrito nos sonhos em que o inconsciente se faz presente, às mesmas funções que Saussure e Jakobson consideram determinantes radicais do efeito da linguagem, ou seja, a estruturação por substituição enquanto metáfora e relacionada à condensação e a estruturação por contigüidade enquanto metonímia e relacionada ao deslocamento.

No entanto, é importante ressaltar que, embora a psicanálise se valha da lingüística, não toma os seus princípios de forma absoluta, cabendo estabelecer algumas diferenças. Propõe, assim, uma leitura própria dos seus principais conceitos, no sentido de auxiliar no avanço da obra freudiana e fornecer algumas saídas para os seus impasses iniciais:

“É desta forma que se pode questionar o posicionamento de Lacan diante do pensamento estruturalista, já que neste último há um privilégio dos elementos articulados entre si que compõem uma estrutura. Estrutura, no mais das vezes, fechada e unívoca. Para Lacan, há um sujeito presente na estrutura, efeito do significante por certo, contudo há um resto que resiste a se tornar significante, há algo da ordem do impossível de se dizer, que faz um furo na própria tentativa de dizer tudo (...).” (Megale, 2003, p. 118)

A impossibilidade de tudo dizer pode ser encontrada na inversão que Lacan faz do signo de Saussure, de forma que não se trata mais do conceito (significado) que vem em primeiro lugar e se liga a uma imagem acústica padronizada (significante) e, portanto totalizante e unívoca. Teremos na psicanálise lacaniana a primazia do significante, ou seja, a perda da conexão direta com o conceito, sendo este recuperado apenas parcialmente e na relação essencial e dominante entre significantes.

Após buscar as bases conceituais usadas por Lacan para pensar a linguagem, vamos situá-la nas próximas linhas pela perspectiva de como ela se torna fundamento da relação entre os sujeitos, questão essencial para essa pesquisa.

Outra importante influência foi a antropologia estrutural de Lévi-Strauss. Segundo ele, a linguagem pré-existe e insere o sujeito na cultura, dando-lhe estrutura essencial para nela se situar, principalmente no tocante às relações de aliança e de parentesco, o que equivaleria a pensar em como se dá o intercâmbio entre homens e mulheres.

Para avançarmos nessa parte é necessário pensar em uma reflexão teórica pelo viés estruturalista, já que os discursos são considerados, segundo Coutinho Jorge (2002), estruturas mínimas do liame social.

Para isso recorreremos às contribuições de Bleichmar (1984). Primeiro, a estrutura é uma organização de lugares ocupados por diferentes elementos. Segundo, o conceito de função matemática pode ser aplicado na relação entre esses lugares. Isso equivale a dizer que a alteração de uma variável condiciona a alteração da outra mediante uma lei que as regula, ou seja, uma está em função da outra. E, finalmente, o elemento em circulação determina uma posição.

Neste ponto, o autor lança mão de uma analogia interessante para aproximar o leitor dessa lógica, a brincadeira do anel, em que vários personagens que compõem um grupo fazem circular o anel cuja posse dá um valor especial àquele que o possui. A posse do anel marca a diferença entre aquele que o tem e os que não o têm, cabendo aos últimos a tarefa de adivinhação a fim de adquiri-lo. “Agora, do ponto de vista do observador que teorizasse sobre a estrutura deste círculo de pessoas, as coisas são como descrevemos na primeira parte; há um conjunto de pessoas e algo – o anel – em circulação que determina as posições.” (Bleichmar, 1984, p. 19) Importante acrescentar que, para os membros do grupo, a posse do anel não é considerada temporária no sentido expresso pelo verbo estar, mas, algo definitivo, no sentido expresso pelo verbo ser, é como se eles tivessem a ilusão de “ser os anéis”. É, portanto, possível pensar os efeitos de representação dessa estrutura.

Lacan, conforme colocamos anteriormente, é influenciado pela Lingüística e pela Antropologia de base estruturalista, o que resulta em uma leitura estrutural da concepção freudiana de laço social, proposta como mito até então, em obras como “Totem e tabu” (1912-1913), “Psicologia das massas e análise do ego” (1921), “Moisés e o monoteísmo” (1939[1934-1938]). A escolha deste autor para fundamentar a pesquisa se deve à sua posição de importante referencial da psicanálise na atualidade, tendo em vista suas inequívocas contribuições aos impasses teóricos iniciais que podem ser encontradas, entre outros exemplos, na explicação ficcional do advento do social dada pela relação com o pai da horda primeva.

Não se trata de conceber que o pai onipotente de fato existiu tal qual Freud descreveu, mas, sim que ele e todos os seus sucedâneos, como no exemplo de Moisés, são tratados como uma metáfora, como um nome que vem no lugar de outra coisa. Não é por acaso que no mito da horda primeva o pai só se torna de fato presente e efetivo entre os seus irmãos depois de sua morte. Com isso, fica patente que é somente com a sua ausência que ele se torna de fato presente não mais como autoridade externa a ser temida, mas na forma de autoridade internalizada e legitimada. Freud já frisava em “Moisés e o monoteísmo” (1939[1934-1938]) que não há como provar a paternidade de forma tão imediata como se pode fazer com a maternidade, de forma que acreditar nela implica em renunciar à sua prova na esfera do real e fazer uma aposta simbólica.

Para nos auxiliar na leitura estruturalista lacaniana, que retira o pai primevo da ficção e o coloca numa perspectiva da linguagem pela metáfora paterna, recorramos um pouco mais às contribuições de Bleichmar (1984). O que seria o pai simbólico? É aquele que exerce a castração simbólica, que tem a função definida pelo Nome-do-pai. Não precisa, portanto, ser o pai real, mas algo que diga “não” ao desejo da mãe, que mostre que ela também está submetida a um sistema de regulamentos pré-fixado e exterior e que limita o seu poder em relação ao filho; mostra que “este (o filho) situa-se a uma ordem compartilhada por todos e não definida com exclusividade por ninguém.” (Bleichmar, 1984, p. 49). A lei em Lacan é um regulamento que está acima do desejo de um indivíduo cujo modelo é a proibição do incesto. O pai simbólico é, então, o promotor da lei.

O nome-do-pai é a forma particular com que o limite do desejo (da mãe) se inscreve no psiquismo da criança. Produz como efeito a substituição do poder da mãe pela lei e determina que a criança deixe de ser o falo, instaurando-o como algo que se tem, se dá e se recebe.

“Portanto, se é algo que substitui a outra coisa, se está em um encadeamento que lhe outorga valor, se produz efeitos de significação, reúne os atributos que, para Lacan, entram na caracterização do significante. Agora este significante é denominado, na teoria, o ‘Nome-do-pai’. Ou seja, pode-se caracterizar o ‘Nome-do-pai’ como a expressão que, na teoria, designa o significante que inscreve na subjetividade do menino a função do pai simbólico.” (Bleichmar, 1984, p. 50).

Lacan (1998), em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose”, designa o Nome-do-pai como o significante do Outro enquanto lugar da lei. No contexto

Disso decorre o cuidado de ler as obras sociais freudianas considerando que se trata de um conteúdo manifesto e no qual cabe buscarmos o conteúdo latente, fazendo uma passagem do mito à estrutura. O complexo de Édipo, que retrata a constituição do sujeito antes lido como um complexo de relações amorosas e hostis passa a ter um enfoque mais amplo. Embora não despreze o fato de que o sujeito é inserido na cultura pelos primeiros seres humanos com quem teve contato, o principal aspecto é a transmissão da estrutura da linguagem que o representará e o determinará posteriormente, tendo como base de referência o modo como se deu primordialmente esse jogo de posições encadeadas e marcadas por ausência e presença que os discursos autorizam.

3.1.2 O laço social: do esquema da comunicação intersubjetiva ao discurso

Megale (2003) propõe o binômio discurso/laço social da obra de Lacan como um operador importante para o trabalho no campo social. Não podemos deixar de ressaltar que a idéia é de especial interesse a essa pesquisa na medida em que o sujeito não pode ser pensado fora de um meio social, traço marcante e radical da teoria lacaniana que nos faz justificar de forma categórica o uso da psicanálise na abordagem de uma problemática da sociedade.

Ainda segundo esse autor, para chegarmos ao seminário XVII (1969-1970 edição de 1992), onde surge o conceito de discurso, há todo um trajeto em que o laço entre o sujeito e o outro, em letra minúscula, e o Outro, em letra maiúscula, já se mostra como um articulador teórico permanente e imprescindível no seu desenvolvimento. A ênfase passa da imagem como experiência alienante fundadora (o outro) para a linguagem como organizadora de uma estrutura do sujeito (o Outro).

Considerando os estudos da etologia que envolviam a importância da imagem na organização do comportamento animal e das concepções neurológicas da prematuração humana, Lacan levanta a importância da imagem na constituição humana.

O estágio do espelho, momento de nascimento do ser humano, deve ser entendido no sentido pleno do conceito de identificação de Freud. Indica que o sujeito assume como sua a imagem que lhe foi apresentada, transformando-se através dessa matriz. Trata-se do lugar originário do reconhecimento de si próprio, que fornece uma imagem ortopédica e unificadora

a um corpo inicialmente animado pela falta de coordenação motora e marcado pela sensação de despedaçamento.

O espelho representa então o outro, em letra minúscula, a quem o sujeito se dirige, se fixa e toma como modelo identificatório. Vale ressaltar que não se trata simplesmente de uma cópia idêntica ao original, mas uma cópia, que por ser outra, já evoca uma diferença, não sendo possível reproduzir o traço primeiro de forma absoluta, mas apenas uma parte, um vestígio que a ele remete e evoca. Assim, reafirma-se o que foi dito anteriormente pela relação estabelecida entre o sujeito e o outro, ordenada pelo imaginário, constituindo-se em um ser cuja origem é submetida a uma determinação social.

Entre o sujeito e o outro semelhante especular intervém um terceiro, o grande Outro da linguagem, que acaba por instaurar e organizar uma série de outras experiências. A lei da palavra humaniza o homem e lhe possibilita uma série de deslocamentos que lhe retiram do puro jogo especular. Assim podemos considerar: “O sujeito e o outro, em uma relação de constituição e de implicação mútua, visto não ser apenas uma relação onde o sujeito é espectro alienado do outro, pois a linguagem já está aí para que, de seu uso, algo se modifique.” (Megale, 2003, p. 158)

O reconhecimento, matriz de identidade do sujeito, implica num entrecruzamento de imagem e palavra, e que, ao não se situar na especularidade absoluta, possibilita o surgimento do sujeito pelos conflitos presentes na comunicação:

“A dimensão do reconhecimento é indício poderoso, a nosso ver, para introduzir a idéia de que nestes laços produzidos entre os sujeitos algo insistentemente aparece como pura diferença, isto é, que não há acordo na comunicação entre o sujeito e o outro e mesmo de que o mal entendido é inerente a estes laços.
(...) Reconhecimento, deste modo, nos ajuda a pensar um dos aspectos dos laços sociais, na medida em que a relação entre o sujeito e o outro não é, para Lacan, um encontro intersubjetivo marcado permeado pela receptividade e igualdade. O laço entre o sujeito e o outro comporta desde já uma dimensão de hiância e ruptura com a qual a palavra tem que trabalhar, digamos assim, e que permanece nas formulações a respeito dos quatro discursos.” (Megale, 2003, p. 160)

Do (des)encontro aparece o sujeito, exatamente no ponto mal-entendido, ou quem sabe melhor dizendo, do “mal-estar”, referência norteadora de nossa investigação. Deve-se então silenciá-lo? Talvez o que a psicanálise busque é fazê-lo falar.

Embora desde o início da obra lacaniana já se enfatize que o laço entre os sujeitos nunca se dá de forma completa e recíproca, há uma idéia de primazia da relação entre o imaginário e o simbólico que, de alguma forma, pode ser pensada como a *fala* que se inicia enquanto outro e que só posteriormente retorna pela *linguagem* enquanto Outro. O real, enquanto impossível de ser nomeado, ficava de fora e a tentativa de recuperação do objeto perdido se dava unicamente na cadeia simbólica pelo deslizamento metafórico e metonímico.

Assim, nesse primeiro momento da obra lacaniana norteado pela idéia de que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” pode-se localizar, por exemplo, pelo esquema L citado no seminário II (1954-1956, edição de 1987), a representação da comunicação intersubjetiva dada por um simbólico S – A, que se encontra muitas vezes atrapalhado pelo imaginário a – a’. O acesso ao grande Outro da linguagem, ou ao lugar da verdade, como diria Lacan, em que o sujeito se põe questões relativas à sua origem, à procriação e à morte, é dificultado pelos obstáculos imaginários. Esse acesso só ocorre ocasionalmente num movimento de retroação pelos tropeços, pelos “erros”, pelos equívocos, ou melhor, pelas formações do inconsciente que colocam as certezas imaginárias em xeque. Por essas últimas podemos entender como tudo o que se imagina que compreendeu, tendo, portanto, uma forma estática e fixa que nos fecha para novas descobertas.

Num segundo momento, pela teoria dos quatro discursos, a dimensão da relação entre sujeito e pulsão é incorporada de forma a destacar a impossibilidade de um saber totalizante pelos limites de uma ordem que extrapola a palavra, embora a ela se articule. Portanto, não se trata de excluir a premissa inicial de que o Inconsciente é estruturado como uma linguagem, mas de acrescentar e dar ênfase a um outro aspecto que parte dela e a extrapola.

O seminário XVII de Lacan (1969-1970, edição de 1992) se inicia com uma formulação enigmática: “um discurso sem palavras”, o que poderia nos parecer paradoxal uma vez que comumente o relacionamos sempre às palavras. De fato, o ponto de partida para a constituição de um discurso é a linguagem na medida em que ela fornece uma estrutura fundamental dada por S1 e S2 ao indicar a relação estabelecida entre um significante que representa o sujeito para outro significante.

A linguagem é marcada por anterioridade e exterioridade em relação ao ser humano. Somente quando S1, denominado significante-mestre, se fixa como uma primeira marca no

ser nascente torna-se possível a evocação da bateria de significantes chamada S2, que podemos considerar um campo de saber já estruturado.

A estrutura simbólica, embora essencial, apresenta certo limite, de forma a deixar sempre um resto, que vai além desse saber. A explicação é que no percurso de S1 para S2 algo se perde, pois não dá para nomear tudo. Portanto, o discurso é composto também por aquilo que fica de fora da palavra, ou em outras palavras, por aquilo de que o saber não deu conta. Estamos no terreno do real, do gozo, do ato. Não é à toa que temos a relação da verdade e da produção sob uma dupla barra a mostrar a impossibilidade de um saber totalizante. Portanto, afirma Lacan:

“É que sem palavras, na verdade, ele (o discurso) pode muito bem subsistir. Subsiste em certas relações fundamentais. Estas, literalmente, não poderiam se manter sem a linguagem. Mediante os instrumentos da linguagem instaura-se um certo número de relações estáveis, no interior das quais pode inscrever-se algo bem mais amplo, que vai bem mais longe do que as enunciações efetivas.” (Lacan, 1969-1970, edição de 1992, p. 11)

Segundo Megale (2003), os quatro discursos podem ser definidos como um laço social que se dá a partir de uma ação que determina lugares aos sujeitos e estabelece uma ligação entre eles. Essa ação, ao se constituir como a própria concretização da linguagem, inscreve-se num código, numa ordem legalizada e institucionalizada, que fornece um grupo de referências reguladoras das relações humanas. O pacto que ela representa implica no estabelecimento de certo limite que pode ser lido tanto na esfera do que o sujeito faz em relação aos outros quanto na impossibilidade da própria linguagem em conseguir expressar tudo.

A instauração do discurso traz uma perda de gozo que leva inevitavelmente a uma tentativa de recuperação a partir da ultrapassagem da mesma estrutura que a possibilitou. Assim, “nesse sentido, a escritura de cada discurso nos fala de um determinado laço social na contemporaneidade, na medida em que são formas peculiares do sujeito se ligar ao outro e ao objeto de desejo, **bem como maneiras singulares de o gozo fazer sua aparição.**” (Megale, 2003, p. 237, grifo nosso)

Numa mesma linha de raciocínio, Chemama (1997) conceitua discurso como a forma pela qual o sujeito se prende ao significante e também à maneira como se estabelece sua relação com o objeto.

Os conceitos de Megale (2003) e Chemama (1997) fornecem subsídios para justificar a utilização dos quatro discursos numa dissertação que trata do “mal-estar”. Cabe aqui o destaque às formas de gozo que eles apresentam.

3.1.3 O discurso como uma ordem de relações entre posições e elementos

Para Coutinho Jorge (2002), os discursos se configuram como estruturas mínimas de todo liame social. As letras ou funções que compõem a álgebra lacaniana a representar o laço social são S_1 , S_2 , \mathcal{S} e a . As letras S_1 e S_2 remetem ao eixo do simbólico, preexistente e determinante do sujeito. O fato de serem dois tem como base a definição de Saussure de que na língua só há diferença e que o significante só é definido em relação a um outro, na medida em que são necessários dois para que essa diferença apareça.

Segundo Lacan (1969-1970 edição de 1992), S_1 é o significante-mestre, a marca originária. Trata-se de uma experiência primeira de satisfação vivida pelo sujeito em que um outro nomeou o que lhe era necessário. Foi dado sem que fosse pedido. Na impossibilidade de ficar com todo o objeto senão seria engolido por ele, o sujeito ficou com apenas um de seus aspectos, um traço que poderemos chamar de traço unário.

Depois disso, esse sujeito tenta recuperar essa marca primeira, no entanto, a cada tentativa ocorre um fracasso, porque se vive algo diferente daquele gozo absoluto e mítico que, de alguma forma, refere-se a algo que nunca experimentou porque quando o vivenciou não falava. Não havia significantes antes de S_1 , sendo ele o falo, a lei, o mestre. É o significante primeiro que, embora inacessível, fornece uma base ou, como diria Freud, um pólo de atração para que exista um segundo.

Trata-se, portanto, conforme formula Lacan (1969-1970 edição de 1992), da via de entrada do Outro que sustentará posteriormente o sujeito, o objeto perdido por ele e também por onde o gozo se introduzirá na busca de restituição. O traço unário faz o saber trabalhar.

S_2 é o outro significante que representa a bateria dos significantes, ou seja, todos os demais significantes que surgiram após a diferença instaurada por S_1 . O campo do grande

Outro ou do saber passa a ser marcado por uma ausência, a de S1, representada por Lacan pela falta do significante da diferença sexual.

O objeto *a* representa o gozo e o mais-de-gozar. Embora o sujeito surja como efeito das marcas inscritas pelos significantes, nunca consegue ser representado totalmente por eles, e, por isso se torna barrado e sem unidade. Esse resto não-representável, que mais precisamente podemos chamar de perda, chamamos de *a*, o qual pode relacionar àquilo que fura o simbólico, que mostra que ele não dá conta de tudo. Assim, resta sempre algo não-representável, que também podemos relacionar ao que Lacan chama de real. Tem-se nessa letra a expressão do que vai além do inconsciente, o automatismo, a energia desligada da representação que intrigava Freud em “Além do princípio do Prazer”(1920).

Há no discurso um buraco representado pelo objeto *a* que vai além das palavras e que, por ser vazio, produz movimento gerador de novas palavras e também de novos atos, ou seja, daquilo que não é palavra. Considerando a importância do conceito de objeto *a*, vale retomá-lo logo à frente com o objetivo de aprofundá-lo e de relacioná-lo à noção de mais-valia de Marx.

E finalmente, temos em jogo um sujeito conflituoso, dividido entre o saber e o gozo por ser falante dado por $\$$. E é essa a distinção que a psicanálise lacaniana faz questão de enfatizar ao dar continuidade à obra freudiana. O eu, ou a consciência, tão enfatizado pelas abordagens da psicologia, reduz-se ao lugar da alienação e do desconhecimento, formado pela matriz identificatória do estágio do espelho. O sujeito para o qual a psicanálise especificamente se volta para pesquisar é aquele que desliza pelos significantes e aparece só em alguns momentos. É sem substância, sem essência, fruto da relação entre significantes e do que fica fora deles, sendo apreendido somente na sua negatividade.

O abismo intransponível e, ao mesmo tempo, emaranhado entre o simbólico, o imaginário e o real é vivido intensamente por um sujeito que toca o mundo através das limitadas possibilidades de mediação dadas pela linguagem e do equívoco unificador das imagens. Do lado do real ficou algo inacessível, perdido e que, no entanto, não deixa de ser atuante.

No aparelho do discurso, quatro letras mudam de posição e podem se localizar em quatro lugares distintos e fixos: o agente, o outro, a produção e a verdade. Em outras palavras, o discurso retrata um agente sustentado por uma verdade que se dirige ao outro visando a uma produção.

“Isto é um aparelho. Temos que ter a noção, pelo menos, de que poderia servir de alavanca, de alicate, de que pode ser aparafusado, construído, dessa ou daquela maneira.

Há vários termos. Se só forneci aqui estas letrinhas, não foi por acaso. É que não quero meter coisas aí que tenham a aparência de significar, de modo algum, e sim autorizá-las. Autorizá-las já é um pouco mais que escrevê-las.” (Lacan, 1969-1970, edição de 1992, p. 161)

Eis que se encontra nessas quatro letras presentes no discurso a expressão de uma relação (impossível) do sujeito com o significante sobre as quais Lacan se limita a autorizar, o que equivale a dizer que algo se torna relativamente independente da palavra, restando lugares e marcas mínimas para possibilitar a localização do laço social.

Vale ressaltar que os quatro discursos, suas posições e elementos não esgotam todas as possibilidades de laço social, mas apenas indicam que podemos encontrar neles funções radicais, no sentido matemático do termo. “Função vem a ser esse algo que entra no real, que nele jamais havia entrado, e que corresponde não a descobrir, experimentar, cingir, destacar, deduzir, nada disso, e sim escrever - escrever duas ordens de relações.” (Lacan, 1969-1970, edição de 1992, p. 179). Essas duas ordens possibilitam que os termos se adicionem e formem um conjunto com múltiplas possibilidades de abordagem.

O lugar do agente é chamado por Lacan de dominante, pois é de lá que se ordenam todas as demais letras, sendo a letra dominante a que dá o nome ao discurso e determina sua forma de funcionamento. No entanto, esse lugar está determinado por uma verdade. Fundamenta a sua ação e situa-se anteriormente a ela de forma que “(...) o agente não é forçosamente aquele que faz, mas aquele a quem se faz agir.” (Lacan, 1969-1970, edição de 1992, p.161)

Segundo Megale (2003), o lugar do agente não deve ser confundido com a letra ~~S~~, mas constitui apenas o lugar onde se dá o ato enunciativo e o fato de outras funções poderem ocupá-lo como S1, S2 e *a*. O lugar da ação é marcado pela dimensão do engano, afinal nem sempre é o sujeito que lá está.

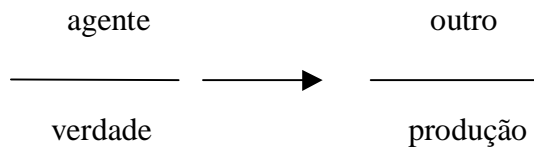
Temos então como verdades quatro impossibilidades a partir de um agente que tenta governar no caso do discurso do mestre, curar no discurso do analista, educar no discurso universitário e fazer desejar no discurso da histérica.

Aspecto importante a ser ressaltado quanto ao lugar do outro no discurso lacaniano é a seta que se dirige apenas em sua direção não havendo retorno daquele a quem se dirigiu. Com isso, indica-se a inexistência da relação intersubjetiva dada por um código completamente compartilhado. É importante esclarecer que não é que não produza efeitos no outro, mas que esses efeitos não se encontram na esfera da reciprocidade. Assim, não é necessário que gire sempre no mesmo sentido porque o outro pode responder de um lugar diferente daquele que o agente o tentava colocar.

O outro também pode ser considerado o lugar do trabalho. O discurso faz laço exatamente porque se dirige a um outro que não é nada estático e, portanto, capaz de trabalhar para produzir algo. Isso tem duas implicações: a de que será necessário um esforço, um movimento para que o laço aconteça e a de que, ao realizar o trabalho, algo se perde pela própria conotação do esforço, sendo essa perda essencial para o laço. Há que se considerar também que a produção realizada pelo outro esbarra numa hiância em relação à verdade que a fez brotar, evidenciando a dimensão da castração do ser falante. A verdade pensada com um semi-dizer tem o estatuto de que algo possa ser produzido, ainda que inadequado, em relação ao inicialmente determinado por ela exatamente porque os limites sobre o gozo foram erguidos. Se há algo a ser feito, então não estamos no terreno da impotência.

A barra que separa os lugares nos remete ao recalque originário. A ausência dessa barra levaria ao puro real, a um mundo sem mediações que poderia ser representado apenas pelo absoluto indecifrável que a morte representa. O simbólico, por sua vez, vem afastar o ser humano do contato direto com a coisa, que, no entanto, nunca se dá completamente. Não é por acaso que o sujeito vive em busca de resgatar um estado de completude que fora aniquilado pela castração simbólica, representada no discurso pela dimensão do ato, daquilo que enfim não é feito de palavras.

Temos então que:



3.2 O “mal-estar” e o gozo

“Haverá paradeiro
Para o nosso desejo
Dentro ou fora de um vício?

Uns preferem dinheiro
Outros querem um passeio
Perto do precipício.

Haverá paraíso
sem perder o juízo e sem morrer?

Haverá pára-raio
Para o nosso desmaio
No momento preciso?

Uns vão de pára-quedas
Outros juntam moedas
antes do prejuízo

Num momento propício
Haverá paradeiro para isso?

Haverá paradeiro
Para o nosso desejo
Dentro ou fora de nós?”

Arnaldo Antunes, Marisa Monte

3.2.1 O Indomável

Considerando a interlocução da psicanálise e as questões sociais, vale iniciar essa parte com a defi.0114 Twt()-E3-2.94 -1.14 TD12.9BT10.08 0 0á.9BT101 1 sc337.92 u0 0á” co34á co4 T

regulamentos necessários para ajustar as relações dos homens uns com os outros e, especialmente a distribuição da riqueza disponível.” (Freud, 1927 edição de 1980, p.16)

A grande questão que se apresenta é a de que a civilização avançou muito no domínio em relação à natureza e pouco nos assuntos humanos. Assim, o olhar recai sobre os regulamentos que tornam a vida tão sacrificante e não asseguram a distribuição.

O que explica as dúvidas em relação a um estado social ideal é o fato decisivo de que os homens trazem em si mesmos, tendências destrutivas. São duas características que explicam a necessidade de certo grau de coerção: “... que os homens não são espontaneamente amantes do trabalho e que os argumentos racionais não têm valia alguma contra suas paixões.” (Freud, 1927 edição de 1980, p.18)

Do campo econômico passa-se à psicanálise. A civilização baseada na compulsão ao trabalho e na renúncia ultrapassa a finalidade de produção e distribuição de riquezas. Deve também se constituir como meio de defesa da oposição e rebeldia de seus participantes que ameaçam continuamente seus fins. Dupla tarefa se institui: coagir e ao mesmo tempo reconciliar e recompensar.

Freud em “O futuro de uma ilusão” (1927) antevê que a crença, num saber racional como saída, pode desembocar em mais uma ilusão. Exemplo disso são as grandes mudanças sociais que tiveram como base as idéias iluministas, como a revolução francesa e a revolução russa. Ambas pressupõem o estabelecimento da igualdade entre os homens tendo como base as premissas da racionalidade.

“Além disso, não aprendeu nada de história? Já uma vez antes, uma tentativa desse tipo, a de substituir a religião pela razão, foi feita oficialmente e em grande estilo. Decerto se lembra da Revolução Francesa e de Robespierre? E deve também lembrar-se de quão efêmera e deploravelmente ineficaz a experiência foi? A mesma experiência está sendo repetida atualmente na Rússia e não precisamos ficar curiosos sobre o seu resultado.” (Freud, 1927 edição de 1980, p. 60)

Em “Novas conferências introdutórias sobre psicanálise” (1933[1932]), Freud afirma que a psicanálise é incapaz de construir por si mesma uma *Weltanschauung*² e aceita parcialmente a visão de mundo proposta pela ciência. A contribuição nesse campo está em

² A palavra alemã *Weltanschauung* é definida por Freud como construção intelectual que soluciona todos os problemas da existência.

estender a possibilidade de pesquisa à área mental, incluindo a importância dos desejos humanos.

Ao dialogar com as questões sociais, Freud concorda que é importante a influência econômica sobre as atitudes intelectuais, éticas e artísticas do homem. Entretanto, não se pode considerá-la como o único fator, desprezando os fatores psicológicos numa situação em que

No momento seguinte, o ódio se redobra porque o sujeito não consegue reconstituir o narcisismo primário incorporando o Outro da linguagem. Há algo de inassimilável nele que o transforma em estrangeiro e objeto de ódio. Disso decorre a ambivalência e o ciúme. O primeiro porque o mesmo objeto que produz satisfação também traz hostilidade. O segundo redobramento implica em desviar o ódio para o semelhante já que ele tira o que lhe pertencia.

O “mal-estar” é inexorável à constituição do sujeito. Não é por acaso que Freud em “O mal-estar na civilização” (1930[1929]) busca na idéia do sentimento oceânico descrito por

A civilização implica em fazer luto dos objetos primordiais, a fim de trocá-los por objetos substitutivos. “A partir desse tempo fundador, a sociedade se constitui quando objetos secundários são introduzidos no circuito das trocas. É, com efeito, a partilha que, ao suscitar uma identificação coletiva com o grupo, está no princípio da criação dos laços libidinais entre os membros da comunidade.” (Rey-Flaud, 2002, p. 37)

Esses substitutos são análogos ao tabaco utilizado como objeto na peça *Don Juan*, de Molière, ou seja, sustentam as leis do comércio e da troca que introduzem o homem no espaço da cultura.

Do ponto de vista da teoria das pulsões, a civilização é a modificação da vida por Eros e Ananké. Quanto a Ananké, propõe-se aqui ultrapassar a concepção do trabalho *necessário* com a finalidade de dominação da natureza. Ananké deve ser entendido como coação simbólica que rege as leis da troca. Não se resume, portanto à idéia de que os homens uniformemente desamparados buscam força e proteção na comunidade. O que os levaria então a se unir são as suas diferenças e a necessidade de articulação de suas faltas. Por exemplo, um sapateiro precisa do arquiteto para construir a sua casa e este, por sua vez, precisa do sapateiro para fazer seus sapatos. Assim, “como tudo que é da ordem da linguagem, uma comunidade se instaura de falta em falta.” (Rey-Flaud, 2002, p. 55)

A oposição não será dada entre sujeito e civilização, mas entre a manutenção de seu narcisismo e a necessidade simbólica. A felicidade vem da união e para alcançá-la o sujeito paga com sua culpa e angústia.

Na obra lacaniana, desejo e lei estão intrinsecamente ligados. Se há uma constante tensão em o “*Mal-estar na civilização*” (1930[1929]) de Freud, que pode levar em alguns momentos a uma leitura de que a lei estaria contra o sujeito pelas renúncias impostas, na obra lacaniana são essas renúncias que provocam o movimento. Sem o ingresso na lei da linguagem, ou o estatuto jurídico dos falantes por excelência, o sujeito de nada poderia usufruir. É exatamente a castração simbólica que impulsiona a vida, transformando o sujeito em desejante ao erguer uma barra sob a completude dos tempos anteriores ao seu surgimento.

Temos então que é o impossível que nos possibilita. O discurso designa a lei que nos constitui (S1 em direção a S2) e o sujeito que aparece em suas brechas (objeto *a* com dupla barra em direção a $\$$). Designa também um movimento dado pela impossibilidade de encontrarmos a verdade absoluta, pois, como dissemos antes, ela nunca coincidirá com a produção.

“Será provavelmente o tempo mais importante dos três, pois trata-se este ano de pegar a psicanálise pelo avesso, e talvez, justamente, dar-lhe seu estatuto no sentido jurídico do termo. Isto, em todo o caso, sempre teve a ver, e no grau mais elevado, com a estrutura do discurso. Se o Direito não é isso, se não é aí que percebemos como o discurso estrutura o mundo real, onde então será? É por isto que não estaremos aqui pior em nosso lugar que em outra parte.” (Lacan, 1969-1970, edição de 1992, p. 15)

O sujeito se enlaça pelo discurso porque apresenta limites. Precisa entrar num mundo de trocas, num lugar mais ou menos organizado, a fim de que haja distribuição dos recursos através do intercâmbio com outros sujeitos. E essa estrutura viabiliza o usufruto. Enfim, a sua lei viabiliza o laço social.

No entanto, a castração simbólica não se faz completamente. O ódio descrito inicialmente ao Outro e às restrições que ele traz vai se configurar como gozo, como tentativa de resgatar o narcisismo primário.

Segundo Valas (2001), Lacan propõe o termo gozo influenciado pela concepção jurídica de *uso fruto*. A essência do direito é repartir, distribuir e retribuir o gozo. O termo tem uma etimologia complexa e parte da elaboração agostiniana *uti/frui* que comporta o uso do amor, valendo-se de um objeto para conseguir outra coisa e fruto, como o proveito direto do objeto.

O gozo expressa o lado que ficou de fora do pacto, embora surja dele. O gozo mostra que o sujeito não se conforma com as leis que o viabilizaram e que a relação entre o desejo e a lei não dão conta de tudo. O real fica de fora numa relação de vizinhança, exclusão e inclusão com o simbólico e o imaginário. É nesse sentido que Lacan cunha a palavra “*êxtima*” para designar a natureza da relação do sujeito com o gozo: “Esse neologismo sublinha que o gozo é ao mesmo tempo o que há de mais estranho e o mais íntimo ao sujeito, mas estando fora do significante, isto é, no real.” (Valas, 2001, p. 28)

No início do ensino, Lacan utiliza o termo gozo como Freud. Ele se vale do termo alemão *genus* enquanto volúpia e êxtase para situações vividas com horror ou júbilo mórbido.

Freud não definiu o gozo como repetição da cadeia significativa conforme fez Lacan posteriormente, mas delineou seu campo na medida em que destacou a importância de uma forte tendência à repetição de situações dolorosas por parte de seus pacientes.

O princípio do prazer até então concebido como princípio fundamental do funcionamento mental foi colocado em xeque, pois a marcante recorrência de fenômenos, como lembranças penosas, atos catastróficos, pesadelos e reação terapêutica negativa, mostravam que existia algo para além do princípio do prazer. Havia sensações excessivas de horror, de asco e de uma estranha espécie de “prazer”, obtidas paradoxalmente na dor, na elevação das tensões.

O gozo no seminário XVII aparece como a repetição, o caminho para a morte, a que poderíamos relacionar o princípio de nirvana à pulsão de morte de Freud. Em oposição, a vida é entendida como tudo o que resiste ao movimento de retorno ao inanimado.

“Essa trilha, esse caminho, já o conhecemos é o saber ancestral. E o que é esse saber ancestral se não esquecemos que Freud introduz o que ele mesmo chama de além do princípio do prazer, o qual nem por isso é derrubado? O saber, isto é o que faz com que a vida se detenha em um certo limite em direção ao gozo. Pois o caminho para morte – é disso que se trata, é um discurso sobre o masoquismo -, o caminho para morte nada mais é o que se chama de gozo.” (Lacan, 1969-1970, edição de 1992, p. 16)

Esse sujeito barrado, que diante da impossibilidade de apresentação se vale de uma limitada possibilidade de representação, ao longo de seu percurso vivencia o movimento paradoxal de desejar preencher-se ou recuperar o objeto perdido pela castração simbólica a fim de viver o nirvana e, ao mesmo tempo e contraditoriamente, evitar que isso aconteça para que sua vida não seja anulada. Todas as vicissitudes da pulsão constituirão estratégias de desvio, como diria Lacan, um movimento de ziguezague para que a viagem seja estendida, evitando o máximo possível a sua chegada ao destino final: a morte.

Pode-se encontrar nesse caminho do gozo um princípio fundamental das pulsões. Raullet (2002) afirma que a natureza comum a todas as pulsões seria a sua tendência conservadora. Em além do princípio do prazer Freud coloca a tendência de todo organismo vivo retornar ao inorgânico. Embora oponha tendências conservadoras a tendências progressivas, ele leva às últimas conseqüências a idéia de que todas as pulsões visam restituir um estado anterior. A tendência progressiva é apenas uma evolução das tendências conservadoras quando estas últimas são submetidas a influências externas.

“Desde que um ser vivo nasce, sua morte começa e sua existência é soma das modificações quantitativas e qualitativas dessa tendência biológica sob o efeito das “pulsões vitais” que são pulsões sexuais. No entanto, essas pulsões sexuais também são conservadoras e não há porque admitir uma diferença de natureza entre elas e as pulsões de morte... **É pela ação dele (do ser vivo), que as pulsões de vida se distinguem das de morte, na medida em que elas ‘retornam para recomeçar o mesmo percurso, seguindo o mesmo trajeto, o que resulta no prolongamento da viagem.’**” (Raullet, 2002, p. 89, grifo nosso)

A tendência à destruição é a expressão privilegiada do princípio mais radical do funcionamento psíquico pela restauração de um estágio anterior, de um mundo sem diferenças. No entanto, se o objetivo for plenamente atingido, o sujeito desaparece e a própria pulsão com o objetivo mortífero perde seu objeto. O caminho para a morte deve ser então estendido pela via da repetição contando paradoxalmente com os objetivos de se manter a vida. Esse princípio radical estará presente na concepção lacaniana de gozo.

No seminário XVII, Lacan afirma que o sujeito tenta recuperar a perda sofrida, mas essa tentativa sempre fracassa. No próprio movimento de repetição vamos encontrar um desperdício, uma perda de força, de velocidade. É aí que, ao lado do conceito de gozo enquanto repetição, aparece o mais-de-gozar enquanto compensação pelo seu insucesso. Em outras palavras, diante do que se sente como subtração busca-se a adição.

“(...) De fato, é apenas nesse efeito de entropia, nesse desperdiçamento, que o gozo apresenta, adquire seu status. Eis porque o introduzi com o termo *Mehrlust*, mais-de-gozar. É justamente por ser apreendido na dimensão da perda, - alguma coisa é necessária para compensar, por assim dizer, aquilo que de início é número negativo – que esse não-sei-quê, que veio bater, ressoar nas paredes do sino, fez gozo, e gozo a repetir. Só a dimensão da entropia dá corpo ao seguinte – há mais-de-gozar a recuperar.” (Lacan, 1969-1970, edição de 1992, p. 48)

3.2.2 O gozo e o ideal

O mesmo laço social que instaurou a lei e impediu a completude fornece uma promessa de restituição do narcisismo perdido por meio de um ideal de onipotência que pode paradoxalmente comprometê-lo, seja pela formação das crenças e ilusões, pela eliminação do estrangeiro que há em si, pela canalização da agressividade sobre si mesmo com a formação de superego, seja pela canalização da agressividade sobre o outro ao colocá-lo como estrangeiro.

Em relação à constituição de crenças e ilusões pode-se afirmar, com base em Rey-Flaud (2002), que elas remontam ao ódio que o sujeito tem da civilização e conseqüentemente à sua posição ontológica diante da verdade. A exigência de uma relação perfeição com a linguagem e de transparência e exatidão do eu implica na pretensão da existência da verdade. No entanto, ela foi perdida pelo recalque originário e encontra-se fora de controle de qualquer discurso.

A ilusão de que a verdade absoluta poderia ser reencontrada pode ter sua base no resgate do pai ilimitado de “Totem e tabu” (1912-1913). Vale lembrar que dois tempos simbólicos se fazem presentes. O primeiro refere-se ao assassinato do pai ilimitado e o segundo à veneração representada pelo totem.

Nesse ponto, onde se relaciona o pai primordial e o pai idealizado, é que a civilização fomenta a “invenção” de Deus, que garante as proibições prescritas na vida civilizada. A origem do indivíduo e da civilização resume-se nesta célebre fórmula: “A religião é a neurose universal da humanidade.” Ambos residem no conflito amor e ódio, as duas faces do pai.

As três grandes religiões monoteístas trazem a necessidade de o indivíduo ser objeto exclusivo do amor de Deus: a muçulmana, a judaica e a cristã. Todos acreditam ser filho querido do pai. A ilusão dessa crença reside no fato de que ela é a expressão da reivindicação de um pai absoluto que lhes protege.

As questões colocadas em “O futuro do futuro de uma ilusão” (1927) se esclarecem quando relacionadas ao quadro da gênese metapsicológica. Duas condições possibilitam a

saída do sujeito do Complexo de Édipo: a renúncia ao bem e o esquecimento do assassinato do pai, com duplo retorno do recalcado, ou seja, os ideais e a crença como metáfora da coisa perdida e o supereu e a culpabilidade como parte fracassada da metáfora paterna.

“Assim o Édipo encontra sua configuração no campo social quando a imaginarização da lei simbólica da linguagem (*Uverdrängung*) integra o indivíduo e, uma ‘comunidade de crentes’. É o que afirma Freud ao dizer que a ‘a civilização dá

além da sublimação e do seu uso na dominação da natureza no sentido de sua finalidade: a morte.

O preço do progresso é a perda da felicidade. A agressividade passa a ser utilizada contra ela mesma, constituindo uma polícia eficaz numa situação em que uma autoridade externa não seria eficiente, alcançando o contrário, uma sobre-renúncia. Cria-se um círculo em que cada renúncia gera mais severidade por parte da consciência, que por sua vez, gera ainda mais renúncia. “E a partir daí, o remédio se revela tão perigoso quanto o mal, pois a civilização é colocada numa espiral infernal.” (Raulet, 2002, p.75)

Em “O mal-estar na civilização” (1930[1929]) Freud afirma que a civilização precisa dar destino aos impulsos agressivos para conseguir os seus objetivos. No entanto, o sentimento de culpa decorrente da internalização da agressividade, ao mesmo tempo em que seria uma solução, converte-se em um sentimento de “mal-estar”, tornando-se um dos mais importantes problemas no curso de seu desenvolvimento.

O processo envolve a internalização da agressividade que volta do mundo externo para a sua origem, o ego. A parte do ego diferenciada, que podemos chamar de superego, devolve para o ego toda a cota de agressividade que ele gostaria de descarregar sobre os outros indivíduos. A tensão entre o ego e o superego é chamada de sentimento de culpa e se expressa por uma necessidade de punição.

O “mal-estar” nem sempre é facilmente identificável, pois se manifesta muitas vezes de forma oculta, sob a forma de um sentimento indeterminado, como uma ansiedade inconsciente; em alguns casos só se torna inteligível ao se falar de uma necessidade de punição. Mesmo assim, alguns indivíduos têm dificuldades em identificá-lo e apenas relatam que sentem um “mal-estar” atormentador, uma espécie de ansiedade que os impede de agir:

“Por conseguinte, é bastante concebível que tampouco o sentimento de culpa produzido pela civilização seja percebido como tal, e em grande parte permaneça inconsciente, ou apareça como uma espécie de mal-estar, uma insatisfação, para qual as pessoas buscam outras motivações.” (Freud, 1930[1929]) edição de 1980, p. 160)

Em “Moisés e o monoteísmo” (1939[1934-1938]) encontra-se a idéia de que a renúncia instintual por razões externas é desprazerosa. Quando ela se dá por razões internas

ocorre um efeito econômico diferente. Além do desprazer, ocorre uma satisfação substitutiva, pois o ego, ao renunciar a uma exigência do id, se sente orgulhoso e valorizado, elevando-se. Isso acontece porque o superego é o sucessor das primeiras figuras de autoridade da infância de quem o sujeito temia perder o amor. Assim o ego se mostra dependente e aprisionado e se sacrifica a fim de se tornar merecedor do amor, que se manifesta pelo sentimento de orgulho. Em “O mal-estar na civilização” (1930[1929]), Freud também menciona grande desvantagem econômica pelo estabelecimento de um estado de tensão e infelicidade permanente pela constituição do superego à medida que a agressividade não recai mais sobre o ato, mas sobre sua intenção.

O mais importante para estabelecer uma relação entre o “mal-estar” em Freud e o gozo em Lacan é pensar que a entrada na cultura prevê perdas e renúncias. No entanto, o sujeito pode converter a perda que o tornou sujeito desejante anulando-a, ao convertê-la em uma outra espécie de ganho: o gozo. Assim se instala o paradoxo: quanto mais se renuncia, mais se ganha. Freud expressa a idéia de que a sobre-renúncia é acompanhada por um sentimento de superioridade sobre si mesmo. Do ponto de vista econômico, o que está em jogo é a ordem quantitativa, o excesso, na medida em que essa superioridade pode não ter fim. Do ponto de vista tópico, o “mal-estar” se localiza na dimensão inconsciente do superego.

No entanto, as proibições culturais e sua internalização pelo superego não são suficientes para conter as reivindicações pulsionais. Um outro destino possível para esse lado excessivo e destruidor é dirigi-lo para fora pela criação de inimigos conforme Freud explicou em “O futuro e uma ilusão” (1927).

Também em “Psicologia das massas e análise do ego” (1921) aparece a importância de se considerar a agressividade nos laços, seu caráter indomável aos regulamentos e algumas saídas que encontra para sua satisfação:

“Nas antipatias e aversões indisfarçadas podemos identificar a expressão do amor a si mesmo, do narcisismo. Esse amor a si mesmo trabalha para a preservação do indivíduo e comporta-se como se a ocorrência de qualquer divergência de suas próprias linhas específicas de desenvolvimento envolvesse uma crítica delas e uma exigência de sua alteração... os homens dão provas de uma presteza a odiar, de uma agressividade cuja fonte é desconhecida, e à qual se fica tentado a atribuir um caráter elementar.” (Freud, 1921, edição de 1980, p. 129)

A agressividade nesse caso é dirigida para outros grupos, considerando-os intrusos. A coesão de um grupo é então determinada pelo deslocamento da agressividade para fora. Pode-se chamar esse fenômeno de “narcisismo das pequenas diferenças”.

Os sentimentos de hostilidade podem-se manifestar entre famílias quando se unem pelo matrimônio, entre cidades, regiões de um determinado país e também entre países. “Não ficamos mais espantados que diferenças maiores conduzam a uma repugnância quase insuperável.” (Freud, 1921, edição de 1980, p.129)

Nesse caso, a coesão se dá pela participação compartilhada de ideais culturais. Freud em “O futuro de uma ilusão” (1927) afirma que os ideais culturais são estimativas a respeito de realizações mais elevadas e dos esforços para atingi-las, com base nas primeiras experiências daquela cultura. Fornecem aos seus participantes uma satisfação narcísica quando ela se compara com outras culturas com ideais distintos.

A satisfação narcísica traz um êxito no combate à hostilidade no interior da unidade cultural ao dirigi-la para outras unidades culturais. “É a partir da intensidade dessas diferenças que toda cultura reivindica o direito de olhar com desdém para o resto. Desse modo os ideais culturais se tornam fonte de discórdia entre unidades culturais diferentes...” (Freud, 1927, edição de 1980, p. 24).

Além de projetar a hostilidade para fora, outro fator apazigua as relações no interior de uma mesma unidade cultural: a possibilidade de os oprimidos vivenciarem a potência de seus opressores por delegação.

“Essa identificação das classes oprimidas com a classe que as domina e explora é, contudo, apenas uma parte de um todo maior. Isso porque, por outro lado, as classes oprimidas podem estar emocionalmente ligadas a seus senhores; apesar de sua hostilidade para com eles, podem ver neles os seus ideais.” (Freud, 1927, edição de 1980, p. 24 e 25)

E ainda:

“Essa satisfação pode ser partilhada não apenas pelas classes favorecidas, que desfrutam dos benefícios da cultura, mas também pelas oprimidas, já que o direito a desprezar povos estrangeiros as compensa pelas injustiças que sofrem dentro da própria unidade...” (Freud, 1927, edição de 1980, p. 24)

A constituição dos grupos a partir da identificação entre os membros ocorrida em função de acreditar no mesmo ideal é síntese da concepção do laço social em Freud de “Psicologia das Massas e análise do ego” (1921). O que vale destacar é que esse ideal não apazigua a agressividade, mas faz com que ela se dirija para aqueles que não têm os mesmos ideais e, portanto não fazem parte desse grupo.

Segundo Valas (2001):

“Os participantes do mesmo grupo amam o gozo, por mais perverso que ele seja, que lhes inflige o tirano. Ao mesmo tempo, odeiam o gozo do estranho – entretanto tão próximo deles, no que ele comporta de sofrimento – porque o objeto ao qual se liga é diferente do deles. A razão suplementar para as multidões de amar o tirano está em que o desejo é muito difícil de sustentá-lo pela realização do ato, que nunca cessa de renovar-se” (Valas, 2001, p. 43)

Para Rey-Flaud (2002), as fendas no recalçamento com possibilidade permanente de explosão do ódio levaram à criação de mandamentos como “Ame teu próximo como a ti mesmo”. Esse mandamento tem o objetivo de preservar os membros da comunidade do retorno ao ódio e garantir espaço à pulsão de vida. “É com o objetivo de tampar essas brechas que a civilização promulga então o adágio em favor do outro no espelho: ‘Amarás o teu próximo como a ti mesmo’.” (Rey-Flaud, 2002, p.39)

A civilização se esforça incessantemente para conter o ódio através do recalçamento, produzindo assim uma “capa de amor”. “O quadro se completa quando descobrimos que certas formas de amor têm por função assegurar diretamente, ao mesmo título que o ódio, a salvaguarda do narcisismo.” (Rey-Flaud, 2002, p. 36) A título de exemplo, há certas personalidades caridosas cujas ações são revestidas de amor voraz pelas representações de morte, miséria e doença com as quais estão em permanente contato.

A razão dessa fórmula é bem conhecida por Freud, considerando que ele mesmo evidenciou a extensão do inconsciente. Primeiro porque mostrou que o amor advém do recalçamento do ódio que se opera na partilha de ideais e bens. Esse processo é sempre imperfeito porque logo na seqüência formam-se “indivíduos duplos”. O sujeito unificado no seu amor acaba por mostrar a sua divisão no outro a quem dirige seu ódio.

No seminário “A ética na psicanálise” (1959-1960, edição de 1997), Lacan coloca que a idéia de “amar o próximo como a si mesmo” pode ser uma expressão do gozo, pois se baseia num amor reduzido a uma relação especular e que desconsidera o outro enquanto sujeito marcado pelo real. A dificuldade de sustentá-lo vem do fato de esse amor se basear numa cativação imaginária do semelhante e por isso marcado pelo desconhecimento.

Segundo o autor, Freud em “O mal-estar na civilização” (1930[1929]) recuou diante do gozo ao mesmo tempo em que o apresentou ao discriminar as situações em que o outro deve ser digno de amor. A verdadeira questão que se coloca ao amor é quando ele sai da relação de semelhança e reciprocidade e se depara com o rompimento dos ideais. Assim: “Recuo de amar meu próximo como a mim mesmo na medida em que nesse horizonte há algo que participa de não sei qual crueldade intolerável. Nessa direção, amar meu próximo pode ser a via mais cruel.” (Lacan, 1959-1960, edição de 1997, p. 237)

Para além da identificação há um outro mais próximo, mais familiar e que o sujeito tenta a todo custo não se aproximar: o estranho que goza e é mencionado por Freud quando trata do mandamento “ama teu próximo como a ti mesmo.”

O sujeito recua porque encontra naquele que elege como estranho as suas tendências mais repudiadas, ou seja, agressão, destruição e crueldade. Trata-se da tendência ao aniquilamento proposta por Freud em “Além do princípio do prazer”(1920). Assim, o sujeito tem horror a se deparar diante desse estranho que há no outro bem como em si mesmo, pois nele reencontra, como diria Lacan (1959-1960, edição de 1997), o “vazio central”, o “centro incandescente”, o “zero absoluto” que o constitui como sujeito.

3.2.3 A relação entre saber e gozo

Lacan afirma: “Há uma relação primitiva entre o saber e o gozo, e é ali que vem se inserir o que surge no momento em que aparece o aparato do que concerne ao significante. É desde então concebível que, desse surgimento do significante, releiamos sua função.” (1969-1970, edição de 1992)

A linguagem limita ao mesmo tempo em que se coloca como meio de gozo. Para isso vale recorrer à estrutura fundamental S1 e S2. De um lado se limita o gozo porque na relação entre os significantes ocorre uma perda representada pelo objeto *a*, pois eles não dão conta de

coisa está perdida. Ele passa a ser marcado por algo que só o representará parcialmente sendo necessária a evocação de toda a cadeia para se exprimir e, mesmo assim, restrito a uma tentativa. As articulações que se darão posteriormente não vão simplesmente representar ou reproduzir algo, mas inventar e determinar os caminhos que o sujeito percorrerá, tornando-o instável e definitivamente desconhecido em relação a si mesmo.

Essa abertura só é possível porque há o limite da morte. Ele se sabe mortal e é em relação a isso que vai se movimentar

É na perspectiva da mais absoluta ausência, hiância, como puro efeito de um vazio intervalar instaurado pela linguagem, que Miller vai comentar a relação entre o sujeito e o gozo, na perspectiva discursiva do seminário XVII:

“Podemos chegar até a dizer que, se o sujeito é representado, é na medida em que ele nunca é apresentado, em que ele nunca está presente; Ele não é jamais, a não ser representado. Essa fórmula que acaba por se inscrever nos discursos de Lacan sob a forma de S1 representante de $\$$ tenta dizer, ao mesmo tempo, que ele é, sim representado, mas que ele permanece estruturalmente, irrepresentável. Lacan nunca hesitou em emparelhar o realizado, com o impossível, que se encontra aí no inarticulável ou no irrepresentável. **É representando o irrepresentável que o significante é aberto à sua repetição cujo princípio é o malogro da completa realização da representação em questão.**” (Miller, 1999, p. 97, grifo nosso)

Isso pode ser expresso também pelo limite do saber ao nos fazer dar voltas pela repetição significante. Em outras palavras, os significantes também podem estar a serviço da repetição, quando se inscrevem em puro ato na esfera do real, quando o sujeito não está implicado no que diz, proferindo os significantes automaticamente, sem pausa, sem corte, sem reflexão, com um fim em si mesmo.

Uma outra possibilidade de leitura desse saber que se dirige para o gozo pode estar contida nos ideários políticos autoritários com suas promessas de satisfação absoluta, bem como em quaisquer outros ideais totalizantes e ilimitados. A dimensão instaurada do gozo pode transformar-se na religião ou no comportamento das massas em busca de um saber harmônico, tal qual Freud (1921) apontou em “Psicologia das massas e análise do ego”.

3.3 As quatro - mais uma - formas de relação entre o sujeito e o gozo

3.3.1 O avesso da psicanálise: o discurso do mestre

No discurso do mestre o S1 é o dominante. Temos nesse matema a influência da dialética do senhor e do escravo de Hegel, que na psicanálise vai encontrar expressão na idéia de um mestre que recalca a sua condição de sujeito dividido e se dirige ao outro colocando-o na posição de escravo, a quem cabe saber como produzir para seu amo os objetos-mais-de-gozar.

No eixo superior, S1 está no lugar do agente se dirigindo a S2 no lugar do trabalho. No discurso do mestre, S1 é o significante que se apóia na essência do senhor e S2 é o campo do saber, onde se situa o escravo. Portanto é o escravo que suporta o saber e, sendo mais preciso nas palavras de Lacan (1969-1970, edição de 1992), sua moeda de troca é um saber-fazer. Ao mestre cabe apenas ordenar para que o outro faça o que sabe sem pensar, pois dele depende a sua satisfação. A lei é que as coisas funcionem sem questionamentos. Não é por acaso que a greve representa um exemplo da manifestação da força do escravo, pois ao parar, as coisas não mais funcionam.

Mas o que é o saber-fazer afinal? Um saber aparentado de saber animal por ser quase automático como colocamos anteriormente. No entanto, ele não se esgota nisso completamente porque o escravo se encontra determinado pela estrutura da linguagem. Assim a engrenagem não tem como se totalizar tal como Freud colocou em “O mal-estar na civilização” (1930[1929]), que o ser humano nunca se contentaria caso a civilização se transformasse em uma máquina perfeita, semelhante ao funcionamento das colônias de abelhas, térmitas e formigas. Assim, o que o move é a indeterminação, a pulsão, e não a fixidez do instinto. O saber-fazer que possui não é um saber antecipado, mas determinado pela sua história que lhe garante certa mobilidade diante das manobras autoritárias do senhor.

Há o gozo do escravo uma vez que ele é o único que pode mudar de posição. A posição do mestre é extremamente incômoda porque ele deve manter o que conquistou ininterruptamente e por isso fica fixado nessa posição de mandar, vigiando para que as coisas funcionem, o que lhe traz uma série de renúncias a serem “recuperadas” pelo mais-de-gozar

produzido pelo escravo. “Se por este seu empenho em se castrar (o mestre), não houvesse contabilizado esse mais-de-gozar, se não houvesse construído a mais-valia – em outros termos, se não houvesse fundado o capitalismo, Marx teria se dado conta de que a mais-valia é o mais-de-gozar.” (1969-1970, edição de 1992, p. 100)

Cabe ao senhor uma forma de transformar esse saber-fazer escravo como um valor para a sua conta. No entanto nunca haverá a possibilidade de retorno integral porque o mestre só o é à medida que se diferencia de seu escravo e, portanto não pode apropriar-se de suas atividades de forma a nada querer saber sobre elas. No entanto, ele domina a arte de ordenar e, assim, coloca o outro nesse lugar de utilizar o saber em prol de uma produção sempre incompleta e incansável, quando lhe dirige uma pergunta marcada pela derrisão:

“Faz-se lhe perguntas, perguntas de senhor, de mestre, e o escravo responde com naturalidade às perguntas o que as perguntas já ditam como respostas. É um modo de escarnecer do personagem que está lá virando no espeto. Mostram que o importante, a finalidade é mostrar que o escravo sabe, mas, ao confessar isso apenas por esse viés de derrisão, o que se oculta é que trata-se exclusivamente de arrebatado o escravo de sua função no plano do saber.” (Lacan, 1969-1970, edição de 1992, p. 19)

Lacan (1969-1970, edição de 1992) se ocupa de pensar em como se dá o consentimento por parte do escravo. Para que as coisas continuem, o escravo se recusa a colocar em xeque a condição de mortal, ou melhor, dizendo, as fragilidades de seu mestre. O escravo precisa de S1 para continuar acreditando na ilusão de que não há impossibilidade e é isso que o mestre lhe concede. A ilusão de plenitude e alienação nele presente vem do fato de que o inconsciente do mestre encontra-se sob a barra do recalque. Com isso, pode-se dizer que não há mestre sem escravo.

O \bar{S} está no lugar da verdade indicando-nos a tentativa do mestre em ocultar a sua condição de sujeito barrado, uma vez que ele nada quer saber a respeito da verdade que o anima. Quem sabe o que ele quer é o seu escravo, sendo que um precisa do outro para ocultar a impossibilidade que lhes dilacera.

“Eis o que constitui a verdadeira estrutura do discurso do senhor. O escravo sabe muitas coisas, mas o que sabe muito mais ainda é o que o senhor quer, mesmo que este não o saiba, o que é o caso mais comum, pois sem isto ele não seria um senhor. O escravo o sabe, e é isto sua função de escravo. É também por isto que a coisa funciona, porque, de qualquer maneira, funcionou durante muito tempo.” (Lacan, 1969-1970, edição de 1992, p. 30)

O escravo se coloca numa posição de preencher o desejo do senhor antes mesmo que este saiba que possa desejar. Assim, ocorre a frustração do saber do escravo, bem como a sua transformação em um saber do senhor.

Para operar o discurso do mestre, o escravo se guia pela idéia imaginária da existência de um todo dada pela imagem do corpo.

O caráter totalizante do discurso do mestre principalmente quando se apresenta sob a roupagem de um ideal revolucionário e da mudança radical pode nada mais expressar que a reprodução daquilo que tanto se contesta. Isso ocorre porque é guiado pela idéia de satisfação, de completude.

“Deve estar começando a lhes parecer que o avesso da psicanálise é exatamente aquilo que lhe apresento este ano (1970) com o título de discurso do mestre. Não o faço de maneira arbitrária, pois esse discurso do mestre já tem seus créditos na tradição filosófica. No entanto, tal como tento depreender, ele adquire aqui nova relevância pelo fato de poder, em nossa época, ser depreendido em uma espécie de pureza – e isto por algo que experimentamos diretamente, no plano da política.

O que quero dizer com isto é que ele inclui tudo, inclusive aquilo que se julga revolução, ou mais exatamente, o que chamam romanticamente de Revolução com R maiúsculo. O discurso do mestre realiza sua revolução em outro sentido, no de giro que se completa.” (Lacan, 1969-1970, edição de 1992, p. 81)

Segundo Chemama (1997), o discurso do mestre é o que melhor contribui para retratar a constituição desse sujeito numa coletividade inserida no modo de produção capitalista. Assim, pode-se encontrar nas contribuições de Lacan como a relação entre o desejo e a lei assume forma particular em determinados momentos históricos.

No discurso do mestre temos um senhor que faz o seu escravo produzir um objeto ao qual nenhum deles enquanto sujeito pode ter acesso. E aí cabe pensar a inacessibilidade ao objeto relacionando-a à proposição de sujeito pela psicanálise, bem como à mais-valia marxista à medida que temos um sujeito que para se constituir sofre uma renúncia necessária ao gozo e se assujeita, alienando-se a uma ordem preexistente; assim também de alguma forma, o trabalhador não tem um retorno integral do que produziu porque só recebe o necessário para reproduzir a sua força de trabalho, devendo a diferença ser reinvestida para geração de capital. Como a maior parte do produzido está em circulação, nem o próprio mestre usufrui da operação, submetendo-se assim como o escravo aos imperativos desse

“modo de produção”. Não é por acaso que nesse discurso há uma dupla barra a separar o sujeito de seu objeto: $S // a$.

Um aspecto fundamental para se refletir sobre o “mal-estar” no capitalismo pode ser encontrado no discurso do mestre pela idéia de um sujeito barrado sem contato com o objeto produzido. Deparar-nos-emos com um jogo paradoxal de abstinência e escassez que tem por fim a produção de um a mais ou, em outras palavras, o excesso.

Nos primórdios do sistema capitalista, o objetivo de ganhar dinheiro fazia parte de um objetivo maior relacionado a preocupações de ordem ética e religiosa.

No seminário XVII, Lacan (1969-1970, edição de 1992) não deixa de fazer menção à contabilização dos pecados da ética protestante e à acumulação do capital, que suponho estar relacionada com a obra weberiana, além das suas constantes referências à concepção marxista.

“Temos que começar a ver por que o discurso do mestre está tão solidamente estabelecido, a ponto de poucos de vocês, ao que parece, avaliarem até que ponto ele é estável. Isto se deve ao que Marx demonstrou – sem mostrar, devo dizê-lo, sua relevância – no que se refere à produção, e que ele chama de mais-valia, e não mais-de-gozar.

Alguma coisa mudou no discurso do mestre a partir de certo momento da história. Não vamos esquentar a cabeça para saber se foi por causa de Lutero, ou de Calvino, ou de não sei que tráfico de navios em torno de Gênova, ou no mar Mediterrâneo, ou alhures, pois o importante é que, a partir de certo dia, o mais-de-gozar se conta, se contabiliza, se totaliza. Aí começa o que se chama de acumulação de capital.” (1969-1970, edição de 1992, p. 169)

Falamos anteriormente que diante do que é número negativo passa-se a buscar uma compensação. Na medida em que isso se torna quantificável, pela via de um método que se pretende racional e fechado, temos a expansão capitalista.

Enquanto laço social, o discurso do mestre é o discurso da castração, pois há um sujeito que fala e que não tem acesso direto aos objetos, encontrando satisfação apenas nas entrelinhas. Trata-se de um sujeito que, ao buscar a sua representação entre significantes, depara-se com a sua insuficiência, com uma representação parcial, de forma que algo sempre fica como um resto, caído: o objeto a . E a representação precisa do laço social se faz presente

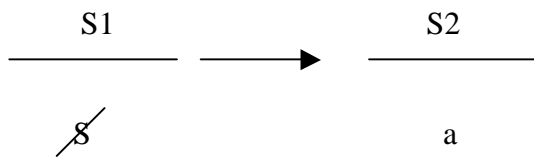
ao evocar a exclusão direta do objeto, exclusão organizadora tanto da realidade psíquica como a social.

Não é por acaso que Lacan (1969-1970, edição de 1992) afirma que o significante-mestre que dá o início à cadeia simbólica não só induz, mas determina a castração. Para entendermos é preciso resgatar a noção de significante-mestre considerando que só a partir de um dado momento ele se apresenta e marca o sujeito, representando-o. Antes ele só figurava na ordem preexistente da linguagem como potencialmente capaz de se firmar como diferença. Somente no momento em que se concretiza, o sujeito passa a ficar simultaneamente representado e não representado porque, como foi dito anteriormente, o significante não consegue abarcar tudo. Assim, forma-se um sujeito sem unidade, e algo ficará sempre oculto em relação a esse significante-mestre que possibilitou o ingresso do sujeito no mundo da cultura. Quando ele se cliva, inscreve-se uma série de outros significantes e temos o que Freud enunciou como aquilo que foi recalçado desde a sua origem e constitui pólo de atração.

O trabalho produzido com base na verdade do mestre esconde o sujeito e se reúne a esse saber primário que ninguém compreende; um saber sem cabeça, mas capaz de definir uma estrutura. Assim, aquilo fica de fora, seja a falta para uns (o trabalhador e o capitalista) ou o excedente para o Outro (o capital) é o motor de uma engrenagem produtiva:

“Pois bem, mesmo isto, talvez seja isto que se tenha que pagar. Foi por esta razão que lhes disse no ano passado que, em Marx, o *a* que ali está é reconhecido como funcionando em um nível que se articula – a partir do discurso analítico, não de outro – como mais-de-gozar. Eis o que Marx descobre como o que verdadeiramente se passa no nível da .9(aa)-8.sa:é7(s)8.2(-d)-7.9(e)-24.1(x5(n)0(9(r)-2,uo)32.3(q)8.5(u)8.5(e91.8(

Assim o expressaremos:



3.3.2 O discurso da histérica: o sintoma em ação

Ao fazermos $\frac{1}{4}$ de giro no discurso do mestre surge o discurso da histérica. Considerando que o S é dominante, o discurso traz à tona um sujeito dividido, impulsionado

Outro aspecto importante a observarmos é que o eixo do saber dado por S1 e S2 encontra-se totalmente no campo do outro. Nesse percurso o sujeito no discurso histórico convoca o outro para que ocupe o lugar de mestre S1, buscando-lhe como um outro sem furos, dirigindo-lhe sua demanda insatisfeita por determinada solução. Portanto, pode provocar um determinado laço quando convida o outro a se posicionar a partir do discurso do mestre, a fim de dar respostas às suas perguntas.

Lacan cria a palavra “industriosa” para qualificar o discurso da histórica, porque faz com que o outro trabalhe e se movimente intensamente, movido pelo desejo de saber como apaziguar seus impasses. No entanto, como toda a possibilidade de trabalho e produção não está do lado do sujeito e uma vez que o saber se encontra unicamente no outro, a produção de sintomas pode se tornar infundável, como uma forma de mostrar o valor que se tem enquanto objeto provocador de uma produção.

Este posicionamento de radical alteridade em relação ao saber é também a sua forma de indicar que o saber sexual está recalcado, apresentando-se como inteiramente estranho ao próprio sujeito e condenado a certa obscuridade.

Falemos do *a* na posição da verdade. Embora o sujeito mostre o seu valor pela produção do outro, o que ele realmente quer que se saiba é que o simbólico não dá conta de tudo, e que a sua verdade fundamenta-se em puro gozo, com suas perdas e repetidas tentativas frustradas de recuperação. Por mais que o outro produza, nunca estará satisfeito e é por esse motivo que se pode dizer que o outro é colocado no lugar de mestre para depois ser destituído.

Não é por acaso que, em períodos históricos anteriores, os sujeitos históricos enquanto feiticeiras desafiaram os padres e, posteriormente, enquanto loucas, os médicos. Poderíamos nos perguntar se atualmente não encontramos os sujeitos históricos no mercado de trabalho entre os trabalhadores desempregados ou portadores de “doenças profissionais”, enfim entre aqueles que evidenciam a inadequação ao sistema capitalista.

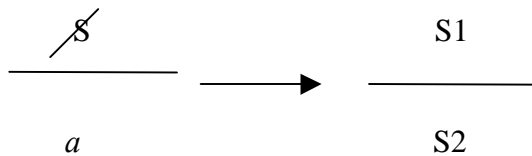
Considerando que o termo sintoma está sendo trabalhado nessa dissertação desde a concepção do nosso objeto, passando pela conceituação em Freud, vemos que na teoria lacaniana dos quatro discursos, ele se encontra na forma de laço. Visando aprofundar um pouco mais, recorramos a algumas palavras de Megale. Segundo ele, o discurso histórico na

sua relação com o sintoma é a expressão de um laço social contemporâneo e não possui relação com a nosografia psicopatológica.

Podemos ter através desse discurso a idéia de um inconsciente em ato, porque no lugar do agente está o efeito do deslizamento entre os significantes, um lugar marcado por pura interrogação que coloca em xeque o sujeito da certeza, da consciência. Assim:

“Cabe ressaltar que, deste ponto de vista entende-se o sintoma como algo que interroga, desestabiliza e provoca no outro, preferencialmente, uma posição de tentar responder ou solucionar o que se impõe como divisão. É justamente pensar no sintoma como um elemento que constitui laço com os outros e que, a despeito de toda e qualquer tentativa de eliminá-lo, continua em sua função de questionamento. Não se trata, desta forma, do sintoma como compreendido pela medicina, já que nesta o sintoma manifesta o desarranjo que sinaliza alguma dimensão a ser erradicada no sujeito.” (Megale, 2003, p 258)

Autorizemos o discurso do sintoma pela ordenação das seguintes letras e posições:



3.3.3 O discurso do analista

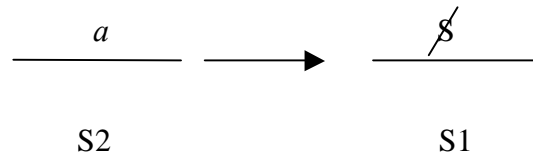
Se girarmos as letras em mais $\frac{1}{4}$ em relação ao discurso da histórica, o a passa a ocupar o lugar do agente, estabelecendo o discurso do analista. O a enquanto dominante implica em colocar-se como objeto causa de desejo, sustentado por um saber, a fim de possibilitar no outro o surgimento de um sujeito dividido que produza seus significantes-mestres. Nas palavras de Lacan, isso equivaleria a dizer que o analista provoca a introdução estrutural mediante condições artificiais da histerização do discurso.

A idéia de satisfação presente no discurso do mestre encontra-se exemplificado por Lacan ao longo do seminário XVII (1969-1970, edição de 1992) pela filosofia, pela pregação política, pela beleza e pela harmonia na medida em constituem um saber fechado, que se acredita unívoco e que, por isso, torna-se um obstáculo ao descobrimento do inconsciente. Ele alerta que a psicanálise vem lidar e lutar exatamente com esse saber que pressupõe totalidade,

colocando-o na berlinda. O discurso do analista, então, torna-se o avesso do discurso do mestre e se coloca a serviço da perda de gozo.

No capítulo sobre método ele foi longamente detalhado.

Temos daí a seguinte escritura:



3.3.4 O discurso universitário

Ao fazermos mais $\frac{1}{4}$ de giro encontramos o discurso universitário. Nele, o S2 organiza a estrutura discursiva colocando o objeto a no lugar do trabalho, tendo como produção um sujeito barrado, cuja verdade, radicalmente ocultada, é o S1.

Não se trata de um discurso que se confunde com a instituição universitária, embora muito do que ocorre nela tenha influenciado o termo que Lacan escolheu para sua denominação. Segundo Megale (2003), o discurso universitário tem como questão principal o saber como educar o outro, num furor pedagógico que logo esbarra na resistência exercida pelo sujeito, a denunciar a sua impossibilidade. Mas até isso acontecer, e pode demorar, esse outro que se coloca na posição de ser educado, vale-se de um saber compilado, falando unicamente em nome dele. Trata-se, portanto do discurso da citação do outro, por excelência.

Na contemporaneidade o discurso do mestre tem cedido cada vez mais espaço ao discurso universitário e, por isso, merece atenção especial.

No lugar de onde o ato procede há apenas o eixo da alienação simbólica dados por S1 e S2 e nisso se expressa o seu “mal-estar”. Nota-se, portanto, que o discurso universitário é impulsionado inicialmente a partir de uma exclusão do sujeito e que o objeto a e o sujeito barrado aparecem somente no campo do outro e, mesmo assim, esse último só surge posteriormente, e sob a barra do recalque.

Parte-se da idéia de que tudo se resolve com um saber já pronto indicado por S2, que fora realizado por outrem indicado por S1, e a partir do qual só cabe aprofundá-lo e reproduzi-lo infinitamente numa posição de objeto *a*. No lugar do agente e da verdade não há sujeito. O aparecimento enquanto sujeito só é possível no lugar do outro e enquanto um vestígio, que se dá a partir de uma produção ilimitada, que nada lhe deixa a não ser a perda, a perda de si mesmo.

O S1 no lugar da verdade indica que a primeira marca do outro sobre o sujeito, e por isso distintiva e enigmática, encontra-se oculta sob a barra do recalque. O que representa a alienação e a possibilidade de questioná-la está no lugar do impossível.

Uma relação tipicamente “universitária” ocorre quando se tenta dar peso ao próprio nome, valendo-se para isso contraditoriamente do nome do outro, do mestre que domina.

Propõe-se a leitura da passagem abaixo utilizando-se a universidade enquanto representante de dada organização no capitalismo e o produto de seu trabalho enquanto representante de tese:

“Com efeito, para designar algo que se inscreve com muita facilidade nessas letrinhas, o que se produz? Produz-se algo de cultural. E quando se pega a linha da Universidade, o que se produz é uma tese.

Essa ordem de produção tem sempre relação com o significante-mestre, mas não simplesmente porque isso o confere a vocês, simplesmente porque faz parte dos pressupostos que o que quer que seja dessa ordem tem a relação com um nome de autor.

É muito sofisticado. Há uma espécie de encaminhamento preliminar, que está no umbral da Universidade. Ter-se-á o direito de falar disso, salvo pela convenção de que é totalmente estrito que serão sempre etiquetados pela tese de vocês. **Isso confere peso ao nome de vocês. Contudo, ao que há nessa tese, vocês não estão de maneira alguma ligados daí por diante. Habitualmente, aliás, vocês se contentam com isso.** Mas pouco importa, poderão dizer tudo que quiserem, se já advieram ao nome. Isto é que tem o papel de significante-mestre.” (Lacan, 1969-1970, edição de 1992, p. 182, grifo nosso)

É no discurso do analista e naquilo que ele tem de rigorosamente estrutural que se pode resgatar o sujeito barrado no lugar do trabalho a partir de um saber que do lado do agente se encontra sob a barra e só aparece na sua forma precária e questionada. Temos aí a relação tensa entre o discurso do analista a provocar o sujeito e o discurso do “universitário” a provocar o objeto *a* pela via da educação.

Assim coloca Lacan:

“(...) Eu ficaria cuidadosamente confinado por muito tempo num órgão que não tinha outro interesse senão o de estar o mais próximo possível do que tento definir como um questionamento do saber. O que produz o saber analítico como desastre? Eis o que estava em questão, o que esteve em questão por muito tempo que não lhes deu o comichão de se tornarem autores.”

E ainda:

“Em resumo, se podia surgir alguma coisa de um questionamento sério do saber que se prodiga e se propaga no contexto estabelecido da Universidade, não há razão alguma pra que isso não possa ser feito num pequeno abrigo, tipo, este lugar, que adotaria a mesma lei, quer dizer, não apresentar algo para valorizar uma pessoa, **mas dizer algo de estruturalmente rigoroso, seja o que for que possa advir disso.** Poderia ter um alcance maior do que se possa esperar de antemão.” (Lacan, 1969-1970, edição de 1992, p. 183, grifo nosso)

Numa organização capitalista é comum ouvir: “Sou fulano da organização X”. Isso se fixa de tal forma que o sujeito não consegue sair facilmente dessa. É de suma importância apreender Isso (com letra maiúscula, no sentido freudiano) que a organização tem de escola, que cola e prende. E que apesar do “mal-estar” sem fim funciona como pólo de atração e faz com que muitos se contentem com ele. Talvez estejamos no terreno do objeto *a*, naquilo que há de repetição, de mortífero, de perda e recuperação na sua busca infundável de atendimento aos seus objetivos.

Considerando que nessa estrutura discursiva aquele que trabalha funciona como um objeto *a* a aprender cada vez mais, Lacan cria a palavra “astudante” que expressa a condensação de estudante com o objeto *a*.

“O mal-estar dos *astudados*, entretanto, não deixa de ter relação com o seguinte - apesar de tudo - solicita-se que eles constituam o sujeito da ciência com sua própria pele, o que, segundo as últimas notícias, parece apresentar algumas dificuldades nas áreas de ciências humanas. E é assim que, para uma ciência tão bem assentada de um lado, e tão evidentemente conquistadora por outro - o bastante para se qualificar de humana, sem dúvida porque toma os homens como húmus -, ocorrem coisas que nos permitem sair-nos bem e compreender o que comporta o fato de substituir no plano da verdade o puro e simples mandamento, o do mestre.” (Lacan, 1969-1970, edição de 1992, p. 99)

Enquanto no discurso do mestre, o escravo é quem sabe e que produz algo de novo numa relação com seu amo, no discurso universitário o “astudante” nada sabe por si, buscando saber mais apenas acerca daquilo que já existe, em nome de um outro. Assim afirma Lacan: “Não pensem que o mestre está sempre aí. O que permanece é o mandamento, o

imperativo categórico *Continua a saber*. Não há mais necessidade de que ali haja alguém.” (Lacan, 1969-1970, edição de 1992, p. 99)

Se não houver um mínimo de resistência temos a emergência do puro real pelo desaparecimento do sujeito na morte pelo excesso de trabalho, cujo exemplo não constitui um fato isolado ao longo da história. Entregar-se à exploração, até a extinção de si próprio, não deixa de ser uma forma de fazer o Outro gozar no seu extremo, enquanto lei absoluta, onipotente, completa e encerrada em si mesma e da qual o sujeito, com sua existência, sinalizaria inevitavelmente um desvio, desvio esse absolutamente indesejável aos padrões de eficiência e eficácia do bom funcionamento capitalista.

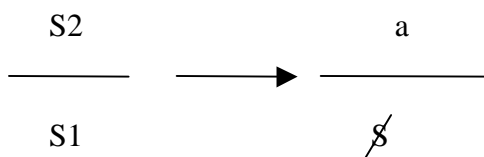
“Entre nós, não é nas universidades que encontramos os filósofos. Podemos contar isto a nosso favor. Mas, na Alemanha, é na Universidade. E as pessoas são capazes de pensar, num certo nível de status universitário, que os pobrezinhos, os queridinhos, **aqueles que neste momento estão apenas entrando na era industrial, na grande era da labuta, da exploração até a morte, vão pegá-los com a revelação dessa verdade**, a de que são eles que fazem a história, e que o senhor não é mais que o empregadinho que faltava para dar início à música.” (Lacan, 1969-1970, edição de 1992, p. 164, grifo nosso)

Do avanço sem limites do saber sobre o real surge um movimento de inegável potência. Mas à medida que o simbólico avança o real também o faz. Daí o seu caráter infinito.

“(…) Seria preciso discernir, entretanto, que no que quer que eu articule com uma certa visada de clarificação não existe a menor idéia de progresso, no sentido de que este termo implicaria numa solução feliz. O que a verdade, quando ela surge, tem de resolutivo, isso pode às vezes ser feliz - e, noutros casos, desastroso. Não se vê porque a verdade seria sempre forçosamente benéfica. Só com o diabo no corpo é que se pode imaginar semelhante coisa, quando tudo demonstra o contrário.” (Lacan, 1969-1970, edição de 1992, p. 99)

Neste ponto Lacan retoma a argumentação de Freud em o “Mal-estar na civilização” (1930[1929]) de que o avanço científico e tecnológico não traz felicidade, sobretudo se com ele se exclui o sujeito.

Isso que foi colocado pode ser escrito da seguinte forma:



3.3.5 O discurso do capitalista

Chemama (1997) levanta a questão de que Lacan propôs um novo discurso denominado capitalista porque o discurso do mestre ficava mais apropriado ao capitalismo nascente, havendo novos elementos a se considerar no decorrer de seu desenvolvimento.

Ressalto que não o encontramos no seminário XVII. No livro “Goza – globalização, capitalismo e psicanálise” (1997) há uma série de autores com opiniões divergentes quanto à possibilidade de considerá-lo como mais um discurso. Para o autor escolhido para o diálogo, a resposta é positiva. Não entraremos nesse debate teórico no momento. Ele apenas será citado de forma breve sem um detalhamento exaustivo das letras do matema como estamos fazendo com os quatro discursos do seminário XVII, com o intuito de se levantar uma questão para pesquisas posteriores.

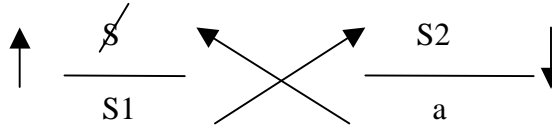
Para Chemama (1997), nas configurações capitalistas novas, os objetos têm ficado cada vez mais disponíveis em circuitos comuns de troca para o sujeito, cada vez mais desprovidos de seu valor de uso e mais marcados pelo seu valor abstrato, sendo a sua produção tão somente estimulada pelo lucro.

Esse sujeito do discurso vive inserido num mundo marcado por uma série de objetos produzidos em massa e destinados a um mercado que se habilita a absorvê-lo. O valor da mercadoria passa a ser determinado unicamente pelo poder de venda independentemente do trabalho investido ou de sua utilidade. Assim, tudo se troca e nessa esfera circulante tudo se equivale.

Decerto que na contemporaneidade, a conquista de algo mais difícil, que exigiria maior elaboração pode ser facilmente substituída pelo sujeito por objetos imediatamente disponíveis, fruto de um processo intensivo de homogeneização dos objetos de satisfação.

Vamos, então, ao discurso do capitalista para nos auxiliar a dar seqüência a essa explanação. Temos representado abaixo um sujeito diretamente comandado pelo objeto que produz, não havendo uma seta na direção horizontal que ligaria o sujeito ao outro. A dominação e a dependência vêm de sua falta de singularidade, pois o que está em jogo é o

objeto feito para o consumo de massa, numa promessa de satisfação imediata que, em outras palavras, pode ser mostrada pela ausência da disjunção entre S e a.



A relação direta com o objeto pode ser lida pelas “toxicomanias” da atualidade que assume importância cada vez maior enquanto sintoma, conforme Chemama comenta:

“Na esfera das relações interpessoais como na da troca econômica, o ideal consumista se prevalece da crença num objeto de direito, sempre disponível, com a condição de poder comprá-lo, num gozo sem interdito. Se observará simplesmente o que no horizonte poderia figurar melhor esse objeto sempre acessível, esse gozo garantido por fartura; é o objeto do toxicômano, as drogas de todas as espécies que na nossa época se multiplica e diversifica.” (Chemama, 1997, p. 36)

O sujeito fica sendo determinado pelo objeto perdido, passando a buscá-lo no real, sem recorrer a qualquer possibilidade de metaforização, ou a qualquer apelo ao recurso do significante. E aí é possível estabelecer-se uma relação com o pensamento de Marx quando coloca o modo de produção como determinante da atividade do trabalhador e do proprietário dos meios de produção, submetendo-os aos imperativos do capital. Assim, temos um sujeito para o objeto e não mais um objeto para o sujeito.

Se o gozo é movimento mortífero, temos na morte biológica o desaparecimento do sujeito barrado. A divisão se perde na completude que, em outras palavras, pode ser pensada pela idéia de que o objeto transborda e toma o sujeito, eliminando-o.

CAPÍTULO 4: INTERLOCUÇÕES - O CAPITAL, O TRABALHO E O TRABALHA-DOR

“Quando com toda justiça, consideramos falho o

O trabalho, por exemplo, poderia ser mais um meio para alcançarmos a felicidade dentre outros enumerados por Freud, como o amor, a arte, as drogas e a religião. Para ele, nenhuma atividade consegue tamanha ligação entre o indivíduo e a realidade como o trabalho, além de fornecer um lugar na comunidade. A sua importância reside no fato de que a preservação da existência na sociedade é indubitavelmente justificada por essa atividade.

No entanto, para Freud é comum encontrar a idéia de que o ser humano só se submete ao trabalho “por pressão da necessidade”. A questão é se este trabalho constitui atividade livremente escolhida e se respeita as inclinações instintivas individuais. Nesse último caso, poderia haver a possibilidade de “deslocar grande quantidade de componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos ou mesmo eróticos para o trabalho profissional, e para os relacionamentos humanos a eles vinculados...” (Freud, (1930[1929]) p.99)

Se o progresso do conhecimento, a produção de riquezas e a capacidade de satisfação das necessidades estão notoriamente desenvolvidos, o impasse passa a recair, como Freud colocou em “O futuro de uma ilusão” (1927), nos regulamentos necessários para o ajuste das relações dos homens no sentido de distribuir e partilhar. Algo resiste à regulação e torna discutível a possibilidade de uma era de ouro em que todos pudessem usufruir dessas riquezas sem discórdia, coerção e sacrifício. Entramos no terreno da pulsão de morte e do gozo que desafiam a possibilidade de governar, educar, curar e também, como acrescentaria Lacan, de fazer desejar em prol dos objetivos da civilização.

O descompasso apontado pela psicanálise entre a evolução das técnicas e a infelicidade, tendo em vista um sujeito marcado pelo gozo e pelo mais-de-gozar, encontra um ponto de reflexão junto a pesquisadores de outras áreas cujo objeto é a sociedade. Nessas outras áreas podemos encontrar a indicação de um descompasso entre o avanço das forças produtivas e a degradação das relações sociais tendo em vista uma sociedade marcada pela mais-valia.

anuncia a lógica do *objeto pequeno a* lacaniano, como encarnação do mais-gozar, já é fornecida pela fórmula decisiva que Marx utilizou, no terceiro volume de *O capital*, para designar o limite-lógico-histórico do capitalismo: ‘o limite do capital é o próprio capital, isto é, o modo de produção capitalista.’ (Zizek, 1996, p. 328)

Na dinâmica do próprio capitalismo a relação de produção nunca será coerente com as forças produtivas, pois o seu desequilíbrio fundamental e constitutivo leva a um desenvolvimento adicional das forças produtivas através de um desenvolvimento incessante. Na concepção de gozo, encontra-se essa mesma idéia de que o limite possibilita cada vez mais o seu avanço.

Estabelecida a relação entre mais-valia e mais-de-gozar, a noção do capital por meio de duas importantes referências teóricas das ciências sociais, Marx e Weber, será aprofundada. Ao longo de suas colocações, destacam-se algumas características: o aspecto ininterrupto e insaciável; a produção de um excedente que tem como base a abstinência, a racionalização, o limite; um produto que se situa fora do alcance dos sujeitos que o produzem e, finalmente, a irracionalidade do avanço do capital que não leva em conta a vida, o prazer, a felicidade e tampouco a utilidade.

O aspecto ininterrupto pode ser encontrado em “O capital” (1983), quando Marx afirma que o objetivo da circulação de mercadorias no capitalismo só é atingido quando o dinheiro inicial se diferencia do dinheiro final pela quantidade. Por exemplo, se na produção de uma mercadoria houve um investimento de 100 *libras esterlinas*, tal mercadoria deverá ser revendida a 100 *libras esterlinas*, surgindo nessa operação, mais 10 *libras*. Assim, a forma completa dessa operação é $D - M - D'$ sendo que $D' = D + \text{delta } D$, ou seja, D' deve representar o dinheiro adiantado mais um incremento. Assim: “Esse incremento, ou o excedente sobre o valor original, chamo de – mais-valia (*surplus value*). O valor originalmente adiantado não só se mantém em circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E nesse movimento se transforma em capital.” (Marx, 1983, p. 128)

No processo de compra para a venda representada pela fórmula $D - M - D$, o começo e o término têm a mesma finalidade, gerando um movimento sem fim, pois o valor resultante de 110 *libras* possui a mesma propriedade de passar por um processo de valorização como ocorreu com as 100 *libras* iniciais. Se, ao contrário, as 110 *libras* resultantes não forem

reinvestidas e simplesmente gastas como dinheiro, elas deixam de desempenhar o seu papel como capital. O capitalista não visa, então, guardar o dinheiro para si, mas multiplicá-lo na circulação.

“(...) A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável. Como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor – é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho. Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada do valor é comum ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto o entesourador é apenas o capitalista demente, o capitalista é o entesourador racional. A multiplicação incessante do valor, pretendida pelo entesourador ao procurar salvar o dinheiro da circulação, é alcançada pelo capitalista mais esperto ao entregá-lo sempre de novo à circulação.” (Marx, 1983, p. 130. grifo nosso)

Se o capitalista racional precisa constantemente entregar o capital obtido à circulação, tem-se do seu lado uma necessidade constante de privação. O trabalho será uma forma de o capitalista atingir o seu objetivo.

Privação ainda maior caberá ao trabalhador para que se empenhe nessa produção. Ele já entra como despossuído. O trabalho no capitalismo deve ser entendido para além da idéia

necessária, o que equivale a dizer que ela deve transcorrer em condições normais, envolvendo, por exemplo, instrumento de trabalho adequado e um grau médio de destreza e velocidade do trabalhador.

O trabalhador se reduz a uma mercadoria dada pela sua força de trabalho que busca assegurar pela sua venda o mínimo para se manter; o capitalista, por sua vez, reduz-se a um comprador que busca, através dessa mesma mercadoria, obter o máximo possível de valor. Qualquer diferença qualitativa que os diferencie, como sua história, sua singularidade, seus objetivos de vida, é anulada e controlada por uma lei essencialmente quantitativa colocada a serviço da produção de um excedente.

A reprodução do capital envolve a jornada de trabalho pela possibilidade de manejar seus principais elementos: tempo de trabalho necessário à geração de valor destinado à subsistência do trabalhador que se configura como um limite mínimo da jornada; tempo de trabalho excedente destinado à geração de valor para custeio dos demais meios de produção e extração de mais-valia.

Na mais-valia absoluta o trabalho necessário à subsistência do trabalhador é magnitude constante, variando apenas o trabalho excedente, que resulta em um grande aumento na jornada de trabalho como um todo.

Para apreendermos a idéia de que algo vai ser produzido através da circulação e ao mesmo tempo para fora dela - homóloga à relação do objeto *a* com a cadeia simbólica -, vamos ao exemplo dado por Marx. Nele fica claro que o produto do trabalho é de ordem numérica e fica fora do alcance de quem o produziu. O seu cálculo pode ser exemplificado pelo caso da produção do fio. Se o trabalho é considerado como formador de valor, o fio não mais se configura como meio particular de trabalho que se diferenciaria do plantador e do produtor de fuso. Cada elemento dessa linha produtiva constitui apenas uma parte quantitativamente diferente do mesmo valor total que é o valor do fio.

Suponhamos que ao vender a força de trabalho, o combinado foi 3 *xelins* por 6 horas de trabalho e que esta quantia seria suficiente para a subsistência do trabalhador. Em 1 hora se produz 1 e 2/3 de algodão e em 6 horas produz-se 10 *libras*.

O valor total das 10 *libras* é de 15 *xelins*, composto por 2 dias e meio de trabalho, sendo 2 dias relacionados ao trabalho anterior na produção do algodão (10 *xelins*) e do fuso (2 *xelins*) correspondentes a 12 *xelins*, e 1/2 dia contido no trabalho de fiação correspondentes a 3 *xelins*. Se tudo se resumisse a isso, o capitalista ficaria desapontado, porque o valor final do produto seria igual ao que ele investiu inicialmente. Os valores concentrados no fio já se igualavam ao valor antes investido, não surgindo mais-valia.

O valor de 3 *xelins*, mencionado anteriormente como suficiente para a subsistência, corresponde a 1/2 jornada de trabalho. Nada impede que esse trabalhador se comprometa com uma jornada inteira para que o negócio seja compensador para o capitalista. Tem-se aí a razão pela qual a força de trabalho é uma mercadoria especialmente interessante ao capitalista.

“Sua propriedade (força de trabalho) útil, de poder fazer fio ou botas, era apenas uma *conditio sine qua non*, pois o trabalho para criar valor tem de ser despendido em forma útil. **Mas o decisivo foi o valor uso específico dessa mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem. Esse é o serviço específico que o capitalista dela espera. E ele procede, no caso, segundo as leis da eternas do intercâmbio de mercadorias.** Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um, sem desfazer-se do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido, ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que a sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte pra o comprador, mas , de modo algum uma injustiça contra o vendedor.” (Marx, 1983, p.160, grifo nosso)

Com o prolongamento da jornada de trabalho de 6 horas para 12 horas, de 10 *libras* de algodão convertidos em 10 *libras* de fio passa-se a converter 20 *libras* de algodão em 20 *libras* de fio. As 20 *libras* de fio representam 5 jornadas de trabalho, das quais 4 referem-se ao pagamento da etapa produtiva anterior contida no algodão e no fuso e 1 destina-se à transformação do algodão em fio. O pagamento de 3 *xelins* por jornada de trabalho é mantido.

No primeiro cenário, 10 *libras* de fio custavam e eram vendidas a 15 *xelins*, devido à composição das mercadorias envolvidas na sua produção, sendo o custo do algodão 10 *xelins*, do fuso 2 *xelins* e da força de trabalho 3 *xelins*. No segundo cenário, com a duplicação da jornada de trabalho, temos que 20 *libras* de fio custam 30 *xelins*, ficando assim a composição das mercadorias envolvidas na produção: algodão por 20 *xelins*, fuso por 4 *xelins*, porém a

força de trabalho se mantém em 3 *xelins*. A venda é feita por 30 *xelins*, sendo que 27 *xelins* pagam a produção. Os outros 3 *xelins* correspondem à mais-valia absoluta obtida pelo trabalho.

O capitalista, como comprador, pagou a mercadoria que estava em circulação, consumiu o seu valor de uso obtendo o resultado de 20 *libras* de fio por um valor de mercado de 30 *xelins*, ou seja, pelo seu valor vigente, sem ferir as suas leis. No entanto, é capaz de retirar de circulação 3 *xelins* a mais gerados fora da circulação, transformando o dinheiro em capital.

Na mais-valia relativa, o trabalho necessário torna-se uma magnitude variável pela introdução de ganhos em produtividade. Assim, o capitalista busca contrair o máximo possível o tempo de trabalho necessário e ampliar o trabalho excedente, mantendo a jornada de trabalho num dado limite. Para isso, altera as condições técnicas e sociais que envolvem o modo de produção e promove um aumento das forças produtivas. Em outras palavras, a elevação da produtividade é entendida nesse contexto como uma modificação dos instrumentais e/ou dos métodos presentes no processo de trabalho visando à diminuição – ou mesmo à eliminação - do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria.

Vale lembrar que a extração de mais-valia relativa, tão presente nas formas de gestão do trabalho contemporânea, ocorre pela introdução das tecnologias que permitirão a eliminação do tempo de trabalho necessário de muitos trabalhadores. O desemprego se tornará um grave problema nesse contexto.

Tanto na mais-valia absoluta quanto na mais-valia relativa, o sujeito trabalhador se converte em um número que produz um excedente, que quanto mais faz, mais se torna incontrolável, inacessível e independente dele.

“(…) Todo esse segmento, a transformação de seu dinheiro (do capitalista) em capital, se opera na esfera da circulação e não se opera nela. Por intermédio da circulação, por ser condicionado pela compra da força de trabalho no mercado. Fora da circulação, pois ela apenas introduz o processo de valorização, que ocorre na esfera da produção. E assim é tout pour le mieux dans le meilleur des mondes possibles.

O capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores de processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo,

um monstro animado que começa a ‘trabalhar’ como se tivesse amor no corpo.”
(Marx, 1983, p. 161, grifo nosso)

A racionalidade capitalista consiste no princípio de que a formação da mais-valia não resulta de uma visão comum de vendedores inescrupulosos que comercializam a sua mercadoria acima do valor ou de compradores que compram abaixo do estipulado, porque aí não houve adição de valor, mas simplesmente um que ganhou enquanto o outro perdeu, mantendo-se os mesmos patamares.

Há que se considerar também a impossibilidade de existir uma classe que só compre sem vender ou que só consuma sem produzir. Todos os membros ocupam a posição de vendedores e compradores simultaneamente, pois a diferença entre as mercadorias torna o intercâmbio imprescindível e uma das partes envolvidas sempre possuirá o objeto das necessidades do outro, estabelecendo-se uma interdependência.

O capitalista qualificado como demente pode ser relacionado àquele comerciante visto equivocadamente pelo senso-comum como o estereótipo do capitalista que gosta de levar vantagens em tudo, praticando valores injustos, esquecendo-se de que ele também é consumidor e que a sua ação não deixa de estar determinada pela validação social dos valores.

Há uma lei que se impõe coercitivamente a cada capitalista, impelindo-o à ação constantemente: ganhos em produtividade, rebaixamento do valor da mercadoria e pressão para que todos os demais envolvidos nos meios de produção reduzam também o seu valor, a fim de que compativelmente se reduza o valor da força de trabalho e se possa ganhar em escala.

Os ganhos de produtividade constituem resposta a uma pressão que se torna cada vez maior. Se o capitalista consegue pelo aumento da produtividade o dobro de mercadorias que produzia antes, será levado a abaixar o valor de sua mercadoria, pois precisará atingir um mercado duas vezes maior. Mesmo com a redução dos valores ainda consegue ganhar um pouco mais que anteriormente. No entanto, o valor de uma mercadoria é sempre determinado socialmente de forma que essa mais-valia extra que ele conseguiu individualmente desaparecerá rapidamente porque os outros concorrentes em breve aprimorarão o seu modo de produção a fim de obter um padrão de produção igual ou superior.

A taxa de mais-valia geral só experimenta alteração efetivamente quando o conjunto de todos os ramos de produção envolvido aumenta a produtividade e baixa os preços das mercadorias que fazem parte do conjunto dos meios de subsistência do trabalhador.

Assim Marx afirma que:

“O valor absoluto da mercadoria não interessa, por si mesmo, ao capitalista que a produz. Só lhe interessa a mais-valia nela inserida e realizável através da venda. A realização da mais-valia já pressupõe a reposição do capital adiantado. Uma vez que a mais-valia relativa cresce na razão direta do desenvolvimento da produtividade do trabalho e que o valor das mercadorias varia na razão inversa desse desenvolvimento, e uma vez que o mesmíssimo processo barateia as mercadorias e eleva a mais-valia nelas contida, fica solucionado o mistério de o capitalista, preocupado apenas em produzir valor-de-troca, esforçar-se continuamente para baixar o valor-de-troca das mercadorias.” (Marx, 2004, p. 371)

O movimento ininterrupto, imperativo e “contagioso” levará os participantes desse modo de produção - seja pela pressão de ordem material vivida na relação de capitalista para capitalista ou de capitalista para trabalhador - a desenvolverem e colaborarem com soluções que garantam a acumulação, entre as quais a forma de organização do trabalho é expressão.

Trabalhador e entesourador se encontram submetidos à perseguição contínua do incremento e empregam meios que só podem ser considerados racionais se restritos a essa perspectiva. Disso resulta que o avanço da civilização se encontra pautado pela linha da criação de valores de troca e não da criação de um valor de uso pela distribuição dos recursos em nome do bem-estar.

O capitalista vai afirmar seu direito de comprador da força de trabalho visando prolongar ou intensificar o tempo dedicado ao trabalho o quanto for possível independentemente do comprometimento da vida, pois a razão de sua existência é a criação de valor.

“O capitalista tem seu próprio ponto de vista sobre esse extremo, a fronteira necessária da jornada de trabalho. Como capitalista, apenas personifica o capital. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente. O capital é trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, que quanto mais o suga, mais forte se torna.” (Marx, 2004, p. 272)

O trabalhador, por sua vez, vai lutar pelo seu direito de vendedor no sentido de restringir a jornada tendo em vista a natureza específica de sua limitada mercadoria. E é assim que temos na jornada de trabalho uma das expressões de confronto entre o direito da classe capitalista e o direito da classe trabalhadora.

A voz do trabalhador surge com o intuito de conseguir se sustentar enquanto vendedor de uma mercadoria completamente alienada do próprio sujeito que a vende e cujo consumo cria valor superior ao seu custo. O vendedor deve se submeter às exigências da parcimônia e da abstinência, o que, em outras palavras, significa a gestão de forma razoável do seu único patrimônio com a prevenção de qualquer desperdício irracional. Por isso, necessita combater o prolongamento ou a intensificação desmesurada da jornada de trabalho que compromete a sua capacidade de sobrevivência.

Para se manter vivo é necessário que ele paradoxalmente assegure esse estado de consumo que se faz presente em si mesmo restringindo-o através da recuperação de uma dimensão qualitativa num tempo fora do trabalho pela realização de suas necessidades físicas, espirituais e sociais.

Fica a questão se essa utilização do tempo fora do trabalho pelo trabalhador é realmente em proveito próprio ou tão somente uma forma de assegurar a sua permanência enquanto mercadoria indiferenciada num processo ilimitado e impessoal ou, ainda, se do encontro com esse limite enquanto mercadoria pode-se recuperar um outro sentido.

Na atualidade é comum a expressão de que o trabalhador é apenas um número nas organizações. Essa frase pode ser pensada como a denúncia da perda da humanidade no sentido de ser apenas uma peça da engrenagem, de um ser que trabalha de forma automática, incapaz de fornecer sentido ao que faz, restringindo-se a um sentido pronto. Reduzir-se a um número pode também expressar a própria dificuldade de viver o limite humano, a dimensão da singularidade, a diferença, a finitude e, assim, usufruir de uma dinâmica ilimitada, excessiva e mortífera.

Independentemente da ocupação, Marx afirma que as exigências impostas pelo capital a todos os trabalhadores são as mesmas e não levam em conta a vida.

“Não é a conservação normal da força de trabalho que determina o limite da jornada de trabalho; ao contrário, é o maior dispêndio possível diário da força de trabalho, por mais prejudicial, violento e doloroso que seja, que determina o limite do tempo de descanso do trabalhador. O capital não se preocupa com duração da vida da força de trabalho. Interessa-lhe exclusivamente o máximo da força de trabalho que pode ser posta em atividade. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor voraz que consegue uma grande produção exaurindo a terra de sua fertilidade.” (Marx, 2004, p. 307, grifo nosso)

E ainda:

“O capital não tem, por isso, a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las. **À queixa sobre a degradação física e mental, a morte prematura, o suplício do trabalho levado até a completa exaustão, responde; ‘Por que nos atormentamos com esses sofrimentos, se aumentam nosso lucro?’** De modo geral, isto não depende, entretanto, da boa ou da má vontade de cada capitalista. A livre competição torna as leis imanentes da produção capitalista leis externas, compulsórias para cada capitalista individualmente considerado.” (Marx, 2004, p. 312, grifo nosso)

Identifiquemos algumas características que permitem uma homologia entre o mais-degozar e o espírito do capitalismo de Weber (1989). Na sua perspectiva a ação econômica capitalista consiste em uma lógica específica de obter lucro através de oportunidades de troca, envolvendo planejamento e cálculo sistematizados de forma que os recursos utilizados garantam um retorno maior que o capital investido. A produção de um incremento teria, então, uma similaridade com Marx.

No entanto, a corrente weberiana se opõe à corrente sociológica materialista marxista ao mostrar que outros fatores, como a religião, mais particularmente a ética ascética protestante, não é apenas influenciada, mas influenciadora do envolvimento do sujeito com a produção.

O capitalismo, como força mais importante da vida moderna, apresenta também a característica de ser marcado por uma direção racional. O desejo de ganho ilimitado não é condizente com suas bases, embora necessite que o lucro seja sempre renovado. Na sua perspectiva, o desenvolvimento dessa forma específica de racionalidade e de limite a serviço da produção de um excedente não seria decorrente de condições materiais e históricas de existência e do ideal subjacente de maximização dos valores de troca, mas da criação de uma situação de limitação que está a serviço de um ideal ético ilimitado.

Para atingir o objetivo da salvação no protestantismo, o ser humano desenvolveu paradoxalmente meios profundamente racionais se considerado do ponto de vista capitalista. O autor esclarece que o que é racional para uma cultura pode ser irracional para outra,

Lutero sempre lutou contra qualquer forma de capitalismo, representado pelos comerciantes, monopolistas e banqueiros de sua época, manifestando-se claramente contra a usura e a tomada de juros. No entanto, o termo “vocação” possibilitou uma forma de pensar plenamente suscetível de interpretações especificamente capitalistas.

A concepção de vocação luterana é revista e radicalizada em todas as correntes protestantes: o calvinismo, o pietismo, o metodismo e a seita batista. Segundo elas, o ser humano deve desenvolver intensamente sua vocação através de um trabalho físico e mental constante e duro, que passa a constituir um meio poderoso de combater às dúvidas religiosas e de evitar os pecados. Isso implica numa mudança de relação com o tempo, uma vez que o eterno descanso só deve ocorrer em outro mundo. Na vida terrena o homem deve trabalhar intensamente em favor de Deus. A perda de tempo passa a ser um dos principais pecados, pois cada minuto perdido redundava numa menor glorificação divina.

Diferentemente, para os católicos a superação da moralidade secular se dá por uma ascese distante das tarefas mundanas. As boas obras podem ser representadas em atos isolados, reconhecendo-se que o homem não tem unidade, sendo a sua ação essencialmente contraditória. Assim, ao mesmo tempo em que a sua moral requer a mudança, traz a possibilidade de abrandamento dos pecados pela via da absolvição no ato da confissão testemunhado por um outro religioso.

De forma geral, para o homem envolvido com a Reforma cujo objetivo máximo era a salvação, nenhuma pessoa lhe poderia ajudar, porque apenas o escolhido por Deus na intimidade do próprio coração poderia saber da condição em que se encontrava. Na literatura enfatiza-se a confiança exclusiva em Deus, com advertências em relação a qualquer auxílio de uma amizade humana, não se devendo, inclusive dizer nada de comprometedor a quem quer que seja. Só Deus é confidente. Com isso, está abolida a confissão e a possibilidade de uma descarga periódica da própria culpa, introduzindo-se o desenvolvimento de uma atitude ética permanente.

A fragmentação das ações presente no ciclo de pecado-arrependimento-reparação-relaxamento seguido de novo pecado é própria do catolicismo e não encontra lugar no protestantismo, e mais precisamente, na sua corrente Calvinista. Da confissão dirigida a alguém que absolve, admitindo-se capaz de errar novamente passa-se ao desenvolvimento de

uma fé solitária em que o próprio indivíduo se controla de forma altamente racionalizada e permanente.

A santificação vem de um conjunto unificado de obras, envolvendo planejamento e sistematização que tornam as sanções muito mais efetivas. A fé verdadeira é identificada através da conduta, da constância nas boas obras. Mesmo que para os calvinistas elas sejam inúteis para os padrões divinos, constituem sinal indispensável de uma possível escolha, e, embora não assegure a salvação, cumpre o papel de evitar o medo da condenação. Temos aí a colocação de um movimento ininterrupto dessa concepção ética.

O calvinismo influenciou os países capitalistas mais desenvolvidos, a exemplo da Inglaterra e França, no século XVII. O seu dogma mais importante é a predestinação, o que quer dizer que os escolhidos e os condenados já estão definidos *a priori* por Deus.

O aspecto da racionalização e da imposição de limites se mostra presente claramente na corrente protestante metodista cuja avaliação metódica da conduta - como o próprio nome indica - foi na prática representada por um livro contábil em que o cristão lançava os pecados e os progressos a fim de supervisionar o estado de graça. O pecador pode ser comparado a um freguês que se ficar em dívida uma única vez, só conseguirá saldar posteriormente o juro com suas virtudes, permanecendo eternamente devedor.

Para as demais correntes protestantes, ao contrário, a oportunidade de salvação aparece em vida e se comprova pelas boas obras.

A salvação é um objetivo completamente racionalizado por uma vida amarga, séria, peculiarmente ascética, marcada pelo autocontrole e por uma espécie de regulamentação deliberada e totalmente independente de outro ser humano. A orientação de que se está no caminho correto é dada pela busca permanente de provas concretas, ponto crucial do entrelaçamento entre fé e conduta. Assim, “(...) tentava habilitar o homem a afirmar e fazer valer os seus motivos constantes especialmente aqueles que foram adquiridos em contraposição aos sentimentos. Sua finalidade era habilitar para uma vida alerta e inteligente, enquanto a tarefa imediata de anulação do gozo espontâneo e impulsivo da vida era o meio mais importante de conduta de seus adeptos.” (Weber, 1989, p. 83)

O lado mortífero dessa conduta ética está no fato de que não se leva em conta necessidades de abastecimento da população mundial ou que o aumento do comércio e da população traria uma época de abundância para todos, liderada por um capitalista preocupado com o cálculo e o planejamento de seus investimentos a serviço da humanidade.

Também não está em questão a busca da felicidade. Características marcantes do trabalhador dos primórdios do capitalismo, como pontualidade, sobriedade e busca crescente pelo dinheiro com afastamento de todo o proveito puramente pensado como uma finalidade em si, parecem incompatíveis com a “felicidade”, com o puro hedonismo, pertencendo, portanto a uma ordem transcendente e irracional.

Ganhar dinheiro parece, no interior da ordem econômica, uma expressão da virtude e da eficiência de uma vocação. E a idéia peculiar do dever profissional é base fundamental para a ética social capitalista.

“O homem é dominado pela produção de dinheiro, pela aquisição encarada como finalidade última de sua vida. A aquisição econômica não mais está subordinada ao homem como meio de satisfazer suas necessidades materiais. Esta inversão do que poderíamos chamar de relação natural, tão irracional de um ponto de vista ingênuo, é evidentemente um princípio norteador do capitalismo, tão seguramente estranha a todos os povos fora da influência capitalista.

(...) É uma obrigação que o indivíduo deve sentir e que realmente sente, com relação ao conteúdo de sua atividade profissional, não importando no que ela consiste e particularmente, se ela aflora com uma utilização de seus poderes pessoais ou apenas de suas possessões materiais (como ‘capital’).” (Weber, 1989, p. 33)

Para além da utilidade da produção e distribuição de riqueza ou da busca do prazer, o que está em jogo no envolvimento do homem com o capitalismo é o estabelecimento de um caráter ético, um estilo de vida normativo, uma máxima direcionadora da conduta. Eis como aparece o “lado espiritual” do capitalismo ocidental que se diferencia de “outros capitalisms” desprovidos desse “*ethos*” particular.

O espírito capitalista contemporâneo aparece como uma conseqüência de sanções psicológicas originadas na crença religiosa que orientaram a conduta moral de diversos povos e que de alguma forma acabaram se perpetuando, ainda que desligadas de sua origem e sujeitas a novas transformações. “As diferentes raízes dogmáticas da moralidade ascética indubitavelmente se extinguíram após lutas terríveis. A conexão original com esses dogmas,

porém, deixou após si importantes traços nas éticas não-dogmáticas posteriores (...).” (Weber, 1989, p. 67).

Na atualidade, os vestígios de seus fundamentos dogmáticos se apresentam na formação de um outro ideal do trabalhador que extrapola aquele discreto e moderado que vê na acumulação de riquezas o indício de uma vocação bem-sucedida. O ideal de sujeito bem-sucedido, além do objetivo irracional de viver em função do trabalho como um fim em si mesmo, estendeu-se contraditoriamente ao desejo de poder, ao consumo desenfreado e à busca da consideração alheia.

“Tais pessoas, dominadas pelo espírito do capitalismo tendem hoje a ser indiferentes, se não hostis para com a Igreja. A idéia do piedoso aborrecimento do paraíso apresenta-lhes como um meio de afastar as pessoas do trabalho neste mundo. Se lhes perguntarem qual o sentido de sua atividade ininterrupta, o porquê da sua constante insatisfação com o que têm, dando assim, a impressão de ser tão desprovida de sentido para qualquer concepção de vida puramente mundana, a resposta, se soubessem de alguma, talvez fosse ‘para o futuro dos filhos e dos netos’. Com mais freqüência, porém, e mais corretamente, uma vez que essa razão não lhes é peculiar mas tem a mesma eficiência para o homem ‘tradicional’ a resposta seria simplesmente que os negócios com seu trabalho contínuo tornaram-se partes necessárias de suas vidas. **É esta, de fato, a única motivação possível, mas, ao mesmo tempo, expressa o que, do ponto de vista da felicidade pessoal, é tão irracional acerca deste tipo de vida, em que o homem existe em razão de seu negócio, ao invés de se dar o contrário.**” (Weber, 1989, p. 46, grifo nosso)

O ideal de trabalho permanente e de realização pelo consumo muitas vezes é considerado inexorável e definitivo.

A conjuntura econômica e política do capitalismo determina uma *Weltanschauung* de tal forma que quem não se encaixa é sobrepujado ou não consegue ascender. O destino marcado pelo trabalho intenso numa produção mecanizada e guiada pela satisfação das paixões mundanas, sobretudo aquelas relacionadas à aquisição de bens materiais, passa a

4.2 A submissão

Segundo Althusser (1996), para que ocorra a reprodução da força de trabalho cabe fornecer as condições de sua subsistência, a qualificação adequada à divisão técnica e social do trabalho e, além disso, fazer com que se garanta a reprodução das condições capitalistas de produção no cotidiano pela submissão a uma ideologia. No capitalismo a submissão não é obtida diretamente no local de trabalho como no período da escravidão, mas através de diversas instâncias e instituições.

Para conformar o sujeito à ordem social há dois dispositivos. O Estado, que tem a função de aparelho repressivo e que permite às classes dominantes assegurarem a dominação, e o processo de extração de mais-valia. Ele tem funções jurídicas e de intervenção direta pelo aparato policial e se vale principalmente da violência. Atuando ao lado do Estado, estão os seus aparelhos ideológicos que se diferenciam do primeiro principalmente pelo uso da ideologia, e também por serem em maior número e envolverem o domínio privado.

Os aparelhos ideológicos do Estado são alguns números de realidades que se apresentam sob a forma de instituições especializadas: AIE religioso, AIE escolar, AIE familiar, AIE jurídico, AIE político, AIE sindical, AIE da informação e AIE cultural. Sendo assim, a ideologia tem existência material porque as idéias ou crenças dos sujeitos são sempre corporificadas por seus atos. Ela pode ser apreendida empiricamente e será concretizada por meio de práticas e rituais desenvolvidas por um AIE.

Mas o que seria a ideologia que submete o sujeito pela via dos AIE? Para explicá-la, Althusser (1996) inverte a proposta de Marx de ideologia como representação imaginária das relações do sujeito com as condições de existência e propõe a ideologia como uma representação das relações imaginárias do sujeito com suas condições de existência.

Vale a pena elucidar por que os homens precisariam transpor as condições reais de existência para si mesmos de forma imaginária. Althusser (1996) recusa hipóteses como, por exemplo, uma minoria de homens cínicos que resolveram manipular a mente dos demais para explorá-los e escravizá-los; ou outra, de que os homens criaram uma representação alienada porque suas condições de existência são alienantes.

Não cabe, portanto atribuir a condições circunstanciais a causa de sua alienação, mas ao fundamento imaginário e alienante que é constituinte do próprio laço social.

“Agora posso voltar a uma tese que já antecipei: o que “os homens” representam para si na ideologia não são suas condições reais de existência, seu mundo real; acima de tudo é sua relação com essas condições de existência que se representa para eles na ideologia. É essa relação que está no centro de toda representação ideológica, portanto imaginária, do mundo real. É nessa relação que se acha a causa que tem de explicar a deformação imaginária da representação ideológica do mundo real. Ou então, deixando de lado a linguagem da causalidade, é necessário formular a tese de que a natureza imaginária dessa relação é que subjaz a toda deformação imaginária que se pode observar (quando não se vive em sua verdade) em qualquer ideologia.” (Althusser, 1996, p. 121)

A ideologia fornece uma definição de quem o sujeito é. No entanto, não permite o conhecimento dessa forma de reconhecimento. Tudo parece óbvio, evidente e fixo. Exemplo dessa forma de reconhecimento imediata é quando se chama o sujeito pelo seu nome próprio e ele automaticamente responde. O fato é que esse nome já foi dado por um outro antes do seu nascimento. Assim, não se trata mais de indivíduo unificado e autônomo, mas de um sujeito que – utilizando a própria ambigüidade do termo sujeito ao expressar atividade e submissão – se submete e ao mesmo tempo obedece livremente a um outro que antes mesmo do seu nascimento lhe destinava um nome, um lugar na sociedade. Daí a formulação de que a ideologia interpela o indivíduo como sujeito.

Zizek (1996) adota uma posição diferente de Althusser quanto à internalização da ideologia. Não há possibilidade de o sujeito reconhecer plenamente o lugar proposto pelo AIE. Ao mesmo tempo em que o sujeito busca um traço com que possa se identificar e pelo qual possa ser reconhecido, ele não reconhece esse traço como sendo dele, pois de fato não é. Esse traço vem de um Outro que lhe é estranho e ocupa uma alteridade radical em relação a ele. E diante dessa falta o sujeito se põe num movimento de produção de um excedente para dar conta desse abismo entre ele e esse Outro que o interpela.

A ideologia ganha força exatamente porque algo fracassa na sua internalização, deixando um resíduo traumático e sem sentido. Essa parte não integrada e sem sentido paradoxalmente não enfraquece a adesão à engrenagem ideológica, mas fortalece a produção de um excesso de sentidos fornecido pela ideologia para preencher esse vazio insuportável. Assim, pode-se apreender o *gozo-no-sentido* da ideologia.

Marx colocou inicialmente a ideologia como um posicionamento ingênuo dos sujeitos diante da realidade social de tal forma que “eles não sabem o que fazem”. No entanto não se pode afirmar na atualidade que eles não sabem dos objetivos do capitalismo, de que as forças produtivas não estão a serviço das relações sociais; de que por trás da universalidade ideológica há interesses particulares que são ocultos.

A lógica da razão cínica³ consiste então em saber e mesmo assim fazer. Sabe-se do interesse particular que está por trás da ideologia e ainda assim encontram-se razões para conservá-la. O paradoxo consiste em se colocar como falsa consciência esclarecida que se vale da moral a serviço da imoralidade contida na dominação, na violência e na promessa de lucro.

Essa ilusão constitutiva da realidade social situada na atividade e não no pensamento será chamada de fantasia ideológica.

Assim, é importante retomar a questão das ilusões como base do laço social. A mesma sociedade que impõe limites ao gozo individual, vale-se dele para garantir seu bom funcionamento pelos ideais propostos. O sujeito, ao se inserir na cultura por meio dos AIE, já se depara com uma série de rituais que corporificam esses ideais. As suas crenças vêm de fora e são determinadas por esses rituais. Não importa o que pensa, mas a objetividade de sua

³ Vale levantar como questão para futura pesquisa sobre a possibilidade de estabelecer uma relação entre a perspectiva dessa falsa consciência esclarecida apontada por Žižek com o que Lasch chamou de pseudoconsciência. Segundo esse último, o narcisista contemporâneo utiliza a percepção intelectual e a auto-investigação a serviço das suas fantasias de onipotência e completamente desligada de suas ações efetivas. A exposição que o sujeito faz acerca das experiências que colocam em questão a sua vida tem a finalidade de mostrar como um ser consciente[0] das fraquezas mundanas e, com isso, capaz de alcançar certa superioridade em relação a elas. O ato pretensamente confessional e autêntico desemboca numa estratégia de evasão e ofuscamento que, muitas vezes, destitui as palavras proferidas de qualquer finalidade de mudança e ação efetiva.

“A fuga por meio da ironia e da autoconscientização crítica é, em qualquer caso, ela própria, uma ilusão; na melhor das hipóteses, dá somente alívio momentâneo. O distanciamento logo se torna rotina por si mesmo. A conscientização, comentando a conscientização, cria um ciclo crescente de autoconsciência, que inibe a espontaneidade. Ela intensifica a sensação de inautenticidade que surge, a princípio, de ressentimento contra os papéis sem sentido, prescritos pela indústria moderna. Papéis autocriados tornam-se tão constrangedores como os papéis sociais dos quais se pretende que proporcionem o distanciamento irônico.”(Lasch, 1983, p. 129)

A pseudo-autoconscientização leva a uma compulsão neurótica pela qual o Narciso busca afastar a sua mente de sua própria mente, seja pela entrega ao trabalho duro ou pela busca de novos cultos ou terapias que lhes forneçam um sentido para se agarrar, mesmo que para isso se submeta a uma ordem arbitrária, de tal forma que “a vida da prisão do passado, parece-se, em nossos tempos, com a própria libertação.” (Lasch, 1983, p. 132)

ação. A crença é materializada socialmente e serve de base para a fantasia reguladora da realidade social.

A máquina simbólica externa dos AIE, automática e preexistente, revela-se no sujeito de forma paradoxal através daquilo que lhe parece mais íntimo, a crença.

O caráter externo da crença pode ser expresso na idéia do fetichismo de Marx. Uma sociedade cujo produto do trabalho se transforma em mercadorias faz com que a relação entre as pessoas também assuma a forma de mercadoria. As coisas se sobrepõem aos sujeitos. Trata-se da seguinte inversão: o sujeito vive segundo o imperativo da produção das mercadorias, e não as mercadorias servem aos imperativos de vida do sujeito. Em outras palavras, no lugar de um objeto dominado pelas necessidades do sujeito tem-se um sujeito dominado pelas necessidades do objeto. Assim, as próprias coisas se fazem acreditar no lugar do sujeito.

Zizek (1996) também recorre à idéia da máquina burocrática absurda e onipotente de Kafka para pensar o caráter externo e automático da crença. Nessa perspectiva, a submissão do sujeito não reside no benefício que a lei pode trazer, mas porque ela simplesmente se apresenta como uma lei. Obedece-se porque assim foi estabelecido, pelo fato de que sempre foi assim, de que “lei é lei”. O seu caráter incompreensível, irracional e traumático é o que lhe garante a adesão.

Pode-se relacionar essa idéia de resgate de uma lei absoluta das burocracias ao supereu na psicanálise. O supereu é a parte fracassada da metáfora paterna, representa o não-castrado, a verdade absoluta anterior ao recalque, o ideal a que os castrados buscam se submeter a fim de regatar o estado de completude perdida.

“O que se recalca, portanto, não é uma origem obscura da Lei, mas o próprio fato de que a Lei não tem que ser aceita como verdadeira, mas apenas como necessária – o fato de que sua autoridade é desprovida de verdade. A ilusão estrutural necessária que move as pessoas a acreditarem que a verdade pode ser encontrada nas leis descreve, o mecanismo da transferência: a transferência é suposição de uma Verdade, de um Sentido por trás da realidade estúpida, traumática e incoerente da lei. Em outras palavras, “transferência” é o nome do círculo vicioso da crença: as razões por que devemos acreditar só são persuasivas para os que já acreditam.” (Zizek, 1996, p. 320)

Mas se pensarmos que a ideologia é uma ilusão estruturante das relações, resta-nos descobrir o que ela busca mascarar? A resposta seria a dimensão real e impossível do sujeito, o vazio central que o constitui.

Weber (1989) vai destacar o papel da religião e das suas crenças na formação da mentalidade econômica. Segundo ele, a colaboração do homem com o projeto capitalista dependeu, entre outros fatores, de uma disposição fundamentalmente irracional em adotar certos tipos de conduta, tendo no seu princípio uma contribuição considerável da religião.

O estabelecimento de uma relação entre as diversas correntes protestantes e o espírito capitalista não vai se dar de forma direta como se o capitalismo fosse para elas uma finalidade de vida, mesmo porque todas têm como finalidade a salvação da alma.

A origem da concepção ética baseada na idéia de uma obrigação é muito remota e a sua aceitação subjetiva aparece na contemporaneidade como algo dado. Atualmente a empresa é vista como inevitável, inalterável, enfim, como uma realidade em que o indivíduo já nasce inserido, conformado às regras capitalistas e ao sistema de relações mercadológicas vigentes. No entanto, até que o modelo fosse consagrado por um grande número de homens, houve um período de inúmeras resistências. Essa mentalidade formada no interior do capitalismo seria certamente proscria pelos povos da Antiguidade e da Idade Média, possivelmente considerando-a como o tipo mais baixo de avareza.

O espírito do capitalismo enfrentou como principal resistência o que chamaremos de tradicionalismo. No momento pré-capitalista, em que a organização racional do trabalho não era dominante, o empreendedor moderno não conseguia fazer o trabalhador aumentar a intensidade e o resultado do trabalho com a alteração nos salários. De acordo com a mentalidade vigente na época, era preferível trabalhar apenas o suficiente para sobreviver a ganhar cada vez mais.

A colaboração do trabalhador só foi obtida por meio de um árduo e longo processo de educação que levou o trabalho, independentemente dos salários, a se firmar como um fim em si mesmo, como uma vocação.

Tomemos como exemplo um caso citado por Weber (1989) em que se observa a incapacidade de determinadas operárias de mudar os hábitos, de utilizar a própria inteligência para se adaptar a métodos de trabalho mais novos e eficazes como também menos árduos e difíceis. Em um outro grupo de operárias de formação religiosa protestante ocorreu o contrário exatamente porque passaram por uma “educação econômica preparatória”. Percebia-se inculcido nelas um profundo sentimento de obrigação, de autocontrole e frugalidade. Assim, nesse caso, o tradicionalismo foi de certa forma superado graças à educação religiosa.

Os primeiros inovadores enfrentaram inúmeras resistências e precisaram de uma força incomum para não naufragar nem moral nem financeiramente. Foi somente através das virtudes éticas, ainda que muito diferentes do tradicionalismo, que eles conseguiram angariar a confiança imprescindível de seus fregueses e trabalhadores, uma vez que o trabalho tornou-se infinitamente mais intensivo. Portanto, os capitalistas pioneiros não eram aventureiros econômicos, tão comuns no curso da história econômica, mas homens que se educaram duramente numa vida marcada por riscos e cálculos, que os tornaram sóbrios, sagazes e devotados aos seus negócios.

Assim, a capacidade de fazer o indivíduo obedecer ao mandato capitalista, ou seja, à forma de dominação legal descrita por Weber (1979), não obteria legitimidade e estabilidade se não houvesse a base de um misto de dominação tradicional e carismática. Por dominação legal podemos entender um conjunto de leis que serve de referência norteadora e que determina uma divisão hierárquica estruturada de forma burocrática, segundo critérios de competência, cuja associação dominante é uma organização empresarial ou estatal; a dominação tradicional se dá em virtude da dignidade atribuída a ordenações que existem há longo tempo; e a dominação carismática ocorre em virtude do despertar de uma inclinação afetiva ao serem reconhecidas qualidades extracotidianas em um líder ou em uma idéia.

Para Debord (1997) a lógica da crença religiosa se faz presente na sociedade capitalista, só que sob nova roupagem.

O pensamento racional filosófico nunca conseguiu superar a religião. O espetáculo levou a uma retomada do pensamento teológico e se vale da força da promessa de um paraíso, diferenciando-se no aspecto de que, na contemporaneidade, esse paraíso pode ser encontrado

na vida terrena através do consumo das mercadorias. Mantém-se de todo modo a posição passiva diante de algo grandioso:

“O espetáculo é a reconstrução material da ilusão religiosa. A técnica espetacular não dissipou as nuvens religiosas em que os homens haviam colocado suas potencialidades, desligadas deles; ela apenas os ligou a uma base terrestre. Desse modo, é a vida mais terrestre que se torna opaca e irrespirável. Ela já não remete para o céu mas abriga dentro de si sua recusa absoluta, seu paraíso ilusório.” (Debord, 1997, p. 19)

Na Idade Média o sagrado justificava o poder dos senhores feudais e a passividade dos demais pela explicação e embelezamento do que a sociedade não podia fazer. Na contemporaneidade as condições de existência mudaram e, no entanto, o que se “pode fazer” permanece inconsciente.

O espetáculo é uma *Weltanschauung* desenvolvida a partir do modo de produção capitalista que se coloca como indiscutível, como uma escolha já realizada. As relações entre os seres humanos passam a ser mediadas pelas ilusões contidas nas imagens.

Os meios de comunicação, como as técnicas de difusão de imagem, a propaganda, a publicidade e o consumo direto se tornam um instrumento que promovem uma submissão dos sujeitos ao modelo de vida proposto pelo modo de produção vigente:

“(…) É evidente que a imagem será sustentação de tudo, pois dentro de uma imagem é possível justapor sem contradição qualquer coisa. (...) Nessa experiência concreta de submissão permanente encontra-se a raiz psicológica da adesão tão unânime ao que aí está; ela reconhece nisso, *ipso facto*, um valor suficiente.” (Debord, 1997, p. 188)

Portanto, a crença é um elemento fundamental para se pensar a relação do sujeito com a sociedade. A partir dela podemos encontrar no mais íntimo dos sujeitos, os ideais sociais presentes externamente nos rituais e práticas dos AIE. Em vários autores como Althusser (1996), Weber (1989) e Debord (1997), a crença é de grande importância na interiorização de uma mentalidade econômica, especialmente a que veicula questões religiosas.

4.3 O capitalismo na contemporaneidade e a organização do trabalho e do trabalhador

4.3.1 Da luta pela subsistência à sobrevivência ampliada; da ética protestante à busca da autopreservação nas organizações.

Segundo Debord (1997), na segunda revolução industrial o trabalhador deve receber mais que o indispensável para conservar sua força de trabalho e ser aparentemente considerado no aspecto do lazer e da sua humanidade. A justificativa para isso é que a produção excedente precisa de um mercado para se colocar. É nesse mesmo momento que se descobre que o operário poderia também ser consumidor. Da antiga penúria contida na finalidade de comer e morar cabe convidar a grande maioria dos homens a um alargamento de suas necessidades pelo esforço constante de buscar no consumo uma riqueza ilusória. A questão da sobrevivência é resolvida, porém de tal modo que sempre volta a aparecer em grau superior, recebendo o nome de sobrevivência ampliada. Da satisfação das primeiras necessidades, cria-se uma sucessão infindável de pseudonecessidades que se vale cada vez mais dos recursos desenvolvidos pelos especialistas da comunicação para se impor e influenciar.

Desde então, o consumo alienado passa a ser suplementar à produção alienada. Ser consumidor e consumido numa era em que o valor de uso tende rapidamente ao desuso traz a sensação de uma privação constante, uma vez que a mudança é imperativa para fazer a roda da economia girar. Portanto, “as forças que nos escaparam *mostram-se* a nós com todo o seu vigor.” (Debord, 1997, p.24)

O mais importante é considerar nesse contexto que o próprio trabalho se converte em mais uma mercadoria a ser consumida. O trabalhador-mercadoria, vendedor de suas qualificações e da capacidade de vender a si mesmo, reduz-se a uma dada quantidade a ser consumida na mesma lógica das demais mercadorias. A concorrência entre elas impõe a constituição de um aparente “diferencial” que, se não for adaptado rapidamente a uma nova pseudonecessidade, logo desaparecerá do mercado de trabalho e terá sua sobrevivência ameaçada.

“A falsa escolha em meio à abundância espetacular, escolha que reside na justaposição de espetáculos concorrentes e solidários na justaposição dos papéis (principalmente expressos e incorporados por objetos) que são ao mesmo tempo exclusivos e imbricados, desenvolve-se como luta de qualidades fantasmáticas destinadas a açular a adesão à banalidade quantitativa.” (Debord, 1997, p. 41)

Lasch (1983), ao comentar a perspectiva weberiana, afirma que a ética puritana no trabalho é substituída por uma ética de autopreservação quando a propaganda incentiva a dívida. O aumento da demanda leva à inflação que, por sua vez, solapa os investimentos, tornando-se uma ameaça ao futuro. Colaboram para essa nova configuração as mudanças gerais na estrutura da sociedade ocorridas ao longo de desenvolvimento do capitalismo: mudança da ênfase da produção capitalista para o consumo, crescimento de grandes organizações e burocracias e condições cada vez mais perigosas e hostis da vida social.

A classe média, assombrada com a possibilidade de desemprego e com toda a propaganda de morte e destruição veiculadas incessantemente pelos meios de comunicação, vive de forma cada vez mais precária e instável. A perda da confiança no futuro leva a uma desesperada preocupação com a sobrevivência. Assim:

“O crescimento da burocracia, o culto do consumismo com suas gratificações imediatas, o rompimento do sentido de continuidade histórica, transformaram a ética protestante, enquanto levavam à sua conclusão lógica. A busca do próprio interesse, a princípio identificada com a busca racional de ganhos e acumulação de riquezas, tornou-se uma busca de prazer e da sobrevivência psíquica.” (Lasch, 1983, p. 97)

Nesse contexto, o ideal de sucesso da ética puritana no capitalismo se transformou. A antiga idéia do homem que se faz por si mesmo e obtém sucesso material e satisfação espiritual mediante um esforço constante de moderação, sobriedade, autodisciplina, e visão de futuro só são viáveis numa economia em expansão.

O incentivo ao consumo fica evidente numa sociedade que passa a ser marcada pela proliferação das imagens:

“Vivemos num torvelinho de imagens e ecos que paralisam a experiência e repõem-na em funcionamento em marcha lenta. As câmaras e os aparelhos de registro de sons e imagens não somente transcrevem a experiência, como alteram sua qualidade, dando a muitos aspectos da vida moderna o caráter de uma enorme câmara de eco, uma sala de espelhos.” (Lasch, 1983 p. 73)

A transformação do trabalhador em consumidor exigiu uma série de mudanças culturais e sociais que tiveram a publicidade, a propaganda e a constituição de um mundo marcado pelas imagens como importantes impulsionadores.

A publicidade não se restringe a chamar atenção para as qualidades de um produto, mas propõe um estilo de vida. O consumo preenche um vazio doloroso e serve de resposta aos antigos dissabores da vida, como a doença e a insatisfação sexual, criando uma outra forma de descontentamento peculiar. Assim, “Ela ‘educa’ as massas para ter um apetite inesgotável não só para bens, mas por novas experiências e satisfação pessoal.” (Lasch, 1983, p. 102)

A propaganda assume o papel de transformar o protesto e a rebelião decorrentes dela mesma numa nova oportunidade de consumo, desviando a atenção das mudanças nas condições concretas da vida para a aquisição de novos bens e serviços. Propõe também a diminuição das velhas infelicidades com a criação de uma outra, pois a busca permanente de *status* e de consumo como solução acaba por institucionalizar a inveja e a ansiedade.

“Servidora do *status quo*, a publicidade, não obstante tem-se identificado com uma radical mudança de valores, uma revolução nos costumes e na moral que começou nos primeiros anos do século vinte e continua até o presente. As exigências da economia do consumo de massa tornaram obsoleta a ética do trabalho, até mesmo para os trabalhadores. Antigamente os guardiões da saúde e da moralidade públicas incitavam o trabalhador como se fosse uma obrigação moral, agora lhe ensinam a trabalhar para que compartilhe os frutos do consumo.” (Lasch, 1983, p. 104)

A competição entre os trabalhadores para conseguir um emprego e nele se manter estão cada vez mais acirradas, num contexto em que o número de postos de trabalho está cada vez mais limitado.

Os pré-requisitos para o seu ingresso, como formação e idade, já eliminam inúmeros trabalhadores *a priori*. Restam na competição as características “abstratas” ligadas a desempenho, também chamadas de habilidades nas relações interpessoais.

A abnegação e o trabalho árduo são condições necessárias, porém insuficientes para a evolução nas empresas. O progresso depende de vontade, autoconfiança, iniciativa e, principalmente, de magnetismo pessoal. A vitória sobre os adversários traz um sentido de auto-aprovação no qual as imagens de vitória prevalecem sobre o conteúdo e o desempenho do vitorioso.

O eu bem-sucedido que invade as relações passa a ser nada mais do que a própria imagem contida nos olhos dos outros, daquilo que aparenta ser, independentemente de seu conteúdo. Assim: “Desejam não tanto ser estimados, mas sim admirados. Querem, antes, ser invejados do que ser respeitados. O orgulho e a ganância, os pecados do capitalismo ascendente, deram lugar à vaidade.” (Lasch, 1983, pág. 87) O sucesso passa a ser ratificado pela publicidade que confunde a consecução bem sucedida com a impressão causada nos outros.

O objeto da carreira empresarial, em vez de ser orientado para a tarefa, passa a ser orientado para o controle dos demais colegas. Buscam-se vantagens competitivas pela manipulação emocional dos adversários. Para isso, recorre-se a especialistas que escrevem manuais práticos destinados à sobrevivência pessoal e à formação de “*networks*” com possibilidade, por exemplo, de transformar uma simples reunião casual em uma oportunidade de competir, seduzir e intimidar os demais na luta pela vantagem pessoal.

Não se trata mais de acumular riquezas, mas de dirigir equipes, de ser vitorioso e reconhecido a partir de uma imagem de vencedor. As convicções próprias são facilmente abaláveis pelas circunstâncias. Assim, negocia-se qualquer regime ainda que seus princípios não sejam aprovados. Os administradores dependem fundamentalmente da admiração ou do temor que inspiram nas outras pessoas e dedica-se a algo que acredita ser a extensão de si próprio. O mundo para eles assume a forma de um espelho, o que o torna desinteressado de qualquer evento que não lhe devolva um reflexo de sua própria imagem.

A valorização de forma acentuada da visibilidade se dá pela busca de proximidade dos centros de poder com o intuito de cultivar sua posição e de criar novas oportunidades para si. Dessa forma: “O poder situa-se no olhar do observador e, assim, não possui qualquer referência objetiva.” (Lasch, 1983, p. 72)

4.3.2 Novas configurações do trabalho e da classe trabalhadora

Para Antunes (1999), o trabalho na contemporaneidade torna-se cada vez mais complexo, marcado pela crescente subordinação da ciência ao objetivo do avanço

tecnológico, precário, instável, terceirizado, socialmente combinado com intensificação de ritmos e processos.

A competitividade gerou uma nova relação entre o trabalho vivo e o morto com a

com atividades produtivas, como marketing, software e publicidade. Temos aí uma concepção de trabalho ampliada em que o aspecto imaterial e improdutivo tornou-se cada vez mais imbricado com o trabalho material e produtivo. À medida que o consumo dita a produção tornam-se preponderantes os estudos de marketing e o desenvolvimento de uma inteligência de mercado.

Um grande número de trabalhadores vivencia o desemprego, o que confirma um forte sentido do capital para o desperdício e a exclusão. Produz-se um grande número de excluídos, des-socializados e des-individualizados que procuram desesperadamente recuperar sua inserção nas esferas da benevolência, serviços e formação. Não é por acaso que o terceiro setor, em considerável expansão, tem se mostrado uma importante referência na absorção dos trabalhadores expulsos do sistema tradicional e na regulação no desequilíbrio capitalista.

Diante desse contexto, a manipulação psicológica por mais sutil que seja não se sustenta. A tarefa de envolver os funcionários com o projeto das empresas encontra seu grande obstáculo no desemprego crescente. A condição adversa inviabiliza a criação de um clima de aceitação total, obtendo no máximo uma aceitação receosa.

“É como se o discurso do envolvimento racional dos trabalhadores, propalado pelo capital, se defrontasse cotidianamente com sua efetiva negação, manifestada na intensificação do trabalho, no risco iminente de desemprego, na qualificação, na idade etc., entre tantas fraturas presentes no mundo produtivo, condicionantes estes que mostram como dotados de irracionalidade para o mundo do trabalho.” (Antunes, 1999, p.89)

Assim, o pós-fordismo traz também uma noção ampliada da classe trabalhadora que passa a compreender todos aqueles que vendem sua força de trabalho, produzem mais valia e participam do processo de valorização do capital. É heterogênea e complexa, além de

4.3.3 O trabalho nos países do terceiro mundo

No contexto da crise do fordismo, a hipertrofia da esfera financeira associada com o processo de internacionalização e com os efeitos nos países do Terceiro Mundo é um elemento importante dessa dissertação cujo foco é o trabalhador brasileiro.

Segundo Antunes (1999), o deslocamento do capital para a área financeira teve como ponto de partida a perda da lucratividade em investimentos no setor manufatureiro internacional, ocorrida em função da geração de um excedente permanente de produção iniciada em meados da década de 1960. Foi no momento da recuperação após a segunda guerra que inúmeros países passaram a disputar fatias do mercado, oferecendo grande quantidade de produtos a custos baixos e levando à redução dos patamares de acumulação. Numa relação em cadeia, houve o declínio da produção, dos empregos, dos salários e do consumo.

Um dos pólos centrais da questão é a relativa autonomia do capital financeiro em relação aos capitais produtivos, que passa por um processo de expansão e liberalização em busca das melhores oportunidades mundiais para sua auto-reprodução, num cenário de crise marcado pela desregulamentação, novas formas de gestão do trabalhador, expansão tecnológica e comercial.

O processo de reorganização do capital concentrou-se em países capitalistas avançados - liderados pelo Japão, EUA e Alemanha - como resultado de uma adaptação a uma competição feroz marcada pela expansão dos capitais financeiros e aumento da tecnologia concorrencial. Paradoxalmente, em muitos desses países em que o avanço tecnológico poderia levar à redução da jornada, ao contrário, há constantes discussões entre governo e empresariado sobre a possibilidade de sua ampliação, com destaque para Inglaterra e Japão.

Os países de industrialização intermediária e os de Terceiro Mundo ocupam nesse contexto uma posição de excluídos ou, na melhor das hipóteses, de subordinados, uma vez que o novo modelo econômico não comporta a sua incorporação. Não conseguem acompanhar o ritmo tecnológico dos países capitalistas desenvolvidos porque não possuem

base interna sólida. O resultado disso é desemprego e um quadro grave de precarização da força humana de trabalho.

4.3.4 As formas de organização do trabalha-dor

Heloani (2003) contextualiza a reordenação da subjetividade do trabalhador em prol do capital, tendo em vista as mudanças ocorridas no mundo da economia e da organização do trabalho na contemporaneidade.

Na segunda metade da revolução industrial, a organização do trabalho taylorista marca o momento histórico em que ocorre o estreitamento da relação entre capital e tecnologia. Os trustes e cartéis passam a ocupar a posição de reguladores de preços e mercados, gerando uma concentração técnica e financeira. Essa situação levou à produção em série e à geração de altos lucros, com os bancos ocupando a posição de mediadores ao fornecer os recursos para sustentar os custos do avanço tecnológico.

O contexto macroeconômico mostrava o capitalismo entrando na sua fase monopolista. O padrão de acumulação de capital mudou a gestão e a organização do trabalho, uma vez que maior velocidade, aumento do ritmo e novos instrumentos passaram a ser essenciais para a intensificação do trabalho e o aumento da produção. Paralelamente crescem o desemprego e a diminuição do salário, criando uma situação propícia à elevação da extração de mais-valia relativa.

Surge nesse contexto Frederick Taylor. Ele propõe em “The principle of scientific management”, a partir de vários anos de estudos e observação prática, a possibilidade de contribuir para esse cenário através de um entendimento da objetividade da produção e da subjetividade do trabalhador. A sua finalidade era a adequação do trabalho à aptidão do trabalhador resultando em eficiência e prosperidade tanto para o patrão como para o empregado.

A transição da administração empírica para a científica é marcada pelo aprimoramento na velocidade do trabalho e pela introdução de novos instrumentos e métodos. É importante destacar que a administração científica visa à transformação na atitude mental do trabalhador

e à eliminação da “cera da sua indolência” por meio de demonstrações concretas que vão gradualmente convencendo-o das vantagens da cooperação, com destaque para os prêmios e as recompensas financeiras. Assim, o poder do saber no trabalho passa a ser administrado.

O ideal taylorista consistia em equacionar através de estudos em chão de fábrica, como a pesquisa dos tempos e movimentos, o ideal de uma maior eficiência no processo produtivo e a manutenção da saúde do trabalhador.

Esse processo estimula a participação do trabalhador no aprimoramento das ferramentas e dos métodos, recompensando-o economicamente após a comprovação do resultado da sua participação. Mas, vale ressaltar que se trata de um modo de pensar específico, que “...beneficie o capital e ocorra de forma fragmentada, sem prejuízo para sua hierarquizada organização do trabalho.” (Heloani, 2003, pág. 27)

A idéia de prosperidade para todos decorrente da cooperação entre capital e trabalho da administração científica envolvia um discurso de poder que tornava recíproca uma relação que social e historicamente foi marcada pela desigualdade. Assim, a separação entre exploração do trabalho e acumulação do capital estabelecia uma ruptura e uma ambigüidade, pois o capital ficava isento da sua dominação sobre o corpo no espaço produtivo.

O discurso de cooperação também justifica as diferenças na produção com a especialização em tarefas manuais e intelectuais, com a decomposição do trabalho em atividades individuais, de forma que: “... cada trabalhador faça apenas uma tarefa constantemente, instituindo a utilização intensiva de mão-de-obra não especializada, num processo que é fortemente especializado.” (Heloani, 2003, pág. 32)

A divisão se justifica pelo fato de que, em alguns casos, falta ao operário a disponibilidade para formular leis que governam o trabalho, pois está ocupado com sua execução. Em outros casos, ele possui um saber empírico, mas prefere guardá-lo para si, visto que seu saber o diferencia dos demais. O trabalhador pode tratar esse diferencial de duas maneiras: para aumentar seu salário em função da sua maior capacidade de produção ou para trabalhar menos, caso opte por não informar como poderia ser mais eficiente. Por isso, cabe a presença de um outro profissional que se ocupe de “formular leis gerais” junto àquele que

executa a tarefa, garantindo a difusão do conhecimento na empresa para supostamente beneficiar o trabalho e o capital:

“Essa apropriação do saber para a produção, dentro da retórica da especialização, vai levar Taylor a construir implicitamente sua visão de operário indolente, egoísta, voltado para seus interesses. Como elemento basicamente passivo, cabia ao trabalhador submeter-se ao sistema, de importância fundamental na visão Taylorista. Esse sistema cientificamente planejado é que vai permitir a ‘modelização da individualidade’ do operário, adaptando-a para a assimilação das vantagens da cooperação recíproca entre trabalhador e administração.” (Heloani, 2003, p. 32)

O sistema de gestão taylorista supõe que a eliminação das causas do trabalho retardado leva à eficiência, gerando produtos mais baratos, melhor qualidade e, conseqüentemente, maior lucro. O trabalhador, por outro lado, torna-se um consumidor à medida que pode ter um salário melhor. O resultado geral para os dois lados é a criação de um círculo virtuoso de desenvolvimento com a redução do desemprego e da pobreza.

O mapa das habilidades e potencialidades individuais do empregado indica a tarefa que ele executaria de forma mais adequada, permitindo a correção de erros e a sua reorientação. Com isso, essa organização do saber permite “... articular as potencialidades individuais com o ritmo que maximize de fato à produção.” (Heloani, 2003, pág. 31) A análise individual permite o aprimoramento dos mecanismos de controle, a avaliação e a comparação do ponto de vista fisiológico.

Em 1929, o receituário liberal levou à primeira grande crise do capital, que se iniciou nos EUA e se disseminou pelo mundo. Houve falência de inúmeros bancos e elevado índice de desemprego. A crise foi gerada por uma combinação de elevado número de empresas, intensificação do uso da tecnologia e redução do número de empregados. A concentração de renda e o desemprego reduziram o número de consumidores para os produtos fabricados, resultando em falência generalizada.

A solução envolveu uma maior participação do Estado na economia, com o aumento das despesas sociais para assegurar os níveis de demanda. Surge, então, o Welfare State – Projeto Estado do Bem-Estar Social para garantir a relação minimamente sustentável entre consumo e produção, indo ao encontro também do modelo de regulação econômica fordista, na medida em que fornece ao trabalhador assistência médica, seguro-desemprego e educação.

No fordismo, consolida-se esse ideário da cooperação entre capital e trabalho. Segundo Ford, o trabalhador pode ser pensado antes de tudo como consumidor. Para isso, pensa em uma estratégia que consiste em produzir automóveis a custos mais baixos, com base na introdução de tecnologia na linha de montagem que permita um ganho em escala. A elevação da produtividade deve ser repassada ao trabalhador na forma de aumento de salário, permitindo-lhe o acesso ao consumo, inclusive do próprio bem que produziu.

Comparado com o taylorismo, o fordismo coletiviza a administração do trabalhador que tem seu ritmo de trabalho ditado pela esteira: “Esta (a esteira), como elemento objetivo do processo de produção, subsidia na objetivação e padronização da subjetividade.” (Heloani, 2003, p. 55)

A teoria de eficiência fordista pode ser definida em três princípios: maximização do uso de recursos com a redução do tempo de produção e comercialização; otimização da capacidade produtiva com intensificação do ritmo de trabalho do capital vivo, leia-se mais-valia, e economicidade, segundo a qual o produto estará vendido antes do salário e das matérias-primas utilizadas. As principais medidas nesse sentido foram a especialização do trabalhador e a instauração da linha de montagem.

O fordismo começa a apresentar sinais de esgotamento em virtude da sublucratividade ou queda da taxa de lucro, e não da superprodução. Contribuíram para o cenário: acordos pós-guerra entre capital e trabalho e intensificação dos movimentos sociais de contestação que, por sua vez, tiveram como consequência a diminuição da produtividade e autonomização do capital financeiro em relação ao produtivo. Além disso, ocorreu a “...cobrança de algumas formas de administração participativa por parte dos trabalhadores – 1968 foi o marco – e o consumo, seletivo e diversificado, eram demandas difíceis de ser satisfeitas por um sistema rígido e hierarquizado.” (Heloani, 2003, p. 82)

Nesse momento o que aparece em cena é um consumidor exigente em busca de produtos diversificados, cenário que se contrapõe ao do consumo de massa do período anterior. A organização do trabalho deve refletir a nova demanda, não podendo manter-se apegada à especialização extremada, ao capital fixo e ao sistema de produção rígido.

A repercussão na organização do trabalho envolve uma nova forma de cooperação do operariado, que precisa adaptar-se à intensificação da tecnologia e conseguir uma resposta frente às novas exigências competitivas. Surgem os programas de produtividade, que tornam os trabalhadores responsáveis por melhores resultados por meio de melhorias contínuas em softwares e equipamentos. Assim, fica patente a necessidade de um maior grau de autonomia com controles mais sutis pela introjeção das regras ou por aquilo que Pagés chamou de manipulação pelo inconsciente. Essa “autonomia” produzida pela organização visa ao fortalecimento de uma posição de profunda dependência.

“Embora não seja possível analisar aqui todas as experiências da gestão da produção, há uma característica fundamental, comum a todas elas, que queremos ressaltar: **a tentativa de ‘harmonizar’ um maior grau de autonomia dos trabalhadores, para organizar um setor de produção, com o desenvolvimento de controles mais sutis, que objetivam colocar o trabalho numa posição de ‘dependência’ ou ‘incapacidade’** em relação ao capital. Com esses novos

O cenário pós-fordista é mutável, veloz e competitivo. A globalização, que extrapola fronteiras, traz choques cada vez maiores, inclusive entre os segmentos do próprio capital. Assim, torna-se imprescindível que os modelos participativos sejam múltiplos, mutáveis e ambíguos. Os conflitos devem ser solucionados com o envolvimento de todos e com a colaboração das classes, o que se consegue pela via do controle e da antecipação.

Se antes o que contava era o controle imperativo externo, as empresas passam na atualidade a apresentar um sistema de valores para o trabalhador. Caberá a ele legitimar e defender a própria dominação a que está submetido. E o principal veículo é adoção da linguagem da organização. Qualquer coisa que esteja fora do quadro de referência proposto será considerado irrelevante ou incongruente sendo simplesmente descartado por meio de uma seleção hierarquizada de informações.

“Nesse contexto em que o trabalhador é levado à identificação com a organização (processo transferencial), todas as relações pessoais e sociais são apropriadas de suas particularidades mais abstratas para se submeterem a outra gramática mais instrumental: a da produção do lucro. É a ‘lógica’ empresarial, naturalmente desconectada da subjetividade de cada operário, que exerce seu poder mediante contradições, isto é, põe lado a lado, de forma positiva e ambígua, vantagens e restrições.” (Heloani, 2003, p. 107, grifo nosso)

Com os mecanismos de controle mais internalizados, a organização passa a conceder mais “autonomia” para o trabalhador desenvolver tarefas cada vez mais amplas, aumentando as exigências sob o emblema da “qualificação”, “criatividade” e aquisição de “novas responsabilidades”.

Para chegar ao objetivo, essa forma de organização do trabalho vale-se dos ensinamentos pós-tayloristas da Escola de Relações Humanas e da Visão Sistêmica das organizações, “aproveitando” especialmente as qualidades pessoais do trabalhador.

O sucesso do modelo consiste na conciliação da base tecnológica com a organização do trabalho em equipe, produção integrada e filosofia de aprendizagem obtida pela “generalização das experiências acumuladas na produção (saber tácito), pela rotação de postos, pelo alargamento das tarefas, pela constituição de equipes semi-autônomas, pela redução de níveis hierárquicos.” (Heloani, 2003, p. 120)

Eis o ponto central: a integração e a flexibilização não se voltam apenas para a tecnologia, mas envolvem principalmente as subjetividades. Diferentemente das outras formas de gestão, o toyotismo não procura destruir a complexidade do saber operário. Pelo contrário, ele o enfatiza pela via da desespecialização e da polivalência.

Na reformulação técnico-operacional da produção subjaz uma forma de remodelação das subjetividades mediante a expropriação de suas capacidades cognitivas e criativas. A partir do pretexto de incentivar o raciocínio e a imaginação na busca da perfeição, da eliminação do erro e da qualidade totalizante, os interesses se voltam para o saber oculto do trabalhador, extraindo e transferindo o seu saber-fazer para um banco de dados da organização. Entra em cena o registro escrito detalhado de toda experiência de sucesso envolvendo os macetes que foram utilizados para solucionar os gargalos. O saber tácito do indivíduo, também entendido como aquele adquirido diretamente no processo produtivo é assimilado e formalizado pelas tecnologias microeletrônicas, por setores especializados técnicos e gerenciais.

Além disso, a organização quando opera por meio de controles internos, possibilita que esse saber também possa ser maximizado no dia-a-dia pelo próprio trabalhador, tanto na

Da mesma forma, as outras formas de gestão também promovem o aumento da intensidade da força de trabalho e a diminuição dos poderes do operário sobre a produção, o que nos leva a pensar que em essência não houve uma ruptura com os modelos anteriores, mas apenas um “aperfeiçoamento”. O que continua presente, de uma forma ou de outra, é o que fazer com o saber do trabalhador para garantir a produtividade, tendo em vista a lógica capital.

“Há um denominador comum do taylorismo ao pós-fordismo: todos reiteram a predominância dos interesses do capital. Logo, a questão fundamental não está somente na distribuição e exercício do poder, concedido, no *empowerment* ou algo semelhante, conforme propala o ‘novo’ modelo de participação, mas, isto sim, na ausência de participação nos bens produzidos. Essa sim é questão fulcral.” (Heloani, 2003, p. 130)

As restrições implícitas objetivam dedicação e subordinação constantes. Na expectativa de ser protegido, o funcionário se mantém fiel e competente, num cenário de competição intensa e pressão permanente, estabelecendo uma economia de reciprocidades. Ao se colocar como uma imagem protetora, a organização camufla o conflito entre capital e trabalho. A necessidade de submissão e proteção coloca o trabalhador numa posição de autocoação e autocobrança, pois a troca precisa ser efetivada.

Segundo Leite (1995) é preciso questionar por que as formas de organização do trabalho conduzem a inesperados problemas de ineficiência aliados a um crescente “mal-estar” e a uma degradação social/individual e ambiental. O fato é que busca-se através delas o estabelecimento de uma relação harmônica impossível entre sujeito e organização. Elas trazem uma suposição equivocada de sujeito, na medida em que esse sujeito seria plástico, controlável, conformista, consciente das renúncias realizadas e das suas buscas de felicidade, capaz de controlar a sua agressividade e passível de satisfação. Desconsideram a possibilidade de retorno dos desejos negados. Com base nisso, transforma-se o ideal de “humanismo organizacional” bem-intencionado em técnicas manipulatórias capazes de potencializar ainda

Nessas teorias vamos encontrar de um lado a visão pragmática taylorista com a idéia de um sujeito racional e calculista; do lado oposto, tem-se o sujeito romântico dotado de carências e lealdades e desconfiado dos chefes autoritários da Escola de relações humanas; e de outro ainda, teríamos o sujeito marcado pelas teorias fusionais e culturais de influência japonesa que teriam como base o encontro com unidade de objetivos, de sentido.

A primeira é muito criticada por sua nudez ideológica, pela evidente impossibilidade de neutralidade científica. O seu objetivo de agregar valor à produção a partir da divisão técnica era escancarado. Também daí restou uma desilusão pela aposta de que poderiam se conter apetites desejantes através de um contrato calculista. O fato de ser muito criticado não o torna menos utilizado nos dias atuais.

A segunda propõe um alargamento da servidão individual voluntária pela busca de aliados no controle pela motivação, auto-realização, revisão de tarefas e reeducação de gerentes.

Do impasse entre as duas, ao priorizaJ2.96m pra da5oea de

Esse paradoxo se dá numa sociedade marcada pelo mercado interno de consumo. Além de membro da organização, o sujeito consome uma série de objetos fetichizados. Ele busca na organização um referente, um estancamento para a lógica do consumo baseada no deslizamento metonímico ininterrupto da busca de pequenos objetos e acaba por reproduzi-la no seu interior.

“Templos de produção e objetos de gozo que nos enfeitiçam as eternas ilusões com modernas fantasias, fábricas de quinquilharias que sustentam suposições de “potência desejante” e “individualidade essencial” que nos desestabilizam os tempos em metonímias/buscas sem fim, paradigma de uma efetividade competitiva sem sentido frente à solidariedade necessária à sobrevivência da espécie humana, a Organização instalou-se soberana no seio da cultura, criando e aproveitando-se do vácuo que restou das velhas crenças destituídas, e, assim, produz, também em massa, signos que inibem nossos discursos em sentidos cada vez mais cristalizados. Banida a Poesia e os Mistérios, por absoluta incapacidade de definição de critérios que nos permitam alocar eficiência a eles, perdemos a possibilidade da criação de novos sentidos e nos condenamos à perseguição de nosso próprio rabo imaginário em viciosos círculos sem fim.” (Leite, 1995, p. 98)

As teorias fusionais estabelecem controle através da colocação da organização ou de um líder no lugar do ideal do ego, podendo ser apreendida aí a fórmula freudiana dos grupos. Em geral, preferem colocar a organização nesse lugar para que a lealdade e a legitimidade não se atrelem a um líder específico e fique a mercê de suas características sintomáticas e de sua permanência. Assim, a organização fornece significantes que visam diminuir a angústia da falta primordial de sentido, fundamento das tensões culturais.

Entretanto, as diferenças entre o indivíduo e organização não deixam de comparecer no cotidiano. Quanto mais rígido e ilusório for o ideal organizacional proposto mais as tensões ficarão desconhecidas e, portanto mais intenso será o retorno daquilo que foi negado, reprimido ou recalcado e “... mais valerá no que se diz o que lá não se reconhece dito.” (Leite, 1995, pág. 104)

Além de se dirigir para os jogos políticos ou para o próprio corpo, o recalcado poderá voltar, aproveitando-se dos próprios ideais organizacionais vigentes, bem como de suas tentativas racionais de canalização da agressividade para se expressar. Para isso o autor recorre a Hannah Arendt quando ela menciona o burocrata de *Auschwitz*. Tratava-se de um funcionário nazista exemplar que gozava de ser eficiente em relação ao atendimento de objetivos maiores, não importando quais atrocidades fosse capaz de fazer.

4.4 A transformação

“(…) Considerando de acordo com seus próprios termos, o espetáculo é a *afirmação* da aparência e afirmação de toda vida humana - isto é, social – como simples aparência. Mas a crítica que atinge a verdade do espetáculo o descobre como a *negação* visível da vida; como negação da vida que se *tornou visível*.”

Guy Debord

No diálogo com alguns autores encontra-se a possibilidade de que o sujeito em algum momento possa ter um posicionamento diferenciado frente ao imperativo do excedente, seja pela existência do mundo da vida e o poder da solidariedade em Habermas (1987), pelo conflito entre família e trabalho em Sennett (2004), pela própria contradição presente na “unidade” da mercadoria em Codo (1996), pela visibilidade que a ilusão e a destruição adquirem na Sociedade do espetáculo em Debord (1999) ou, finalmente, pela existência do inconsciente a acenar uma possibilidade de ruptura com as determinações sociais em Enriquez (1997).

A característica conflituosa intrínseca ao sujeito e à sociedade que o constituiu sempre deixa uma brecha, por menor que seja, para questionamento. Não há possibilidade de uma adesão total a um ideal quando a própria vida é ameaçada. Não há como ser totalmente submisso.

Se a dimensão de reconhecimento e a alienação constitutiva do laço social nunca se dão completamente, há que se apostar na existência de um lugar para o desejo, para a falta, para a singularidade e, conseqüentemente, para ações imprevistas.

Dúbar (1995) afirma que a concepção habermasiana se diferencia da marxista ao considerar que a atividade comunicacional, os processos identitários e o mundo da vida não se reduzem ao movimento da produção e ao mundo dos sistemas, o que leva à recuperação da idéia de autonomia nas ciências sociais.

Segundo Habermas (1976), a linguagem se contextualiza em dois sistemas de atividades estruturantes da identidade: o mundo da vida e o mundo dos sistemas.

O mundo da vida é o núcleo onde se desenvolve a subjetividade que privilegia o indivíduo e garante uma relativa autonomia. Nele, os indivíduos falam, escutam, confirmam e solucionam desacordos. Pela via da linguagem o indivíduo pode sair do automatismo e colocar em questão o sentido de sua atividade, principalmente no tocante ao seu conteúdo destrutivo. Pela busca do reconhecimento da alteridade, da validade e do entendimento, o ser humano é capaz de resgatar o interesse da razão. O mundo dos sistemas compreende as esferas econômicas e políticas, cujos meios de controle são o dinheiro e o poder que, por sua vez, acabam colonizando a esfera comunicacional pela instrumentalização e tecnificação.

No entanto, no capitalismo o ideal de autodeterminação não parece ser possível no trabalho pelo fato de estar marcado pela lógica sistêmica e instrumental, como ficou evidenciado pela crise do Estado do Bem-estar Social.

A utopia da modernidade de que o trabalho poderia trazer boas condições de vida para todos numa sociedade capitalista - ainda mais se suportada pelos ideais racionalistas e pela evolução tecnológica e científica - foi uma promessa que não se cumpriu e que cada vez mais tende ao esgotamento. O que seria uma proposta de progresso com base nas forças produtivas transformou-se em possibilidade iminente de destruição. Na atualidade, as energias utópicas dão sérios sinais de enfraquecimento pela catastrófica situação mundial: desemprego, pobreza, guerras e problemas ecológicos.

"Nas utopias da ordem, as dimensões da felicidade e da emancipação confluíram com aquelas de incremento do poder e da produção da riqueza social. Os projetos racionais de forma de vida acabaram em uma simbiose ilusória entre o controle racional da natureza e a mobilização das energias sociais." (Habermas, 1987, p. 114)

Após o desencanto com os ideais da revolução francesa e com os rumos tomados pelo capitalismo, a melhor das hipóteses é o pensamento utópico, cuja função é abrir novas possibilidades de atuação fundido a um pensamento histórico "saturado de experiência".

A experiência mostra que a possibilidade de reflexão e transformação social se dá na esfera da comunicação ou da intersubjetividade presente no mundo da vida e, portanto fora da esfera do trabalho no capitalismo, já que nesse sentido ela se encontra colonizada.

Nos países capitalistas, como herança dos movimentos burgueses de emancipação, desenvolveu-se, uma política neoconservadora. O neoconservadorismo, em franca ascensão, caracteriza-se por uma política econômica orientada para a oferta e por uma direção corporativa não-estatal, transferindo a negociação trabalhista para organizações empresariais e sindicatos. O Estado atua apenas como mediador entre os dois grupos. Os temas sociais e as legislações têm a pretensão de atender a todos esses interesses, o que, entretanto, não acontece na prática.

Busca-se a coexistência pacífica entre o Estado e o sistema econômico, em que o primeiro modera o segundo, assegurando condições de vida adequadas ao trabalhador, pela via da legislação e das negociações coletivas. Mas na realidade, o poder do Estado esbarra nos imperativos do mercado mundial, da inevitável tendência das organizações empresariais de racionalização dos investimentos, do aumento da produtividade e da rentabilidade. Com isso, torna-se impossível assegurar emprego e renda, ou seja, fica inviável a idéia de um capitalismo domesticado, representado pelo Estado do Bem-estar Social.

Os dissidentes passaram a se manifestar contra essa visão produtivista de progresso, buscando uma revisão da função do Estado na sua burocracia estatal-previdenciária e da Economia em virtude da precarização da força de trabalho. Procuraram mostrar que o mundo da vida, inevitavelmente ameaçado pelo dinheiro e pelo poder, deve ser protegido por organizações autogestionárias e mais próximas da base.

“Tal barreira no intercâmbio entre sistema e mundo da vida só poderia funcionar se ao mesmo tempo adviesse uma nova partilha do poder. **As sociedades modernas dispõem de três recursos que podem satisfazer suas necessidades no exercício do governo: o dinheiro, o poder e a solidariedade... O poder de integração social da solidariedade deveria ser capaz de resistir às ‘forças’ dos outros dois recursos, dinheiro e poder administrativo...** Mas desta fonte também teria de brotar uma visão política da vontade que exercesse influência sobre a demarcação de fronteiras e o intercâmbio existentes entre essas áreas da vida comunicativamente estruturadas, de um lado, e Estado e economia, de outro lado”. (Habermas, 1987, p. 112, grifo nosso)

Em “Conhecimento e interesse”, Habermas (1984) coloca o conhecimento em questão fazendo a distinção entre o interesse da razão e a razão interesseira. O primeiro consiste no uso de uma lógica para uma finalidade particular e a segunda visa a uma finalidade universal cujo maior representante pode ser encontrado numa argumentação que tem como fundamento a preservação da vida.

A razão interesseira relacionada à lógica instrumental e estratégica não têm como se apoderar totalmente do manejo dos conhecimentos pelos sujeitos, sobretudo porque eles possuem a capacidade de desenvolver uma consciência moral voltada para relações solidárias.

Podemos encontrar em Sennett (2004) a descrição de casos em que o sujeito vive um conflito entre a família e o trabalho, numa analogia à contraposição do mundo dos sistemas *versus* o mundo da vida de Habermas. Para elucidar a questão, Sennett (2004) descreve o dilema vivido por um pai.

A época atual é marcada por uma geração cuja qualidade do trabalho não necessariamente corresponde à de caráter. Exige-se que o ser humano se sinta à vontade com a possibilidade de ficar à deriva, sem saber o que virá depois num cenário marcado pela idéia de “... empresas que se dividem ou fundem, empregos surgem e desaparecem, como fatos sem ligações.” (Sennett, 2004, p. 32)

Na direção oposta, valores como confiança, lealdade e compromisso mútuo vêm de relações informais e que levam tempo para se desenvolver.

O mercado global e o uso de tecnologias trazem novas maneiras de organizar o tempo abolindo a idéia de longo prazo. Os empregos estão sendo substituídos por trabalhos temporários ou por “projetos”.

A geração marcada pelo trabalhador que narrava sua história em um tempo linear, cumulativo, de atividades monótonas e previsíveis e em que a substância da vida no trabalho era um exemplo de como conduzir-se eticamente rumo a uma mobilidade ascendente acabou.

Numa era em que a instabilidade se coloca como normal dentro do trabalho, a idéia de curto prazo e de cooperatividade superficial sem comprometimentos e sacrifícios entra em conflito com a vida familiar das pessoas fora do trabalho. Igualmente, a discussão franca, esclarecida e flexível baseada num ideal de trabalho em equipe transposto para o campo íntimo pode significar a ausência de autoridade e de orientação firme na criação dos filhos. Nesse contexto, o autor narra o dilema de um pai:

“Mas essas formas de comportamento flexível não lhe serviram em seus papéis de pai ou membro de uma comunidade; ele quer manter relações sociais e oferecer orientação durável. É contra o corte dos laços no trabalho, a deliberada amnésia dos vizinhos e o fantasma de ver os filhos como ratos de *shopping center* que ele afirma a idéia de valores duradouros.” (Sennett, 2004, p. 29)

Quando demitido após um processo de fusão sofrido pela empresa em que trabalhava, ele abre o próprio negócio e como consultor passa a lidar com uma realidade diferente. Faz de tudo, já que não dispõe de departamentos especializados como ocorria na empresa grande. Tenta adaptar-se ao capricho e aos horários de seus clientes que nunca sabem exatamente o que querem. Viaja constantemente e tem pouco contato com os vizinhos e a família.

Ele assume uma posição fatalista ao colocar as limitações de sua classe social e de sua condição de vida como inevitáveis, perante as quais lhe resta apenas assumir a responsabilidade pelo que pode fazer nesse contexto, o que no caso implicou num distanciamento familiar.

A demissão o deixou furioso, mas por outro lado considera que se tratava de uma necessidade plenamente justificável do ponto de vista da empresa que precisava enxugar suas operações.

No entanto o seu conflito parece ir além de uma posição de auto-acusação, ou em outras palavras, da responsabilização por fatos que não estão no âmbito do controle individual como foi o caso da sua demissão, desenvolvendo coragem para enfrentá-los.

O distanciamento das relações afetivas imposto pelo seu estilo de vida traz uma série de conflitos e ansiedades. Não quer reproduzir com os filhos o modelo paterno rígido que viveu com o pai. Por outro lado, não quer passar o modelo flexível, como um astuto jogador que lhe permite dar seqüência à vida profissional.

“Esse conflito entre família e trabalho impõe algumas questões sobre a própria vida adulta. Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de episódios e fragmentos? As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva do tempo, de lugar em lugar de emprego a emprego.” (Sennett, 2004, p. 27)

Ele consegue sobreviver ferozmente nesse sistema e se preocupa com a possibilidade de seus filhos derivarem ética e emocionalmente ao fazerem o mesmo. Não pode mandar carta

para empresa que o demitiu contando que a mudança comprometeu os laços familiares e ao mesmo tempo não pode recomendar aos filhos que não trabalhem numa empresa. Nem sequer dispõe de tempo para acompanhar o desenvolvimento do caráter deles. Assim: “As condições de tempo no novo capitalismo criaram um conflito entre caráter e experiência, a experiência do tempo desconjuntado ameaçando a possibilidade de transformar seus caracteres em narrativas sustentadas.” (Sennett, 2004, p. 32)

O dilema expressado nesse caso individual pode, na realidade, refletir uma contradição universal do trabalhador contemporâneo que o leva a refletir sobre quais valores têm pautado sua vida no trabalho.

Para Debord (1997), o aspecto da vitória autônoma do sistema econômico coincide com o seu fracasso. Aquilo que cresceu fora da consciência, silenciosamente, quando aparece já adquire condições de se desgastar. A afirmação de toda vida humana como aparência esbarra naquilo que pode mostrar-se visível nesse mesmo espetáculo como negação ou destruição da vida. A consciência do desejo ou o desejo de consciência pode voltar à cena novamente.

Quando o trabalhador se coloca como consumidor ou como força de trabalho (objeto de consumo do outro), espera que possa ter algum poder na conquista de um caráter de prestígio, de satisfação de uma necessidade singular. No entanto, enquanto mercadoria produzida para ser consumida de forma padronizada, logo se torna vulgar. Revela, assim, a pobreza que lhe é essencial e que evidencia a mentira ou a promessa não-cumprida de um objeto que satisfaria um desejo idiossincrático. Assim, a divisão da sociedade suspendida pela visão feliz e unificada do consumo corre sérios riscos de ser questionada quando confrontada com a próxima realização não-consumível.

Codo (1996), afirma que as perdas sofridas pelo Homem na evolução do trabalho são contrapostas por uma possibilidade de reapropriação. O trabalho, que hoje se organiza pela aparência da mercadoria e sob a essência do capital, é passível de uma série de contradições.

A mercadoria enquanto valor de troca se traduz em dinheiro e faz com que a distinção entre as coisas se perca, de tal forma que, por exemplo, poema, prostituta, cigarro computador são reduzidos a uma mesma coisa. Enquanto convertido em dinheiro, desgarra-se do produtor,

dos seus afetos e da sua história e “Paira além e apesar dos homens” (Codo, 1996, p. 132). Diferentemente, enquanto valor de uso, sujeita-se aos desvarios humanos. A mercadoria ganha cores, afetos e é capaz de resgatar o subjetivo, o pessoal e o intransferível. Uma camisa pode se transformar nesta camisa, revestida de significados e lembranças.

Assim:

“Hermética e antagônica, a vocação do valor de uso, como se viu, é destruir o valor de troca na exata medida em que se constrói pela sua especificidade, tal e qual o valor de troca que apenas existe na medida em que funde e indiferencia as necessidades.” (Codo, 1996, p. 133)

Enriquez (1997) enfatiza a importância do sujeito na sua singularidade e propõe a instância individual como um dos eixos para a análise das organizações.

"Antes de ingressar no nervo de minhas preocupações, é necessário não esquecer um fato evidente: todo indivíduo nasce numa sociedade que instaurou, em parte voluntariamente, em parte inconscientemente, uma cultura. Em outros termos, é impossível analisar a conduta de um indivíduo sem referi-la àquela dos outros, uma conduta estruturada social e culturalmente. **Isso não suprime de nenhuma maneira a ruptura que o indivíduo pode ocasionar. Isso a situa simplesmente em seu contexto**". (Enriquez, 1997, p. 107, grifo nosso)

Enfatiza, ainda, que o sujeito humano é heterônimo apenas parcialmente, pois os discursos totalitários não são capazes de reinar sobre o inconsciente. Como lembrou Freud, estaremos sempre em condições de exibir "uma parcela de originalidade e autonomia". O homem, sem saber, pode modelar o mundo como consequência de múltiplos comportamentos sociais mais ou menos diferenciados. Nas organizações empresariais o absenteísmo, a sabotagem da produção e o *turn over* representam essa situação.

O autor define o criador de história como aquele que questiona o dia-a-dia, vê a realidade de forma exilada, diferente, imaginativa; é capaz de substituir a certeza pela busca do saber e sustenta o conflito. É também capaz de reconhecer em si mesmo o amor e o ódio. Recebe a admiração daqueles que gostariam de ser como ele, embora não tenham coragem nem as hostilidades daqueles que não gostariam de ser questionados.

"Homem da vida, ele é ao mesmo tempo aquele que não teme a morte, pelo contrário, a considera como risco inevitável e mesmo como elemento que dá sal à vida que aceita ser atravessado pelo trabalho da morte em sua ação de desligamento e de cassação, que, enfim, tomou o partido de um trabalho sem outra baliza que a

CAPÍTULO 5: DE TRABALHADOR A PESQUISA-DOR-DE-SI.

“Foi combinado alimentai-vos o corpo com o suor do próprio rosto, não foi com sacrifício. Sacrifício é uma coisa, agora, trabalhar é outra coisa. Absoluto. Absoluto. Eu, Estamira, que vos digo ao mundo inteiro, a todos, trabalhar, não sacrificar”.

Estamira

Nesse capítulo nos voltaremos à trajetória de aproximadamente vinte e cinco anos de carreira de um trabalha-dor. Ele será chamado de sujeito A.

Acompanharemos o seu percurso desde a primeira inserção profissional como estagiário, depois, o primeiro cargo especializado de nível superior relacionado à área técnica, a ascensão a um cargo de gerência, o desligamento da empresa e as novas atividades como consultor na área social, docência e pesquisa.

Ao longo desse processo vão se operando uma série de giros discursivos que marcam um dilema entre a posição de um trabalhador técnico exemplar do ponto de vista da produção capitalista e um trabalhador conflituoso, discordante e provocador de rupturas...

A densidade e o grau de detalhamento de suas colocações evidenciam uma disposição surpreendente de trabalhar no sentido de desvelar a si mesmo, de se colocar questões. O seu envolvimento com a entrevista pareceu levá-lo a ultrapassar a condição de pesquisado, assumindo a posição de pesquisador de si mesmo.

Essa passagem de pesquisado a pesquisador pode ter ocorrido pelo fato de o próprio entrevistador ter se posicionado de acordo com o discurso do analista, conforme vimos em Lacan (1969-1970 edição de 1992). Na prática isso ficou representado pelo silêncio do entrevistador que, colocando-se no lugar do objeto *a*, possibilitou que surgisse um sujeito barrado que trabalhasse e produzisse os significantes-mestres de sua dor. Ao ler a transcrição geral da entrevista fica claro que quase todo o tempo foi dedicado à sua escuta.

As colocações do entrevistador foram discretas e limitaram-se a um semi-dizer, enfatizando os significantes que se repetiam e elaborando questões, que nunca iam além de formulações provisórias. Para sua elaboração sempre se levou em conta o contexto, a trama dos significantes que se mostravam presentes. Mas elas nunca pretenderam ser mais que um pretexto a provocar o sujeito na construção de seu próprio texto. A interpretação mostrou sua validade quando em inúmeros momentos, os significantes destacados pelo entrevistador fizeram com que o sujeito associasse ainda mais e aparecessem novos sentidos. E isso não ocorreu sempre de forma imediata. Algumas conexões se deram de forma imprevista e muito tempo após a questão ter sido levantada.

Inicialmente, os principais trechos da entrevista serão apresentados na mesma seqüência em que apareceram no dia do encontro. Neles, os significantes que foram objetos de análise estão destacados em negrito. As colocações do entrevistador encontram-se entre parênteses, a fim de diferenciá-las das colocações do entrevistado. Quando se fez necessário esclarecimento adicional sobre o que aconteceu durante a entrevista, foram utilizados colchetes.

O trabalho de análise e interpretação dos dados, elaborado posteriormente pelo entrevistador, está sempre intercalado com esses trechos da entrevista. A finalidade é mostrar a objetividade da pesquisa psicanalítica. Afinal, como postulou Lacan (1969-1970 edição de 1992), a interpretação se volta para significantes perfeitamente localizáveis e dotados de fixidez. A apreensão da enunciação que corre paralelamente ao enunciado não é feito por acaso. Torna-se possível evidenciar pelo próprio discurso do sujeito, aquilo que ele não sabia que sabia. O que ele desconhece e que, no entanto o representa e o determina, está nas suas próprias colocações.

Não se trata de um mapeamento de repetição de palavras que formaria uma trama consciente, mas sim de delinear a aparição de um discurso específico, no sentido lacaniano do termo. Isso envolverá um sujeito barrado que se relaciona de forma específica com o seu desejo inconsciente e com os objetos que são chamados para (em vão) tentar preencher esse desejo. Nada se preenche perfeitamente. Falta ou sobra.

A linguagem expressa uma visão de mundo determinado pelo Complexo de Édipo. E o Complexo de Édipo lacaniano, segundo Bleichmar (1984), passa pela forma com que o sujeito

lida com o narcisismo. Assim, vamos nos deparar no discurso do sujeito com os significantes que trazem à tona as faltas e o que é usado para preenchê-las nas organizações empresariais, segundo um drama familiar.

Ao longo desse capítulo teremos os significantes produzidos pelo sujeito como eixo norteador para o estabelecimento de relações com as teorias contidas nos outros capítulos. É o discurso do sujeito que convoca à leitura teórica e não o contrário.

Vale também ressaltar que omitimos, conforme solicitação do sujeito, nomes de pessoas, instituições públicas, departamentos, empresas, segmentos, cidades, profissões, datas, equipamentos industriais, sistemas de produção e cargos. Eles foram substituídos por um X. Não foram também identificados de forma específica dados como sexo, idade, estado civil.

Encontra-se ao longo das colocações do sujeito A uma diversidade de significantes que podem nos levar a pensar no estabelecimento de uma relação imaginária: *grande, amplo, realizadas, felizes*. No esquema da comunicação intersubjetiva, Lacan coloca a relação imaginária representada pelo sujeito *s* em direção ao *outro* semelhante *a*. Nessa relação temos a prevalência das imagens, o que remete à dimensão de reconhecimento e de alienação que constituem o sujeito. Nesse processo a imagem fornece matriz para identificação a partir de uma idéia enganadora de perfeição e unificação para um corpo marcado pelo conflito e pela fragmentação.

Essa estrutura imaginária fundamental, que enlaça o sujeito e o outro, vai se concretizando ao longo da vida do sujeito e, portanto, da sua carreira nas organizações empresariais.

A contextualização desse imaginário no âmbito dos fenômenos sociais e do capitalismo está na concepção de ideologia de Althusser (1996). Para ele, a ideologia é a representação das relações imaginárias concretizadas nos AIE.

No caso do sujeito A encontra-se a influência do AIE religioso na sua vida profissional. O trabalho está a serviço de *algo maior*, de um *projeto de vida grande*, que tem como base os princípios de *Deus-pai*.

A idéia de que a religião é uma instituição que veicula ideologia tem ressonância na perspectiva weberiana. Weber (1989) apontou a importância da religião na formação da mentalidade econômica contemporânea, mais precisamente da ética ascética protestante e da concepção luterana de vocação enfatizada por ela.

Apesar de o sujeito A utilizar o significante católico, poderíamos nos perguntar se estariam contidos aí os vestígios da ética protestante à medida que o *trabalho* é considerado como uma forma de cumprir a missão *transformadora* junto ao *criador* que tem por objetivos *a felicidade e a realização*.

Passemos às associações do sujeito, destacando os significantes-mestres que foram objeto de análise:

Quem sou eu? Eu sou uma pessoa com algumas preocupações com um grupo **maior** que eu... Sei lá, não sei se é minha formação **católica**. Eu tenho algumas preocupações, eu tenho algumas **responsabilidades**... Não sei se poderia chamar de **visão sistêmica**, mas isso me dá um certo conforto imaginar uma coisa muito **maior** e eu inserido dentro disso...então o tempo todo eu não consigo me enxergar, eu não consigo lógico...eu sou um ser humano com características especiais...

Então **respeito** e **sigo** algumas coisas desse **Deus-Pai**: **princípios** básicos de convivência com as pessoas, de respeitar as pessoas, de considerar como se fossem meus irmãos minha família estendida e Ele está de alguma forma preocupado em melhorar e tá convivendo de forma igual, né? Sem problemas, né? Sei lá... Se eu vejo alguém passando alguma **necessidade** isso machuca, mexe comigo e de alguma forma eu penso em **fazer alguma coisa** talvez não diretamente, mas com meu **trabalho**, certo? Com minhas ações isso tá tudo por trás do que eu faço que no fundo no fundo entre uma coisa e outra, tá por trás do que eu pretendo, né? Busco ser coerente com isso. Então, tentando responder objetivamente à sua pergunta eu sou uma pessoa que me sinto num projeto **grande** vida, grande, **amplo**, de humanidade, alguma coisa mais **ampla**. (Qual é o objetivo deste **projeto**?) O objetivo é a **satisfação**, a **realização** das pessoas, das pessoas estarem **realizadas**, **felizes** sempre escolhi isso.

Eu precisava de achar aquilo que era mais voltado para o meu objetivo de me sentir **útil** não vou te falar de **transformar** o mundo mas no fundo era um pouco isso, dar continuidade à **criação**, ser parceiro de **criação** de alguém que me **criou**, está **transformando** o mundo numa coisa sempre melhor e realizando as pessoas ao meu redor, eu também, né?

Iniciamos a análise com base no esquema da comunicação intersubjetiva de Lacan (1954-1956 edição de 1987) e enfatizamos a importância da relação imaginária nas colocações do sujeito A. Se nos voltarmos para a teoria dos quatro discursos do seminário XVII (1969-1970 edição de 1992), podemos considerar as passagens da entrevista acima

como a concretização do discurso do mestre. Primeiro, porque no lugar do agente está *Deus-pai* (S1) que impulsiona todo um *trabalho* de saber (S2) *transformar* esse *mundo* marcado pela *necessidade*, pela falta (objeto *a* como negativo, causa do desejo) e ter como produção a *satisfação* e a *realização*. (Objeto *a* como positivo, mais-de-gozar). Segundo, porque os significantes expressam a idéia de plenitude, de perfeição. E, terceiro porque nesse ideal revolucionário, o saber é tão fechado que, como veremos logo adiante, acaba por mantê-lo estacionado. Assim, o termo revolução, longe de expressar mudança, acaba por representar a idéia de repetição, de movimento circular.

Na seqüência o sujeito promove um giro no seu discurso trazendo também a perspectiva do conflito. Propõe-se então uma breve passagem pelo discurso da histórica.

Nesse momento nem tudo é dado pelo imaginário, completo, fechado. Surge uma série de impasses quando o sujeito A coloca em questão o próprio interesse do seu saber e se a sua finalidade é voltada para a técnica ou para a vida humana. No lugar do agente temos um sujeito dividido, ou usando suas próprias palavras, um sujeito que se *perturba* com a possibilidade de *trabalhar* entre coisas *vivas* e coisas *mortas*.

Na perspectiva lacaniana, a própria estrutura da linguagem mostra a impossibilidade do encontro com a verdade. A verdade sempre ficará sob a barra do recalque. O sujeito falante sempre se deparará com a falta constitutiva da representação que lhe permitirá uma ruptura com qualquer ideal totalitário. A existência de brechas e conflitos traz a possibilidade de se questionar se o saber está a serviço do gozo ou da vida, do desejo.

Com base nessas mesmas colocações, podemos estabelecer uma interlocução com a concepção do mundo da vida de Habermas (1983). Pela linguagem o sujeito é capaz de colocar o conhecimento em questão e de diferenciar de um lado, o interesse da razão enquanto algo universal e que visa à conservação da vida com base na solidariedade e, de outro, a razão interesseira que tem como base o dinheiro e o poder.

O sujeito também se coloca a discutir a possibilidade de transformação ao atuar na indústria. Impasses que demonstram a atualidade daqueles apontados por Freud (1930[1929]) sobre a oposição entre a dominação da natureza e as relações entre os homens, as forças de vida e de morte.

Vamos às palavras do sujeito A:

Um **trabalho** de alguma coisa **morta**, a curso superior área de exatas eu quase não fiz curso superior área de exatas porque dava idéia de trabalhar com coisas **mortas**, coisas **inanimadas**. Eu não tinha a visão de trabalhar com pessoas. Tinha a visão mais da **técnica, tecnicista**, o que passava por mim naquela época quando eu tava no ensino médio. (segundo grau?) Então quando eu fiz orientação vocacional que tinha no cursinho conversava com as pessoas, com os meus amigos que trabalhavam, conhecia pessoas que trabalhavam no curso superior área de exatas, né? Eu não era muito a fim de fazer não, eu sempre fui muito meio assim abstrato, né? Eu gostava muito de pensar coisas mais abstratas e no início eu queria fazer Física e aí eu acabei me direcionando para curso superior área de exatas e fui para uma coisa mais **viva** considerada **biotecnologia**, que naquela época me chamava muito a atenção. Eu achava que curso superior área de exatas que era ligada a isso naquela época era meu vínculo daquilo que eu tinha habilidade, com a intenção de **trabalhar** com coisas **vivas**. A habilidade era na parte técnica matemática que eu tinha com coisas **vivas**. Então aí achei que curso superior área de exatas era uma coisa legal e o ambiente de trabalho me preocupava o curso, porque naquela época era muito voltado para **indústria**, muito **técnico**, voltado para indústria (processos?) e isso me **perturbava** um pouco e questioneei bastante. E eu não queria **trabalhar** em **indústria**, queria **trabalhar** em pesquisa. Quando eu tava na escola o meu objetivo era não **trabalhar** em indústria porque **indústria** representava entre aspas, naquela época, na minha visão um tanto quanto limitada é muita coisa de ruim que acontecia no mundo, por exemplo, **poder econômico**, manifestação clara do **poder econômico** absoluto passa que tudo o que for fazer pela **grana**

Assim, o sujeito *A* começa a sua vida profissional incomodado com a *manifestação clara do poder econômico* das empresas, *sem ver* a possibilidade de *transformar* esse mundo empresarial marcado *absolutamente pelo capital*.

Com base no discurso da histórica de Lacan (1969-1970 edição de 1992), podemos pensar que ele convoca o outro para trabalhar e produzir um saber que solucione a sua demanda insatisfeita. Entram em cena os professores da universidade que ele estudava e que o convencem (ou *obrigam?*), mesmo que *a contragosto*, a trabalhar junto às *maiores feras do mundo* numa dada indústria. Nota-se que o convencimento de trabalhar na indústria passa pela utilização de significantes que colocam em cena uma relação imaginária expressa por uma idéia de grandeza. Na seqüência, a *identificação* desliza dos *professores* para a área de *Recursos Humanos* e para o *chefe*.

Com base em Althusser (1996), teríamos nessa passagem uma interpelação ideológica dos professores à ação do AIE escolar.

... foi um pouco interessante porque eu fui para o estágio meio a **contragosto**...

... não quis concorrer. Os meus professores é que me obrigaram a ir que tinha um grupo de professores, eu ia bem na escola e tal, você tem que ir lá... Eu não quero... Você tem que ir... Eu não quero... Essa vaga é imprescindível... Você vai trabalhar com um cara de pesquisa e desenvolvimento uma das **maiores feras** que tem **no Brasil e do mundo**. Você tem que ir lá, mas eu não quero ir lá, você tem, então me **obrigaram** a ir lá para conhecer uma sistemática de seleção e recrutamento, tá bom vai, eu vou para ver como é que é. (Teve o argumento também da pesquisa, né?) Me puxaram para indústria e eu nunca tinha pensado numa indústria, eu **não queria**, tinha pensado que não, **não quero**, então eu fui pra... Teve umas cinco etapas no processo seletivo e eu na primeira etapa e na primeira entrevista eu disse: tô aqui para aprender processo seletivo. (É mesmo? Você disse isso?) Eu disse... Aí eu fiz prova, exame, sei lá, e passei para a segunda etapa. Bom, volto a dizer para vocês levarem em consideração, eu tô aqui para **saber como funciona**.

Mas não se pode pensar o AIE apenas marcado pela ideologia, pois ele é marcado pela contradição. Foi também pelo AIE religioso além do AIE da informação que o sujeito se questionava quanto à indústria como sua escolha profissional.

Então é diferente, diferente do meu modelo que eu fiz na **indústria**, por exemplo, que eu nunca trabalhei numa **indústria** numa empresa, devo ter formado um conceito em função das **informações** que eu **recebi** (De onde?) **Informações** que **recebi** na convivência com meus **professores**, **informações de notícias** que eu **lia**.

Tentemos neste momento ver como se daria a interiorização da ideologia pelo sujeito, tendo como base Zizek (1996). Para o autor, o sujeito não se reconhece de forma imediata e totalizante naquilo que é proposto pela ideologia. Ele inicialmente não reconhece como sendo seu o lugar designado pelo discurso do AIE. Essa falta inicial é supercompensada posteriormente pelo sujeito com o excesso de adesão. O vazio inicial é preenchido por uma crença. Para que a crença se efetive, primeiro o sujeito age ritualisticamente, depois ele passa a acreditar. Assim, o sujeito A vai ao processo seletivo apenas para ver *como funciona* e logo depois se *identifica* intensamente.

(A seleção confirmou ou não confirmou pressupostos seus a respeito da **indústria**? Que pistas o processo te dava?) Olha, assim, uma certa afinidade com o pessoal de RH, sabe? **Identifiquei muito**. Fiz boas parcerias na empresa depois mais para frente, sempre me **identifiquei bastante** com as pessoas de RH, com a X foi uma **identificação super legal**,...

Aí o que aconteceu? Eu passei para a última entrevista com o dono da vaga, como responsável pela vaga, que ia ser meu **chefe** e aí na entrevista com ele era para durar acho que meia hora, mas ficamos duas horas conversando. A gente **bateu muito** o objetivo de **vida**, então deu para perceber porque que o que me levou até o final. Então ficamos discutindo... Que o mundo, o mundo muda, não é? Que isso... bom, **justiça, transformação**, emprego, não é só **valor financeiro**, não tem um... **A função social**, a gente conversava muito isso. Ele tinha essa visão...

(**Identificaram** em quê, em que vocês se **identificaram**?) Em **valores**. (Quais?) **Justiça**, uma intenção muito grande de fazer **justiça** uma reação muito grande a enxergar **injustiças**, né. E depois o mundo todo desigual, as empresas com tanta

da *verdade* e fazer as coisas *funcionarem*. Contraditoriamente foi o próprio mestre que convenceu o *reles mortal* a trabalhar com isso.

Com o decorrer das associações, vamos começando a localizar o “mal-estar”... Inicialmente aparece o significante *perturba*, e agora aparece o significante *sofri*.

O sujeito A *sofre* com a perda de seu *paradigma de justiça*. No entanto, ele *acaba gostando* dessa promessa de um mestre *superdotado* que, com seus poderes, daria conta de *acabar com* o que é “supernegativo” na empresa. Temos aí o movimento circular do gozo. Busca-se *acabar* com o negativo compensando-o com o que há de excessivo nos ideais. Na seqüência se fracassa, perde, desperdiça. Diante disso, que é sentido novamente como negativo, busca-se recuperar um algo a mais. Um mais-de-gozar?

O gosto proporcionado por isso, que há de “a mais” no ideal, faz com que o sujeito persista no objetivo de transformar a indústria, ou seja, ele leva à frente o processo iniciado pelo seu chefe.

[O sujeito passa a colocar sobre um impasse ético envolvendo seu chefe que não concordou com o fato de seus colegas utilizarem know-how de outra empresa indevidamente. O chefe desligou-se da empresa devido a essa situação.]. (O ideal da pessoa que te trouxe e ele mesmo sai, violentado no seu ideal, né? Como você ficou aí em relação a isso? Ele foi uma referência lá dentro...) Essa época eu **sofri** um pouco **porque** o seguinte: eu **acabei** na verdade **gostando da idéia** de trabalhar na empresa com esses desafios, né, tentando transformar essa realidade, fazendo coisa melhor, **acabei gostando** disso, **acabei entrando** um pouco **no processo dele lá**. **Ele podia fazer porque era superdotado e eu não, um simples reles normal.**

No encadeamento de suas associações, o sujeito A retoma uma passagem de sua vida de forma bastante fragmentada. Parece que nessa ocasião a empresa eliminou a área em que ele estava sendo preparado para atuar. Ele é impedido de ser reaproveitado em outra área porque os outros poderiam compartilhar dos segredos da *caixa preta* do chefe *superdotado* de que ele, mesmo como discípulo *reles mortal*, já dispunha naquela época.

O que nos importa nessa passagem é refletir que o sujeito A coloca a posição do mestre (agora representado pelo diretor) em questão. Ele questiona se esse mestre estaria interessado apenas em si mesmo, em assegurar que outros não tivessem acesso ao seu saber. Nesse sentido, não estaria nem um pouco preocupado com o possível desemprego de seu discípulo. Estaria apenas interessado em manter a sua verdade inacessível, custasse o que custasse, para os que estivessem à sua volta. A lei absoluta do bom funcionamento deixa de

fora o cuidado com a sobrevivência do sujeito e desconsidera suas faltas. É independente, totalizante e se faz valer com todo o sacrifício que possa imprimir, do qual ela nem quer saber.

parceiro e quando ele saiu me **decepcionou** na época, eu perdi um pouco o parceiro. Então acho que **balançou bastante**, né? Eu achava a minha idéia era trabalhar em conjunto com alguém mais com esse pensamento. Sozinho lá e eu ainda pequenininho não ia conseguir fazer quase nada, então representou muito na época **todo aquele meu ideal de trabalhar em indústria ficou muito balançado**, só que assim eu recém-formado... (Já era **balançado** antes, né?) **Já e até contando agora que coisa eu não queria...**

Os ideais ficam *balançados* quando a própria sobrevivência é colocada em questão. Os significantes utilizados pelo sujeito A evidenciam uma situação de despossessão por parte do trabalhador no sistema capitalista nas duas situações. Inicialmente: *desemprego, desorientado, nada para oferecer*. Quando consegue com muito custo um emprego numa empresa de segmento relacionado às *coisas vivas*, acaba, paradoxalmente, se deparando com uma situação de profundo desrespeito à vida, conforme coloca: *sem camisa, sem proteção, nenhum EPI, nenhuma voz ativa*.

Não é por acaso que Lasch (1983) coloca a incompatibilidade dos ideais éticos protestantes do capitalismo nascente com a luta desesperada pela autopreservação da contemporaneidade

Esse contexto desesperador envolve a reestruturação da economia de acordo com os princípios do pós-fordismo do final da década de 1970, descrito por Antunes (1999). Caracteriza-se por desemprego, crise econômica e condições de trabalho extremamente precárias.

Eu fiquei balançado mesmo, balançou, só que, pô, eu tinha que sobreviver, né? Eu não tinha nada pra oferecer basicamente. O **mercado superconcorrido** na época, uma baita de uma crise, uma **crise** ferrada, até ano X, o órgão estatal X tirava profissional X do X ano da universidade X, estudei lá, da universidade X também e levava para fazer a parte corporativa e terminar o curso e formar gente para trabalhar lá. As empresas iam buscar nas escolas, na universidade X, ano X, ano X. Em ano X, o contrário, geral baita **desemprego**, eu peguei o auge do **desemprego**, eu perdi todas as seleções do final do ano e no início. Então me ferrei, fiquei um tempão perdido sem saber o que fazer **desorientado, procurando emprego** em tudo quanto é lugar, fazendo entrevistas mil, nossa, como fiz entrevista. (Para diversas áreas?) Atirei para tudo quanto é lugar, só que **eu não tinha nada para oferecer**. Era recém-formado, com experiência normal de uma profissão X recém-formado, uma profissão X recém-formado normalmente na época tinha que ter trabalhado numa fábrica em área X e eu não trabalhei em área X, trabalhei em área X, que é a última coisa que um profissão X recém-formado trabalha, trabalhava na época. Então eu ia para as empresas e eu falava de coisas para o entrevistado que ele nem tinha idéia do que se tratava, então o meu curriculum era uma absurdo, processo industrial X...

Fui lá na indústria de segmento X, o cara operando caldeira de chinelo havaiana **sem camisa, sem proteção**, abria a porta da caldeira, fogo, labareda na cara do cidadão

todo suado, puta, o pessoal **não usava nenhum EPI na área**, o profissional X **não tinha nenhuma voz ativa**.

O sofrimento não se limitou à dificuldade de conseguir emprego e às precárias condições de trabalho. Após a formatura, a primeira experiência de *chefiar* uma equipe foi considerada *desesperadora, horrível*. Havia um aspecto de duplicidade marcante na sua experiência com a qual relatou lidar de forma *confusa*: o *nível pessoal* e o *profissional*, o *amigo-igual* e o *chefe-capataz*. Com o tempo *aprendeu* que devia *separá-los*.

No seu relato aparece a influência da administração científica taylorista no modelo de chefe consagrado pelos subordinados daquela fábrica. A separação entre executores e pensantes é clara. Mas a que visava essa separação? Segundo Heloani (2003), cabe pensar as formas de organização do trabalho como formas de reordenação das subjetividades no espaço produtivo. No taylorismo especificamente o objetivo é a eliminação da cera da indolência através dessa divisão do trabalho. Seria o reconhecimento de uma possível tendência pessoal de cada um à rebeldia e à insubordinação que a organização do trabalho e o estabelecimento de uma *hierarquia* deveriam a neutralizar?

O sujeito A começa a fazer, em sua primeira experiência de gestão o exercício de localizar – ou mesmo separar - os trabalhadores de acordo com o *nível* de cada um. Para ele, a grande dificuldade sofrida inicialmente foi de não ter se colocado na posição de *chefe*, como aquele que pensa e controla os demais. Adotou uma posição muito *pessoal, participativa*. Com isso, alguns de seus subordinados passaram a não reconhecer o seu *nível* de *chefia*, *desrespeitando-o* e desejando ocupar a sua posição. A partir dessa experiência, relata que passou a enfatizar mais o aspecto do *trabalho* em detrimento do aspecto *pessoal*. Antes dela, o *trabalho* era apenas considerado como *anexo*.

Putá desafio, os caras colocarem um profissional X recém-formado para **chefiar** uma área X com 15 mulheres, você precisa ver o **nível** do **pessoal**. **Rapaz, como eu sofri** (O que foi mais difícil?). Na verdade, discernir, **separar o pessoal** do **nível** de gestão de **profissional** (Por exemplo, o que elas confundiam?) Talvez eu confundisse mais do que elas. Elas tinham um modelo porque elas tinham outros anteriormente, com experiência muito maior do que eu, que é um gerente e **eu era um amigo**, entendeu? Eu ficava com dó da coitada que tinha problema. Eu via outra humilde chegando, entendeu? Eu tinha uma **sensibilidade muito grande pessoal**. **Eu era mais amigo do que...** Eu me colocava como **igual** do **mesmo nível**. Então eu tirei o tipo de relação profissional de hierarquia e deixava elas me tratarem, eu tratava elas, deixei super à vontade, do mesmo nível, conversava sobre problemas que elas tinham em casa, aspectos **extremamente pessoal, sempre fui muito assim só que nunca tinha sido chefe, né?** Não que você tenha que não ter isso, mas, portanto, mas na realidade, ter uma postura um pouco diferente. Não tinha

experiência nenhuma e deixei confundir bastante. Isso foi muito difícil. (Teria que ser um pouco **chefe**? Que na realidade mais tarde você veio a **descobrir**? Qual foi o **tempero** que você adquiriu?) Ah, é o **tempero** que eu adquiri. Isso eu nunca perdi, sabe? Essas **questões pessoais, mas isso não virou a ênfase, a ênfase virou mais o trabalho em si, né?** Isso ficou mais como um componente... **Era o contrário com elas. Eu gostava muito do... trabalho, o trabalho que era um anexo** (Perdeu-se o foco? O que rolou com elas?). Me desrespeitavam profundamente. Era assim, eu era um recém-formado lá temporariamente e não estavam nem aí, **me desrespeitavam**. (Por exemplo...) Num todo, na verdade, tinha umas três que **brigavam para serem líderes, que elas achavam que deveriam ocupar a minha vaga, né?** Não ter ninguém no lugar delas até aí eu concordaria, né? Num primeiro instante, um chefe homem com **aquele nível de pessoal para gerenciar**, infelizmente, **é preciso ter um capataz**.

Então, na verdade, o que aconteceu? O **tempero** acho que foi entender um pouquinho mais o que é **gerir uma... alguma coisa e ter enfoque nas pessoas, né?** **Gerir pessoas no todo e não só para atender uma tarefa, tem a parte pessoal, tem a parte do trabalho em si, é**, mas na verdade acho que eu fui enxergar **estilo gerencial, né? Em determinados momentos, determinados estilos**.

Outro aspecto a ser destacado é a sede de obediência por parte do grupo. Os subordinados clamavam por um *capataz* que *mandasse* neles e os fizesse agir sem *pensar*. Antes disso, para que esse capataz se fizesse reconhecido, deveria se colocar no lugar da verdade absoluta através de uma série de demonstrações. Aparece o lado paradoxal, de que, por mais *estúpido* e *duro* que esse chefe fosse, ele passaria a ser tido como *real*. Não teríamos aí a fórmula da “Psicologia das massas e a análise do ego de Freud” (1921)? Um grupo se forma quando os membros colocam o mesmo objeto no lugar do seu ideal do ego. Segundo Valas (2001), pode-se pensar que o clamor por um tirano e por seu gozo (por mais sofrimento que possa trazer) se deve ao fato de ele ser a encarnação da onipotência, do imitado e do absoluto.

Lembro até que na área X elas clamavam por alguém **quando o chefe real chegou** foi uma super experiência interessante que eu tive. **O cara era ridículo, o cara era muito ridículo, o cara fazia...** Era X e tinha medo de mim porque **se achava muito menos**, dava perceber nitidamente que ele se **menosprezava, né?** (Em que?) Ele se **menosprezava** em tudo principalmente na parte técnica porque existe assim entre X e X **uma certa rixa** então o X se acha muito detalhista, conhece a profundidade da X, né? Não consegue enxergar o todo, então ele, ele procura sempre voltar para o detalhe X **para se assegurar, para ficar seguro**, não quer entrar de jeito nenhum em tudo. Então **ele, para se fazer reconhecer pelo grupo** dele, ele na área X lá com alguma amostra de produto X para fazer algum teste pegava os X da em cima bancada e ia pingando gotas de um monte de coisa, cara, para quê? Cara, **ele tava querendo dizer que tava fazendo alguma, cara,**

discutir **no mesmo nível tanto pessoal quanto profissional. Eu acabei deixando num nível só a discussão** encarando **como se todo mundo tivesse o meu nível** para discutir comigo, então não atentei para isso **e ele, não. Posicionou. Você faz o que eu mandar. Pelo menos ficaram mais confortáveis, elas não tinham que pensar.**

Eu fiz estágio acabei meu trabalho, **foi legal**, aí tava **desesperado. Legal, não, foi horrível. Eu queria sair voando de lá.** O cara chegou. **Não agüentava mais** o cara, e os caras não me tiravam de lá

Na próxima experiência profissional, o sujeito vai trabalhar numa empresa de alta tecnologia que desenvolve uma forma de organização de trabalho pós-fordista. Tal como vimos nas colocações de Heloani (2003), podemos também encontrar na descrição do sujeito.

A que essa organização do trabalho demanda profissionais polivalentes, que sejam bons especialistas na parte técnica e ao mesmo tempo capazes de coordenar equipes. Busca-se diminuir os cargos gerenciais ampliando a função dos demais funcionários no sentido de adquirirem maiores responsabilidades.

No sentido da reordenação das subjetividades, o controle do trabalhador passa a ser cada vez mais sutil. Não é necessária a figura do capataz, pois o sujeito assume as responsabilidades pelo seu trabalho independentemente de uma supervisão direta. Sente-se participante de um projeto grandioso ao ter suas funções alargadas. Não cabe só executar, mas sim desenvolver uma capacidade de reflexão sobre o seu trabalho no sentido de torná-lo cada vez mais *produtivo*.

O sujeito independentemente de seu nível participa ativamente daquilo que Marx (1983) chama de mais-valia relativa, ao envolver-se com os avanços no desenvolvimento da equipe, dos equipamentos, das tecnologias e tudo o mais que for possível para assegurar os incrementos em produtividade. Paradoxalmente, o trabalhador chega até a colocar a possibilidade de colaborar para soluções que impliquem a eliminação de seu próprio posto de trabalho. Considera isso como algo satisfatório, pois pode ser indício de que atuou exemplarmente no sentido de racionalizar gastos.

O trabalho proposto é complexo e envolve uma interação cada vez maior entre o homem (trabalho vivo) e a máquina (trabalho morto); também se mostra mais intrincada a interação entre o planejamento (trabalho improdutivo) e a execução (trabalho produtivo) à medida que a função de gerência tende a ser eliminada tal como vimos nas contribuições de Antunes (1999). A complexidade do trabalho aparece no texto do trabalhador pelos

significantes, pela delimitação do funcionário ideal: *área técnica* associado a *gerir pessoas e* que conheça *todas as fases, todas as áreas*.

Ele dizia: X, você vai para lá e ficar na **área técnica** sua vida toda, você pretende ser o quê na área técnica? O que você vai fazer na **área técnica**? Ficar aprendendo calculinhos à toa não sei o quê, vem trabalhar comigo e **gerir pessoas**, você vai ver. Eu tava na **área técnica** também e como gerir pessoas é outro desafio, é outra história, aí eu fiquei questionando, né? A proposta do meu novo diretor que queria que eu virasse um cara da área X, né? Um cara da área X. Eu implantei tecnologia X no local X. A gente automatizou todo o processo X. Eu tive contato com tecnologia no país X. **Então ia me aprofundar naquilo lá e eu acho, acho que tava me afastando um pouco do meu ideal e, acho, acabei nessa alternativa aí de trabalhar com pessoas de novo** (Você acha que foi uma situação concreta que caiu ou de alguma forma **teve um movimento seu também** que acabou te levando de novo para gestão?) Teve um **movimento meu**. (Qual? O que você fazia?). **Muito técnica minha alternativa, outra... Era ficar muito voltado para a parte técnica, né?** Mais quando eu estava em área X, eu fui **coordenador** de uma equipe. Eu tinha **coordenado pessoas** em área X, inclusive todo o processo de trabalho X, todo processo anterior de processo de gestão e geração de X.

Falou assim: eu quero mudar esse conceito, eu não quero o gerente de área X, tapado, bitolado, que não conheça área X, muito pelo contrário, eu quero gerente de área X, **que conheça todas as fases, todas áreas e depois possa me substituir ou até que seja eliminado a função do gerente de fábrica**. Ele tinha essa visão: um conjunto de pessoas que possa dirigir essa planta a qualquer momento. Ele tinha modelo, **ele queria ter 2 ou 3 gerentes só porque na época, cheio de gerentes**, de X, de X, de X. 2 ou 3 só a gente discutia muito isso. Eu quero botar aquela nossa idéia em prática e o novo diretor concordava com isso. E eu rezando para isso.

Se refletirmos nesse envolvimento do sujeito com o paradigma industrial pós-fordista, temos que a polivalência traz uma sensação especial de enaltecimento do trabalhador. Ao ter que se envolver com diversas atividades diferentes, o trabalhador se desdobra para lidar com situações novas. Deve transpor incessantemente os próprios limites. Assim, o limite, longe de deter o sujeito, leva-o a um impulso de superação, que lhe traz um enorme usufruto. Quanto mais se desafia a si mesmo, mais se desgasta e mais ganha. Estaria aí nesse envolvimento uma operacionalização disso que excede os limites na economia mental do sujeito - mais-de-gozar - em prol da mais-valia? Não é de se estranhar o fato de o sujeito afirmar que o trabalho *legal* era exatamente aquele em que se *exigia muito mais* do que ele *podia dar*.

Legal, aqui eu não conseguia fazer um cálculo ridículo que fosse para viabilizar alguma coisa. Lá eu tinha que montar X, primeira atividade, cronograma correndo, os equipamentos encomendados, uma metade, sim, a outra, não, a outra metade, não tinha nem projeto, os equipamentos. Eu tinha que conhecer o processo, cogitar os equipamentos, comprar os equipamentos, montar X e os outros já tinham comprado, já estava chegando, **fazer X funcionar**, quer dizer, aqui o negócio era outro, né? **Fui exigido muito mais que podia dar**.

A interação entre as empresas e o saber técnico-científico é também cada vez mais estreitada, conforme coloca Antunes (1999). E isso é concretizado claramente pelo surgimento do discurso universitário por parte do sujeito.

O discurso universitário (Lacan, 1969-1970, edição de 1992) é de suma importância para se refletir sobre o capitalismo contemporâneo porque estamos na época em que o trabalhador se vale de um saber já compilado, S2, para trabalhar incessantemente tudo o que possa representar uma improdutividade ameaçadora, representada pelo objeto *a* no lugar do outro. No entanto, como produção, tem-se um sujeito barrado, dividido, que resiste à proposta (impossível) de unificação de objetivos pelas teorias fusionais, como apontou Leite (1995).

O discurso do mestre se diferencia do discurso universitário porque nele S1 é o agente a produzir um saber. O escravo ocupa uma posição ativa nessa posição, porque se vale de uma marca originária. No discurso universitário essa marca originária está recalcada e se fala em nome de um outro, tornando-se objeto de mera reprodução de um saber do qual o sujeito não participou.

Reproduz-se indefinidamente em nome do que existe. Assim, o trabalhador se qualifica aprendendo a respeito do que o outro (saber científico) disse e colocando em prática esse saber para um outro (mais-valia).

Vimos no capítulo de interlocuções que a história do mundo do trabalho é uma história de expropriação do saber, eis o discurso do mestre. Mas, além disso, já temos uma considerável “quantidade de saber” produzido nesses dois séculos em que a revolução capitalista assume seu império. E estamos no terreno em que tudo é justificado em nome de agregar valor, de tal sorte que todas as ações remontam a isso.

Estamos diante também da era do avanço tecnológico que cada vez mais permite a intensificação do trabalho pela produção ininterrupta e diária de um saber novo que se soma àquela quantidade já acumulada, gerando algo de inesgotável. O sujeito, assujeitado à sua posição de estudante, passa a desenvolver uma intensa flexibilidade à medida que se torna porta-voz de tudo e de todos que o ensinaram e também de tudo que ainda o ensinarão para se manter empregável nesse mercado.

Vale ressaltar que Lacan (1969-1970 edição de 1992) propõe o discurso universitário como uma forma de laço social não necessariamente relacionada à instituição educacional. Mesmo não havendo a necessidade de encontrar sempre essa correlação direta, pôde-se localizar nessa pesquisa essa forma de laço a partir de uma série de significantes que relacionam efetivamente a universidade ao cotidiano organizacional e que se articulam de tal modo que o trabalhador *aprendia na aula* do curso de *especialização e aplicava, efetivava* esse saber para se tornar mais *produtivo*. Nas colocações do sujeito A, fica clara a influência e a contribuição das ciências humanas, da administração científica e de todas as psicologias, tendo o ser humano como *objeto* de estudo com a pretensão de educá-lo sob o duplo prisma do *ganho* pessoal e do *ganho da empresa*. A “*produtividade*” atinge, assim, o seu ápice.

Talvez o período mais produtivo que eu tive na minha carreira. Eu comecei a fazer simultaneamente o meu, minha **pós-graduação**, minha **especialização** em X na universidade X. Então tudo o que **eu aprendia** lá, eu efetivava, **era no ato**, saía da aula, no dia seguinte tava implantando o que **eu aprendia**, era assim muito dinâmico, sabe? Eu multiplicava **direto** tinha uma **aula** aqui, no dia seguinte eu tava dando **aula** para todos os meus pares do que eu **aprendia**, **antes tinha um exercício lá, eu aplicava o exercício aqui**, entendeu? Era **muito direto** tudo o que a gente imaginava, fazia de bom, a gente fez em ano X, ano X, ano X, três anos de **altíssima produtividade**, assim de trabalho **muito produtivo**. (Falou **produtivo, né? O que que é isso?**) Assim, é, tinha **muita** coisa boa, todo mundo, a empresa **ganhou**, cada um de nós **ganhou**. Significa que você **ganhou** experiência, **muito** legal, a gente criou um grupo de gestão e de amigos, a gente partilhava tudo. Era um grupo participativo, a gente criou **novas** rotinas, **novas** formas de gestão, **novos** procedimentos, a gente estruturou a planta, a gente conseguiu resultados **super**legais embora a nossa entrada lá se deveu a uma situação, tinha que ter uma mudança cultural.

Não seria o discurso universitário a evidência de que entramos na era da tecnologia da ciência citada por Antunes (1999), no sentido de que a sua essência é transformar o ser humano num instrumento a serviço das forças produtivas?

O trabalhador que consome ou promove a qualificação torna-se um “astudante” permanente para falar em nome de um Outro, S1 barrado que impulsiona o agente S2. E qual era o objetivo desse movimento de união em prol da aprendizagem? Preparar os trabalhadores e unificar os seus saberes para responderem às novas necessidades organizacionais decorrentes da abertura do mercado e da competição internacional.

Começou a **abertura de mercado**... Tinha Collor, então esse plano era o seguinte 87 e 89... Eles olhando 87... A empresa vai ter que se estruturar para competir porque o mercado vai abrir. Falaram isso em 87. Então nosso planejamento estratégico é **internacionalizar**. Nós temos que ser uma empresa internacional em três anos. Então **tudo foi voltado** para: olha, tem que fazer o... Que tem que colocar

o mínimo necessário, tem que ter plano de carreira, plano de cargos e salários... É... Tem que normalizar toda situação de documentação, tem que se preparar para ISO, tem que ser tudo o que tinha de moderno. Tal estrutura, tal os programas, estavam bem definidos, um atrás do outro, como uma seqüência. Então tava **todo mundo de repente buscando**... E a local X era a piloto e eu tava nesse momento lá junto com meu chefe e com outras pessoas, formar a equipe então a gente tinha assim condição muito boa, condições ótimas, cursos a toda para gente fazer as coisas.

No entanto, assim como o impossível também se revela na esfera macroeconômica pelas inúmeras crises do capital, na esfera do “astudante” trabalhador, algo também se coloca em crise, mostrando que não conseguirá aprender tudo o que lhe ensinam e é isso que o sujeito barrado produzido representa e denuncia. Os sujeitos nunca serão totalmente educáveis e a forma de gestão do trabalho, mesmo quando busca um *todo*, apresenta fendas visíveis no sentido de dar conta da consolidação num único objetivo. Há que se considerar que lá, nessa mesma organização, também se encontram *objetivos não-industriais* que dão *golpes* e *derrubam* os que tentam *direcioná-los*.

Aliás, **foi aí que iniciou minha volta para área acadêmica, para escola**. Foi aí que eu tive a experiência prática de uma coisa que eu depois iria querer me aprofundar para ver o que, que... Sentir o que tem naquilo lá, para de alguma forma passar para frente, mostrar para alguém. É que aí a gente, gerente anterior mais um grupo anterior de outros gerentes de área, tinham **transformado a empresa num grupo de pessoas com objetivos diversos não-industriais**. Vai, em outras palavras, o que tinha de falcatura, trambique, sem-vergonhice naquela empresa, não tava escrito. Então a auditoria pegou o trambique, o gerente com o gerente de área X com o gerente X e mandou **todo** mundo embora. E meu ex-chefe e meu gerente entrou lá com o objetivo de **transformar** aquela X, **transformar** tudo: a rotina, a cultura, tudo. Então a gente fez, implantou um processo **enorme, grande**, tinha **todo** mundo da empresa o RH na época, tava todo mundo voltado para isso. A empresa tava **toda** alinhada para isso. **Todas** as portas estavam abertas: investimento, treinamento. Então nunca então estava **todos** os planetas alinhados, sabe? Um negócio assim incrível que foi muito efetivo.

Eram X diretores do mesmo grupo, isso era inédito. Na empresa X na época, empresa X **sempre foi cheia de golpes e mais golpes**, né? A posição... A situação... Eu tive uns 10 diretores, nossa, **cada diretor derrubava o outro**.

Diante do real do desejo e dos conflitos que lhe são subjacentes, o sujeito busca uma forma de apaziguá-los agindo na *realidade*. Sabe-se da existência das *classes sociais*, da *clara manifestação do poder econômico*... E, no entanto colabora na prática para que as coisas aconteçam assim mesmo.

O sujeito diz que a fábrica passa a ser - (f)10.5813 Tw[(...)20(E, n)28.7(o3o)-11.9(s 0 TD

amarrando, aparando as suas arestas. O significativo transformar acaba servindo contraditoriamente à própria reprodução de uma ideologia. Configura-se aí a fantasia ideológica de Zizek (1996).

Do ponto de vista de Lacan temos nesse discurso da *administração* plena, o que há de revolucionário no discurso do mestre... Voltar ao mesmo ponto de partida. Reproduzir o que tanto se combate.

(**Trabalhar** para você naquela época era...) Nossa, muito legal. Então o que que tinha que a gente encontrou? A gente encontrou a seguinte **realidade, a realidade como sociedade**. Sempre achei assim que era as fábricas, né? Os setores as fábricas... Porque as fábricas têm vários níveis, várias áreas, né? Porque no local X talvez não é uma coisa talvez tão representativa mas que as fábricas era como se fosse assim uma pequena amostra do que é uma comunidade. Um ambiente externo, uma amostra bastante de **vários níveis**, várias localidades, **várias classes sociais** interessante. Então era como se estivesse **administrando uma minicidade**, entendeu? Então tinha essa nítida impressão... Então se tratava das pessoas dali e o dos processos que estavam acontecendo **como se fosse uma cidade**, uma população, uma comunidade. (**Qual era a sua função** nessa comunidade?) Então, eu tinha a função formal e a função informal. Minha função formal eu era gestor de X e supostamente, na gerência **mais importante** da planta, com **maior número** de pessoas, é, **maiores problemas, maiores responsabilidades**, eu era linha e o resto era apoio, né? E a **minha função informal eu era como um agregador**, era uma das minhas principais funções, meu chefe me chamou e me ressaltou, eu quero que você faça o trabalho que você fazia quando a gente trabalhava em X, que você **agregue as várias chefias para a gente trabalhar como um grupo e unido**. Eu não tenho essa habilidade, mas você tem.

(**Como você fazia isso**, qual era a sua estratégia?) Era assim muito assim formiguinha, né? Meio estilo X, a gente se identifica muito nesse aspecto, então eu conversei muito com as pessoas, **sei** o que elas estão **sentindo**, **sei** o que elas estão **pensando**, estão **querendo**. Aí fico **amarrando**, como é que chama isso? Eu fico **amarrando** muito as pessoas fora do ambiente para que elas consigam trabalhar em conjunto nas várias situações, **ouvindo muito os problemas e tentando... Que isso? Imagina? Vamos conversar, tentando aparar as arestas, né?** Unir as pessoas, trabalhar com o mesmo objetivo. Eu sempre fui muito assim... Isso, naquele grupo e foi muito legal. **Não precisava pedir para eu fazer, entendeu? Isso é meu.** Então no local X eu fazia isso direto tanto que o diretor X me chamou na fábrica para fazer uma função e no meio do caminho **essa função se modificou** e **eu me transformei** no que eu era, como se fosse um **funcionário da ONU**, porque naquele **momento tinha ocorrido uma fusão** e eu tava ligado a ele e contratado pela diretoria inimiga e ele, vira e mexe, ele me mandava para **missões** como se fosse lá na **Faixa de Gaza**, né? Resolver um problema entre palestinos e israelenses. (Mas e aí?) E **ficava em cima do muro** assim tanto de um lado como do outro.

Nem tudo é reprodução. Em alguns momentos, o sujeito fala sobre o desenvolvimento de *um processo de modificação na sua função*, que culmina com o seu desligamento da empresa. Podemos encontrar nesse *processo* a predominância do discurso da histórica, mesmo que em várias passagens apareçam outros discursos. O sujeito barrado no lugar do agente faz

emergir o sintoma, o conflito, a condição de *não saber lidar* com determinadas situações, principalmente aquelas relacionadas à *autoridade*.

Como diria Lacan (1969-1970 edição de 1992), o sujeito na posição histórica consagra um mestre, desde que esse sujeito reine e o mestre não governe. Assim, inicia-se um movimento de destituição desse lugar de mestre absoluto que fazia o escravo trabalhar a serviço do perfeito funcionamento. O escravo deixa de sê-lo à medida que começa a apresentar dúvidas em relação ao outro e a si mesmo. O mesmo ocorre com o “astudante” que, até então, *aplicava* no seu trabalho de forma tão *efetiva* e *direta* todo o saber que *aprendia* no seu curso de *especialização*. Enquanto sintoma, o discurso histórico desestabiliza e denuncia que as coisas não funcionam tão bem, ou mesmo que o saber aprendido derrapa naquilo que o sujeito pode ter de gozo.

Começa, então, a se delinear a ruptura que o sujeito, mesmo *sem saber*, pode estabelecer em relação aos ideais organizacionais propostos (de aprender e fazer funcionar), tal como Enriquez (1997) colocou. E isso é o mais importante. O sujeito começa a mudar sem se dar conta. Está na dimensão do ato e não da palavra. Quando ele apresentava claramente a idéia de transformar, acabava ocorrendo o contrário daquilo a que se propunha. Utilizava-se o significante “transformar” paradoxalmente com a finalidade de manter uma lógica totalitária. Quando esse totalitarismo é rompido, o movimento, mesmo que intrinsecamente contraditório (afinal o sujeito em ação é barrado), começa a ocorrer. Quem sabe teríamos aí uma tentativa de resgate do seu valor de uso até então alienado em prol da produção dos valores de troca... Tal como Codo (1995) colocou, quem sabe estaria começando a ocorrer a aparição da diferença e da singularidade, em detrimento da lógica que se pretende absoluta e generalizante.

Vamos então rastrear esse percurso que vai além de um curso, pois o sujeito que se apresenta é o sujeito do discurso. Inicialmente, parte-se da interpretação de um compromisso não atendido.

O sujeito quando ingressa no mundo do trabalho, adota uma postura *condescendente* com seus mestres mesmo quando eles assumem uma característica *egoísta*, conforme foi colocado primeiramente na entrevista. O sujeito articula essa postura cristã como forma de

oposição à postura *extrema* que reconhece no seu *pai*. Seria essa postura *cristã* e *ética* uma forma de se precaver desse outro *mafioso* capaz de *odiar* que lhe é tão próximo?

(Eu fico pensando que em relação a ele, inclusive teve uma discussão anterior, né? **Tinha um compromisso que não foi atendido, né? E esse reencontro, como foi?** **Isso foi um processo...** Meu **pai odiava** o diretor X, meu pai queria encontrar em algum lugar e fazer alguma coisa com ele, no espírito **mafioso** do meu **pai**, ele tomava providência, sei lá. **Talvez pela postura do meu pai mais extrema**, né? **Eu adotei uma postura mais condescendente**, né? (Uma certa **mágoa**?) Mas **em função da postura do meu pai, eu acho que na minha formação cristã, eu tentei perdoar o diretor X**, sabe?

Com o passar do tempo, ele passa a adotar uma postura diferente. Ele passa a falar o que pensa com Diretor X, dando mais vazão a si mesmo e, com isso, correndo o risco de ser mandado embora.

Isso ficou da época na experiência negativa no convívio com ele no escritório. Eu fui percebendo o seguinte: não sei se ele mudou, não sei se eu comecei a ter mais contato com ele, mais **eu fui falando para ele sinceramente tudo o que eu pensava e ele começou a me dar vazão**. Não sei se eu falei alguma coisa para ele disso, eu era muito como eu achava, que **não sou de ficar segurando para não ser mandado embora**.

Tá querendo me usar ou tá sendo sincero? Eu acho que nunca falei isso para ele claramente, mas eu sempre dava a entender pelo que eu respondia que **nunca ia me submeter a uma utilização**. Tentava colocar o que eu enxergava. Então eu **nunca ia me submeter** a esse tipo de coisa, sempre fui muito claro querendo passar coisas **éticas** para ele.

O sujeito A se divide entre a possibilidade de se tornar objeto de *utilização* de um outro e a de se posicionar de forma *sincera*. Mas para que surgisse esse conflito, em que a própria *submissão* é questionada, houve um longo *processo* em que *aprendeu* a sair do silêncio, a *falar*...

O sujeito A recorda então que abriu a torneira da sua *sinceridade* a partir da *convivência* com um chefe. Esse chefe era até meio exagerado e por isso foi mandado embora.

Acho que ele que me **abriu a torneira**, assim... Me **abriu** a perspectiva de que eu tenho que me **relacionar** com as pessoas, que eu tenho que [(a)-16.7(ssi.b3.928.2(ida 2-(ida 2

Mandaram embora. (Tem um momento que isso acaba) Isso era um exemplo talvez **extremo**, mas eu **aprendi** um pouco com isso. **Aprendi** que, poxa, eu tenho que manifestar, só assim **modifica** as coisas, né? **Eu perco muito ficando passivo** com uma situação dessas... Eu **tenho que modificar alguma coisa** e acima de tudo, poxa, eu tenho que me defender...

Façamos uma colaboração reconstrutiva de como se deu esse *processo* de *modificar a posição passiva*, a partir da produção dos significantes mestres desse trabalhador. Para isso, daqui para frente, a explanação dos trechos da entrevista não seguirá necessariamente a ordem em que ocorreu no dia do encontro. Passaremos a fazer um trabalho de “corte e costura” com trechos que aparecem em diferentes momentos e que, no entanto, apresentam conexões entre os significantes e os efeitos de sua ligação.

Durante um período longo e perturbador, o sujeito A teve uma postura passiva diante desse outro a quem qualificava como de primeiro escalão. Conversar, questionar significava a própria *demissão*. Mantinha-se nessa posição por mais sofrimento que lhe trouxesse por se mostrar capaz de conseguir o que nenhum outro colega conseguia: lidar bem com aquilo que era difícil. Conseguia forças para renunciar tanto a si mesmo por acreditar que de certa forma estava cumprindo um caminho designado por *Deus*.

Lá do diretor X tinha outros defeitos, né? Com certeza, né? Enxergava muito na empresa X... (Quais eram os **defeitos**?) O diretor X? O diretor X, nossa, quem trabalha com o diretor X era um negócio absurdo. Tratava as pessoas com uma **estupidez enorme**, o cara era um desequilibrado notadamente. (Tinha essa questão?) Ele era muito, né? **Separava muito as coisas, só conversava com o primeiro escalão, com o primeiro escalão mesmo**, numa época mais **extrema** era bom que não conversasse com ele, **uma conversa com ele podia significar a sua demissão**. Você andava com ele sempre no fio da navalha, assim bobou... (E o seu estilo com ele? Fala...) Nossa, muito legal. Nossa, acho que eu tive, acho que a minha escola de gestão começou com a gestão da área X, né?

(Como era para você **lidar** com uma pessoa dessas? Quem era você diante de uma pessoa dessas?) Eu... Tinha esse tipo de pessoas... **Deus coloca esse tipo de pessoa no meu caminho**. Talvez eu tenha um pouco de condição de **lidar** com isso, mas o meu **chefe** o X no **estágio era uma pessoa muito difícil de lidar**. **Ninguém conseguia se dar bem**. **Eu conseguia me dar bem** com ele, conversava com ele e até contrariava ele, em algumas coisas. Não concordava com ele em um monte de coisas. **O diretor X, idem, são muito difíceis de lidar, mas eu consegui me dar muito bem** com ele.

Eu reagi com equilíbrio porque os caras me enchiam muito. Eu não perco a calma muito fácil. Eu demoro a perder a calma e os caras foram me **perturbando**, me **perturbando**, me **perturbando**, me **perturbando** tanto, que eu acho até que eles testaram meu **limite de explosão**, que acho que foi **muito longo**... Eu acho que eu **demorei muito para reagir**, mas aí eu **tive uma reação** com ele que ele era **explosivo**.

Outra questão levantada pelo sujeito A é que em nome do perfeito funcionamento e da produção do mais-de-gozar (Lacan, 1969-1970, edição de 1992) para o seu mestre, o sujeito comprometeu o próprio corpo. Chegou a perder sete quilos. Não estaria aí a formulação lacaniana de que se for ultrapassado certo limite em relação ao gozo, o corpo se despedaça? O corpo de escravo é testado até o limite de sua explosão.

Foi o que no primeiro ano recém-formado convivi com um monte de desafios... Me colocaram lá... Aconteceu, puxa, como recém formado, eu pus uma X para operar X, né? Um dos equipamentos deu um problema que nem fui eu quem projetei eu que **coloquei o negócio para funcionar** e ele cobrou de mim que eu tivesse dito para ele olhar o projeto, que o equipamento tava com **problema**. Recém-formado eu nem tinha condições de fazer isso e eu encontrava com ele semanalmente e colocava tudo o que acontecia e aí ele no final do projeto, quando o projeto... Aquele equipamento **não funcionou direito** e teve que fazer uma modificação correndo e atrasou a X daquele equipamento, ele jogou a **culpa toda em cima de mim**, que tava sendo pressionado pela Diretoria, disse que ia atrasar uma semana e ele colocou toda a **culpa em cima de mim**, descarregou. Na época, eu tava casando, eu tava trabalhando com processo X da unidade e a unidade tava com **problema**. Se você ver uma fotografia de casamento, você vai ver, eu tinha feito o meu terno um mês antes. Um mês antes, nas duas semanas, na última semana antes de eu casar, **a pressão que ele fez eu emagreci 7 quilos (Nossa!) 7 quilos! Eu tava assim arrasadíssimo. Eu só ouvia** o cara me dando esporro, enchendo o saco, falando, gritando e **eu não sabia lidar com isso**. (O que fez você submeter a isso?) **Eu não sabia lidar, não sabia, não sei**. Véspera de casamento eu tô casando, você mandar o cara a merda, jogar ele pela janela e ser demitido... Eu acho que foi o medo, né? **Eu tive essa primeira relação aí de perda de emprego**.

A partir do discurso da histérica, a posição de escravo é colocada em questão. Na direção oposta do bom funcionamento, surgem os significantes que expressam a desarmonia e o conflito: *perturbando, sofri muito, não tem sentido, não sabia lidar...*

Assim como no esquema de todos os outros castrados, sofre, lida mal... Não se trata mais de ser o único que consegue lidar bem com autoridade difícil...

Então eu **sofri muito** de como **lidar** com esse **nível extremo de relação no trabalho...** Então eu **sofri muito**, porque eu nunca fui assim... Eu **odeio brigar**, nunca fui muito de **brigar** com alguém, não me dou bem com essa situação. Eu só argumentava ao invés de ficar **brigando**. **Não tem sentido, eu não consigo enxergar sentido em ficar brigando**, em ficar discutindo relacionamento. Alguma coisa se **eu vejo** que já **tem sentido** de estar fazendo, não vejo jeito de ficar discutindo... **Dizer que eu sou mais ou menos que o outro, entendeu? Eu não vejo...** Então vira e mexe... É... Aconteceu uma situação assim e eu nunca reagia... Então o que eu... Aconteceu... Foi sucessivamente... Aconteceram coisas ao longo de uma convivência nossa e eu fui **ouvindo, ouvindo, ouvindo**, até o momento que eu **só ouvia**. Então ele falava comigo, **me humilhava** pra caramba, **como humilhava qualquer um...** Então era normal isso. **Eu entrei no esquema de todo mundo lá... Foi um processo isso...**

O trabalhador acredita que demorou muito para impor *limite a esse nível extremo de relação no trabalho*. Mas resta interpretar, por que ele se manteve por tanto tempo nesse extremo? O que ele teria a perder com a mudança? Seria, talvez, a perda do gozo?

Retomemos a colocação de Freud (1927) de que o dominado, o humilhado, sustenta muitas vezes sua posição porque se encontra ligado emocionalmente ao tirano, compartilhando da sua grandeza. O sujeito A mantinha uma relação imaginária de identificação e de reconhecimento que o mantinha alienado e submetido ao seu diretor por mais que esse o *machucasse*.

Esse Mestre se colocava numa posição tão absoluta que nunca *voltava atrás*, impondo a si e ao escravo intensos sofrimentos. Era para seu escravo *um paradigma de justiça*.

Retomando as colocações de Žižek (1996), poderíamos considerar aí a crença na onipotência de uma lei que, independentemente de sua arbitrariedade, fornece (apesar do sofrimento que causa) uma referência paradoxalmente apaziguadora das dúvidas e incertezas. Traz de volta a crença na possibilidade de que aquilo que há de incômodo no desejo poderia ser elidido pelo encontro com a verdade, pelo objeto absoluto.

O gozo do escravo (Lacan, 1969-1970, edição de 1992) está em saber do que esse mestre absoluto precisa. *A obra é do escravo e não do mestre*. Por isso, *vale a pena tanto sofrimento*. O saber garantidor do bom funcionamento por parte do escravo se coloca como um meio de gozo, estando a serviço do resgate de sua onipotência. Cabe a ele a produção ininterrupta do mais-de-gozar para que a questão do desejo e de sua falta mantenha-se sob a barra do recalque.

(Porque que ele tinha essa medida com você? Pedido de desculpas? Que ingrediente ele reconhecia em você?) A gente tinha **identidade**, a gente tinha assim...

(**O que havia de comum entre vocês que acabou** gerando essa cumplicidade?) **Sinceridade**. O Diretor X sempre foi muito **sincero**. Ele não mentia, não enganava nunca. Eu não faço assim... Respeito as pessoas... Assim, ele **falava** assim: você é uma besta! Eu não faço assim, eu respeito as pessoas.

(**Falava** exatamente o que pensava tal qual como pensava, talvez seja esse ponto de **identificação**?) Acho que sim, acho que sim, **não que eu fale o que eu pense**, mas eu sou muito sincero. **Eu gosto de falar o que eu estou pensando** quando eu tô respondendo. Então a gente se **identificava** muito, então ele sentia... Era mútuo, né? Eu lembro que ele tinha orgulho do nosso grupo nessa época que a gente encontrou de novo. A gente passeava na Unidade que a gente fez junto... **Ele falava**: olha, essa

aqui é sua obra, né? X, com o visitante junto... **Você lembra daquele tempo, você sofreu! Mas valeu a pena aprender, não é?** Quando passava por um X: você lembra quanto tempo demorou para fazer, um pouco teimoso, sabe? Teve uma retomada do passado assim legal, sabe? Uma leitura bem legal... Assim, eu lembro que ele tinha... Ele me defendeu, me valorizou, ajudou minha carreira, me indicou, então, então, **reconheceu**, né? Sei lá, **a gente tinha** uma certa **identidade**, assim, nesse aspecto aí de buscar a justiça, por incrível que pareça **eu acho que ele sofria muito** com essa atitude dele impensada, sabe? Acho que ele cometia injustiça e ficava depois chateado com a besteira que ele fazia, **não tinha controle, uma pessoa sem controle.**

Então acho que o Diretor X **machucava muito**, ele quando constatava que ele tinha sido injusto ficava chateado mas **ele nunca foi muito de voltar atrás**, você é X? (não eu sou de X) como todo bom X, ele **não voltava muito atrás**, muito durão, então **sempre se machucava** com isto na verdade meio desequilibradinho, né?

No discurso do mestre, Lacan (1969-1970 edição de 1992) lança a questão de como o mestre faz para transferir o valor presente no saber-fazer de seu escravo para a sua conta. O mestre faz perguntas de senhor, e para que a pergunta configure como tal, utiliza-se da derrisão. Assim, o sujeito A é questionado de forma *estúpida* e sem tempo suficiente para *terminar de responder*. Propõe-se a interpretação de que o objetivo da pergunta do mestre aí nesse contexto não visa avaliar o conteúdo, mas certificar-se de que o escravo vai de fato se empenhar em produzir um saber. Por isso a resposta em si não importa. Importa, sim, comprovar que o escravo sabe o que faz e, sendo assim, pode agregar valor ao seu mestre, bastando apenas que este último se restrinja a ordenar.

Ele me contratou e eu briguei com ele na entrevista de seleção e **eu fui contratado por isto, porque eu briguei com ele na entrevista** (Ah é?) Eu tava na entrevista e tinha um X que era meu chefe que ele queria **mandar embora** e depois sei que fiquei sabendo e tinha o Diretor X, então eles ficaram me entrevistando e os dois ficaram me **perguntando daquele jeito estúpido dele lá, não me deixava terminar de falar, falava daquele jeito estúpido** aí eu falei: Qual é a sua? **Me deixa falar, responder à sua pergunta, você está ouvindo o que estou respondendo?** Aí ficaram discutindo lá. Eu falei, tá bom, muito obrigado e fui embora. Não adiantava. **Na entrevista já tinham me perguntado um monte de coisa. Já tinha respondido.** (Você argumentou com eles?) Argumentei. Ficamos discutindo, eu fiquei falando...

Segundo Heloani (2004), a violência presente nas relações de trabalho é um reflexo das formas de poder constituídas socialmente. Trata-se, portanto de “... uma resposta a um sistema desumano e não pode ser considerada como um mero mecanismo individual.” (Heloani, 2004, p. 3)

Na sociedade brasileira a humilhação no trabalho sempre existiu e tem suas bases históricas na monocultura latifundiária e no sistema sócio-econômico de cunho patriarcal e escravocrata.

A psicanálise lacaniana teria como ponto de interlocução a idéia de que o sujeito é inegavelmente constituído socialmente. A linguagem, o grande Outro, veicula os ideais sociais. Assim, na sociedade brasileira o trabalhador encontra-se fortemente influenciado pelo ideal de submissão àquele que se coloca como representante do poder numa determinada estrutura hierárquica.

No entanto, ao tratar do tema da humilhação, devemos considerar também a advertência de Freud (1927) de que a instauração de uma ordem social igualitária e iluminada pela razão não seria capaz de remover totalmente a agressividade humana. O ser humano é marcado por um aspecto indomável e elementar que sempre desafiará a possibilidade de ser governado, curado, educado... O que se pode pensar é que uma sociedade mais humana que utilize as forças produtivas a serviço da felicidade e da busca de relações sociais menos exploratórias, possa tornar a ação da pulsão de morte menos intensa, embora não inexistente.

Há que se considerar também que a linguagem com os seus ideais não dá conta de

(O que você acha ao mesmo tempo que tinha algo de seu que resistia a tudo isso... **tinha algo seu que conquistava exatamente aquele mundo que você era crítico) Era contra, gozado.** (Que **algo seu** por outro lado, né, fazia com que você fosse inclusive **interessante** para aquela **organização**, né?)

(Se era estratégia da entrevista o enfrentamento, você acha que tinha uma coisa mesmo de colocar lá para...) Acho que sim, acho que sim, não queria contratar um banana, queria contratar **alguém de opinião**.

Talvez eu possa mandar uma imagem para você que eu tô magoado de alguma forma. Eu tenho a impressão que a gente traz um pouco do sentimento da época, lembra um pouco das coisas que eu vi e que eu não gostei, a atitude dele e **eu não posso ter raiva dele, né? (Por que não?)**

No eixo dos significantes que indicam a trilha do seu *desligamento* da empresa, vamos encontrar um posicionamento *diferente* diante da *autoridade*. Envolve *limite*, *discordância*.

O sujeito A narra um episódio em que discorda radicalmente do seu diretor. Após o episódio o seu diretor comenta com seu gerente que achou o sujeito A *diferente, estranho*. Não é mais aquele... O que estaria acontecendo com esse trabalha-dor?

Como Diretor, quando eu tinha reuniões semanalmente conversando com a gente o X foi até a oportunidade que eu tive de relacionar com o Diretor X de novo só que num estágio **diferente**. Aí eu já tinha **lidado direito** com essa situação de **autoridade**. (Por quê? Como você lidava antes? O que mudou?)

Então eu tive a oportunidade de marcar isso para mim quando entrou o Diretor X. Eu até fiquei contente, fiquei contente de revê-lo e constatei na verdade sendo muito... Ah... Reativo a ele. Ele falava, eu não media o que **falava** para ele, sem nenhum medo de nada. Então ele **falava**, eu **discordava**, **discordo** acho que **não** é isso, **não**. Para você ver o **limite** disso, o **limite** disso.

E me perguntaram um tanto de coisa que eu tinha que responder e tal e aí responderam, nós não vamos aprovar esse aumento de quadro por causa disso, disso, disso, então não é necessário. **Falei:** você está muito enganado. É necessário, é completamente necessário, nós vamos aprovar sim. Nós não vamos aprovar por causa disto e daquilo. Não, não, não. Nós vamos fazer, sim, você não está entendendo. Eu, eu que estou falando isso para você. Você que não está entendendo! Sou eu quem está falando que nós vamos fazer, muito pelo contrário. Nós vamos fazer e acabou. (Nesse nível, e aí?) Olha... **Vou te dizer como que acaba... Nós vamos fazer sem você e acabou.** Falou para mim: **Tá bom, muito obrigado. Catei o caderno e fui embora.** Acabou, **tô demitido** e o X de férias. **Tô demitido.** Fui para fábrica, arrumei minhas coisas e fui embora... Para a esposa: vou embora. Aí liga ele: X eu tô pensando aqui e tal, vamos conversar. Quando o X voltar a gente conversa de novo e tal... Parece que me **excedi**.

Achei estranho. O X tá muito estranho, muito diferente. O que aconteceu com ele?

Ele quer te **mandar embora**.

A partir do discurso da histórica, o sujeito se apresenta como dividido entre *concordar* e *discordar*. No decorrer das suas associações, a sua *empresa* e os seus *objetivos* vão se

tornando cada vez mais *incompatíveis* com a

Para expressar a existência das rivalidades entre os grupos o sujeito utiliza significantes que se mostram encadeados por uma lógica de oposição e diferença: *mais, menos, em baixo, em cima*. Poderíamos nos perguntar se não temos aí também a expressão da circulação do falo entre os membros dessa organização de tal forma que um só pode se considerar superior em contraposição a outro considerado inferior.

A minha saída e das outras pessoas foi uma espécie de **limpeza** entre aspas dos últimos **resquícios que existiam dessa separação**. Não que eu pensasse assim, não é? Já tava um pouquinho mais uniformizado com a situação, mas eu ainda trazia todo esse histórico, né?

Eu achei que eu fosse ser **demitido**, que eu tava sendo **encostado, tirado** da fábrica para não impedir o caminho de ninguém lá. Eu fui **obstáculo** para o X desde o início, os **objetivos megalomaniacos dele**, eu nunca fui favorável. (Ah é?) **Sempre batemos de frente porque ele lembrava muito a empresa X, antiga que meu chefe sempre brigou muito**. Era visível as posturas falsas, né, que eu nunca gostei dele e eu tô agora com esse discurso muito parecido com meu chefe. Ficava muito chato... Então eu quando fui **tirado** de lá... Bom, fui **tirado** porque **eu sou obstáculo, vão me mandar embora**.

Então, quando eu conversava com o X... Imagina se coloca o que aconteceu, né. Colocar ligado ao diretor X como aconteceu quando foi feito a mudança. **Eu ia durar com ele uma semana, uma semana conversando com ele eu ia durar...** Não ia ficar quieto, ouvir besteira e postura e aquela forma de agir e ele ficasse bravo eu ia ficar também então eu não ia durar uma semana. (O que que tinha naquela postura, naquela forma de agir?) **Uma postura de ambição desenfreada, né?** Que não importa quem esteja no meu caminho são os **extremos**, quem estiver no caminho e **a gente passa por cima**, deixava nervoso, conversava com as pessoas como se elas não existissem, **só converso com nível de cima, outros não existem...**

Ele me chamava justamente sempre para **resolver** esses problemas na “Faixa de Gaza”. Que diretor X **brigou** com não sei quem jus(co)32.Ea ce d pad0 Tw[(-d0 Tw[(-.119

uma rixa há tempos. (E havia mesmo essa esse grupo: ele era da empresa X e outro da empresa X?) Nossa!

No entanto, quando o sujeito A é desligado da empresa e começa a trabalhar numa universidade, o discurso do mestre é retomado. Busca-se *unir, agregar*, recalcar o *antagonismo*. O gozo aparece sob a forma de repetição: *o mesmo processo, a mesma coisa*.

Revela-se o caráter conservador da pulsão no seu ciclo infundável: busca da unificação dos grupos (ou de si mesmo?), fracasso, briga, perda do emprego e novamente a posição de agregador... Assim, pelo ciclo que engloba perda, tentativa de recuperação, nova perda, vai alargando o quanto pode o percurso de sua viagem antes de chegar ao destino final... Da *universidade* vai para a *empresa* e *da empresa* retorna à *universidade*...

Na universidade X, por exemplo, tem uma coisa, nossa, terrível: a maioria das pessoas não se adéqua, não veste a camisa da empresa. **Cada um está num time. Eu também sou aquele agregador lá de novo lá.** Eu fico falando pro meu orientador tem que ter uma visão porque na minha área X dentro da universidade X

Eu queria fazer **pós-graduação** na área de **administração** e ele falou que **não conseguiria justificar para mim** que eu fizesse **pós-graduação** estando na **área técnica** em **administração**. Eu tinha arranjado pós-graduação na universidade X na área de X, lá na X

O sujeito A busca *fugir* do saber universitário *técnico*, que no interior das organizações instrumentaliza os corpos para a produção de mais-valia. Com essa fuga, seu *plano de ação* fica *furado* quando coloca a *questão* de ser *simpático* e *útil* aos fins organizacionais. Ele será *descartado* e perderá a fonte de renda para a manutenção da família. Perderá o acesso aos meios de produção e não terá como vender sua força de trabalho durante certo tempo. A família precisa *sobreviver* e, para compensar a perda de receita no orçamento familiar, a esposa passa a se *especializar* para obter maior salário. Se o marido se exclui, a *esposa* precisa se incluir, utilizando o saber universitário como forma de adaptação às exigências do capital.

Digamos que o **meu plano de ação tinha furado** já **em algumas questões**, né? Eu achava que eu não tinha uma vida muito... Na X porque eu já tinha ascendido até um determinado nível, estabilizado e a minha **permanência** lá era simplesmente **uma questão de simpatia** do X ou **uma questão de uso**, né? Até onde eu fosse **útil** eu ia **ficar**, até onde eu não fosse mais **útil**, eu ia ser **descartado**.

eu sabia que não ia durar muito e então eu tinha um **plano de ação** que era a **esposa** fazer uma **especialização** porque eu não tinha mais **futuro** entre aspas, essa era a minha visão e aí quando ela (**Futuro?**) Na empresa X e em outra empresa tava com X anos de **idade** (Aquele drama que a gente conversou...) Tinha essa visão, consultava *headhunter*, eu sabia que quarenta e poucos anos de **idade** numa posição de X, que cargo eu iria ocupar em outro lugar com o salário que eu tinha, ia ser **muito difícil** ter numa **multinacional**, algo semelhante entrando de cima para baixo, nomeado como X de alguma planta, ia ser **muito difícil** com essa **idade** com essa situação, então eu achava que era mais provável naquele momento eu fazer alguma coisa fora daquele esquema... Que eu tava montando **negócio** próprio então a idéia era a **esposa** se **especializar** em alguma coisa, aumentar o salário dela que de alguma forma cobrisse o meu, né? E aí eu sairia da empresa X nesse momento e montaria algum **negócio**

Para se reinserir no mercado de trabalho, ele estuda a alternativa de vender sua força de trabalho de forma diferente: abrir o próprio *negócio* ou atuar em uma *escola*. Para ingressar no mestrado, escolhe um curso que lhe permite sair da *área técnica*.

A idéia de ser empregado de uma multinacional com contrato de trabalho em tempo integral é revista, já que encontrará grande dificuldade para atingir esse objetivo em virtude da sua idade e do contexto de *crise mundial*.

Nesse momento, surgem elementos importantes para se pensar algumas características da forma de organização do trabalho pós-fordista contemporâneas colocadas por Antunes(1999): a crescente participação da mulher no mercado de trabalho; a flexibilização do contrato de trabalho para regime *part-time* e com remuneração *variável*; a precarização das condições de vida do trabalhador que se tornam cada vez mais incertas; o redirecionamento dos discriminados pelo mercado em função de características, como a *idade*, para as áreas de formação e benevolência.

Na **escola...** formar pessoas... Lá na **escola** para enfrentar essa realidade, mas com propriedade. Você vai ter **experiência** para contar para eles como é a realidade lá.

Aí eu montei o **projeto** com base na **experiência** que eu tive aqueles **anos mais primitivos** na empresa X... O que a gente fez lá que trouxe tanto resultado para todo mundo...

Então saí da X, tava muito técnica, né?

Eu passei por aquele **questionamento dos quinze negócios que eu queria montar na minha vida**. Fiz curso no X, fui ticando e eliminando... Sobraram dois aí eu tive que questionar no fim do ano: abro ou não abro? Aí tinha que investir X na época... Eu tinha, **mas não teria renda para sobreviver**. Então questionar... **Faço ou não faço? Faço ou não faço?** Final de 2001, 2001 teve problema nas torres, dia 11... Crise na Argentina... As torres... Tinha **crise mundial danada**, então tinha que fazer uma avaliação de fluxo de caixa pro meu negócio em 1 ano. Aí eu conversei com a minha *headhunter*... Um ano depois do Lula eleito que vai começar a melhorar... **O que eu vou fazer e agora?**

A grande diferença de um fixo... Vivenciei isso muito com meu pai em casa também, né? **Do fixo e do variável, a diferença do emprego fixo e do variável, né?** (Viveu com seu pai...) O meu pai trabalhava com X então no inverno fazia, no verão nada, né? **Um mês tinha, um mês não tinha**. Passei a vida inteira assim, né? Então quando aconteceu isso... Já... Puxa vou ter que viver da melhor forma agora, né? **A esposa trabalha também, né?**

Os inúmeros significantes tecidos pelo sujeito A em torno de *escola* me levam a uma interpretação... Poderíamos escutar e recortar nesse contexto o “*ex-cola*” como enunciação? Pensar naquilo que se processou com o desligamento, que não *cola* mais e traz a possibilidade de se *descolar* da *função* até então estabelecida e ocupar novas *funções*? De *trabalhador técnico* ele passa a *professor, pai*...

A configuração de trabalhador inserido no mundo do consumo apontada por Debord (1997) aparece na história do sujeito A pela sua função de pai provedor, que correspondia ao ideal *burguês* do *pai* que dá dinheiro para os *filhos gastarem* e consumirem. Com o desligamento, ele deixa de corresponder a esse ideal e isso o *machuca*.

Por outro lado, a *privação* que a sua família passa a viver leva a uma revisão de valores que o sujeito A considera necessária. O consumo “ilimitado” estava transformando os filhos em *monstros*.

Aqui revela-se o conflito colocado por Sennett (2004) entre família e trabalho no capitalismo: ser bem “sucedido” nesses padrões implica em trabalhar muito e possibilitar à família o acesso ao consumo... Mas para fazer isso, o pai mantém-se distante, as relações tornam-se superficiais e vive-se a angústia de ver os filhos transformarem-se em “ratos de shopping center”...

O momento da mudança da escola eu experimentei o primeiro **sentimento**...

(Enquanto pai?)

Foi o seguinte... Olha... Há males que vem para bem porque eu já vinha percebendo meus **filhos** um pouco... Muito **burgueses**, classe média, muito **filhinho de papai**, sabe? Um pouco dissociado da realidade. **Eu tava preocupado com isso há um tempo**

Antes, se não tivesse acontecido isso lá, **a gente tava criando uns monstros, viu? Eles tavam se tornando o contrário que a gente gostaria que eles fossem.**

Eu era muito contraposto com o **sentimento** do tipo **o pai provedor que não está correspondendo... Pai que tá me privando** da viagem de fim do ano com os colegas e eu não tenho eles têm... Não tô podendo mais gastar o que eles gastam. Então acho que fui um pouco assim bombardeado com essa visão e eu sempre encarei de uma forma boa... Eu achei que eles tavam... **Machucou um pouco**, mas eu sempre racionalmente trabalhava...

Na verdade a responsabilidade sobre a casa ficava muito para ela, né? Ela trabalhava meio período, era esse o nosso acordo. Ela trabalhava meio período e no outro período ela levava as crianças para baixo e para cima... Natação, piano, escola, nossa vida toda em função disso, né? No caminho deixa um, deixa outro. Então sobrava para ela porque **a minha função era sair levantar às seis, sair às sete e voltar às oito, sete (Qual a sua função?) A minha era trabalhar, trabalhar o dia inteiro**

É chegado o momento de *partilhar, dividir*... O sofrimento passa a se situar na redistribuição das *funções* e na revisão de *sobras, faltas* e possíveis *compensações*. A economia doméstica muda: a esposa passa a trabalhar mais fora de casa, o marido passa a trabalhar mais dentro de casa, os filhos passam a *ajudar*.

O sujeito A perde o trabalho excedente que tomava todo o seu tempo e o mantinha distante dos filhos... Associa o trabalho com um vício: *alcoólatra, alcoholic... Alcoholic, workaholic*. O prolongamento da jornada de trabalho aqui nos lembra a extração da mais-valia absoluta a operacionalizar o mais-de-gozar dos sujeitos. Um pai consumido como mercadoria

a sustentar filhos consumidores de mercadorias... Ambos regidos pela lógica *consumista* do desejo que desliza metonimicamente em círculos viciosos sem fim, tal como diria Leite (1995).

(Antes e agora?)

(Em casa?) Em casa foi muito legal, sabe? A **esposa** ficou muito preocupada num primeiro momento de me dar apoio, se tava me dando apoio ou não tava... Então ela teve um desgaste grande em se questionar o tempo todo se ela tava... Cobrando... **Se ela tava cumprindo com a função dela**, ela ficou muito preocupada. Eu lembro disto em casa com a família como um todo, né? Já passei por isso e eu sei como é que é as pessoas perguntam depois de um tempo, ficam com receio de perguntar, então agem muito através dos pares, né? Então a **esposa** foi muito assediada, né? O pessoal: E aí como você está? Como vocês estão? Estão precisando de alguma coisa? Como está o X? E tal... Ela **sofreu** bastante assim pelo menos no primeiro ano. Ela **sofreu** muito se perguntando **se ela estava cumprindo com a função dela**

Primeiro que a **proximidade** deles **aumentou** muito, muito, então eu tava constatando um **distanciamento** negativo muito grande... **Essa história de trabalhar muito alcoólatra, alcoóholic... Alcoholic, workaholic (Mas é quase uma cachaça mesmo, né? Uma bebida mesmo...)** **O dia inteiro e às vezes o fim de semana**. Então eu achava que ficava muito **distante** e ficava mesmo **eu tava perdendo muito da vida deles, do crescimento deles**. Eu não tinha mais **contato**. A esposa que tinha **contato**.

Puxa, acho que isso vai ser bom para eles... Desde fazer a cama de manhã até **controlar**, ter um dinheiro específico, **controlar** telefone, tempo de banho, lavar a louça, **ajudar** todo mundo em casa, **dividir** o serviço...

Quando eu fiquei desempregado mesmo que eu comecei a **dividir**. **Ela ficou com mais responsabilidade ainda, sofreu bastante e eu tentei começar a compensar de alguma forma. Então passei a ter muita função que eu não tinha...** Então lavava louça da noite, lavava a louça de manhã cedo quando ela vai embora... Buscar as crianças, comecei a **dividir, partilhar** o dia, o dia deles, né? Então... Ficou chateado com a prova e não sei o que aconteceu com tal coisa e eu não tinha esse **contato...** **Então comecei a ter mais contato**, isso facilitou um pouco. **O primeiro momento, sobrou para a esposa. No segundo momento acho que facilitou um pouquinho a vida dela eu tá partilhando mais, tá vivenciando mais junto** isso, tá sendo imprescindível, eu acho que puxa...

O sujeito A coloca que as *espertezas e hostilidades* ocorrem em *todos os lugares* e em certo sentido podem ser consideradas uma característica do ser humano. No entanto, não consegue enxergar sua permanência na empresa numa *função* de direção tendo que lidar com o que ocorria *particularmente* no ambiente em que trabalhava.

Os significantes *mágoa* e *raiva* são novamente evocados, sendo nessa passagem acrescentada a idéia de que se trata de um sentimento que *destrói as pessoas por dentro*, bem como as relações estabelecidas.

A busca constante da aquisição de conhecimento *técnico* pode ser utilizada nas empresas como uma forma de disputa entre os trabalhadores na busca de ascensão aos cargos de *direção*. A partir da perseguição da posição de profissional exemplar em relação aos ideais

um *profissional* que se valeu do saber *técnico* para servir de *empecilho* ao outro, sendo *chato*, *pentelhando*...

Admite também o aparecimento da *briga* nas suas relações familiares. Quando isso ocorre, ele tenta resolver imediatamente para que a *mágoa* decorrente dos conflitos não reapareça no *dia-a-dia*. No entanto, essa tentativa de *resolver*, muitas vezes fomenta ainda mais o conflito. Assim, embora o significante seja *resolver*, a finalidade acaba sendo o contrário, exatamente aquilo que aparentemente se tentava evitar: a manutenção da *briga*...

(Você acha que era um **entreve**?) Acho que sim, eu era um **empecilho**, **pentelhando**, **eu sou chato**, sabe? Às vezes eu sou bem chatinho, tudo bem... **Eu tava sendo chato, profissional, técnico**, que tava discutindo ali quando a gente voltava de ônibus junto, tentava conversar, não tinha papo, não tinha intenção nenhuma de entrar num acordo, acertar (Da sua parte tinha?) Da minha parte tinha, eu **odeio** essas coisas, eu quero resolver o negócio, comigo... **Brigo** com meus filhos hoje, né? Porque eu sou muito assim, tem que ter um pouco paciência com criança adolescente, né? Muito mais que isso, aliás, me atrapalha bastante então quando acontece alguma coisa, eu que resolver agora na hora que aconteceu, não quero deixar para depois para não ficar com **mágoa** e depois **manifestar nas relações do dia-a-dia**, né?

A minha filha quando apronta uma coisa que eu não gosto com o namorado, eu quero **resolver** agora uma hora da manhã, duas horas da manhã certo (O que você acha disso? Quer temperar? Quer resolver? Como assim?) Poxa, não gostei do que você fez quase uma hora tem que dar um tempo, né? Isso atrapalha muito. Eu tenho muito esse negócio, eu quero **resolver** agora, não quero deixar para depois (**Você acha que essa questão de querer resolver agora na hora errada não resolve?**) **Acho que não, acho que não**, tem que ter hora para resolver as coisas acho que não. Em questão de adultos, assim, né? No meio profissional serve (**Depois desses vinte anos que você tá me contando tudo isso você vem falar de adultos?** [risos])

Isso era um fato agora também não posso ficar gostando disso assim... Essa **mágoa** entre aspas... Perdoar... **Mágoa**... Não... **Mágoa é ruim, né?** Acho que **mágoa** é um **sentimento ruim** que **vai te destruindo internamente e vai alimentando coisas contra as outras pessoas** e na verdade eu gosto dele, do X, né? Tem algumas coisas legais nele eu gosto dele tem algumas identidades, né? Mas se deixar esse negócio crescer, eu vou ficar com **raiva** da pessoa... **Tem alguma coisa que a razão tem que agir, né?** Quando eu falo, eu lembro da emoção na época, me deixa contaminado, **ai quando a razão reagia**, não é bem assim, né?

Diante da *raiva*, da *mágoa*, da capacidade de *destruição* presentes em si no outro, o sujeito A recorre ao uso da *razão*.

No dia seguinte, após a entrevista, houve um contato por telefone e ele disse que ficara pensativo a respeito da nossa conversa e que queria falar um pouco mais. Afirmou que a *razão* de todo o seu percurso foi a presença de um *Pai*. Nesse contexto, relembra a *passagem bíblica* que, em nome do *Pai*, o *filho* proclama o mandamento: *ama o outro como a ti mesmo*.

Ficou constatado quando você perguntou por que aconteceu isso ou aquilo... Sentei no carro e fiquei pensando... E a **grande razão disso tudo é a presença de um Pai cuidadoso disso tudo.**

O **católico enxerga** a vida **toda** por ela. É na verdade seguir o que Jesus trouxe a doutrina dele “**Amar o outro como a si mesmo**”. Não **amor** no sentido vulgar, mas **amor** de valorizar de acolher. Há passagem bíblica: **Amar** a Deus sobre **todas** as coisas. **Amar o outro como a si mesmo**. Olhar o mundo como **filhos** do nosso **pai**. Coloco tudo como **missão de transformar o mundo**. Dar continuidade à criação já que somos **filhos do mesmo pai**. É a busca constante da vida. **Todos** os momentos.

Não parece ser por acaso que ele recorre a esse mandamento. Poderíamos nos perguntar se seu *destino* seria *transformar* a mágoa, a raiva que fazem parte desse Outro no *amor*. Ele passa a considerar esse Outro tão próximo nas colocações finais do primeiro encontro que passa até a reconhecê-lo como parte de si mesmo, já que, conforme disse acima, é também capaz de ser um *chato*, de ficar *pentelhando*...

No telefonema do dia seguinte ao primeiro encontro, vem à tona também a questão da transformação e da autonomia. O entrevistado relata que o cumprimento desse *destino* e de seus *mandamentos* é marcado por *contradições*, pois por mais submetido que esteja, vivencia também a possibilidade de *escolher*, de *errar*, de *quebrar*...

Na minha **visão** teocêntrica Ele apareceu indicando o caminho. **Não acredito no destino, mas na ação do pai. Ele mostra o caminho, o filho deve se entregar.** O pai com amor conduz o filho dando liberdade.

Desde estagiário, na escola, **já tinha objetivo cristão católico**, pedia a Ele para fazer algo onde vivo.

Acredito no destino como amor, não acredito no destino como marionete

Sempre parei e questionei por mais **contraditório** que possa aparecer, **não acredito em destino...**

Não é o pai que conduz, ele mostra o destino, **eu faço escolhas erradas** e não aprendo...

Como projeto, quando **cumpra a função, funciona, quando não, quebra, dá errado.**

Não fiz o que o mundo queria que eu fizesse...

O segundo encontro se inicia com o sujeito A perguntando pela indicação de um psicólogo ou psicanalista que tivesse valores *católicos* para dar orientação para um de seus *filhos* quanto ao *futuro* profissional. Respondi que não sabia se os psicanalistas por mim indicados eram *católicos*, mas que certamente eram pessoas muito marcadas por uma reflexão *ética*.

Pensando nas reflexões teóricas da lingüística de Benveniste (1966, edição de 1995), o significante só tem valor a partir das relações estabelecidas com outros significantes. Assim, fiquei me questionando, o que ele queria dizer com essa pergunta, evitando atribuir um sentido qualquer *a priori*. Com o decorrer da análise desse encontro fiquei surpreso com a importância das questões que cercam os significantes: *católico, filhos, futuro profissional...*

Há que se considerar a influência que o texto elaborado pelo sujeito nesse último encontro teve na seleção dos trechos procedentes do primeiro encontro e do contato telefônico. Mesmo com o longo intervalo entre uma entrevista e outra, formou-se uma rede de sentidos entre elas.

Podemos encontrar certos elementos perfeitamente localizáveis, fixos e determinantes desse trabalha-dor nesses quase trinta anos de vida profissional. Cito alguns deles: a presença marcante de um questionamento da *função* de cada sujeito nas relações estabelecidas, que o entrevistado concretiza muitas vezes nas relações entre *pai e filho*; a decisiva influência da crença nas suas ações profissionais, que nesse caso especificamente, assume características *religiosas*; o *dilema* em torno da possibilidade de o trabalhador conseguir ser mais que um *técnico* e usar seu saber para *transformação* social, tendo como base os valores *éticos* e o momento da demissão como resultado de um processo já existente de *mudança* e como impulsionador de uma série de outros *desligamentos e rupturas...*

O último encontro durou cerca de três horas. No começo, fiz uma longa explicação que envolveu o objetivo da pesquisa, os cuidados éticos com o relato do pesquisado e as questões teóricas relevantes para a psicanálise, ou seja, a importância do conflito na abordagem do sujeito e de suas relações, a pulsão de vida (criação) e pulsão de morte (destruição), o consciente e o inconsciente, os movimentos contraditórios de submissão e a transformação e, finalmente, as quatro aspirações (im)possíveis do laço social: governar, educar, curar e fazer desejar. Na seqüência, fizemos uma leitura da transcrição da entrevista do primeiro encontro e do contato telefônico. A leitura foi intercalada por comentários que foram gravados e transcritos. Na conclusão, foi assinado o termo ético.

Os fragmentos selecionados serão citados abaixo. Com base nas recomendações do entrevistado para divulgação do material, optei pela exclusão da transcrição integral das

Sei lá, **não posso definir, determinar o futuro** de X até eu sair de lá, eu podia entender? [Começou quando isso, né? Quando começou a pensar sobre...] **O futuro do filho**, tudo bem, eu tento cuidar da melhor forma que eu posso, mas **não posso determinar**, não tem jeito, **determinar não posso**, continuo incentivando ele a tocar...

Talvez o maior efeito disso tenha sido os filhos adolescentes começando a crescer, ficando independentes, né? Maior causador desses questionamentos, mas antes não encontrava terreno fértil nessa minha mudança de postura de não **determinar** as coisas com tanta antecedência, quer dizer o **governo** da minha vida não está nas minhas mãos, já era, já que não está o **governo** da minha vida está em outras coisas com Deus ao meu lado.

Assim, há uma mudança de posição do filho em relação ao Deus-pai...

Um questionamento, uma reflexão que tive fazendo com um grupo [da igreja] sobre **quem é o Senhor da minha vida**. E eu tenho que era claro para mim que fiz um exercício permanente, mas percebo que mudou um pouco a postura de eu estar direcionando minha vida com **Deus** ao meu lado e comecei a considerar uma **pequena mudança de posição de Deus** na minha vida porque não está ao meu lado me acompanhando... Está na minha frente. Então esse momento aconteceu muito forte logo depois que eu saí, que eu ia e cobrava dele estar ao meu lado e eu tomava a decisão, eu que tava na frente. É nessa reflexão ficou muito forte que ele está na minha frente. Deixar ele na minha frente é Ele me dizer aonde ir. Não numa postura passiva, ficar esperando Deus dizer para mim, mas ficar mais ligado a Ele, permitindo um fluxo através da oração de mostrar o que é mais adequado para aquilo que compactuo, que acredito, que faz parte do meu ideal. Ele como Pai tem mais condição de me aflorar isso. Então houve efetivamente uma **mudança** daqui para cá, uma ruptura grande, né? E em função disso aqui eu **perdi** essa noção de **governo**, eu **governar**, **perdi** um pouco, **mudou** isso aí. É difícil... Era tudo **programado**, tinha plano isso, plano daquilo, agora não tenho mais, não é assim mais, eu não sou desse jeito, é uma outra fase, não é do jeito que eu gostaria que fosse ainda. Eu tenho que estar mais íntimo com Ele, **não é isso ainda, é um esforço, é uma busca**, mas quando eu morrer um dia quem sabe melhora.

(**O que que era ele estar do seu lado? Que agora está na frente, né?**) Ele tá do meu **lado**, era eu não me preocupar muito... **Era eu governar**. Então eu defino tudo bem do jeito que tava falando aqui agora no sentido do **governo**. Então, tava tudo **programado**: vou sair daqui, vou abrir empresa, tenho 15 alternativas, não sei quando eu vou sair daqui no ano que vem ou daqui a 3 ou 4 anos, meu tempo está acabando. Não tenho mais alternativa aqui dentro, a Diretoria está mudando, meu tempo acabou na empresa, vou trabalhar assim, minha mulher vai fazer curso de não sei o quê e ganhar X por mês, vou ficar 3 anos fazendo doutorado, vou fazer não sei o quê, eles vão não sei o quê, não sei onde... Era tudo assim. Tenho um monte de **limitantes** que me impedem de fazer isso, mas eu acho que **mudei** alguma coisa que se não tivesse esses **limitantes** eu também não faria da mesma forma...

Quando o sujeito A constata que há *limitantes* em si mesmo, as relações estabelecidas apresentam algumas *mudanças*... Não se trata mais da aplicação de uma lei absoluta, que tudo *governa*... Antes ele acreditava que o lado *mau* podia ser totalmente administrado e barrado em si e nos outros. Aqueles que manifestavam esse lado *mau* – sem barrá-lo – eram *rotulados* e *julgados* segundo essa lei. Na seqüência eram isolados e não faziam mais parte do seu *time*.

Configurava-se, assim, um indivíduo duplo... Totalmente bom, pretensamente unificado, não dividido cujo lado ruim era projetado no outro, totalmente *mau*. A duplicidade negada em si vai retornar e se revelar na oposição do significante *bom* em mim versus *mau* no outro.

Se retomarmos a leitura do mandamento “Ama teu próximo como a ti mesmo” conforme Rey-Flaud (2002), podemos pensar que o sujeito se mantinha próximo daqueles que confirmavam esse lado *bom*. *Ama-se o próximo* desde que ele reflita a imagem que o sujeito gostaria de ter a respeito de si mesmo no espelho. Aquele outro *mau* e estranho ao seu time, paradoxalmente muito mais *próximo* do que se podia supor, era energicamente afastado de si, desse espelho em que se mirava.

O amor especular que se dirige apenas àquele que é digno de amor pode revelar-se como a via mais cruel, tal como colocou Lacan (1959-1960, edição de 1997). A lei que fala de um amor total acaba por trazer, ao contrário do que aparentemente propõe, uma atitude de intolerância e ódio a todos aqueles que apresentam alguns *limitantes* às suas exigências. Apenas quando o sujeito vê deficiências na relação com essa lei, começa a aceitar a *deficiência* do outro. Ocorre, então, uma *mudança* por parte do sujeito A em relação à lei que prega o amor e regula a *raiva* e a *mágoa*, admitindo que haja um resto, inadministrável em si e no outro.

Vale ressaltar que esses sentimentos que comumente relacionamos ao ódio não devem ser entendidos segundo a concepção do senso comum de um sentimento considerado pejorativo, mas como um impulso fundamental que visa eliminar a tensão (ou “mal-estar”) que a entrada na cultura inevitavelmente gera. Em outras palavras, busca-se a eliminação desse Outro, citada por Rey-Flaud (2002), que paradoxalmente foi fundamental para a nossa constituição como seres falantes (faltantes) e que nos possibilita o movimento exatamente porque ele traz divisão, conflito, incompletude.

Não quer dizer que vá ao **oráculo** pedir opinião, mas quer dizer que através de um maior contato diário eu percebo que eu não estou levando aqui do lado e **perdi** um pouco a perspectiva de fazer isso **a longo prazo**, sozinho. Isso tirou um pouquinho. Isso mexeu com minha visão das pessoas. Repercutiu muito nos meus **filhos**, mas não só eles, em qualquer pessoa que convivo, muitas outras. Apesar de não explicitar isso para várias pessoas, **eu sempre julguei muito as pessoas**. Então mesmo que parecesse bonzinho, e certa maneira, **sem saber**, às vezes, **eu dividia o mundo entre bom e mau e as pessoas, entre ruim e boa. Então eu rotulava as pessoas**. Isso com certeza atrapalhava muito o relacionamento até a forma com que

conversava com as pessoas... **Então esse não é, não faz o que eu gostaria que ele fizesse, não faz o que eu faço, deixa aqui, está no time de lá, não está no meu time.** (Tanto que você fala de uma **divisão** ao longo desses anos, clara, né? Até no ambiente em que trabalhava você trazia isso **tão enfatizado: 2** empresas no momento da fusão...) Isso **mudou**... Eu tô aceitando as pessoas como elas são, por conhecer minhas **deficiências**... Eu também sou **deficiente**. O mundo não está então **dividido entre bom e mau**. Então essa questão de estar na minha frente faz com que eu aceite mais as coisas como elas aconteçam, como acontecem. Não tô mais planejando. Assim: quero fazer isso e quem entrar na minha frente, vou fazer aquilo lá, eu quero, eu quero e vou fazer e pronto... **E aí separava os que estavam a favor dos que estavam contra.**

Mudou um pouco minha relação com as outras pessoas. Hoje eu tenho mais condição de **lidar com a diversidade**. Por exemplo, o X de X é uma anta. Mas eu tenho que aprender a **lidar** com a visão de X...

O sujeito A relata uma *mudança* na relação com os *filhos* e enquanto *filho*... Fala de uma passagem de uma vida *programada* a uma vida mais *independente* e incerta. Logo na seqüência, aparece uma série de *ações* e *influências* que visariam à restituição ou manutenção de um *comando* total sobre a sua vida e a dos outros com a eliminação da *divisão*... Estaria ele se *enganando* ao afirmar que as coisas *mudaram*? Diante desse importante questionamento, proponho que se mantenha a reflexão para além do nosso encontro.

Agora, eu não **governo** minha vida, o que não quer dizer que eu não queira **governar**, acompanhar, cuidar.

Mas tento mostrar o outro lado: é isso que você quer? Adora? Gosta? Mas é um *Hobbie* para mim parece... Mas se ele quiser... Oh, **tem que ser sério**, né? Nada de negócio de ficar de bar em bar, **tocando** à noite... Sério, música é música, **mas tem que ser sério. Mas aí a determinação disso... Eu tô agindo e influenciando, mas não determino tanto quanto antes.**

Eu não sou **determinante** da minha vida, total. Eu não sou passivo, eu vou atrás das coisas, lógico, mas ele tá aqui na minha frente. É eu aos poucos andando com ele... **Pode ser que eu esteja me enganando, né? De repente...**

Não é assim, **talvez eu até me engane, eu que esteja no comando ainda, mas um pouco aberto...** (Pode ficar como uma questão...) Pode... (Isso é algo que, aliás, se você traz a questão da ética, a reflexão fica constante...) Não dá para dormir achando que tô certo. (... Reflexão acerca do que é conviver com o outro...) Isso é todo o dia... (Essa pergunta, se a gente se engana... Aí está a **psicanálise**... Porque se considera como sujeito, dividido... É saber que está sujeito a enganos constantemente... Por que não somos totalidades, como você falou, somos divididos, não é único, não é uno, então tem sempre algo que escapa. De repente, aquela representação que a gente faz de nós mesmos... Podem ser equívocos e às vezes em alguns momentos temos lampejos que nos faz saber se é, se não é, confirmar, derrubar...) Antes era mais **regido**, né?

Se ganhar na loteria como eu falei... Governo tudo! [risos]

O questionamento sobre a possibilidade de tudo governar também se dirige à sua atuação como agente de transformação... Ao prestar consultoria na área de responsabilidade sócio-ambiental, vive uma série de dilemas...

Aquilo que eu queria fazer seria adequar a realidade. Agora é muito mais amplo. Eu tô mexendo... Eu tô em várias... Numa semana eu tô em uma... O seguinte minhas reuniões são com a alta administração, aí depois gerência e um pouquinho mais baixo, diretoria... É extremamente efetivo. E o pessoal chama porque tá aberto, né? Não fico lá tentando lá embaixo abrir essa fronteira, né? Ninguém me ouve, né? Mas eu efetivo. **Não sou iludido de que tem muita declaração só por declarar, né? Mas eu enxergo que é muito mais efetivo que antes e eu tô muito mais dentro das empresas do que jamais estive.**

Então eu vivo esses dilemas: meu diretor não entende... Estatal, é... Viu? Isso é só para inglês ver... Entendeu? Vários dilemas e assim mesmo com os dilemas, esse é um grupo seletivo de pessoas que tavam lá tentando, multiplicadores da minha intenção, no fundo era exatamente isso. Na empresa eu não tinha isso explícito e tinha algumas pessoas com algumas idéias minhas e a gente trabalhava em conjunto mesmo sem estar... Eu identificava, né? Eles são elementos da minha turma. Esses pensam em alguma coisa legal nesse sentido. Agora, não. Agora eu tenho de repente as pessoas lá a fim de fazer e **sem saber** como e eu tô junto com elas tentando construir alguma coisa para num estágio eles **transformarem** lá a realidade deles. Então, hoje como se fosse **um gerador de transformadores**, entendeu?

O sujeito A relata o paradoxo de que precisou trabalhar do *lado de fora* das empresas para conseguir atuar mais *efetivamente dentro* delas. Parece que, na empresa, a sua manutenção e ascensão eram condicionadas e restritas ao seu aprimoramento como *técnico* de uma área específica.

Uma atuação mais voltada para os aspectos éticos, *sociais e ambientais*, como também direcionada a várias áreas e a pessoas de diversos níveis hierárquicos, só foi possível *fora* da empresa. Não é à toa que, segundo Heloani (2003), a forma de organização do trabalho taylorista visa o silenciamento das individualidades para qualquer outro destino que não seja a produção da mais-valia, através da especialização e divisão hierárquica. Qualquer atuação que vise coibir as finalidades da produção de mais-valia no seu interior é dificultada, pois cabe ao trabalhador dedicar seu tempo aos ganhos de produtividade.

Mudanças no seu *dia-a-dia* começam a ocorrer após o desligamento da *indústria*. Da organização do trabalho taylorista ele passa a se adaptar a uma rotina mais flexível, própria da era pós-fordista. Dedicar-se a várias atividades profissionais diferentes, como a consultoria e as aulas. Os contratos de trabalho são altamente flexíveis. As incertezas quanto ao *futuro* trazem um cotidiano mais *forte* e marcado pela busca da *sobrevivência*.

Tantas possibilidades que eu não tinha mais horizontes definidos, de repente tanta coisa e eu não sei o que fazer, então de repente o **dia-a-dia** ficou **mais forte** do que antes, eu não sei se eu perdia muito tempo, de repente a cada **dia** o negócio era **muito importante, podia sobreviver ou não**.

Então eu comecei a ver que eu não tinha muita ação, as coisas iam acontecendo, **não era mais senhor do meu futuro como eu achava que eu era**. Eu comecei a dar **mais valor** para essas coisas, para o meu **dia-a-dia**... Mas eu perdi o que eu ia falar... O que ia falar?

Não, não. Tá louco? **Você pensa que isso é indústria que você sai programando?** Não é assim que funciona, pera aí... **As coisas não dependem só de você**, dependem de muitas coisas. Quem sabe você vai chegar a alguma coisa que você está programando? Aí tem várias partes envolvidas. Então ele deu uma breçada. Aí sucessivas vezes eu sofri essa restrição.

No início do segundo encontro, quando o sujeito A leu a transcrição da primeira entrevista, comentou que a sua *fala* parecia repetitiva e fragmentada. Passa então a ajustá-la. Não quer que sua entrevista seja considerada uma *fofoca*, uma expressão de *coisas feias*... Nesse momento fiquei com receio de que ele passasse a selecionar e restringir sua participação nessa pesquisa com a autorização da divulgação de apenas um conteúdo considerado adequado, *bonito*...

Então, comecei a refletir se estávamos utilizando o significante *ética*, com o objetivo de fazer *ajustes* na fala, de *governá-la*... Isso se deve ao fato de eu ter enfatizado a minha preocupação com sua aprovação na publicação dos dados. No entanto, há vários meses, o sujeito A autorizou a participação na pesquisa por telefone. Demonstrou inequívoca confiança de que as informações seriam utilizadas de forma cuidadosa. Mesmo assim, resolvi telefonar-lhe e pedir que verificasse as partes que poderiam ser publicadas. Estaria eu também promovendo uma seleção do material de tal forma que ele se tornasse mais adequado, tentando me assegurar de que não seria veiculado nada “comprometedor”? Mas não é exatamente isso que a psicanálise se propõe a escutar? O que compromete o indivíduo como sujeito, o que não se quer saber, aquilo que não foi assimilado, um resto ignorado... Estaria eu fazendo um giro do discurso do analista para o discurso do mestre? Coloca-se em questão a busca da *perfeição*...

A exigência da *perfeição* na *fala* leva o sujeito a se calar... A saída do silêncio por parte do sujeito A envolveu um grande percurso que pudemos acompanhar no primeiro encontro.

Nesse momento, ele passou a *falar* sobre a dimensão da *inadequação* intrínseca ao ser *falante*. De fato, quando ele *fala*, produz *sentidos* singulares e que não são facilmente compartilhados. Estabelecer laço envolve esforço, perda... A afirmação de uma solidão inexorável, exatamente quando se tenta sair dela... Isso nos lembra a dimensão de desencontro e a impossibilidade da reciprocidade vivida pelo sujeito na constituição de seus laços apontada por Megale (2003).

O sujeito A comenta, então, que ao ler o seu próprio texto, *percebe* que em vários momentos a *tentativa* de *ajuste* desapareceu... Ficou *desajustado*... *Desgovernado*.

Como sempre fui perfeccionista para **falar**... É complicado. Não conseguia **falar** com ninguém, ficava quieto. Então... É... Acho... Um mecanismo que eu desenvolvi de não me preocupar muito com o que eu **falo** e ir **ajustando**... Entendeu? Então eu **falo**... Quando eu dou aula, eu percebo isso...

Se na sala tem uma pessoa que se prende muito à **palavra**, ela voa muito, porque a **palavra não tem** o mesmo **sentido** para mim e para ela e tentei expressar uma idéia e a **palavra** que usei **não ficou adequada**. **Depois que expressei, eu ouvi e não gostei... Eu falo de novo tentando ajustar**.

[Ao ler a transcrição da entrevista do primeiro encontro] **Aqui não tive isso...** [risos] **Aqui dá para perceber...** Tá uma coisa, falo uma coisa, falo outra, falo outra, agora sim! [risos]

Finalmente, vem à tona aquilo que é inaceitável do ponto de vista do discurso administrado e que ele tenta desesperadamente recalcar: o fracasso, o erro...

Essa questão da cruz... Que eu não aceitei a minha cruz ainda... Que eu não sei exatamente o significado da cruz na minha vida. Esse é um paralelo com a cruz de Jesus carregando e indo pro calvário e ser crucificado e morrer... E morrer, não é morrer, é nascer na outra vida, mas com o sofrimento... Eu não tenho, eu não trago essa... Eu **não aceito, não aceito** o sofrimento, **não aceito** que faz parte da natureza humana. Você tem **erro!** Você **pagar** por uma coisa **errada** que você fez. Eu acho que isso... O **fracasso** para você é muito forte, para o ser humano é... Faz parte o **fracasso**, o ser humano. Tem que aceitar o fracasso, não quis dizer ser um perdedor, mas faz parte da natureza aceitar o **fracasso**. Você **não aceita o fracasso!** **Questione** seus **fracassos!** Saboreie seus **fracassos!** Goze de seus **fracassos!** Entendeu? Eu não sei fazer isso. Eu não aprendi ainda. Estou em pleno **questionamento** disso. Isso teve muito a ver com esse tomar conta da vida, direcionar as coisas que aconteceu, ter minha limitação, o que eu não posso fazer, o que eu tive que passar tanto que quando **fracassa**... Identifique os seus **fracassos!** Eu não consigo... Ainda tem um **valor negativo**. Eu não consigo ver de forma **positiva**. (Talvez nem seja questão de **positivar**... Seja também **trabalhar com o que é negativo**, né? Que positivar não deixa de ser a lógica do mesmo...) **Lidar com o negativo** (É...) **Não sei fazer ainda.**

Surge então um *pleno questionamento* acerca do nosso “mal-estar”, daquilo que nos *crucifica*, nos faz *morrer, transformar e renascer...* Do *valor negativo* que nos insere no mundo *humano* e nos faz produzir *mais-de-gozar, mais-valia* e outras coisas *mais...* Da dívida que temos com a civilização e, sobretudo da pergunta sobre como poderemos *trabalhar* para *pagá-la...*

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA ALÉM DO “MAL-ESTAR”

A investigação do percurso de um sujeito não passa pelo conteúdo, mas pela forma com que os significantes se encadeiam... Assim, não se trata de atribuir sentido *a priori*, mas de pensar nos efeitos de ligação entre os sentidos e, principalmente, na sua finalidade. Trabalhar com o discurso implica em inter cruzar palavra, ato e imagem sob os estatutos do imaginário, do simbólico e do real... Assim, vimos que no percurso do sujeito pesquisado, o significante “transformar” muitas vezes estava sendo utilizado com a finalidade de manter... Foi também surpreendente quando o sujeito não se deu conta de que as suas ações conduziam a mudanças de maneira silenciosa... Quando conscientemente queria revolucionar, muito se reproduzia... Quando começou a mudar, sem se dar conta, promoveu desligamentos e rupturas..8(”2.7(uã... Q) 5t)-12.88u667f-h2(s)18b1(e9(o)-11(o)-10)8.9(a).7(u)82(s)18.6(..w 8n-11.(t))1

submissão a relações opressoras e humilhantes... Tudo isso pode escapar a uma descrição imediata da realidade... Não deveríamos desconfiar do bom trabalhador, com bom relacionamento, tão adaptado?

Dejours (1992)(1993)⁴ já havia alertado para a necessidade que tem a pesquisa de se voltar para aquilo que o trabalhador oculta. Deve-se considerar que o ser humano é capaz de desenvolver uma série de defesas diante de situações desestabilizantes e opressoras. O sofrimento nesse contexto é apreendido como um espaço clínico intermediário entre os processos psíquicos e os mecanismos de defesa individuais frente às pressões organizacionais. Ele não aparece de imediato, pois muitas vezes esse sofrimento consiste exatamente num esforço de adaptação por parte do trabalhador ao padrão de normalidade estabelecido por determinada organização.

Diante disso, não deveríamos então nos preocupar quando as coisas parecem estar muito bem? Quanto pode estar custando para o trabalhador manter as coisas em perfeito funcionamento?

Tal como Plon (1999) colocou sobre a pesquisa da psicanálise voltada para a sociedade, devemos investigar as formas de evitar a castração pelo saber organizacional imbatível que transforma os trabalhadores em recursos eficientes... Não devemos nos iludir com o tamanho “mal-estar” que o discurso do bem-estar pode defender e manter... Pensemos então em uma pesquisa que possa ir além das aparências, da sede das defesas, que saia da realidade e que possa aprender o sujeito pelo real do seu desejo... Desse mais próximo do qual ele tanto se defende... O que haveria para além das defesas observáveis e passíveis de descrição e explicação?

Pensar na maneira como o sujeito se articula para compor o sintoma social compartilhado envolve a consideração de uma série de diferenças e particularidades próprias de cada sujeito. Teríamos dois aspectos a serem considerados numa pesquisa que aborda o laço social. O primeiro gira em torno de algumas questões relevantes voltadas para o

⁴ A obra de Dejours é uma referência importante para análise da relação de prazer, sofrimento e trabalho. Merlo (2002) discorre sobre a diferença entre a proposta metodológica da psicodinâmica de Dejours e a proposta psicanalítica para abordar o tema. Essa foi a razão pela qual a referência de Dejours não foi utilizada no desenvolvimento dessa pesquisa.

trabalhador na contemporaneidade: o capitalismo, as formas de organização do trabalho... O segundo trata de como o sujeito particularmente encontra-se atravessado por essas questões.

Pensemos nas questões éticas que revestem uma ciência que adapta o trabalhador às finalidades organizacionais desprovidas de perguntas que levem a pensá-lo na finalidade de suas ações. Podemos, através do saber científico administrativo, legitimar a formação de um profissional exemplar que não hesitará em fazer as maiores atrocidades, numa sociedade que apresenta questões sociais tão graves, e das quais apresentamos uma cumplicidade paradoxal... Podem, então, a psicanálise e a psicologia estar a serviço da transformação do sujeito num recurso eficiente desprovido de questões acerca dos objetivos de seu trabalho?

Não é por acaso que Lacan enfatizou a importância do discurso universitário no capitalismo contemporâneo no sentido de transformar o humano em húmus, a ser explorado até a morte...

As questões éticas envolvem a pergunta, a serviço de que estou sendo funcionário exemplar⁵... Exemplar para quê? Para quem?

Na contemporaneidade, a idéia de um “mal-estar” intenso e voltado para as relações de trabalho é algo comum. Quando o pesquisador comentava com ex-colegas e amigos sobre a pesquisa acerca do “mal-estar” no trabalho, foram muitos os trabalhadores que se convidaram para participar da pesquisa alegando que não faltariam exemplos a serem relatados. E isso foi exaustivamente tratado... Vale perguntarmos se não caberia nessa conclusão, deixar aberto um questionamento sobre a possibilidade de o sujeito se trabalhar para ir além do “mal-estar”, principalmente quando ele se mostra capaz de falar de uma rotina que colocou a sua infelicidade como um hábito.

O lugar do trabalho é um espaço de estabelecimento de laços, um circuito de trocas pelo qual o sujeito dá destino a suas demandas, necessidades e principalmente, desejos. E talvez aqui caiba o interesse específico da psicanálise ao apontar a existência desse último, desafiador a qualquer tentativa de administração. Necessidades e demandas podem estar satisfeitas em aprimoramentos obtidos pela resolução de problemas entre diferentes níveis

⁵ Essa idéia do funcionário burocrata exemplar, obediente e incapaz de um questionamento moral e ético é desenvolvida por Arendt (1999).

hierárquicos, reestruturação da natureza do trabalho, inovação do sistema de recompensas e melhoria no ambiente e nas condições de trabalho. Entretanto mesmo que essas condições sejam atendidas, o desejo nunca se satisfaz... Poderíamos nos perguntar se o trabalho constituiria um paradeiro para o nosso desejo, dentro ou fora de um vício...

Vale ressaltar que as melhorias propostas pelos teóricos da qualidade de vida no trabalho são inegavelmente importantes⁶. Nos países pobres são muito desrespeitadas e trazem condições de vida extremamente precárias e sofridas. O que a psicanálise vem mostrar é que, para além dessas melhorias – consideradas imprescindíveis - há um sujeito dividido, que não é tão consciente das suas buscas de realização e felicidade, como supõem as melhores teorias organizacionais conforme colocou Leite (1995)...

O sujeito pesquisado relatou o caso de uma empresa em que faltava o básico: equipamentos de segurança, políticas de recompensa e promoção, bons relacionamentos interpessoais com a chefia. No entanto, quando ele muda para uma empresa de alta tecnologia, com condições de trabalho favoráveis, o “mal-estar” não deixa de existir...

Deve-se considerar também as características da sociedade capitalista. Propostas de mudança na qualidade de vida no interior das empresas esbarram em questões sociais mais amplas. Há que se considerar que o capital pode ser produzido independentemente das finalidades humanas, da busca do prazer, da utilidade, do atendimento de necessidades singulares, sem esquecer que estamos em uma sociedade dividida, conflituosa, marcada por interesses antagônicos.

Nas relações de trabalho capitalistas a própria vida do trabalhador pode ser colocada em xeque... Mas até onde vai o trabalhador para pagar o preço de ser membro dessa sociedade? O que o sujeito troca em nome da sobrevivência da família, do acesso ao mundo do consumo? Abre-se mão do próprio corpo, do tempo fora do trabalho destinado a outros objetos possíveis, como lazer, relacionamentos. Esse sujeito corre o risco de ser devorado por um objeto único a que deve submeter-se.

⁶ Sobre esse tema, sugerimos consultar Sampaio (2004)

Os desafios do cotidiano do trabalhador colocam-se como um pedido interminável para que ele ofereça mais do que pode dar... E esse parece um ponto central para se refletir sobre a intensidade desse laço que o trabalho proporciona, na medida em que operacionaliza a lógica metonímica insaciavelmente desejante que move o trabalhador. A falta constitutiva se converte numa produção ininterrupta de algo a mais, um mais-de-gozar... Seria então esse lugar um misto de paraíso e precipício?

No entanto, esse excedente apresenta limites... Um nível extremo de relação no trabalho, tal como falou o sujeito dessa pesquisa só pode ser suportado durante algum tempo... Seria talvez interessante pensar-se aqui na formulação lacaniana de que o princípio do prazer é o freio do gozo?

Resta nos questionar se seria inevitável esse círculo vicioso de renúncias que a entrada na cultura significou para esse sujeito que se coloca como trabalhador... Se o considerarmos como um integrante de relações sociais marcadas por uma despossessão fundamental, seja de fundamento ético ou material, cuja produção e compensação são abundantes e não passíveis de proveito por parte de quem o produz, o fato de poder falar do que o torna participante ativo dessa expropriação de suas faculdades físicas e espirituais já não trariam efeitos?

Mas talvez muitas palavras e saberes não adiantem nada. O trabalhador muitas vezes sabe que participa de relações sociais marcadas pela exploração, pelo desrespeito à vida e, no entanto, pode colaborar para isso na sua prática cotidiana. Talvez as mudanças mais efetivas aconteçam surpreendentemente, sem que se saiba, na dimensão do ato, naquilo que ele comporta de ruptura, de desligamento.

Deve-se considerar que o sujeito ao qual se volta a psicanálise é aquele que se constitui a partir de uma ligação com outro e que deve deparar-se com certas perdas para constituir o laço... De outro lado, é também o sujeito que se demite, rompe, capaz de elaborar respostas únicas frente a determinantes sociais e econômicos de sua época.

Não é por acaso que desligar-se aqui assume um sentido inesperado. Propomos a idéia de giro no discurso... A assunção de novas posições.

Surge a idéia de que o enlaçamento pelo discurso do mestre pode não se mostrar mais o mesmo, pois o sujeito que se enlaça sofreu mudanças ao longo de seu percurso. Trata-se de um escravo que questiona a própria submissão sem, no entanto propor mudanças revolucionárias. Assim também não podemos pensar em relação aos outros discursos na medida em que todos eles produzem um restante que não foi assimilado?

O discurso do analista traz como efeito a possibilidade de instauração da direção de uma destituição subjetiva... Nesse percurso vimos um sujeito que abre mão de uma lógica do todo e passa a viver marcado por uma série de conflitos... Questionamentos que não devem ser apaziguados, como: “Por que eu tenho que passar por essa porcaria?” e “Estaria eu me enganando?”

As coisas inaceitáveis são também trazidas à tona, como o fracasso, o erro... Algo que foi excluído passa a aparecer. Podemos, então, pensar a instauração do discurso do analista sem que o sujeito esteja em análise? A interpretação pode ser feita pelo próprio sujeito a partir de sua experiência?

Temos aqui uma história diferente daquelas contidas em valiosas dissertações⁷ e teses que relatam os efeitos nefastos do desligamento. No entanto, essas pesquisas nos lembram que não devemos ser ingênuos... Devemos considerar que estamos diante da era da acumulação flexível com condições de trabalho cada vez mais precárias e com intensa desregulamentação dos direitos do trabalhador, sobretudo nos países pobres. E embora tudo aponte para uma era de instabilidades, o sujeito pode-se ligar às organizações empresariais movido pela ilusão onipotente de que poderia obter algum tipo de garantia. Talvez esteja buscando uma referência unificadora diante de uma angustiante e permanente ameaça de fragmentação...

No entanto, no caso do sujeito dessa dissertação, encontramos, ainda que em alguns raros momentos, uma capacidade de questionamento desses determinantes econômicos e sociais. Ele consegue prosseguir na sua trajetória, como professor, consultor, pai... Desliga-se de uma função e assume várias outras apesar desses determinantes...

⁷ Sugerimos consultar a dissertação de Castelhana (2006).

Poderíamos pensar na possibilidade de ruptura com esse mal que nos atormenta, com seu ciclo de renúncias infindável, mesmo que de forma ocasional? Então, após tratarmos exaustivamente o “mal-estar”, nos defrontamos com outras possibilidades de o sujeito se haver com suas faltas, que não seja produzindo o excedente, assim como surgiu na entrevista: trabalhar com aquilo que é negativo mesmo, sem positivar. Estaria aí em ação a aspiração (im)possível do laço social de fazer desejar?

Poderíamos pensar na possibilidade de felicidade de um sujeito conflituoso inserido numa sociedade conflituosa sem incorrerem na idéia de uma mera adaptação à ideologia? Que felicidade é essa? Segundo a reportagem de Vassalo (2004) publicada na Revista Exame, funcionário feliz é igual a lucro maior... A felicidade pode ser um bom negócio. Uma afirmação pode indicar que o nosso ideal de felicidade esteja um tanto ligado aos imperativos da sociedade capitalista que até os nossos desejos capitalizam...

No caso específico desta dissertação, encontramos dilemas éticos que possibilitaram ao sujeito trabalhador questionar a sua posição mostrando-se dividido e capaz de buscar algo mais que uma atuação técnica estandarizada e determinada pelos imperativos organizacionais. Os conflitos possibilitam o estabelecimento de um novo lugar, de uma nova função... As mudanças só ocorreram a partir da manifestação de uma discordância fundamental, de um sujeito que ousa sair do silêncio e faz o seu “mal-estar” falar...

Para avançarmos em futuras pesquisas, talvez seja possível ir além dessa história de bem-estar ou “mal-estar”. Fiquemos então com a frase enigmática de Lacan (1974, edição de 1993), “O sujeito é feliz”, deixando em aberto nossas considerações finais.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: Estudo de Psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

_____. **Psicodinâmica do trabalho**: Contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DUBAR, C. **A socialização**: Construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto, 1991.

ENRIQUEZ, E. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Da Horda ao Estado**: Psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FIGUEIREDO, L. C. **Revisitando as psicologias**: Da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. São Paulo: Educ, Petrópolis: Vozes, 1995.

FREITAS, M. E. Gestores da vida. **RAE executivo – Revista de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas**. São Paulo. v. 1. 2002.

FREUD, S. **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**: Ed. Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. **Moral sexual civilizada**, Rio de Janeiro: Imago, (1908)

_____. **Psicanálise silvestre**, Rio de Janeiro: Imago, (1910)

_____. **Totem e o tabu**, Rio de Janeiro: Imago, (1912-1913).

_____. **Além do princípio do Prazer**, Rio de Janeiro: Imago, (1920)

_____. **Psicologia das massas e análise do ego**, Rio de Janeiro: Imago, (1921)

FREUD, S. **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**: Ed. Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. **Ego e o id**, Rio de Janeiro: Imago, (1923)

_____. **O problema econômico do masoquismo**, Rio de Janeiro: Imago, (1924)

_____. **Inibições, sintomas e ansiedade**, Rio de Janeiro: Imago, (1926[1925])

_____. **A questão da análise leiga**, Rio de Janeiro: Imago, (1926)

_____. **O futuro de uma ilusão**, Rio de Janeiro: Imago, (1927)

_____. **O mal-estar na civilização**, Rio de Janeiro: Imago, (1930[1929])

_____. **Novas conferências introdutórias sobre psicanálise**, Rio de Janeiro: Imago, (1933[1932])

_____. **Construções em análise**, Rio de Janeiro: Imago, (1937)

_____. **Moisés e o monoteísmo**, Rio de Janeiro: Imago, (1939[1934-1938])

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

_____. Conhecimento e Interesse. In: Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. A nova intransparência – A crise do bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, v.18, 1987.

_____. **Textos Y contextos**. Barcelona: Ariel, 1996.

HELOANI, R. **Gestão e organização no capitalismo globalizado**: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. Assédio moral – Um ensaio sobre a expropriação da dignidade do trabalho. **RAE – eletrônica** v. 3, n. 1 jan- jun/2004. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1915&Secao=PENSA TA&Volume=3&Numero=1&Ano=2004>>

JAKOBSON, R. **Lingüística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1978.

JORGE, M A. C. Discurso e liame social: apontamentos sobre a teoria lacaniana dos quatro discursos. In: JORGE. M.A.C. (Org.) **Saber, verdade e gozo**: Leituras de O seminário 17 de Jacques Lacan. Rio de Janeiro: Rios ambiciosos, 2002.

LACAN, J. **O seminário: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise** (1954-1956), livro 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

_____. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose (1957-1958). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998.

_____. **O seminário**: a ética na psicanálise (1959-1960), livro 7. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **O seminário**: o avesso da psicanálise (1969-1970), livro 17. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. Televisão (1974). In: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LAPLANCHE, J; PONTALIS. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LASCH, C. **A cultura do narcisismo**: A vida americana numa era de esperanças em declínio. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LEITE, J. E. T. “Nós quem, cara pálida”? a razão depois de Taylor. In: DAVEL, E. P. B.; VASCONCELLOS, J.G. M. (Org.). **Recursos Humanos e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MANO, C.; ROSENBERG, C. Ainda vale a pena trabalhar nas grandes empresas? **Revista Exame**. São Paulo: set. 2003.

MARX, K. **O capital: O processo de produção do capital**. V.I, Livro primeiro. Tomo 1 (capítulos I a XII). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MEGALE, F. C. S. **Discurso e laço social: debates entre a Análise de Discurso e a Psicanálise lacaniana**. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo. São Paulo: 2003.

MERLO, A. R. C. Psicodinâmica do trabalho. In: CODO, W.; JACQUES, M. G.(Orgs.) **Saúde Mental & Trabalho: Leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MILLER, J. A. Os seis paradigmas do gozo. **La cause freudienne**, n.43. Paris: Orientação Lacaniana, 1999.

PACHECO FILHO, R. A. O Método de Freud para produzir conhecimento: revolução na investigação dos fenômenos psíquicos?. In: COELHO, N. e ROSA, M. (Org.). **Ciência, pesquisa, representação e realidade em psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo – Educ, 2000.

PALOMBINI, A. L. Fundamentos para uma crítica da epistemologia da psicanálise. v. II, n. 2. Rio de Janeiro: **Ágora**, jul.dez. 1999.

PLON, M. A Face oculta da análise leiga. v. II, n.1, Rio de Janeiro: **Ágora**, jan.jun. 1999.

RAULET, G. As duas faces da morte. Sobre o estatuto da agressividade e da pulsão de morte em *O mal-estar na civilização*. In: RIDER, J. [et. Al]. **Em torno de O mal-estar na cultura de Freud**. São Paulo: Escuta, 2002.

REY-FLAUD, H. Os fundamentos metapsicológicos de *O mal-estar na cultura*. In: RIDER, J. [et. Al]. **Em torno de O mal-estar na cultura de Freud**. São Paulo: Escuta, 2002.

SAMPAIO, J. S. R (Org.) **Qualidade de Vida no Trabalho e Psicologia Social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1975.

SENNET, R. **A corrosão do caráter**: As conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SOUZA, O. Reflexão sobre a extensão dos conceitos e da prática psicanalítica. In: ARAGÃO, L. T. (Org). **Clínica do social: ensaios**. São Paulo: Escuta, 1991.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Livraria Pioneira. São Paulo: São Paulo, 1989.

_____. Os três tipos de puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel. (Org.).

Max Weber: Sociologia. São Paulo: Ática, 1979

VALAS, P. **As dimensões do gozo**: Do mito da pulsão à deriva do gozo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

VALDERRAMA, P. Psicoanálisis y Marxismo? Un diálogo imposible? **En Defensa del Marxismo**, n. 21, out. 1998.

VASSALLO, C. Um negócio bom para os dois. **Revista Exame**. n. 18. São Paulo, set.2004.

ZIZEK, S. Como Marx inventou o sintoma? In: ZIZEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)